



Revista de Psicologia da Unesp

v. 22 n. 2
(2024) Dez
ISSN 1984-9044

unesp 

Os artigos são de responsabilidade exclusiva dos autores. É permitida sua reprodução, total ou parcial, desde que seja citada a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista de Psicologia da Unesp v. 22 n.2 (2024) Dez./UNESP Assis. - vol. 22, n. 2, Ago/Dez. 2024 (22). Assis: semestral. ISSN: 1989-9044 (online).

1 - Psicologia - Periódico. I. Brasil. II - Pesquisa. III - Unesp.

Copyright© UNESP, 2025.

Editor-chefe

Silvio Yasui, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Brasil

Editores Associados Seniores

Danilo Sarella Verissimo, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Brasil

Dolores Cristina Gomes Galindo, Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fernando Silva Teixeira Filho, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Brasil

Gustavo Henrique Dionisio, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Brasil

José Sterza Justo, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Brasil

Leonardo Lemos de Souza, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Brasil

Mary Yoko Okamoto, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Brasil

Matheus Fernandes de Castro, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Brasil

Rita Melissa Lepre, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Brasil

Editores Associados Juniores

Caroline Cusinato, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Brasil

Edgar Bendahan Rodrigues, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Brasil

José Guilherme Nogueira Passarinho, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Brasil

Rômulo Lopes da Silva, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Brasil

Conselho Editorial

Amana Mattos, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil

Ana Maria Fernandez, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Catarina Satiko Tanaka, Universidade Estadual de Maringá, Brasil

Fabio Rodrigues Belo, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Fernando Becker, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Flávia Lemos, Universidade Federal do Pará, Brasil

Geraldo José de Paiva, Universidade de São Paulo, Brasil

Henrique Nardi, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Jaime Barrientos, Universidad Alberto Hurtado, Chile

Jaqueleine Wendland, Paris VII - Petit Salpetriere, França

Jean-Michel Vivès, da Universidade de Nice, França

José Leon Crochik, Universidade de São Paulo, Brasil

Júlio Groppa Aquino, Universidade de São Paulo, Brasil

Larry Davidson, Yale University, Estados Unidos

Leila Sollberger Jeolás, Universidade Estadual de Londrina, Brasil
Leny Sato, Universidade de São Paulo, Brasil
Luis Antônio dos Santos Baptista, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Manoel Antônio dos Santos, Universidade de São Paulo, Brasil
Maria Alves de Toledo Bruns, Universidade de São Paulo, Brasil
Marilícia Witzler Antunes Ribeiro Palmieri, Universidade Estadual de Londrina, Brasil
Odair Sass, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil
Oswaldo Hajime Yamamoto, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
Paulo Duarte de Carvalho Amarante, Escola Nacional de Saúde Pública, Brasil
Pilar Albertín Carbó, Autónoma de Barcelona, Espanha
Regina Marques, Universidade Federal do Recôncavo Baiano, Brasil
Reinado Furlan, Universidade de São Paulo, Brasil
Rosana Teresa Onocko Campos, Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Simone Mainieri Paulon, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Tatiana Bichara, Instituto de Altos Estudios Nacionale, Equador
Thamy Claude Ayouch, da Université Paris Diderot, França

Equipe de Apoio

Camila Silva Beguetto
Julia Domingues de Macedo
Larissa Brasil Costa Marques
Millene Zanoni Dias

Capa e Diagramação

Leandro Henrique Ozawa
Lucas Silva Rosilho

SUMÁRIO

O QUE É SER HOMEM?: Debatendo Masculinidade com Adolescentes em Conflito com a Lei	6
Bruna Mirelle da Cunha Silva; Eduarda Couto Garrido Fonseca; Emília Bezerra de Miranda	
CICATRIZES DA ESCOLA: Como a Lgbtfobia Afeta a Vida dos Estudantes	30
Guilherme Seiji Hocama; Nadia Sabchuk	
MEDIDA DE PROTEÇÃO E ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE UM MUNICÍPIO DO INTERIOR PAULISTA: Uma Perspectiva Histórica	45
Luciana Aparecida de Lima	
BILINGUISMO E FUNÇÕES EXECUTIVAS: Uma Revisão das Publicações Brasileiras entre 2003-2016	57
Genner Mateus Secco; Gabriel Sousa Andrade; Luana Breda; Plínio Marco de Toni	
ATRAVESSAMENTOS DO NÚCLEO AMPLIADO DE SAÚDE DA FAMÍLIA E ATENÇÃO BÁSICA NO CONTEXTO PANDêmICO	70
Jorge Samuel de Sousa Teixeira; Alane Cunha de Albuquerque; Camilla Araújo Lopes Vieira	
ACOLHIMENTO ONLINE DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: Adaptações de um Estágio Remoto Emergencial em Psicologia	80
Sofia Sebben Colognese; Adelaide Martins da Silva Braccini; Denise Balem Yates; Paula Neves Portugal; Renata de Sousa de Miranda;	
QUEM É A LOUCA?: Desvendamentos e cuidado em saúde mental das mulheres	91
Carol Ferreira de Souza; Dayene Gatto Altoé; Jackeline Lourenço Aristides	
IMPACTOS DA PANDEMIA NA SAÚDE MENTAL DE PROFESSORES BRASILEIROS	106
Virgínia Eliza Ferreira do Rosário; Lívia Garcez	
SOBRE A DIMENSÃO INTERSUBJETIVA DOS FENÔMENOS COMUNICATIVOS À ETNOMETODOLOGIA	124
Fábio Xavier	
UMA PANDEMIA NA ERA NEOLIBERAL: Implicações Psicossociais na Vida de Moradores de Favelas Brasileiras	132
Anderson Moraes Pires; Keilane Ferreira de Araujo; Luís Henrique Alencar Silva	
TRABALHO, PRAZER, SOFRIMENTO E ESTRATÉGIAS DE DEFESA NO TRABALHO GERENCIAL	144
Rita de Cássia Martins de Oliveira Ventura; Lilian Beatriz Ferreira Longo; Márcio Rocha Damasceno; Reginaldo Adriano de Souza; Thiara Guimarães Heleno de Oliveira Pôncio;	
PANDEMIA DO MEDO: Efeitos da COVID-19 Sobre a Saúde Mental em Diversas Idades	158
Julia Almeida Shammass; Élaine Bestane Bartolo	

POLÍTICAS E PRÁTICAS DO TRABALHO SOCIAL EM REDE: Investigações em Portugal e Brasil	171
Ana Cláudia Fagundes Miguel de Souza; Cristina Maria Pinto Albuquerque; Sílvio José Benelli	
VIOLENCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E FUNÇÃO MATERNA: Relato de Experiência	183
Andressa Bruceze Martins; Rosangela Kátia Sanches Mazzorana Ribeiro	
A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NOS CENTROS JUDICIÁRIOS DE CONCILIAÇÃO: Relato de Experiência	191
Stevam Lopes Alves Afonso; Wânia Cristina de Souza	

O QUE É SER HOMEM?: Debatendo Masculinidade com Adolescentes em Conflito com a Lei

What is it to be a Man?: Debating Masculinity with Adolescents in Conflict with the Law

Bruna Mirelle da Cunha Silva¹

Eduarda Couto Garrido Fonseca²

Emília Bezerra de Miranda³

RESUMO: O presente artigo objetiva elaborar um produto educacional para profissionais do sistema socioeducativo que sirva de base no processo de reflexão sobre padrões estereotipados de masculinidade em adolescentes em conflito com a lei, baseado numa revisão integrativa de literatura utilizando, de forma parcial, o Modelo de *Design Instrucional* (ADDIE), tendo seus resultados apresentados no formato de um guia sobre a masculinidade de jovens em conflito com a lei, visando possibilitar a ampliação das discussões sobre o tema, bem como auxiliar uma melhor qualidade de vida aos sujeitos e uma contribuição para o entendimento acerca desses comportamentos e suas implicações cotidianas.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescência; Masculinidade; Gênero; Medidas socioeducativas.

ABSTRACT: This article aims to develop an educational product for professionals in the socio-educational system that serves as a basis for reflecting on stereotyped patterns of masculinity in adolescents in conflict with the law. It is based on an integrative literature review using, in part, the Instructional Design Model (ADDIE), with the results presented in the form of a guide on the masculinity of young people in conflict with the law. The aim is to broaden discussions on the subject, as well as to help improve the quality of life of these individuals and contribute to the understanding of these behaviors and their daily implications.

KEYWORDS: Adolescence; Masculinity; Gender; Educational measures.

INTRODUÇÃO

Inicialmente, a denominação e diferenciação dos sexos possuía relação a questões referentes à esfera moral, política e cultural, atribuindo-se a mesma um caráter de construção ideológica (Butler, 2019). O fato de que os dois gêneros carregam corpos e subjetividades diferentes atribui determinadas características que, até então, seriam compartilhadas por todos. O corpo aqui era pensado como naturalmente dimórfico, como uma folha em branco, que aguarda a inserção da cultura que, por meio de uma série de significados, injetados no sujeito desde a infância, assume o gênero (Oliveira & Alves, 2017). Então, o que se via nos séculos

1 Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS) | <https://orcid.org/0009-0000-0021-0989>

2 Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS) | <https://orcid.org/0009-0002-8193-7307>

3 Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) | <https://orcid.org/0000-0001-6447-3307>

passados era a noção daquilo que se encaixa como masculino atrelada à imagem de virilidade e provedor da casa.

A entrada das mulheres no mercado de trabalho, entre outras pautas discutidas pelo feminismo, desde os seus primórdios, representou marcos nas mudanças de percepções sobre o que é ‘ser homem’ (Praun, 2011), defendendo que essa construção se baseia nas histórias, experiências e subjetividades dos sujeitos que nunca são formadas sozinhas. Neste contexto, é necessário compreender que, quando alguém nasce, a definição imposta do gênero dá início a uma série de práticas que vão compor a forma que esse indivíduo se insere na sociedade, sempre numa relação de poder e diferentes modos de viver a partir de uma base heteronormativa (Cadilhe, 2018), onde a heterossexualidade é forçada pela sociedade patriarcal para moldar as pessoas dentro de um padrão que se é esperado. Contudo, essa padronização é responsável pela formação de uma organização hierárquica, de restrição da sexualidade feminina e da opressão da homossexualidade (Herz & Johansson, 2015).

Dentro dessa perspectiva, o gênero masculino apresenta como característica principal a masculinidade como sinônimo e símbolo da virilidade do homem (Herz & Johansson, 2015). É importante salientar que tal conceito surge dentro de uma época específica: a Revolução Industrial, sendo este um momento da história em que tanto o papel da figura masculina quanto da feminina atravessam por modificações que acabam por sustentar o privilégio masculino – este, sendo pautado nessas relações de gênero, não se manifestando apenas em medidas de forças físicas, mas também das simbólicas. Tal fato é explicitado pelo sociólogo Pierre Bourdieu (1997), ao usar o termo ‘dominação masculina’ para explicar que, no decorrer do desenvolvimento do homem enquanto espécie, foram instituídas e reproduzidas determinadas relações de violência simbólica que são compartilhadas de forma consciente e/ou inconsciente entre dominantes e dominados. E é, com base nesse ideal, que o menino começa a construir sua masculinidade (Herz & Johansson, 2015), onde a influência exercida sobre esse sujeito é compreendida como *scripts* de gênero, entendidos como espécies de roteiros que constroem uma determinada cultura, educando comportamentos em consonância ao sexo biológico (Schreiner, 2014).

É importante compreender que a masculinidade não afeta somente as relações dos homens e seu meio, mas também sua saúde. Como o modelo de masculinidade da sociedade define e orienta um certo agir sexual e social dos indivíduos, há influências no desenvolvimento de quadros mais ou menos graves nos índices de morte por doenças específicas nessa população (Vinuto, Abreo & Gonçalves, 2017). Por ser visto como sinônimo de poder e estar inserido numa posição privilegiada na hierarquia social, ao homem é excluído o reconhecimento de suas diferenças, incluindo sintomas e doenças, o colocando na posição ilusória de estar acima de qualquer vulnerabilidade. Tais comportamentos e ideais não são formados somente na fase adulta, mas, como já dito anteriormente, devido ao seu caráter geracional, se apresentam desde cedo na vida masculina, sendo mais fortemente durante a adolescência.

Esta etapa da vida, por ser marcada pela ambiguidade e dicotomia entre as noções de ser criança e ser adulto, possui repercussões futuras ao indivíduo (Ariés, 1986), onde os papéis sociais e identitários são marcados tendo como características o desenvolvimento de todas as áreas endógenas do sujeito, além dos esforços do mesmo em alcançar os objetivos relacionados às expectativas culturais da sociedade em que vive – procriação, produção social, entrada no mundo do trabalho, aquisição de responsabilidades, entre outras (Calligaris, 2000). Entende-se, assim, que é demandado do adolescente sua socialização, com o intuito de que o mesmo seja capaz de integrar e se adaptar à sociedade, objetivando e possibilitando o alcance de sua autonomia, independência e autogerência (Ozella & Aguiar, 2008). É necessário, então, compreender que essa

capacidade pode se diferenciar quando o adolescente não corresponde ao padrão da sociedade, por exemplo, sendo um indivíduo branco, cisgênero e heterossexual.

As modificações e demandas referentes a esse período da vida humana produzem, também, transformações na representação social do adolescente e em seu psiquismo, bem como sua subjetividade que, de acordo com Salles (2005), tem sua construção marcada pelos eventos históricos, culturais e sociais nos quais esse sujeito se encontra inserido e, além disso, suas vivências e experiências vão determinar seus comportamentos e sua individualidade. Isto porque, por ser um momento marcado por uma certa instabilidade e mudanças, o adolescente experimenta ciclos em seu sistema psíquico que têm caráter de desorganização e reorganização (Valente, 2012), ou seja, ele questiona sua identidade e existência, fazendo elaborações voltadas para suas futuras perdas, afinal, ele precisará deixar para trás seu corpo infantil e sua dependência dos pais, por exemplo; para reflexões, pois será preciso repensar suas responsabilidades, bem como sua autonomia; e para tomada de decisões em si, já que a entrada na vida adulta é marcada por uma série de escolhas que irão impactar todo o seu futuro.

Contudo, na atualidade, essas construções não possuem um caráter tão linear quanto antigamente, visto que as relações sociais se modificaram ao longo do tempo (Salles, 2005). Do mesmo modo, os fatores que influenciam para o aparecimento de comportamentos transgressores e delinquentes, característicos dessa fase da vida, podem variar de acordo com os contextos e espaços ocupados por esses sujeitos (Nardi & Dell'Aglio, 2010).

No cenário brasileiro, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), correspondente à Lei n. 8.069 (1990), prevê que a adolescência dura dos 12 aos 18 anos, enquanto o Ministério da Saúde e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgãos referentes às normas e políticas de saúde, admitem o intervalo dos 10 aos 24 anos (Eisenstein, 2005). Do ponto de vista jurídico, o ECA (1990) afirma que é dever da família e do Estado a garantia de efetivação dos direitos assegurados à criança e ao adolescente, no que se refere a diferentes aspectos de sua vida, tais como saúde, educação e lazer, ou seja, para que o adolescente se desenvolva da forma entendida como ‘positiva’, é necessário que esses dois agentes, em conjunto com outras instituições, mantenham um ambiente propício para tal. Entretanto, nem sempre esses direitos são garantidos.

Quando o núcleo familiar é fragilizado, não amparando o adolescente como deve ser, gera uma situação vulnerável que pode resultar na delinquência – como já dito anteriormente –, na marginalização, no alcoolismo, no uso de drogas lícitas ou ilícitas, na prostituição ou maternidade precoce, o que pode levar a um aumento considerável dos índices de violência (Rocha, 2020). Estas condições às quais estão submetidos impedem a melhor efetivação do desenvolvimento físico, psíquico e social, em condições de liberdade e dignidade.

Entre os vários fatores que podem influenciar o comportamento infrator, há um grupo de variáveis familiares consideradas indicadoras dessa conduta, tais como o uso de drogas e a prática de delito por algum membro da família, número de irmãos e práticas parentais violentas, como punições físicas e negligência (Rocha, 2020), sendo essas condutas aprendidas e internalizadas por meio da identificação com tal parente. É necessário entender que esses fatores podem levar a uma mudança na configuração social do adolescente e de quem o cerca (WHO, 1986). Dessa forma, a figura do adolescente infrator (Nardi & Dell'Aglio, 2010) corresponde ao jovem que cometeu algum tipo de infração, ou seja, infringiu as leis jurídicas do Estado e que, em casos mais graves, acaba levando a medidas de restrição e privação da liberdade (Assis & Constantino, 2005).

Além da visão de teor jurídico, citada anteriormente, há ainda a visão dessa identidade marcada por uma cultura simbólica (Marinoski, 2016) em que se atribui esse *status* a jovens com

famílias ‘desestruturadas’, sem condições básicas de moradia e educação, por exemplo, conceito este, atrelado à noção de que a pobreza e a miséria seriam mecanismos condicionantes para a prática de atos infratores (Campista, 2004).

Entretanto, essa noção só serve para fortalecer o estereótipo de que arranjos familiares que não se encaixam numa categorização tida socialmente como ‘normal’ seriam o principal motivo de sustentação da violência e criminalidade, bem como o aumento desta. De certo, alguns fatores de risco ambientais que podem ser citados envolvem o baixo nível socioeconômico, a estruturação familiar e ausência de apoio social (Nardi & Dell’Aglio, 2010), contudo, esses aspectos não são determinantes nesse contexto, visto que famílias com maior poder aquisitivo e seus membros não estão isentos de cometer atos infracionais ou de violência de qualquer natureza.

De acordo com dados do ano de 2017, levantados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017), houve um aumento crescente no encarceramento de adolescentes no país, onde esse número passou de 4.245 para 24.628, sendo o principal crime praticado por menores no Brasil o roubo (45%), em seguida o tráfico de drogas (24%), homicídio (9,5%) e furto (3,3%). Por outro lado, ao se levantar dados da violência, pode-se apontar que as principais vítimas de homicídios são jovens negros, do sexo masculino, com alta evasão escolar e moradores de regiões periféricas, como mostram dados do mesmo órgão apenas dois anos depois (FBSP, 2019), explicitando alguns dos fatores de risco encontrados para essa população.

A noção e problemática em torno do adolescente infrator são amplas, inclusive no que se refere ao seu conflito em si, pois ele não diz respeito somente à lei, como também à subjetividade coletiva, presente na sociedade que assume o papel de juiz (Ciarallo & Almeida, 2009). Isso porque, de acordo com a Teoria das Representações Sociais (Lima, 2003), o conhecimento da realidade se desenvolve por meio das vivências de grupos, abrangendo as relações e comunicações cotidianas de tais aglomerados. Desse modo, existem valores e significados que permeiam o âmbito social que podem fortalecer ideias ou movimentos de exclusão dentro das sociedades (Lima, 2003). De acordo com Foucault (2014), há uma tentativa de controle daqueles que não seguem condutas lidas como corretas socialmente, justamente porque os mesmos transgridem, infringem ou evitam essas leis, sendo tais discursos, presentes no meio social, fomentadores da exclusão.

Além disso, tal controle não opera somente na esfera comportamental, mas também sobre os corpos e a sexualidade, e se mostra presente, também, na vivência da cadeia (Foucault, 2014), onde os corpos que fogem a isso são repudiados e não culturalmente aceitáveis, parecendo não haver lugar para que esses homens performem suas reais subjetividades, ou seja, quem realmente são (Faustino, 2019). Por causa de tais adversidades mencionadas anteriormente, o gênero, as sexualidades e masculinidades, na atualidade, adquirem cada vez mais relevância dentro e fora dos muros institucionais (Faustino, 2019).

O ECA (1990), como já posto, garante os direitos dos adolescentes em diferentes esferas, entretanto, os direitos sexuais e reprodutivos são assegurados apenas na assistência à saúde em casos de estupro, violências e doenças性uais, por exemplo, não ampliando para o direito à diversidade de gênero e sexual dos adolescentes. Como resultado dessa falta de assistência, estudos (Welzer-Lang, 2011) apontam que muitos dos atos de violência – contra mulheres, grupos LGBTQIa+ ou com os próprios parceiros de cela – revelam intolerâncias geradas pela passividade quanto ao binarismo sexual, como a noção de masculino/feminino; do sexismo e da misoginia; da busca de uma pretensa virilidade e suas consequências, como a bi/lesbo/homo/transfobia. Todas essas intolerâncias são apontadas por Faustino (2019) em sua pesquisa no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), por meio da presença de

falas de cunho homofóbico entre adolescentes que expressam e reforçam a exclusão dos corpos considerados diferentes, propagando uma masculinidade viril e brutal entre os sujeitos dessa faixa etária.

Tendo como base tal discussão, o presente artigo propôs a elaboração de um material educativo construído com o objetivo de auxiliar profissionais de instituições voltadas para a socioeducação de adolescentes em conflito com a lei na discussão e, consequentemente, na desconstrução e reflexão de padrões estereotipados da masculinidade, compreendendo as medidas socioeducativas e o contexto social que envolve esses sujeitos, por meio de dinâmicas grupais, defendendo sua realização como estratégias possíveis dentro desse processo de (des)construção, entendendo que esses fatores afetam não só o ambiente em que vivem, mas suas próprias capacidades relacionais. Sua relevância está diretamente ligada à compreensão desse fenômeno e à possibilidade de levantar o debate acerca desses adolescentes que, muitas vezes, são invisibilizados, mas que são afetados pelos estereótipos e demandas performativas de gênero presentes na sociedade contemporânea.

A temática tratada torna possível um avanço no desenvolvimento dos conhecimentos acerca da masculinidade aplicada à figura do adolescente infrator, realizando um recorte e intersecção, ou seja, uma articulação entre as esferas de gênero-raça-classe-geração, bem como a importância de intervenções psicossociais nesse contexto, algo que ainda carece de mais informações e problematizações na literatura, apresentando dados relevantes e representativos, permitindo a expansão dos objetivos e temas aqui discutidos, respeitando os padrões éticos exigidos para realizações de pesquisas na área da saúde.

METODOLOGIA

Utilizando, de forma parcial, o Modelo de *Design Instrucional* – ADDIE (Filatro, 2004), as etapas de realização do presente material envolveram: análise, voltada para o entendimento das necessidades e definição de conteúdos; desenho, onde foram definidos os objetivos e planejamento da elaboração do material; desenvolvimento, referindo-se à produção teórica do artigo e do material educativo propriamente dito. As duas últimas etapas do ADDIE (2004), que consistem na Implementação e Avaliação, não se aplicam, visto que se trata de uma pesquisa e produto teórico. Assim, o primeiro estágio, análise, envolveu a escolha do tema, caracterização do público-alvo e dos recursos à disposição dos pesquisadores. No segundo estágio, desenho, por meio de uma revisão integrativa de literatura, no período de outubro de 2020 a fevereiro de 2021, foram definidas as temáticas relevantes para a pesquisa, tais como família, adolescentes em conflito com a lei, masculinidades, juventude, uso de drogas e políticas públicas, sendo as mesmas organizadas e articuladas entre si. Para isso, pesquisaram-se artigos com os seguintes descritores nas bases de dados Scielo, Google Acadêmico e Pepsic: gênero, masculinidade, dinâmicas grupais, adolescência e medidas socioeducativas, com publicações em português e inglês que correspondem ao período dos últimos 5 anos, de 2015 a 2020. No terceiro estágio de desenvolvimento, com a ajuda de um profissional de comunicação, utilizando a plataforma Canva e o programa Photoshop, foi elaborado o guia, tendo como base as etapas anteriores da pesquisa e as diretrizes dos autores.

A dinâmica grupal aparece como uma proposta para melhor manejo dos assuntos importantes que serão debatidos. O trabalho com adolescentes não é algo tão simples, tendo em vista que estão formando suas identidades e buscando autonomia, e é mais delicado ainda quando se pensa no cenário do adolescente infrator. Em grupo, o acesso a esses sujeitos é facilitado, pois o espaço se mostra como um lugar de troca mais horizontal, apresentando uma

maior reflexão e identificação com as situações vivenciadas por outros ali presentes. Isso porque, por se tratar de uma população homogênea, isto é, idades, gênero, contextos sociais e histórias de vida similares, mas não iguais, o desenvolvimento grupal pode auxiliar, também, nas questões referentes à aprendizagem de princípios básicos como a cooperação e respeito aos direitos individuais e coletivos.

Pensando nesses fatores, o guia educativo surge como uma ferramenta essencial para o trabalho dos profissionais do sistema socioeducativo, levando em consideração que o material tem a finalidade de comunicar informações, complementando o ato de ensinar, e influencia nas discussões e na aplicabilidade do tema apresentado. Entende-se que a masculinidade afeta a vida desses adolescentes de maneira negativa, visto que podem desenvolver posturas danosas a si e aos outros, como, por exemplo, comportamentos abusivos em um relacionamento. A psicologia e o profissional dessa área se fazem presentes quando compreendem que essa questão prejudica diretamente a saúde mental do sujeito, além de fazer um trabalho psicoeducativo, já que pode ser uma forma de intervenção por meio do conhecimento sobre as histórias compartilhadas e do desenvolvimento de possíveis habilidades para enfrentarem as situações conflituosas e terem uma vida mais vigorosa em sociedade.

DESCRIÇÃO DOS CONTEÚDOS ENCONTRADOS NOS ARTIGOS (2015 A 2020)

Do ponto de vista histórico, é possível notar que os estudos de gênero se iniciaram com a chamada segunda onda do movimento feminista. Contudo, a intensificação desse debate ocorreu a partir dos anos 2000, tendo como principal base os estudos da autora Judith Butler (2019) e, ao decorrer do tempo, se expandiu e continua sendo objeto de estudo até os dias atuais. Isso se comprova pela vasta quantidade de produções voltadas para o tema no intervalo entre os anos pesquisados, que demonstra, também, a existência de caminhos e discussões necessárias dentro desse âmbito atualmente. Um desses caminhos encontrados pelos autores se refere à questão da masculinidade. Essa temática passou a chamar atenção a partir do momento em que se voltaram os olhos para as influências das relações de gênero nos homens.

Dessa forma, as produções demonstram como a masculinidade forma esses sujeitos masculinos e quais os aspectos que interferem na subjetividade deles. Além disso, mais recentemente, é possível encontrar na literatura uma contestação e problematização acerca do termo ‘masculinidade tóxica’, amplamente utilizado no início dos estudos sobre esse tema. Isso porque, de acordo com teóricos da área, empregar o referido termo se torna redundante, pois o teor prejudicial da masculinidade já é subentendido pelo seu próprio conceito. Dessa forma, a nomenclatura mais adequada atualmente seria ‘masculinidade’, abandonando, assim, o seu antigo complemento.

Ainda nesse âmbito, a Psicologia se mostra como uma vertente que demonstra bastante interesse pelo tema, visto que esse campo se propôs a entender os impactos desses padrões de comportamentos nos adolescentes, em seus meios sociais e nos ideais do que é ser homem, já que impactam esses sujeitos de maneira significativa e nos mais diversos contextos de suas vidas, seja em seu modo de vivenciar a sexualidade ou cuidar da saúde. Os estudos na área tiveram um aumento significativo nos últimos anos, dando destaque à abordagem psicanalítica que vem avançando nessas discussões. Entretanto, a literatura permanece estagnada, pois a grande maioria das produções é do início da década, em que o cenário era diferente do atual e, por isso, se faz extremamente necessário a dedicação para esse aspecto tão estrutural como a masculinidade, procurando compreender a repercussão disso na sociedade vigente.

Contudo, a intersecção entre o debate de gênero com a adolescência ainda é um tópico

escasso nas pesquisas, visto que o recorte utilizado é, na maioria dos artigos, histórico e voltado para a fase adulta. Além disso, o olhar para essa temática com adolescentes em conflito com a lei é praticamente inexistente, tanto no que diz respeito aos atos infracionais quanto à masculinidade. Do mesmo modo, o recorte geracional não encontra muita literatura, pois a maioria foca no impacto do ato infracional nas famílias e no próprio autor, mas deixa de lado a questão da influência geracional nessa prática e da masculinidade em si nesse contexto. Ao tratar de recortes geracionais, o que se encontra vastamente são questões relacionadas ao uso de drogas, seus impactos e possíveis acompanhamentos dessas famílias, bem como a importância da formação de grupos com as mesmas.

Com relação à intersecção de raça, os artigos tratam muito mais das questões quantitativas, levantando dados sobre os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e traçando ‘perfis’, sendo mostrado que a maior parte desses sujeitos é de baixa renda e escolaridade, além de se autodeclararem pretos e pardos. Ainda nesta temática, alguns artigos realizam interpretações das razões existentes por trás de tais índices percentuais, frisando a realidade das desigualdades e vulnerabilidades às quais essas populações estão sujeitas, além de desmistificar a ideia de famílias ‘desestruturadas’ que reforçam certos estereótipos e a noção de que há um tipo específico de arranjo familiar que dá margem para a realização de atos infracionais.

A discussão acerca das medidas socioeducativas, com relação às suas aplicabilidades e à masculinidade, é escassa e alguns temas debatidos nessas produções foram a efetividade do sistema socioeducativo, a visão dos adolescentes sobre a atuação das equipes técnicas de modo geral e, ainda, sobre os efeitos da masculinidade e do ideal de virilidade nos agentes socioeducativos. No que diz respeito ao fazer do psicólogo dentro do sistema socioeducativo, ainda se encontra uma certa escassez de artigos que problematizam a questão e as normas técnicas referentes ao trabalho desse profissional foram definidas pelo órgão representante da categoria, o Conselho Federal de Psicologia, em 2010, sendo a obra não contabilizada nesta revisão de literatura, devido ao ano de sua publicação.

RESULTADOS

Os resultados serão apresentados no formato de material educacional sob forma de guia de orientação, apresentado a seguir.

ANTES DE TUDO, O QUE É GÊNERO?

O conceito de gênero é visto como uma categoria que analisa as relações sociais de poder entre o masculino e o feminino, o que leva a uma diferenciação dos papéis sociais e desigualdades entre homens e mulheres não tendo como base as diferenças anatômicas dos corpos (FAUSTINO, 2019). Mas, aprender a ser homem e ser mulher abrange histórias, experiências e subjetividades que nunca são formadas sozinhas. Ou seja, há influência dos meios social, cultural, racial e geracional na construção da identidade de gênero.

Dessa forma, entende-se gênero como uma construção social e cultural, de ordem subjetiva, pois ela pode ser reforçada ou não por diferentes contextos no qual o sujeito está inserido, bem como pelas instituições, como família, igreja e escola, para dar exemplos (BUTLER, 2019). Partindo desses pressupostos, é visto socialmente que o gênero masculino, historicamente, tem como sua característica principal a masculinidade julgada como o símbolo de sua virilidade.

O QUE É MASCULINIDADE?

Assim como o conceito de gênero, a masculinidade é construída social e historicamente nas relações estabelecidas pelos indivíduos em seus diferentes meios sociais. A masculinidade é algo que vem sendo atrelado aos modelos conservadores do que é ser homem. Espera-se que esse seja viril, machista, que se prove constantemente por meio de comportamentos agressivos ou de risco em seu cotidiano, além de apresentar, muitas vezes, distância emocional em seus atos (GUERRA et al, 2015).

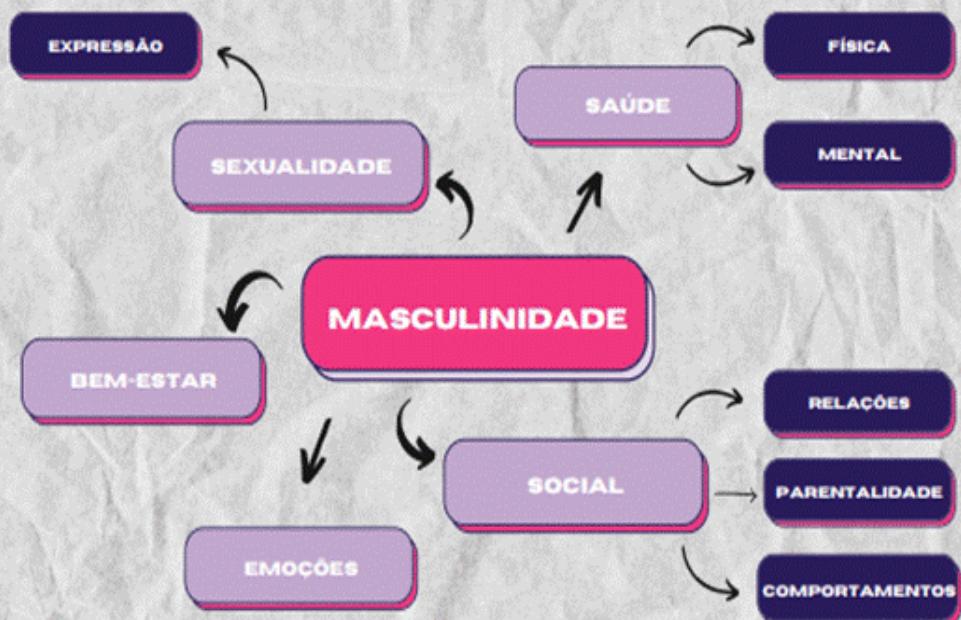
Esse conjunto de modelos comportamentais tem, muitas vezes, resultados que afetam a vida desses homens de maneira negativa, visto que os mesmos podem desenvolver posturas danosas a si e aos outros, como, por exemplo, a negligência com a própria saúde e comportamentos abusivos em um relacionamento (SEPARAVICH; CANESQUI, 2013).

Fonte: <https://www.istockphoto.com.br>



1. O que é ser homem? Guia educativo para psicólogos.

SOBRE QUAIS ÁREAS A MASCULINIDADE ATUA OU INFLUENCIA?



QUAIS AS CARACTERÍSTICAS DA MASCULINIDADE?

Dentro desses modelos de masculinidade há os que encontram maior legitimidade social (VASCONCELOS et al, 2016), de forma a torná-los referências para as construções de comportamentos, atitudes e valores.

Na cultura e sociedade brasileira, por exemplo, as principais características podem ser divididas em dois modelos: aqueles que se baseiam no antagonismo à figura da mulher, como a proibição do homem chorar e não poder demonstrar seus sentimentos; e nos discursos que sustentam um ideal de universo masculino, como a noção de coragem, força, virilidade, provedor da família e a heterossexualidade (VASCONCELOS et al, 2016).

Fonte: <https://www.istockphoto.com.br>

2. O que é ser homem? Guia educativo para psicólogos

COMO ESSAS QUESTÕES AFETAM O ADOLESCENTE?

A adolescência além de ser um momento de transição na vida do sujeito é, também, uma fase de descobertas e, acima de tudo, busca por sua identidade. Tudo é novo! Seu corpo passa por mudanças, novas responsabilidades são atribuídas a ele, novos estranhamentos e maneiras de se relacionar, novas formas do mundo o enxergar e se colocar para ele. E é aí que se pode falar sobre masculinidade, pois ela vai estar ligada a uma série de simbolismos que vão impor a esse adolescente a reprodução de padrões e papéis já estabelecidos na esfera social e cultural (VASCONCELOS et al, 2016).

Obviamente que o entendimento dessas questões, bem como as relações de gênero, não é alcançado de forma igual para todos (BUTLER, 2019). Os contextos nos quais os adolescentes estão inseridos são diferentes e suas vivências e experiências divergem. Então, como esperar que todos construam suas compreensões da mesma forma?

Contudo, é preciso entender que as dinâmicas sociais e as concepções no modelo de ser homem vão impactá-los de maneira significativa nos mais diversos contextos de suas vidas, seja em seu modo de vivenciar a sexualidade ou cuidar da saúde (GOMES, 2011). Por isso a importância de se falar sobre isso!

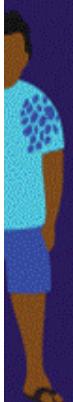


Fonte: <https://www.istockphoto.com.br>

E O ADOLESCENTE INFRATOR?

Mesmo estando, em tese, privado temporariamente desse contato com a sociedade, a masculinidade opera sobre o cotidiano do adolescente em conflito com a lei. Isso porque as problemáticas existentes no tecido social, ou seja, "do lado de fora", muitas vezes, também estão presentes dentro de uma unidade de internação. Um exemplo clássico é a necessidade de demonstrações de força e poder constantes, tanto no que parte dos adolescentes, quanto dos agentes socioeducativos e equipe, de forma que é defendida a ideia de que é preciso ser firme para ser respeitado; reivindicar e provar de seu poder para reafirmar sua posição naquele cenário (OLIVEIRA, 2001).

A masculinidade, assim como outras formas de relações e opressões sociais, se mostram como dispositivos de controle e segurança, influenciando na dinâmica institucional e na subjetividade desses adolescentes (FOUCAULT, 1993).



Fonte: <https://www.istockphoto.com.br>

3. O que é ser homem? Guia educativo para psicólogos.

POR QUE A FORMAÇÃO DE DINÂMICAS GRUPAIS?

O trabalho com adolescentes não se mostra algo fácil. A própria característica da adolescência como uma fase de descobertas e busca de autonomia comprova isso (VOLPI, 2011). Contudo, algumas estratégias podem ser tomadas para facilitar essas intervenções e, dentre elas, selecionamos a formação de grupos, tanto operativos, com execução de alguma tarefa, quanto informativos.

Isso porque, em grupo, o acesso ao adolescente é facilitado, pois aquele espaço se mostra como um lugar de troca mais horizontal, apresentando uma maior reflexão e identificação com as situações vivenciadas por outros ali. Ou seja, a partir do momento em que ele percebe que um de seus pares passou pela mesma experiência que a sua, a tendência é que o adolescente se abra e troque vivências (SANTOS, 2015).

Além disso, por se tratar de uma população homogênea, isto é, idades, gênero, contextos sociais e histórias de vida similares, mas não iguais, o processo grupal pode auxiliar também, nas questões referentes à aprendizagem de princípios básicos como a cooperação e respeito aos direitos individuais e coletivos (OLIVEIRA, 2001).



Fonte: <https://www.istockphoto.com/br>

SUGESTÕES DE DINÂMICAS

A partir desse tópico, apresentaremos algumas dinâmicas que podem ser usadas durante o trabalho com grupos de adolescentes ao se tratar de temas voltados para o debate acerca da masculinidade e seus impactos nessa população, além de referências que ajudem no embasamento de tais questões.

Dessa forma, sugere-se que, antes mesmo do início da condução dos grupos, sejam realizados encontros preparatórios com a equipe, a fim de facilitar a apropriação dos conteúdos que irão ser trabalhados, preparando-os e habilitando-os para sua aplicação.

Observações:

1. Usar o mínimo possível de termos técnicos, adequando a linguagem para o público alvo, os adolescentes.
2. Adaptar as dinâmicas e assuntos de acordo com a unidade e local em que você trabalha.
3. É importante, ao começo de cada formação grupal, a formação de um acordo de convivência, construído pela equipe e adolescentes, com o objetivo de contribuir para o senso de coletividade e responsabilidade entre os pares.

4. O que é ser homem? Guia educativo para psicólogos.

DINÂMICA 1: CONHEÇA E ENTENDA SEU CORPO!

Temática: Saúde física e bem estar.

Duração: 20 a 30 minutos.

Objetivo:

Compreender o conceito de saúde física como algo muito além do teor estético, abarcando questões relacionadas a doenças sexualmente transmissíveis (ISTs) e contribuindo para o aumento do conhecimento dos adolescentes sobre o funcionamento de seu próprio corpo, além de incentivar, com o jogo, a coletividade.

Justificativa:

O corpo humano traz marcas, simbolismos, histórias e um organismo que mesmo que seja parecido para todos, contém um funcionamento próprio. Para alguns um medicamento funciona, para outros, não. A saúde é um tópico amplo e abarca muitos aspectos da vida humana e nem todos têm recurso para se cuidar, seja por falta de informações ou questões financeiras. Quando se trata da saúde do homem, a vivência de uma masculinidade afeta o autocuidado. O homem tem que seguir um ideal de que ele é estável, forte e imutável, pois é uma espécie de *modus operandi* da masculinidade que a sociedade define, orientando certo agir sexual/social dos indivíduos; o que acaba influenciando o desenvolvimento de quadros mais ou menos graves nos índices de morte por doenças específicas na população masculina.

— 14

Sugestão para maior entendimento por parte dos adolescentes e recursos necessários:

Relacionar o órgão apontado como foco à patologia em questão, por exemplo: realizar conexões entre o coração e doenças cardíacas, como pressão alta.

Para as discussões acerca desse tema, recomenda-se estar presente alguma representação do corpo humano pois, dessa forma, o recurso visual auxilia no debate sobre órgãos e doenças de forma geral, dando destaque às que mais acometem os homens, como câncer de próstata. Após essa discussão, torna-se possível afunilar para as doenças mais comuns identificadas dentro da unidade, além de frisar a importância do autocuidado. É fundamental que o adolescente se sinta seguro para procurar ajuda!

Sem julgamentos e sem preconceitos. O incentivo ao cuidado com a saúde é importante nessa fase de desenvolvimento.

Desse modo, os materiais necessários para realização da atividade são, além do recurso visual, bexigas. Recomenda-se, também, que essa segunda fase seja realizada em um espaço em que eles possam se movimentar e circular como forma de incentivar atividade física e os (re)tirar da ociosidade. Assim, os adolescentes devem ser separados em grupos, escolhendo um nome que os represente e formando filas separadas, lado a lado. De frente a eles, a distância, ficarão duas pessoas da equipe técnica segurando os balões cheios de ar, o adolescente assim que o estourar, responde à pergunta e ganha um ponto.

Ao final da dinâmica seria interessante recompensá-los (lanche, doces, etc) como forma de reforço positivo.

5. O que é ser homem? Guia educativo para psicólogos

Possíveis perguntas simples e respostas simples:

- Para que serve o coração? Para bombear sangue para o nosso corpo, nos deixando vivos.
- Quais os sintomas do câncer de próstata? Dor no quadril, vontade de fazer xixi o tempo todo à noite, sangue na urina etc.
- Qual a importância de se manter saudável? Para viver uma vida melhor, sem complicações no corpo, podendo, também, realizar as atividades de preferência.
- Qual a importância de procurar ajuda quando sentir algo diferente no corpo? Para ajudar a prevenção de doenças ou do agravio das mesmas.



Fonte: <https://www.istockphoto.com.br>

Algumas referências sugeridas sobre o tema:

COUTINHO, M. P. L. et al. A relação entre masculinidade e câncer de próstata: uma revisão sistemática. Revista Principia - Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB, n. 43, p. 11-22, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/view/2278>.

GOMES, R. (Org). Saúde do homem em debate. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

MACHIN, R. et al. Concepções de gênero, masculinidade e cuidados em saúde: estudo com profissionais de saúde da atenção primária. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 16, n. 11, p. 4503-4512, 2011. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2011.v16n11/4503-4512/#ModalArticles>.

RANGEL, E. M. et al. "PORQUE EU SOU É HOMEM!": uma análise dos impactos da construção social da masculinidade no cuidado com a saúde. Interfaces Científicas - Humanas e Sociais, Aracaju, v.6, n.2. p. 243-252, 2017. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/4517/2454>

6. O que é ser homem? Guia educativo para psicólogos.

DINÂMICA 2: APRENDENDO A REDUZIR DANOS

Temática: Redução de danos.

Duração: 20 a 30 minutos.

Objetivo:

- Estimular o senso crítico acerca das noções do que são drogas e quais os efeitos dela sobre o organismo.
- Compreender o conceito e contexto da redução de danos, debatendo sobre o uso de drogas, desde os fatores que influenciam adolescentes a fazer o uso até possíveis impactos de tal prática na vida dos mesmos.

Justificativa:

É sabido que a masculinidade opera em diferentes cenários na adolescência e, entre eles, está uma possível naturalização e/ou excesso da experimentação e do uso de álcool e outras drogas, bem como uma utilização que põe em risco a vida do usuário, visto que o mesmo precisa se provar como um ideal de "macho" no meio em que está inserido.



Fonte: <https://www.istockphoto.com/br>

Sugestão para maior entendimento por parte dos adolescentes e recursos necessários:

Utilizar termos conhecidos pelos mesmos, convidando-os a compartilhar suas próprias visões e experiências com as substâncias. Além disso, os facilitadores também podem participar ativamente da atividade, na tentativa de auxiliar na cooperação e desmistificar a imagem da equipe como autoridades alheias aquele ambiente. E é fundamental que a equipe não se coloque num lugar de "moralização" ou condenação do uso de drogas e sim estarem atentos a como essa questão se coloca em nossa cultura.

Para realização da atividade, são necessários alguns materiais, tais como folhas de papel A4 em branco, lápis e canetas e uma cartolina. Além disso, por se tratar de um trabalho manual, é preciso que, no local, tenha a disponibilidade de, ao menos, uma mesa com cadeiras que acomodem a todos.

Por se tratar de um grupo homogêneo, propõe-se a elaboração de dinâmica onde os participantes são divididos em trios, sendo demandado deles que conversem, entre si, sobre seus gostos pessoais e suas experiências, bem como a anotação ou representação (caso algum membro não saiba escrever) das drogas conhecidas por eles, perguntando, inclusive, quais os nomes que eles usam para algum tipo de droga.

Ao final, esses pontos serão apresentados e discutidos pelo grande grupo, a fim de puxar reflexões acerca da cooperação, respeito e importância de desmistificar alguns estereótipos, como os que atingem a equipe.

Possíveis perguntas disparadoras



- Quais diferenças e semelhanças foram encontradas durante as trocas do grupo?
- Como vocês enxergam essas diferenças ou semelhanças?
- Como vocês entendem o uso de drogas dentro de uma comunidade?
- Ao fazerem uso, vocês dividiam com alguém os instrumentos (seringa, cigarro, etc)?
- Para vocês, existe alguma diferença no uso e na forma dele entre homens e mulheres?
- O uso de drogas, para vocês, representa o que? O que vocês relacionam a isso ou a falta disso?

Fonte: <https://www.istockphoto.com.br>

Algumas referências sugeridas sobre o tema:

LOPEZ, S. B.; MOREIRA, M. C. N. Políticas Nacionais de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens e à Saúde do Homem: interlocuções políticas e masculinidade. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 18, p. 743-752, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000300020&lng=en&nrm=iso.

MENDOZA, A. O uso de álcool na adolescência, uma expressão da masculinidade. Dissertação (Pós-Graduação em Enfermagem Psiquiátrica) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2004. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22131/tde-28042005-094435/publico/DO-Mendoza_A_Z.pdf.

MORAES, M. Gênero e drogas: contribuições para uma atenção integral à saúde. Instituto PAPAI: Recife, 2011.



Fonte: <https://www.istockphoto.com.br>

8. O que é ser homem? Guia educativo para psicólogos.

DINÂMICA 3: TROCA DE PAPÉIS

Temática: Gênero e masculinidade.

Formato: Inversão de papéis (Psicodrama).

Objetivo:

- Compreender as problemáticas acerca do debate de gênero, sexualidade e a masculinidade, tais como a violência de gênero, por meio da dinâmica de 'Inversão de Papéis', visando promover a quebra de estigmas e assim oportunizar um maior bem-estar no cotidiano das relações interpessoais dos adolescentes.
- Refletir e auxiliar na compreensão do conceito de gênero com os adolescentes e, com essa experiência, promover o combate à violência e desigualdades de gênero existentes nas relações interpessoais vivenciadas junto ao CASE e, possivelmente, fora dele.

Justificativa

É necessário construir um diálogo a respeito das questões que perpassam a temática de gênero, sexualidade e masculinidade, a fim de promover a quebra de estigmas e, dessa forma, oportunizar a reflexão sobre as formas de relações estabelecidas socialmente e individualmente por esses adolescentes e os impactos das mesmas em suas vidas. Além disso, ajuda a compreender como algumas práticas expõem os sujeitos a situações de vulnerabilidade.

Sugestão para maior entendimento por parte dos adolescentes e recursos necessários:

É importante a equipe, antes mesmo de iniciar as encenações entre os adolescentes, exemplificar alguma situação, tornando visível aos mesmos como a atividade deve ser conduzida quando chegar a vez deles.

A atividade será realizada em um encontro, consistindo na elaboração e apresentação, pelos participantes, de cenas cotidianas refletindo sobre os estereótipos de gênero e suas implicações, baseando-se na dinâmica psicodramática de 'inversão de papéis'. Os recursos necessários se limitam ao espaço físico e cadeiras.

Tempo a ser utilizado:

Estima-se um tempo total de 30 minutos, onde a apresentação/introdução da atividade deve durar, em média, 3 minutos; a divisão dos trios, 2 minutos; a decisão das encenações, 5 minutos; as encenações em si, tomando maior parte do tempo, precisando ser definido a duração de cada trio, não devendo essa fase ultrapassar, no total, 10 minutos; e, por fim, o debate em cima da atividade, focando nas encenações e base teórica, 5 a 10 minutos.

Possíveis situações a serem encenadas:

- Homem abordando uma mulher que passa na rua, enquanto outro observa.
- Uma mulher é xingada numa rua com muitas testemunhas em volta.
- Briga entre marido e mulher.
- Polícia chegando na casa de casal e se recusando a prestar a queixa de violência.

Perguntas disparadoras:

- Quais sensações essas situações trouxeram para vocês?
- Se estivesse no lugar de algum deles, o que você faria de diferente ou igual?
- Você já observou alguma dessas situações acontecendo na vida real? Como se comportou naquele momento?

9. O que é ser homem? Guia educativo para psicólogos.

Algumas referências sugeridas sobre o tema:

FAUSTINO, S. R. O. Navegar nas águas da socioeducação: um aprofundamento sobre gênero, sexualidades e masculinidades. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2019.

FOUCAULT, M. História da Sexualidade I: A Vontade de Saber. Graal: Rio de Janeiro, 1993.

SANTOS, M. A. et al. Grupo operativo com adolescentes em um núcleo da assistência social: a questão da identidade de gênero. Vínculo, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 51-58, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902015000100008&lng=pt&nrm=iso.

SILVA, A. K. L. S. Diversidade sexual e de gênero: a construção do sujeito social. Rev. NUFEN, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 12-25, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912013000100003&lng=pt&nrm=iso

— 24 —

DINÂMICA 4: O TABULEIRO VIVO

Justificativa

Temática: Sexualidade e saúde.

Duração: 20 a 30 minutos.

Objetivo

Fixação das discussões atreladas a sexualidade, ISTs, prevenção de doenças e gravidez, sexo, orientação sexual e dúvidas que os adolescentes possam vir a ter.

A sexualidade é um grande aspecto da vida humana, engloba relações, atrações e vivências. É importante conversar com adolescentes sobre essa questão, pois estão em fase de desenvolvimento e independente da vida sexual ter iniciado, o jovem pode ter dúvidas, receios, medos. Relacionando com a masculinidade, conversar sobre sexualidade ajuda a quebrar tabus acerca da orientação sexual do próximo e até a própria, além da diminuição de falas e atitudes preconceituosas, a conscientização sobre ISTs e da prevenção da gravidez. Além de incentivar ao adolescente do gênero masculino a procurar ajuda tanto para tirar dúvidas, quanto para melhorar sua saúde no que diz respeito a prevenção e promoção, já que é comum homens não procurarem ajuda por ser "coisa de gente fraca", sempre se agarrando a uma imagem de virilidade inabalável.

10. O que é ser homem? Guia educativo para psicólogos.

Estratégias e recursos necessários:

É preciso a elaboração de um jogo de tabuleiro em tamanho real, além da criação de um dado grande, com 30 centímetros e até o número seis. Alguns materiais como cartolina ou papel A4 colorido serão necessários para serem feitas as casas do tabuleiro e recortes de papéis para colar em cima da cartolina com as informações. Além disso, para a realização desse jogo, é preciso um local espaçoso para que os adolescentes possam se locomover.



INÍCIO

VAMOS FALAR SOBRE SEXUALIDADE E SAÚDE?

Os adolescentes ficam nesse espaço e sorteiam o dado para ver a ordem de quem vai primeiro, caso não haja um consenso dos jogadores. Depois inicia o jogo.

VOCÊ QUER INICIAR SUA VIDA SEXUAL DA FORMA MAIS SEGURA POSSÍVEL, PARA ISSO, PROCUROU TIRAR DÚVIDAS E PEDIR AJUDA A EQUIPE TÉCNICA. VOCÊ ESTÁ COMEÇANDO BEM! AVANCE UMA CASA.

ANTES DE INICIAR SUA VIDA SEXUAL VOCÊ PROCUROU A EQUIPE PARA PEDIR CAMISINHAS E GEL LUBRIFICANTE. PARABÉNS, VOCÊ QUER FAZER SEXO SEGURO! AVANCE 2 CASAS.

RODADA DE PREGUNTA! QUais OS RISCOS DE FAZER SEXO SEM PROTEÇÃO?

"DESCOBRI QUE TENHO UMA IST, ENTÃO, AVISEI A PESSOA COM QUEM ME RELACIONO, PARA ELA BUSCAR TRATAMENTO TAMBÉM" PARABÉNS! AVANCE 3 CASAS

PARABÉNS, VOCÊ ENTENDEU QUE HOMOSSEXUALIDADE, BISSEXUALIDADE E MUDANÇA DE GÊNERO NÃO SÃO ERRADOS! INFORME A TODOS AO SEU REDOR! AVANCE 3 CASAS

VOCÊ PAROU DE TIRAR ONDA SOBRE A SEXUALIDADE DO SEU COLEGA E ENTENDEU QUE ISSO É DIFERENTE DE PESSOA PARA PESSOA! MUITO LEGAL! AVANCE 2 CASAS.

PARA CHECAR SE VOCÊ ESTÁ LIGADO(A) MESMO, O QUE É ORIENTAÇÃO SEXUAL? É POSSÍVEL ESCOLHE-LÁ?

"COMECEI A TRANSAR SÓ PRA AGRADEcer A PESSOA QUE ME RELACIONO, MESMO SEM TER VONTADE!" CUIDADO! NÃO DEVEMOS ABIR NOSSO DIREITO DE ESCOLHA, QUAI'S AS OUTRAS COISAS QUE VOCÊ ANDA FAZENDO SEM QUERER? FIQUE UMA RODADA SEM JOGAR PARA REFLETIR.

VOCÊ SABE QUE DEMONSTRAR CARINHO POR ALGUMÉ NÃO QUER DIZER QUE VOCÊ QUER TRANSAR COM ESSA PESSOA. ABRAÇOS E PALAVRAS BONITAS SÃO SEMPRE BEM-VINDOS! AVANCE UMA CASA

AH NÃO, VOCÊ SABE DE TODAS AS FORMAS DE EVITAR DSTS E GRAVIDEZ, MAS NÃO AS USA. POR QUE SERÁ? VOLTE PRO INÍCIO DO JOGO E REPENSE AS SUAS ATITUDES E REFAÇA SEU CAMINHO.

CHEGADA

VOCÊ ENTENDEU SOBRE ASPECTOS IMPORTANTES DA SEXUALIDADE! ESPALHE PARA TODOS, CONHECIMENTO SEMPRE É BOM!

11. O que é ser homem? Guia educativo para psicólogos.

Algumas referências sugeridas sobre o tema:

BARBOSA, L. U. et al. Dúvidas e medos de adolescentes acerca da sexualidade e a importância da educação sexual na escola. *Acervo Saúde*, v. 12, n. 4, 2020. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/2921/1569>.

BOUZAS, I. et al. Orientação dos principais contraceptivos durante a adolescência. *Adolescência & Saúde*, v. 1, n. 2, p. 27-33, 2004. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/adolescenciaesaude.com/pdf/v1n2a07.pdf>.

COSTA, M. C. O. et al. Sexualidade na adolescência: desenvolvimento, vivência e propostas de intervenção. *Jornal de Pediatria*, v. 77, n. 2, p. 217-224, 2001. Disponível em: <http://www.jped.com.br/conteudo/01-77-s217/port.pdf>.

GOMES, R. (Org). *Saúde do homem em debate*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

MARTINS, C. B. G. et al. Sexualidade na adolescência: mitos e tabus. *Ciencia y Enfermaria*, v. 18, n. 3, p. 25-37, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3704/370441811004.pdf>.

Fonte: <https://www.istockphoto.com/br>



DINÂMICA 5: VAMOS TRABALHAR A SAÚDE MENTAL!

Justificativa

Temática: Resgate da subjetividade e saúde mental.

Duração: 20 a 30 minutos.

Objetivo

Compreender a importância da saúde mental na vida dos adolescentes e estimular o sentimento de pertença e perspectiva de futuro nos mesmos.

Esse tema é necessário e talvez o mais complicado de conversar. É de extrema importância que os profissionais que forem realizar esses grupos estejam preparados mentalmente e teoricamente para o debate.

A atividade surge como uma forma deles resgatarem sua identidade e seus sonhos que foram perdidos com a internação. É inevitável que o assunto vá ficar incômodo e inquietante, por isso, é fundamental o manejo para guiar a conversa para algo que seja, no final, positivo. É preciso pensar na reinserção social do adolescente, visto que a internação o isola e o exclui da sociedade. Vale ressaltar que, provavelmente, ele sente-se desvalorizado e inferiorizado devido à posição em que se encontra. A masculinidade pode vir como fator de risco nessa situação, já que é comum esperar que o homem honre sua virilidade e seja rival do próximo, então, toda a pressão em "ser homem de verdade" prejudica mais ainda a visão que o adolescente tem de si, muitas vezes se recluindo e se recusando a falar com alguém sobre essas questões relacionadas à saúde mental.

12. O que é ser homem? Guia educativo para psicólogos.

Estratégias e recursos necessários

Para essa dinâmica, é preciso papéis, lápis coloridos e um local onde os adolescentes possam escrever ou desenhar algo como resposta para a pergunta: "Se eu não fosse quem sou hoje, quem eu gostaria de ser?", fazendo com que eles venham a refletir sobre seus planos do passado e do futuro. Após eles terem respondido no papel, outra pergunta pode ser feita: "O que te impede de ser quem você deseja?".

É, também, importante usar imagens de homens jovens (ou não) famosos (ou não) jogadores de futebol, cantores/músicos, atores, profissionais de saúde, etc. Sempre mostrando as variadas alternativas de carreiras profissionais. Pode-se utilizar de colagens em cartolinhas para melhor mostrar.

Algumas referências sugeridas sobre o tema

ALBUQUERQUE, F. P. Agravos à saúde mental dos homens envolvidos em situações de violência. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5137/tde-03092012-100819/en.php>.

GOMES, R. (Org). Saúde do homem em debate. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

ROCHA, L. B. A influência das relações familiares no comportamento infrator de adolescentes. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Escola de Direito e Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica, Goiás, 2020. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/187>.

SANTOS, M. C. A saúde mental de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto: abordagens das equipes técnicas. Dissertação (Mestrado em Saúde Mental e Atenção Psicossocial) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215609>.

SCHREINER, G. A construção cultural dos papéis sociais: Adolescência, masculinidade e conflito com a lei. Apostila do Curso de Trabalho Social com Adolescentes e suas Famílias em Conflito com a Lei da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.

13. O que é ser homem? Guia educativo para psicólogos.

CONCLUSÃO

Chegamos ao fim do guia, mas não no fim da discussão sobre masculinidade! Esse tópico deve ser falado sempre que possível para auxiliar os adolescentes na construção de sua identidade.

Retomem os assuntos com eles, verifiquem se eles entenderam tudo que foi trazido à tona. Repitam a atividade se for necessário, repitam a explicação, ajude-os a esclarecer dúvidas, pode ser uma experiência rica tanto para eles quanto para as equipes. Destaca-se aqui, também, a importância da escuta desses adolescentes! Afinal, as dinâmicas são apenas recursos para a fala e reflexão! Além disso é interessante ressaltar que eles podem procurar espaços individuais na instituição, caso queiram falar mais sobre os assuntos tratados nas oficinas!

Mas e afinal, o que é ser homem?
Boa sorte!



Fonte: <https://www.istockphoto.com.br>

REFERÊNCIAS

- BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- FAUSTINO, S. R. O. Navegar nas águas da socioeducação: um aprofundamento sobre gênero, sexualidades e masculinidades. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2019.
- FILATRO, A. Design instrucional contextualizado: educação e tecnologia. São Paulo: SENAC, 2004.
- GUERRA, V.M. et al. Concepções da masculinidade: suas associações com os valores e a honra. Psicologia e Saber Social, Espírito Santo, v. 4, n. 1, p. 72-88, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psisabersocial/article/view/14840/12963>.
- SANTOS, M. A. et al. Grupo operativo com adolescentes em um núcleo da assistência social: a questão da identidade de gênero. Vínculo, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 51-58, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902015000100008&lng=pt&nrm=iso.
- SEPARAVICH, V. M.; CANESQUI, A. M. Saúde do homem e masculinidades na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: uma revisão bibliográfica. Saúde Soc., São Paulo, v.22, n.2, p.415-428, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902013000200013&script=sci_abstract&tlang=pt.
- VASCONCELOS A.C.S et al. 'Eu virei homem!': a construção das masculinidades para adolescentes participantes de um projeto de promoção de saúde sexual e reprodutiva. Saúde Soc., São Paulo, v. 25, n. 1, p. 186-197, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-129020160001001865.
- OLIVEIRA, CS. Sobre vivendo no inferno: a violência juvenil na contemporaneidade. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2001.
- VOLPI, M. O adolescente e o ato infracional. São Paulo: Ed. Cortez, 2011.

14. O que é ser homem? Guia educativo para psicólogos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal proposta da criação deste guia foi a de ampliar a discussão acerca da masculinidade dentro do contexto de atendimento a adolescentes em conflito com a lei, oferecendo subsídios para profissionais do sistema socioeducativo auxiliarem na reflexão sobre padrões estereotipados desses comportamentos com tais sujeitos. O mesmo possibilita uma compreensão das medidas socioeducativas e do contexto social que envolve o adolescente infrator, abrindo margem para interpretações que possuam recortes interseccionais, sejam eles de raça, gênero, geração ou orientação sexual, bem como dispõe de diferentes formas de intervenção, por meio de dinâmicas grupais, que viabilizem esses diálogos entre equipe e adolescentes.

O estudo visou tal conhecimento ao pensar nas possibilidades de atuação dos profissionais de psicologia no sistema socioeducativo, de modo a auxiliar no trabalho desenvolvido dentro das unidades, propiciando assim espaços de discussões e reflexões acerca do tema, apresentando o conceito de masculinidade e as formas como ele se apresenta na sociedade, no meio adolescente e na socioeducação.

No que tange à prevenção e promoção de saúde e direitos nesses locais, a expectativa é de que seja dada a real importância à temática, principalmente ao se levar em conta a existência forte da mesma nesse contexto, tornando esses comportamentos, muitas vezes, danosos, visíveis e contribuindo para uma melhor escuta e reconhecimento dessas questões, tanto pelos adolescentes quanto pelas equipes e profissionais. Além de que, a partir do (re)conhecimento, fica possível que os mesmos desenvolvam suas próprias formas de enfrentamento e empoderamento de tais problemáticas, auxiliando numa melhor qualidade de vida e de relações consigo e com os outros.

Dessa forma, acredita-se que o presente estudo poderá contribuir para o entendimento do público-alvo acerca da masculinidade e das maneiras como ela influencia em suas vidas.

REFERÊNCIAS

Ariés, P. (1986). *História social da infância e da família*. Rio de Janeiro, RJ: LTC.

Assis, S. G., & Constantino, P. (2005). Perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(1), 81-90. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v10n1/a08v10n1.pdf>

Bourdieu, P. (1997). *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand.

Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. (1990). Brasília. Recuperado de www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm

Butler, J. (2019). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

Cadilhe, A. J. (2018). “Uma conversa de homem pra homem, ele disse”: performances de masculinidades em narrativas cariocas ficcionais. *REVELL*, 2, 37-59. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/REV/article/view/2807>

- Calligaris, C. (2000). *A adolescência*. São Paulo, SP: Publifolha.
- Campista, V. (2004). Adolescentes fora-da-lei: o desejo (em)cena. *Revista Vértice*, 6(2), 117-130. Disponível em: https://www.academia.edu/44712419/Adolescentes_fora_da_Lei_O_desejo_e_m_cena
- Ciarallo, C. R. C. A., & Almeida, A. M. (2009). O Conflito entre Práticas e Leis: a Adolescência no Processo Judicial. *Fractal Revista Psicologia*, 21(2), 613-63. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922009000300014&lng=en&nrm=iso.
- Eisenstein, E. (2005). Adolescência: definições, conceitos e critérios. *Adolêscencia & Saúde*, 2(2), 6-7. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/adolescenciaesaude.com/pdf/v2n2a02.pdf>
- Faustino, S. R. O. (2019) Navegar nas águas da socioeducação: um aprofundamento sobre gênero, sexualidades e masculinidades. *Revista Artes de Educar*, 5(1), 8-29. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/download/39657/29611>
- Filatro, A. (2004). *Design instrucional contextualizado: educação e tecnologia*. São Paulo, SP: SENAC.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2019). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo, SP: FBSP.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2017). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo, SP: FBSP.
- Foucault, M. (2014). *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro, RJ: Vozes.
- Herz, M., & Johansson, T. (2015). The Normativity of the Concept of Heteronormativity. *Journal of Homosexuality*, 62(8). Available in: https://www.researchgate.net/publication/272842543_The_Normativity_of_the_Concept_of_Heteronormativity
- Lima, S. C. P. (2003). *O bem e o mal da lei: a liberdade assistida sob a perspectiva do adolescente infrator*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, PE, Brasil. Recuperado em português de <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9945>
- Marinoski, L. D. (2016). *O Adolescente Infrator na Mídia TV: Diálogos Interdisciplinares*. Dissertação de pós-graduação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, PR, Brasil. Recuperado em português de <http://tede.unioeste.br:8080/tede/handle/tede/2586>
- Nardi, F. L., & Dell'Aglio, D. D. (2010). Delinquência juvenil: uma revisão teórica. *Acta Colombiana de Psicología*, 13(2), 69-77. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-91552010000200007&lng=en&nrm=iso

Oliveira, P. A. S., & Alves, L. (2017). Tensionando infância, gênero, sexualidade e educação: uma narrativa sobre o percurso de um movimento de pesquisa. *Fazendo Gênero*, 13, 1-12. Recuperado de http://www.enwwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499427130_ARQUIVO_ArtigoFazendoGenero.pdf

Ozella, S., & Aguiar, W. M. J. (2008). Desmistificando a concepção de adolescência. *Caderno Pesquisa*, 389(133), 97-125. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742008000100005&lng=en&nm=iso

Praun, A. G. (2011). Sexualidade, gênero e suas relações de poder. *Revista Húmus*, 1(1), 55-65. Disponível em:
<https://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/1641>

Rocha, L. B. (2020). *A influência das relações familiares no comportamento infrator de adolescentes*. Dissertação de graduação, Pontifícia Universidade Católica, Goiânia, GO, Brasil. Recuperado em <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/187>

Salles, L. M. F. (2005). Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos. *Estudos Psicologia*, 22(1), 33-41. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2005000100005&lng=en&nm=iso

Valente, M. M. D. (2012). *Empatia e agressividade na adolescência e sucesso escolar*. Dissertação de mestrado, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Vinuto, J., Abreo, L. O., & Gonçalves, H. S. (2017). No fio da navalha: efeitos da masculinidade e virilidade no trabalho de agentes socioeducativos. *Plural*, 24(1), 54-77. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/126635>

Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 460-482. Disponível em:
<https://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8635.pdf>

World Health Organization. (1986). *Study group on young people's health: a challenge for society*. Geneva, CH: WHO.

CICATRIZES DA ESCOLA: Como a Lgbtfobia Afeta a Vida dos Estudantes

Scars From School: How the LGBTphobia Affects the Life of Students

Guilherme Seiji Hocama⁴

Nadia Sabchuk⁵

RESUMO: A violência escolar afeta até 70% da população, alterando significativamente o aproveitamento dos estudos. Assim, o objetivo desse trabalho foi caracterizar como se dá a violência contra a comunidade LGBT, bem como os agentes, locais, efeitos e medidas tomadas por todos os envolvidos dentro das escolas. Esse trabalho é uma pesquisa qualitativa baseada em entrevistas semiestruturadas. No total, foram entrevistadas 19 pessoas, sendo treze alunos vítimas de LGBTfobia durante o período escolar e seis professores, com idades entre 20 e 48 anos. Todos os professores afirmaram já ter presenciado situações preconceituosas contra a população LGBT e todos os alunos afirmaram ter sofrido algum tipo de violência, seja física ou psicológica. Ficou clara também a necessidade de mudança da grade curricular das graduações formadoras de professores, de modo a instrumentalizar esses profissionais a tratarem desses assuntos nos espaços de educação.

PALAVRAS-CHAVE: *Bullying; Preconceito; Diversidade; Violência.*

ABSTRACT: School violence affects up to 70% of the population, significantly decreasing academic performance. Concerning LGBT populations, the rates may reach even higher levels. Therefore, the main aim of this paper is to describe violence against the LGBT community, as well as the places, agents, effects, and measures taken by those involved within schools. This is a qualitative study based on semi-structured interviews. A total of 19 participants took part in the study, including thirteen students who were victims of LGBTphobia during their school years and six teachers, aged 20 to 48 years. All teachers reported having witnessed prejudiced situations against LGBT students, and all students reported having suffered some form of violence, whether physical or psychological. The study also highlights the need for curricular changes in teacher-training programs, in order to provide educators with appropriate tools to address these issues within educational settings.

KEYWORDS: *Bullying; Prejudice; Diversity; Violence.*

INTRODUÇÃO

A violência escolar afeta até 70% dos alunos, seja dentro ou no entorno das escolas (UNICEF, 2014), o que resulta no menor aproveitamento escolar das vítimas (ALCÂNTARA *et al.*, 2019), aumentada em grupos que não se encaixam nas normas sociais e de gênero

⁴ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) | <http://orcid.org/0000-0001-5070-4899> | ghocama@gmail.com

⁵ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) | <https://orcid.org/0000-0003-3573-1375> | nadia.sabchuk@ifpr.edu.br

heteronormativas (PINHEIRO, 2006). Essas ações de violência resultam em marcas permanentes tanto na saúde quanto na vida social dos indivíduos, tendo como uma das principais consequências a evasão escolar (OMS, 2015).

O ambiente escolar deixou de ser encarado como local exclusivo de educação formal, passando a atuar como local de socialização dos indivíduos. Dentro dessa perspectiva, entende-se que os assuntos abordados dentro de seus limites físicos são determinantes para o desenvolvimento moral, ético e coletivo dos alunos (SILVA, 2005). Por essa razão, os documentos oficiais garantiam o acesso a temas transversais, como raça, gênero e sexualidade (BRASIL, 1998).

Desde a proposição dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) em 1996 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1997, a temática homossexual sempre foi ignorada dentro das salas de aula, principalmente devido a dois pontos: a pressão social em busca da higienização das relações familiares, constituída apenas por casais heterossexuais e quase sempre justificadas pela presença de casos de HIV dentro da comunidade LGBT (MONTEIRO & RIBEIRO, 2019) e a negligência dos temas devido à falta de capacitação dos professores para lidar com a educação sexual e temas correlacionados (RAMIRO & MATOS, 2008).

No Brasil, esse cenário tende a piorar com o lançamento da Base Nacional Comum Curricular, onde as discussões e termos relacionados à identidade de gênero e “orientação sexual” foram retirados do currículo, devido à crescente onda conservadora que tomou conta do país (BRASIL, 2017). O fato dessas discussões serem extintas formalmente das escolas tem efeitos devastadores, uma vez que é nesses ambientes que os tabus criados em ambientes não formais são desmistificados e desmembrados (FIGUEIRÓ, 2007; MONTEIRO & RIBEIRO, 2018), dando ferramentas cognitivas para que os alunos sejam capazes de pensar temáticas sexuais sem vieses ideológicos familiares ou religiosos, por exemplo.

Entendendo que a escola é um ambiente no qual há o despertar das relações sociais e, consequentemente, as relações de gênero e sexualidade (LOURO, 2007; JOCA, 2011), o estabelecimento do sentido e dos valores que se relacionam com esses comportamentos (ALTMAN, 2001), a exclusão destes temas – identidade de gênero e orientação sexual – dos currículos pode trazer consequências diretas às populações vulneráveis, como o sentimento de ridículo, desviante e inadequado (LOURO, 1997, NARDI, 2006), principalmente quando se considera que as políticas públicas deveriam priorizar o combate da violência contra a criança e ao adolescente (CARNEIRO, 2019), como previsto na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente, onde se lê:

Art. 227. Dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, [...], além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990).

Dentro do contexto escolar, faz-se também necessário salientar que não apenas essas identidades são construídas, mas também os papéis de gênero, ou seja, o comportamento social e cultural esperado por cada um deles (SÃO PAULO, 2014). Quando o indivíduo se encontra divergente dos padrões patriarcais esperados (BORRILLO, 2010), a LGBTfobia – a discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis – torna-se mais evidente, às vezes

dentro da própria comunidade (BATISTA, 2013; SILVA & BARRETO, 2012; SILVA & SALLES, 2010).

Buscar entender os mecanismos responsáveis pela LGBTfobia no ambiente escolar, bem como onde e como esses atos de violência ocorrem, é passo básico para a prevenção. Assim, o objetivo desse trabalho foi caracterizar como se dá a violência contra a comunidade LGBT, bem como os agentes, locais, efeitos e medidas tomadas por todos os envolvidos dentro das escolas.

PERCURSO METODOLÓGICO

Esse trabalho é uma pesquisa qualitativa baseada em entrevistas semiestruturadas, com perguntas fechadas para a caracterização da população estudada e perguntas abertas para relato das memórias de cada um dos participantes (BONI & QUARESMA, 2005). O objetivo final foi identificar as situações vividas dentro do ambiente escolar – a saber, o Ensino Fundamental II e Ensino Médio –, que tivessem alguma relação com a orientação sexual ou identidade de gênero dos indivíduos, representando um recorte espaço/temporal específico, caracterizando-se como história de vida tópica (MINAYO, 1993).

Após a submissão e aprovação do projeto pelo Comitê de Ética do Instituto Federal do Paraná de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, sob protocolo número 3.331.849, foi feita a divulgação da pesquisa em redes sociais, para que a participação fosse feita de modo voluntário. Esse cuidado referiu-se ao fato de a descrição dos eventos potencialmente servir de gatilhos emocionais aos entrevistados e, assim, apenas indivíduos dispostos a relatar tais situações seriam selecionados. Outro ponto que delimitava a seleção era a necessidade de os indivíduos terem estudado, ou dado aulas, na cidade de Londrina. Por ser um evento social, a LGBTfobia poderia tomar diferentes caras, caso fosse aberto um espaço muito amplo de vivência.

Após o contato, as entrevistas foram marcadas de acordo com a disponibilidade dos voluntários, em locais reservados. As entrevistas tiveram duração de 20 minutos a 1 hora e 30 minutos, dependendo dos relatos pessoais. As entrevistas foram gravadas e transcritas para posteriores análises.

Para proteger a identidade dos participantes, os nomes foram trocados por siglas, constituídas por quatro letras (a primeira referente a aluno (A) ou professor (P); a segunda aos papéis de gênero autoidentificados, podendo ser feminina (M), não-binária (N) ou masculina (H); a terceira em relação à identidade de gênero Cisgênero (C) ou Transgênero (T) e a quarta às orientações heterossexual (S), homossexual (H), bissexual (B) ou assexual (A) e um numeral (indicando a ordem alfabética dos entrevistados). A partir desse material, foi realizada a Análise de Conteúdo dos discursos. Os relatos puderam ser classificados de acordo com os locais em que as violências ocorreram, os agentes de violência, efeitos psicológicos e físicos, apoio e presença da escola e direção, apoio e presença de amigos e implicações para a história de vida, por exemplo. A partir dessas classificações, pudemos entender quais as principais situações sofridas pelas vítimas, bem como identificar onde e como aconteciam.

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

Ao todo, foram entrevistadas 19 pessoas, sendo treze alunos vítimas de LGBTfobia durante o período escolar e seis professores que relataram já terem presenciado atos de violência de alguma forma contra os estudantes em ambiente escolar. Dentre todos os entrevistados, treze tinham até 25 anos. Dos que possuíam mais de 25 anos, três eram professores e três eram estudantes. O egresso mais novo possuía 20 anos e o mais velho, 48. Entre os professores, o mais novo tinha 23 anos e o mais velho, 40.

Dentre os estudantes, dez se identificavam como homens cisgêneros, duas como

cisgêneras, enquanto uma entrevistada se identificava como mulher transgênera. Em relação à orientação sexual, todos os homens declararam que se identificavam como homossexuais. Entre as mulheres, uma se identificava como assexual, uma como bisexual e uma como homossexual. Todos os entrevistados terminaram o ensino médio, sendo que nove apenas em escolas públicas, um apenas em escola particular e três passaram períodos em ambas. Do total de entrevistados, as mulheres relataram ter sofrido constrangimentos principalmente por parte dos professores e da direção da escola em episódios bem pontuais, enquanto para os homens, a violência era mais frequente e com origem tanto por parte dos colegas quanto dos professores.

Entre os voluntários, as meninas foram as primeiras a se apresentarem, respondendo diretamente nas postagens que foram feitas nas redes sociais, bem como foram as entrevistas mais rápidas, com tempo médio de 30 minutos, incluindo a mais rápida, com 23 minutos. Isso está diretamente relacionado com o fato de as situações terem sido mais pontuais. Já os meninos apareceram aos poucos, muitos marcados por amigos nas postagens e alguns até por indicação, com os posts tendo sido mandados para eles (como relatado antes de as entrevistas começarem). A entrevista mais longa foi entre eles, com 1h29 minutos de duração, e com média de 45 minutos, onde todos relataram situações frequentes de *bullying* de origem LGBTfóbica.

Já entre os professores, quatro se identificaram como homens cisgêneros, um se identificou como não-binário e uma mulher se identificou como cisgênera. Em relação à orientação sexual, dois professores se declararam heterossexuais e quatro se identificaram homossexuais. Do total, três atuaram em escolas públicas apenas e os outros três deram aulas tanto em escolas públicas quanto particulares. Dentre eles, apenas um afirmou não ter sido vítima de *bullying* enquanto estava em período escolar. Entre esses professores, todos afirmaram ter percebido que havia intimidações dentro das salas, mas que nem sempre interferiram diretamente, tornando-se mais atuantes com o aumento do tempo de docência e, consequentemente, de experiência.

OS LOCAIS DE VIOLENCIA

Os entrevistados relataram violências sofridas em todos os horários e ambientes escolares. Nos horários de entrada e saída, tanto nos corredores quanto no pátio, a grande quantidade de alunos circulando facilita que os insultos passem despercebidos por inspetores, sendo muito frequentes, como relatado por AHCH09: “[...] nesse local (corredor de entrada), algumas vezes aconteceu de eu entrar e as pessoas dizerem que eu deveria morrer [...]”, e também AHCH13 lembra que “[...] ele me empurrou numa poça de lama, e tive que ficar com a camiseta suja, porque só tinha aquela [...]”. Nos banheiros onde a permanência de responsáveis também é menor, aconteceram episódios de intimidação e constrangimento, como dito por AHCH12: “[...] me encurralaram no banheiro e queriam tirar minha calça [...]”. Mas a violência também acontecia dentro das salas de aula, mesmo com a presença dos docentes. Em alguns casos, até o ambiente externo da escola transformava-se numa extensão para as violências, como relatado por AHCH10: “[...] ele ficou me seguindo por vários quarteirões, teve uma hora que ele abriu a bolsa e eu fiquei com medo, achei que podia tirar uma faca ou alguma coisa assim [...]”. Outros autores já identificaram esses locais como palco das intimidações, como nos corredores de entrada e saída, no pátio durante os intervalos, durante o horário de recreio, banheiros e dentro das próprias salas de aula (BATISTA, 2013; BORILLO, 2010; DIAZ & SOUZA, 2010; GOMES, 1996; LOURO, 1997).

Outro local que foi citado diversas vezes durante as entrevistas foram as aulas de Educação Física. O entrevistado AHCH07 relata que “[...] eu era obrigado a jogar futebol, daí uma vez fiz um

gol contra, daí os meninos tentaram partir pra cima de mim. Um deles veio e me deu um chute na canela [...]. Um comportamento usual nessas aulas é a separação entre meninos e meninas, o que, para os indivíduos que não se encaixam em papéis de gênero pré-definidos, torna-se local de vulnerabilidade.

As aulas de Educação Física são espaços “onde os corpos, gêneros e sexualidades são incitados ao discurso” (PRADO & RIBEIRO, 2010), tornando-se local primordial de conhecimento de comportamentos e interesses sexuais e, assim, local também de conscientização sobre a diversidade. No entanto, os currículos universitários deste curso raramente abordam essas questões (ALTMANN, 2013), formando profissionais frequentemente despreparados para lidar com a Educação Sexual.

O professor é a figura responsável dentro da sala de aula e tem, por preceito, trabalhar os temas sujeitos ao preconceito de maneira imparcial, apesar de sua prática ser diretamente influenciada pelas próprias experiências, podendo comprometer seu discurso (PERRENOUD, 2009), enviesando o modo como eles acontecem. As ações promovidas pelo docente são essenciais para a determinação do sucesso no processo de ensino-aprendizagem, particularmente para o jovem LGBT.

OS AGENTES DA VIOLÊNCIA

Os principais agentes de violência foram os próprios colegas dos estudantes. No entanto, em alguns casos, a origem do preconceito foram os próprios docentes ou a gestão escolar. Assim como a prática pode ser influenciada por ideologias próprias dos professores, suas atitudes dentro das salas de aula também o são. Durante as entrevistas, houve relatos de comentários de cunho LGBTfóbico feitos pelos responsáveis da sala, como AHCH09 que diz que “[...] teve até uma professora que começou a dar risada dos meus trejeitos [...]” ou a omissão deles, como relata AHCH06 “[...] os professores ouviam as brincadeiras, mas nunca faziam nada[...]” e AHCH10 “[...] O professor nem falava comigo, não dava atenção[...].” Os professores são responsáveis por práticas sutis de preconceito dentro de seus discursos – como a não utilização do nome social, uso de brincadeiras e piadas, ou mesmo por não coibirem comentários pejorativos em sala (PRADO & JUNQUEIRA, 2011), que podem passar despercebidos pela maioria, mas afetam diretamente alunos que se identificam nestas falas.

Sem surpresas, os principais agentes de *bullying* LGBTfóbico relatados pelos entrevistados foram em relação aos colegas, passando pelos diferentes níveis de violência, desde comentários não direcionados, xingamentos diretos, intimidações e ataques físicos, a exemplo do observado em outros estudos (MASON & PALMER, 1996; TRENCHARD & WARREN, 1984). Dentre estes, o principal tipo de *bullying* comentado nas entrevistas foi o verbal. Todos os alunos entrevistados declararam que durante o período escolar ouviram, direta ou indiretamente, verbalizações de preconceito que se direcionavam à sua orientação sexual e, em alguns casos, aos trejeitos apresentados por esses indivíduos. Em alguns casos, a fala apresentada pelos colegas variava entre xingamentos como “viadinho” ou “boiola”, até comparações com criminosos, como relata o indivíduo AHCH04 que, numa conversa, ouviu de um colega que “[...] homossexuais deveriam ir para o inferno, pois essa condição é tão ruim quanto matar uma pessoa”.

A violência física, apesar de menos comum, esteve presente em pelo menos quatro casos, que variavam desde assédio físico, com insinuações de cunho sexual ou empurrões, como relatado por AHCH12: “[...] eles me empurravam quando eu tava passando (...) e tinha um menino que ficava passando a mão em mim quando passava [...]”, o chute na canela já citado anteriormente na aula de Educação Física, até objetos atirados contra um dos entrevistados, o

AHCH10 relatando uma vivência durante uma apresentação artística realizada no pátio da escola: “[...] a gente começou a dançar no pátio principal (...) e a gente tava sendo vaiado, a gente tava sendo xingado enquanto a gente dançava. Eu lembro de jogarem coisas na gente, teve umas pessoas que jogaram lixo na gente, teve umas pessoas que jogaram pedra em mim e umas outras coisas duras que eu não parei pra ver o que era (...) E foi muito ruim (...) muita gente rindo e debochando mesmo, muita gente xingando (...) foi bem ruim [...]”.

O trauma psicológico experienciado a partir das intimidações é outro fator recorrente dentro das entrevistas. Dentro desse tópico, o relato mais comum foi o de intimidações nas aulas e corredores dos colégios, que levavam as vítimas a se retraírem na tentativa de invisibilizar sua existência dentro desses espaços, uma vez que, passando despercebidos, eles não sofreriam com abusos, como diz AHCH11 “[...] eu, no meu caso, pra evitar esse tipo (de *bullying*) eu sempre me segurei muito, me escondi [...]. No entanto, essa não foi a pior consequência do *bullying*. O entrevistado AHCH08 afirma que “[...] eu tirei muito da minha essência, eu era super afeminado e hoje eu não. Isso é bem triste pra mim. Cara, eu mudei quem eu realmente sou, meu jeito de falar, meu jeito de andar, pra não sofrer, pra ser aceito. Isso é bem triste”. Para AMCA01, o modo de defesa encontrado foram as frequentes ausências às aulas: “[...] chegava no portão da escola e ia embora [...]. A consequência, para AHCH10, foram efeitos físicos, como as frequentes dores abdominais e enxaquecas, sempre presentes nos horários próximos de ida ao colégio. Para o entrevistado AHCH12, os boatos espalhados no início do Ensino Fundamental II o perseguiram até metade do Ensino Médio, quando finalmente mudou de escola, causando episódios de ansiedade e fazendo-o se esconder cada vez mais ao longo dos anos na escola.

A construção da sexualidade, seja em relação à orientação sexual, seja em relação a identidades ou papéis de gênero, é um evento de construção social onde a sociedade espera, a partir do sexo biológico, que o indivíduo está predestinado a seguir padrões tipificados. Nesse sentido, o padrão heterossexual de construção de indivíduos é tomado como norma única (BUTLER, 2003; FIGUEIRÓ, 2010), tornando-se prejudicial quando exigido, mesmo que indiretamente, em discursos de orientação de comportamento, aumentando a noção de preconceito contra quem foge dessa norma (MATTOS & JAEGER, 2015; MIRANDA, 2013; MISKOLCI, 2017). Ao internalizar esse tipo de idealização, os jovens desenvolvem profundos sentimentos de vergonha e inadequação, levando a transtornos psicológicos, como a depressão, ansiedade, automutilação e, em alguns casos, ao suicídio (ELLIOT & KILPATRICK, 1994), principalmente nesse momento formador de identidade (COSTA, LOPES, SOUZA & PATEL, 2001; MOREIRA, VIANA, QUEIROZ & FORGE, 2008).

O PAPEL DO DOCENTE

Os próprios professores que foram entrevistados indicaram a falta de preparo para falar sobre as questões referentes à Educação Sexual. Relataram que, durante a graduação, não houve nenhum tipo de aula que ensinasse sobre os termos identidade de gênero ou ainda orientação sexual. A partir da falta de preparo, os docentes acabam reproduzindo os discursos preconceituosos, muitas vezes por desinformação.

O modo de ação relatado pelos professores também foi a partir das situações que foram observadas em sala, com a tentativa de se tratar o assunto da maneira mais natural possível. O professor PHCH05 relata que “[...] sempre levava textos que ajudassem a discutir os assuntos como se fossem matéria, para debater, como se fosse um tema curricular, para não constranger os alunos, mas eles sempre percebiam[...]” e o professor PHCS01 afirma que sempre aproveitou a matéria para trazer o assunto onde “[...] cada professor tem, dentro do seu embasamento, como

falar sobre preconceitos [...]. O mesmo professor assegura ainda que “[...] nós precisamos nos manifestar [...]”.

Nessas falas, é possível observar dois pontos que valem a pena serem pensados. O primeiro é o fato de o PHCS01 afirmar que há sempre a possibilidade de falar sobre preconceito e o segundo é a necessidade de se manifestar. No entanto, o discurso dos professores, como qualquer outro discurso, pode estar diretamente influenciado pelas crenças individuais (BAGDONAS & AZEVEDO, 2017; PERRENOUD, 2009), o que, em alguns casos, é o próprio racismo ou homofobia internalizados, com uma intrínseca tentativa de consertar os comportamentos desviantes da norma (LOURO, 2018).

Exemplo disso são as falas dos professores PNCH03 que diz “[...] eu já ouvi professores fazendo piadinhas na sala dos professores [...]”, ou PHCH06 que relata “[...] que sempre tinha umas piadinhas homofóbicas, umas brincadeiras, mesmo todo mundo sabendo que eu sou gay [...].” Esse comportamento reflete a naturalidade com que a homofobia é institucionalizada dentro dos espaços formais de educação. Expressar a homofobia é um comportamento naturalizado (DINIZ, 2011), que ainda serve como mecanismo machista e de demonstração de superioridade em uma lógica patriarcal.

Assim como relatado por Jesus, Souza e Silva (2015), cerca de 75% dos professores só tiveram formação inicial quanto ao tema sexualidade e de modo superficial, o que parece ser uma tendência geral entre os cursos de licenciatura, uma vez que nenhum dos entrevistados nesta pesquisa afirmou ter tido aulas sobre sexualidade durante a faculdade. Os mesmos autores ainda afirmam a complexidade de se falar sobre esses temas dentro do ambiente escolar, mostrando a importância de disciplinas sobre educação sexual durante a formação inicial de professores, como reforçado por Dinis (2012), que afirma a necessidade de instrução dos licenciandos quanto à complexidade do tema.

A MUDANÇA DE COMPORTAMENTO

Durante as entrevistas, um ponto evidenciado foi a mudança de comportamento dos próprios LGBTs frente aos ataques, tanto em relação às diferentes gerações quanto à idade. Os alunos egressos mais velhos, a partir dos 29 anos, relataram que a imagem de LGBT passada dentro do ambiente escolar era sempre negativa, levando-os a negar veementemente sua orientação sexual, para não serem excluídos da convivência social. Isso fica claro quando observados os discursos do entrevistado mais velho AHCH11 “[...] Eu sempre me escondi, foi sempre dentro do armário mesmo, até a época da faculdade que eu fiz em São Paulo, onde eu pude me abrir um pouco mais [...]”, e AMTB02 que relata que só aceitou sua identidade de gênero (...) depois de muita terapia [...]”, em contraposição à fala dos entrevistados mais novos AHCH07 dizendo “[...] eu me assumi com uns 13 ou 14 anos [...]” e AMCH03 que relata “[...] eu me assumi no nono ano [...]”.

A mudança de comportamento também foi observada entre os dois diferentes níveis de escolaridade. No Ensino Fundamental, as ofensas eram mais frequentes, uma vez que a própria incerteza sobre a sexualidade e a homofobia internalizada dos indivíduos levava-os a reagir às provocações, o que servia de reforço positivo para que os agressores continuassem com as provocações. Já no Ensino Médio, quando os alunos já tinham se assumido, pelo menos na escola, as ofensas já diminuíram, pelo fato de, frente ao xingamento, eles assumirem a sexualidade, o que tirava o poder do intimidador que tentava provocá-los, como relata AHCH07: “[...] no Ensino Médio eu já sabia quem eu era, então vamo trabalha isso (...) ahh eu gosto é de meninos [...].” Esse empoderamento foi essencial para que os entrevistados, principalmente os mais novos, não

sofressem tanto durante a época de estudos.

Apesar de iniciada com a Rebelião de *Stonewall* – ocorrida nos dias de junho de 1969, dias nos quais a comunidade gay de Nova Iorque (Estados Unidos) se uniu contra a brutalidade e marginalização que sofriam diariamente, é tida como início do movimento pelos direitos LGBT no mundo (KUHN, 2011) –, as últimas duas décadas foram tomadas pelo crescente número de movimentos sociais que buscavam trazer a ideia de *normalidade* e aceitação das orientações sexuais e identidades de gênero, fomentando processos de aceitação e empoderamento dentro da comunidade LGBT. Através desses processos, os indivíduos passaram a alterar seu comportamento, seja através da saída do armário mais cedo, quanto em relação a se assumirem durante o período escolar, diminuindo de modo significativo os efeitos da LGBTfobia sobre eles.

Entender como essa mudança de comportamento tem afetado a vida escolar da comunidade LGBT demanda o entendimento do processo histórico de desenvolvimento da cultura *queer*. A Rebelião de *Stonewall* foi apenas o gatilho de início do empoderamento da comunidade LGBT. Nos anos que se seguiram, os estudos e movimentos sociais que buscavam normatizar essas relações interpessoais tomaram nova forma, ganhando visibilidade frente à sociedade. A partir dos anos 90, a apropriação de termos usados em contextos pejorativos serviu de ferramenta para que o considerado bizarro, anormal e perverso se transformasse em adjetivo positivo (SALIH, 2016), usado para definir os estudos de sexualidade e desejos na sociedade moderna, como é o caso de *queer* (BUTLER, 2004). Foi dentro dessa mudança de percepção sobre as sexualidades, bem como a visibilidade sobre as antes marginalizadas sexualidades, que o empoderamento da comunidade LGBT se fundou, não permitindo mais que fossem tidos como aberrações.

O modo como a comunidade LGBT passou a ser vista pela sociedade nos últimos anos facilitou a saída do armário, o que, de um ponto de vista interpessoal ou intrapessoal, é uma vitória experienciada pelo jovem na escola. Sair do armário pode ser entendida como o "...duplo processo de integração na comunidade homossexual e de afirmação da homossexualidade para o exterior (POLLAK, 1985, pp. 71-72)". Tornar-se visível e normal é, para a autoestima do jovem LGBT, o processo responsável por validar sua existência no mundo, podendo não apenas existir, mas também viver. Esse empoderamento, quando associado à recepção de seus pares, é um processo poderoso de melhoria de qualidade de vida.

Apesar de deixarem de figurar como doenças no Cadastro Internacional de Doenças (CID) – a homossexualidade no CID10 e a transexualidade no CID11 – elas ainda são classificadas como distúrbios que causam sofrimento pelo CID (CID-11 F65 – OMS, 2018). A partir desse contexto histórico de doença, se concebeu a ideia de anomalias humanas não merecedoras de existir (PRADO & MACHADO, 2012), que foi internalizada pelos indivíduos mais velhos que participaram da pesquisa, levando-os ao sentimento de vergonha e de necessidade de esconder a orientação sexual, bem como a identidade de gênero, formando a base de um processo de exclusão de indivíduos (SOUZA, SILVEIRA & SILVA, 2018).

APOIO

Ao mesmo tempo em que colegas e professores se caracterizavam como agentes do *bullying*, a maioria dos entrevistados encontrou apoio em um seletivo grupo de amigos para superarem a forma com que eram tratados dentro da escola. A presença desse grupo foi fundamental para que a maioria deles não tivesse desistido de frequentar as aulas, uma vez que encontravam proteção para se expressarem de modo seguro. Inclusive, o apoio desses grupos de amigos foi essencial no momento de verbalizarem a sexualidade. Por exemplo, AMCH03 “[...] com

os amigos foi super tranquilo. Eles ficaram sabendo e não mudou nada [...]” e o entrevistado AHCH07 afirma que “[...] depois que eu me assumi na sala, o relacionamento com os colegas até melhorou [...].”

Por outro lado, o apoio recebido pela direção da escola ou por professores foi bem mais discreto. A maioria dos alunos relatou que as situações eram tratadas como brincadeira entre crianças, sem que houvesse nenhum tipo de ação para conscientização contra essas falas. O modo como a escola frequentemente silencia os casos de LGBTfobia acaba por constranger os alunos, podendo contribuir com a evasão (SANTOS & LAGE, 2018). A exceção foram os alunos AHCH04, AHCH07 e AHCH09 que, após algum evento, a direção cuidou para que conversas ou palestras sobre a homofobia fossem ofertadas aos alunos.

No que diz respeito aos momentos de conscientização, as aulas não foram espaços de debate sobre a diversidade, encontrada ali naquele mesmo ambiente. As aulas de educação sexual tomaram sempre o rumo higienista, onde apenas eram apresentados os órgãos genitais, métodos contraceptivos e ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis), sem menção à identidade de gênero nem à orientação sexual. A única exceção foi AHCH04, que relata que teve oportunidades de discutir assuntos relacionados à diversidade nas aulas de redação, dispondo de uma “caixa de perguntas”, onde o professor de biologia respondia qualquer pergunta ali depositada.

De acordo com a Lei nº 13.185/2015 – *antibullying*, o *bullying*, seja ele de qualquer motivação, deve ser combatido de maneira sistemática, na tentativa de garantir a qualidade de vida do educando, sendo papel primordial da escola (BRASIL, 2015). Quando perguntados, todos os entrevistados disseram sentir falta de ações que combatam a violência e promovam a diversidade. Associar uma prática de inclusão, que se preocupe com as populações vulneráveis, faz parte de uma pedagogia voltada aos direitos humanos (CANDAU *et al*, 2013; MACIEL, 2016), e deveria estar estabelecida de modo permanente dentro do discurso de docentes e da direção escolar. Ainda se faz necessário que as instituições de ensino tomem posse desse local de ação contra qualquer tipo de violência, seja de etnia, gênero, sexo ou outros.

A supracitada Lei *Antibullying*, no entanto, não é suficiente para garantir que haja ações concretas que tratem da promoção da diversidade em seu espectro mais amplo. O Estado deveria se ocupar de garantir políticas que promovam a capacitação dos profissionais da educação, seja por meio da formação inicial ou da formação continuada.

DISCUSSÃO GERAL

O modo como as relações sociais são criadas na sociedade sempre foi baseado no opressor-reprimido, como observado nas questões de etnias e de sexismo, sendo, então, questões políticas (SOUZA-LOBO, 2011). Tal dinâmica é também observada na população LGBT. Esse cenário torna-se mais preocupante devido à conjuntura política do país. Discursos proferidos pelo atual presidente do país, Jair Bolsonaro, e pela Ministra da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, podem validar atitudes LGBTfóbicas, legitimando o aumento da violência contra a comunidade (FIRMIANO, RODRIGUES & PINHEIRO, 2019).

Enquanto espaço de formação psicossocial, a escola deveria ter a obrigação de acolher os alunos em toda sua diversidade, no entanto, frequentemente as diferenças vêm sendo ignoradas dentro desses ambientes. A rejeição direcionada à comunidade LGBT pode resultar em violência física, psicológica e emocional praticada pelos colegas, docentes e gestão, bem como a violência simbólica, que leva à falta de estímulos ao comparecimento a esses espaços formais de educação, caracterizando uma pedagogia excludente (MIRANDA & LIMA, 2019).

A escola não é local obrigatório de identificação de identidade de gênero ou de orientação

sexual, mas, por se tratar de local no qual os estudantes passam grande parte do tempo e constroem habilidades sociais, é impossível dissociar a necessidade de tratar da educação sexual. A normatização da heterossexualidade, inclusive por parte da escola, cria mecanismos de opressão, onde aqueles que se identificam dentro dessa categoria enxergam o direito superior sobre aqueles que destoam dela (TORRES, 2010), se configurando como uma ordem social, numa ideologia de superioridade hétero (BORRILLO, 2009; RIBEIRO, 2009). A utilização de adjetivos em sentidos pejorativos – como *bichinha*, *viado*, *frutinha* ou *sapatão* – acaba por aparecer como mecanismos de dominação inconsciente, levando à repressão do grupo atingido (JESUS *et al.*, 2015).

As falas dos entrevistados deixaram claro como a homofobia se apresenta de forma naturalizada e até normatizada dentro do ambiente escolar, principalmente fomentada por um discurso imperialista heteronormativo (BUTLER, 2003; MIRANDA & LIMA, 2019). Para um aluno LGBT, que não encontra informação nem apoio em seu círculo social, ouvir algumas frases de cunho preconceituoso pode minar a autoestima e o senso de individualidade, levando o aluno ao sentimento de não pertencimento a grupos, base da estrutura social humana. Outra consequência desse tipo de discurso velado no cotidiano da população LGBT é o sentimento de vergonha, de se sentir inadequado, levando à depressão, ansiedade e, em casos extremos, ao suicídio.

Outro ponto que ficou evidente após a análise dos discursos tem relação com o despreparo dos cursos de formação de profissionais da educação quando relacionados com a diversidade encontrada dentro das salas de aula. Os currículos têm a tendência de perpetuar e fortalecer o discurso que contribui na manutenção das desigualdades (JESUS, 2001; GROSFOGUEL, 2016), reproduzindo ideia de normalidade e anormalidade (VEIGA-NETO, 2001). A invisibilidade criada por esses currículos está diretamente relacionada à produção da violência LGBTfóbica (OLIVEIRA & DINIZ, 2014). É necessário que haja fortalecimento real dos currículos voltados à diversidade, onde os mais diferentes temas e conceitos sejam abordados, principalmente naqueles voltados à formação de professores – continuada ou inicial.

A escola é o principal local de modificação da realidade, na qual os indivíduos têm a chance de transformar sua realidade, isso incluindo traços psicológicos e sociais. É dentro desse espaço que papéis antes marginalizados encontram visibilidade através da modificação de valores sociais, através de ações contra o preconceito (OLIVEIRA, 2015). É papel do professor mediar como essa transformação ocorre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste trabalho, pudemos evidenciar um ponto frequentemente ignorado dentro das escolas, como o *bullying* LGBTfóbico é capaz de minar a autoestima dos estudantes e causar cicatrizes que perduram por toda a vida. Os entrevistados foram capazes de relatar com detalhes situações que foram vivenciadas há vários anos. Essas situações não apenas marcaram os indivíduos, mas definiram como os processos de interações sociais foram estabelecidos durante a vida.

Foi também possível perceber como a mudança de atitude frente à diversidade tem alterado as dinâmicas dessa população em específico. Com o aumento de exemplos e discursos positivos, as pessoas da comunidade vêm encarando essas situações de modo mais positivo, denotando um intenso processo de empoderamento, mesmo que esse esteja sendo ameaçado pelo aparecimento da ala conservacionista na política nacional.

O terceiro ponto preocupante está relacionado à fragilidade dos currículos de licenciaturas

quanto à formação para a diversidade. Todos os professores entrevistados relataram que não tiveram aulas que tratassem a respeito do assunto, não apenas da sexualidade, mas também de etnias e gêneros. É imprescindível e urgente que esses cursos tratem da renovação dos currículos, instrumentalizando profissionais capazes de lidar com tais assuntos de maneira responsável dentro dos espaços de educação.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, S. C. D.; GONZÁLEZ-CARRASCO, M.; MONTSERRAT, C.; CASAS, F.; VIÑAS-POCH, E.; ABREU, D. P. D. Violência entre pares, clima escolar e contextos de desenvolvimento: suas implicações no bem-estar. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, p. 509-522, 2019. doi: 10.1590/1413-81232018242.01302017

ALTMANN, H. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, p. 575-585, 2001. doi: 10.1590/S0104-026X2001000200014.

BAGDONAS, A.; AZEVEDO, H. L. O projeto de lei “Escola sem Partido” e o Ensino de Ciências. *Alexandria: Revista de Educação Em Ciência e Tecnologia*, v. 10, n. 2, p. 259-277, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6189934>.

BATISTA, E. H. M. Bullying e preconceitos étnico-raciais. *Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação*, v. 7, n. 12, p. 302-323, 2013. doi: 10.19177/prppge.v7e122013302-323.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em tese, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005. doi: 10.5007/%25x.

BORRILLO, D. A homofobia. In: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (Eds.). *Homofobia & Educação: Um desafio ao silêncio*. Brasília, DF: LetrasLivres, 2009. p. 15-46.

BORRILLO, D. Homofobia: história de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/26223/22865>.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Imprensa Oficial, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.

BRASIL. Lei de Combate às Intimidações Sistemáticas (bullying) nº 13.185/2015. Brasília: Casa Civil, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade. Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. Undoing gender. Psychology Press, 2004.

CANDAU, V. M.; ANDRADE, M.; DA CONSOLAÇÃO LUCINDA, M.; AMORIM, V.; PAULO, I. A.; SACAVINO, S. B. Educação em Direitos Humanos e formação de professores (as). Cortez Editora, 2016.

CARNEIRO, N. C. Enfrentamento do bullying no ambiente escolar. Paco Editorial, 2019.

CORRÊA, S.; FREITAS, J. D. Princípios de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. In: Princípios de Yogyakarta. Brasília: Letras Livres, 2006. p. 38-38.

COSTA, M. C. O.; LOPES, C. P. A.; SOUZA, R. D.; PATEL, B. N. Sexualidade na adolescência: desenvolvimento, vivência e propostas de intervenção. Jornal de Pediatria, v. 77, n. 2, p. 217-224, 2001. Disponível em: <http://www.jped.com.br/conteudo/01-77-s217/port.pdf>.

DIAZ, G. A.; SOUZA, M. D. Bullying homofóbico: um nome “diferente” para a violência. Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9, 2010. Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278250298_ARQUIVO_artigofazendogeneroformatado4-7-2010ultimo.pdf.

DINIS, N. F. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. Educar em revista, p. 39-50, 2011.

DINIS, N. F. Educação e diversidade sexual: interfaces Brasil/Canadá. Revista Educação e Cultura Contemporânea, v. 9, n. 18, p. 75-96, 2012.

ELLIOT, M.; KILPATRICK, J. How to stop bullying: A KIDSCAPE guide to training. London: Kidscape, 1994.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Homossexualidade e educação sexual: construindo o respeito à diversidade. Londrina: UEL, 2007.

FIRMIANO, T. C.; RODRIGUES, B. O. L.; PINHEIRO, L. S. Racismo, LGBTfobia e criminalização no Brasil: educação na moção das estruturas. Anais VI Encontro Internacional de Jovens Investigadores, Salvador, 2019.

GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GOMES, N. L. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. Educação & Sociedade, v. 33, p. 727-744, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/wQQ8dbKRR3MNZDJKp5cfZ4M/?format=pdf&lang=pt>.

GROSFOGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Sociedade e Estado, v. 31, p. 25-49, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xpNFtGdzw4F3dpF6yZVVGgt/?format=pdf&lang=pt>.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Autêntica, 2018.

JESUS, C. C. de; SOUZA, E. de J.; SILVA, J. P. da. Diversidade Sexual na Escola: reflexões sobre as concepções de professores/as. Bagoas - Estudos Gays: Gêneros e Sexualidades, v. 9, n. 13, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/9659>.

JOCA, A. M. Direitos humanos e diversidade sexual: pelo direito à educação e à diversidade na escola. Rio de Janeiro: MEC, 2011.

KUHN, B. Gay Power!: The Stonewall Riots and the Gay Rights Movement, 1969. Twenty-First Century Books, 2011.

MACIEL, T. S. Educação em Direitos Humanos na formação de professores (as). Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, v. 4, n. 2, p. 43-57, 2016. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/388>.

MASON, A.; PALMER, A. Queer bashing: A national survey of hate crimes against lesbians and gay men. London: Stonewall, 1996.

MATTOS, M. Z. de; JAEGER, A. A. Bullying e as relações de gênero presentes na escola. Movimento (ESEFID/UFRGS), v. 21, n. 2, p. 349-361, 2015.

MINAYO, M. C. D. S. O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde. 2. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

MIRANDA, M. H. G.; LIMA, L. S. G. A. A prática pedagógica dos direitos humanos: marcadores sociais da diferença e o combate ao bullying. Momento-Diálogos em Educação, v. 28, n. 1, p. 328-348, 2019. doi: 10.14295/momento.v28i1.7847.

MISKOLCI, R. Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças. Autêntica, 2017.

MONTEIRO, S. A. S.; RIBEIRO, P. R. M. A “in” visibilidade dos temas da sexualidade no ambiente escolar e a formação docente. Revista Internacional de Formação de Professores, v. 3, n. 24, p. 87-110, 2019. Disponível em: <https://periodicos.itp.ifsp.edu.br/index.php/RIFP/article/view/1399/1021>.

MOREIRA, T. M. M.; VIANA, D. D. S.; QUEIROZ, M. V. O.; JORGE, M. S. B. Conflitos vivenciados pelas adolescentes com a descoberta da gravidez. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 42, p.

312-320, 2008. doi: 10.1590/S0080-62342008000200015.

NARDI, H. C. Youth Subjectivity and Sexuality in the Brazilian Cultural and Social Educational Context. *Journal of Homosexuality*, v. 3, n. 2, p. 67-79, 2006. doi: 10.1300/J367v03n02_14.

OLIVEIRA, D. A. D. O espaço escolar numa perspectiva de gênero. In: DIAS, A. F.; CRUZ, M. H. S. (Org.). *Educação e Igualdade de Gênero*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

OLIVEIRA, R. M. D.; DINIZ, D. Materiais didáticos escolares e injustiça epistêmica: sobre o marco heteronormativo. *Educação & Realidade*, v. 39, p. 241-256, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/PnX3KXWJR3HJCvYsf4FwK5c/abstract/?lang=pt&format=html>.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório Mundial sobre a Prevenção da Violência 2014. Núcleo de Estudos da Violência (Trad.) São Paulo: OMS, 2015. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/publicacao/relatorio-mundial-sobre-a-prevencao-da-violencia-2014/>.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. International classification of diseases for mortality and morbidity statistics (11th Revision). Disponível em: <https://icd.who.int/browse11/l-m/en>.

PERRENOUD, P. Dez novas competências para ensinar. Artmed Editora, 2015.

PINHEIRO, P. S. World report on violence against children. General Segment United Nations Human Rights Council Palais des Nations Geneva, 2006.

POLLAK, M. A homossexualidade masculina, ou: a felicidade no gueto. In: Sexualidades ocidentais. p. 54-76, 1986.

PRADO, M. A. M.; JUNQUEIRA, R. D. Homofobia, hierarquização e humilhação social. In: Diversidade sexual e homofobia no Brasil. p. 51-72, 2011.

PRADO, M. A. M.; MACHADO, F. V. Preconceitos contra a homossexualidade: a hierarquia da invisibilidade. 2. ed. Coleção Preconceitos, vol. 5. São Paulo: Cortez, 2012.

PRADO, V. M. do; MIRANDA RIBEIRO, A. I. Gêneros, sexualidades e educação física escolar: um início de conversa. Motriz: Revista de Educação Física, p. 402-413, 2010. doi: 10.5016/1980-6574.2010v16n2p402.

RAMIRO, L.; MATOS, M. G. D. Percepções de professores portugueses sobre educação sexual. *Revista de Saúde Pública*, v. 42, p. 684-692, 2008. doi: 10.1590/S0034-89102008005000036.

SALIH, S. Judith Butler e a teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SANTOS, É. S.; LAGE, A. C. Lgbtfobia na escola: implicações da gestão escolar. *Revista Fórum Identidades*, 2018.

SÃO PAULO. Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual. Diversidade sexual e cidadania

LGBT. São Paulo: SJDC/SP, 2014.

SILVA, J. M. A. D. P.; SALLES, L. M. F. A violência na escola: abordagens teóricas e propostas de prevenção. *Educar em Revista*, p. 217-232, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/58prxNcd4bFt6cLF9swktFL/?format=pdf&lang=pt>.

SILVA, J. P. da; BARRETO, N. S. Violência escolar: problematizando a relação entre o bullying e a homofobia. *Revista Fórum Identidades*, v. 3, n. 2, p. 34-51, 2012. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/1883>.

SOUZA, R. P. de; FERREIRA, L. L.; PEREIRA, E. L.; CAVALCANTI, R. P. S.; FERREIRA, M. G. SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade. *Pensar a Prática*, v. 4, p. 149-162, 2001. Disponível em:

<http://www3.uma.pt/nunosilvafraga/wp-content/uploads/2009/03/sintese-teorias-do-curriculo.pdf>.

SOUZA, E. L. de; SILVEIRA, É. L.; DA SILVA, R. A. Será que ele é? Notas para pensar a identidade cultural da (s) homossexualidade (s) na escola. *Revista de Estudos de Literatura, Cultura e Alteridade-Igarapé*, v. 5, n. 2, p. 287-310, 2018.

SOUZA-LOBO, E. A classe operária tem dois sexos. São Paulo: Brasiliense, 1991. Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Classe-operaria-tem-dois-sexos.pdf>.

TORRES, M. A. A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola. Autêntica, 2017.

TRENCHARD, L.; WARREN, H. *Something to tell you*. London Gay Teenage Group; London, 1984.

UNICEF. *Hidden in plain sight: a statistical analysis of violence against children*. New York, 2014.

VEIGA-NETO, A. Incluir para excluir. In: *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 105-118. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta5.5.htm>.

MEDIDA DE PROTEÇÃO E ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE UM MUNICÍPIO DO INTERIOR PAULISTA: Uma Perspectiva Histórica

Protective Measures and Institutional Care for Children and Adolescents in a Municipality in the Countryside of São Paulo: A Historical Perspective

Luciana Aparecida de Lima⁶

RESUMO: O estudo aborda a história de um acolhimento institucional para crianças e adolescentes situado num município do interior do estado de São Paulo. A execução desta medida protetiva da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), como serviço da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, é destinada às crianças e adolescentes quando seus direitos são ameaçados e violados, e há a necessidade do afastamento do convívio familiar e comunitário. Para a produção dos dados, utilizou-se a análise documental, com base nos Livros de Registros das crianças e adolescentes ingressantes, a partir dos quais se pôde evidenciar a evolução histórica dessas pessoas no acolhimento. Os resultados foram organizados em diferentes *indicadores*, os quais revelaram o perfil dos(as) acolhidos(as), os motivos do ingresso, o tempo de permanência e as razões para o desacolhimento institucional. Os registros desvelam complexos conjuntos de problemáticas interligadas, que se traduzem em desigualdades sociais e que são incorporadas pelas medidas de proteção e acolhimento dessa parcela da população. Conclui-se que o método histórico-dialético pôde ofertar à pesquisa algumas categorias metodológicas necessárias para apreender processos de continuidade e ruptura que mantêm na dinâmica do acolhimento, pelos motivos da medida de proteção, formas instituídas de exclusão social.

PALAVRAS-CHAVES: Medidas protetivas; Serviços de acolhimento; Criança; Adolescência; Materialismo histórico-dialético.

ABSTRACT: The study approaches the history of an institutional care for children and adolescents which is located in the State of São Paulo. The execution of this protective measure of the National Social Assistance Policy (PNAS), as a service of the Special Social Protection of high complexity, is aimed at children and adolescents when their rights are threatened and violated, and therefore there is a need to remove them away from family and Community life. To produce data, document analysis was done, based on the Registration books of children and adolescents who were members of the project, showing the historical evolution of those people the time they were in the institution. The analysis of indicators registered that, in addition to aspects of the socio-political and economic situation, the reference producers, there is also a relation between the data service, elements of municipal history, public policies at the Federal level, and technical guidelines for the execution of the service. Records unveil complex sets of interconnect issues that translate into social inequalities and that are incorporated by the

⁶ UNESP – Faculdade de Ciências e Letras de Assis (FCLAs) / Sociedade Cultural e Educacional de Garça (FAIP/FAEF) | <https://orcid.org/0000-0002-7778-1816> | lucalyma@hotmail.com

protection and reception of this part of the population. It is concluded that the dialectical historical method could offer to the research some demanding methodological categories to apprehend continuity and rupture processes that they maintain in the reception's dynamics for the reasons of the protection measure, instituted forms of social exclusion.

KEYWORDS: Protective Measures; Institutional care services; Children; Adolescence; Dialectical historical materialism.

INTRODUÇÃO

Todo mundo teve infância, mas nem todas as infâncias foram iguais. Para alguns, o nascimento foi revelado à festa e completude da linhagem; para outros, ele se deu em meio a violências, traduzidas por abandonos, negligências e maus-tratos. Tudo depende de quando e onde você nasce.

O conceito de infância da forma que é compreendido atualmente nem sempre foi assim. Entendemos como criança, uma pessoa pequena, inocente, que ainda não tem plenas habilidades, não consegue fazer tudo o que um adulto realiza, mesmo tendo sua história e estabelecendo relações. Esse conceito de infância foi construído por séculos: até a Idade Média, século XV, não havia um conceito que abarcasse esse período de vida e as crianças eram caracterizadas como mini adultos que apresentavam comportamentos de infantilidade. Com essa compreensão, as crianças eram inseridas no cotidiano dos adultos, ao trabalho.

Gradualmente, o conceito de infância foi se modificando, tanto para as famílias quanto para os próprios infantes, de acordo com o gênero, a raça, a situação socioeconômica, cultural, social e política, de tal forma que, posteriormente, eles passariam a ser preparados para enfrentar as adversidades do mundo (da vida?).

A partir do século XVI, até meados do século XVIII, as crianças ricas passaram a ser inseridas nas escolas, enquanto a maioria das crianças pobres era encaminhada para o trabalho, juntamente com os pais. As escolas preparavam as crianças para serem adultos, já que, além de ensiná-las a ler e a escrever, elas eram também educadas e corrigidas em seus comportamentos para a vida em sociedade. Mas por não entender as diferenças e as semelhanças entre as crianças, nem a originalidade de seu pensamento, elas não eram marcadas por suas singularidades e foi a partir do século XIX, sob influência dos conhecimentos científicos, que se começou a entender que as crianças têm características próprias e considerou-se a infância uma fase importante do desenvolvimento humano. Surgem, então, diversas teorias para explicar o desenvolvimento infantil e os processos de aprendizagem.

Os estudos científicos passaram a descrever o desenvolvimento infantil e a respeitá-lo, enquanto fase do desenvolvimento humano que reflete, em seus limites e potencialidades, na fase adulta, em vias de gerar indivíduos mais saudáveis e que tivessem um tempo, relativamente, maior de vida. A esses indivíduos deveria ser garantido o bem-estar social e, para isso, o período definido como infância precisaria ser assegurado por direitos direcionados a todas as crianças, independentemente da classe econômica em que elas estivessem inseridas.

A infância é uma categoria historicamente permeada pela violência e pela exclusão social. Com o machismo impregnado na sociedade desde a antiguidade, as meninas vêm sendo tratadas de formas diferentes dos meninos ao longo dos séculos; e as crianças e adolescentes pobres seguem excluídos, negligenciados e têm retirados seus direitos, de formas explícitas e implícitas na sociedade.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, CONCEITUAIS E LEGAIS DAS POLÍTICAS DE ATENÇÃO À INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA NO BRASIL

A Constituição Federal confirma a proteção integral e os concebe como cidadãos plenos de direitos e proteção prioritária (BRASIL, 1988). O próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), em seu artigo 19, garante, em disposições gerais, que o direito à convivência familiar é indispensável ao desenvolvimento na infância e na juventude, afirmando que “é direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta o desenvolvimento integral” (BRASIL, 1990, p.150).

Abordar a infância e referenciar o termo acolhimento institucional na historicização do desenvolvimento das políticas públicas de proteção às crianças e aos adolescentes que se encontram nessa situação e contextualizar tais práticas ao longo do tempo. Os lugares ou as múltiplas instituições que recebiam as crianças foram se transformando, principalmente, no sentido de disciplinar os modelos de conduta e valores hegemônicos de cada época. Também, perceber que os usuários da Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (BRASIL, 2005), em espaços de acolhimento institucional orientados pelas Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes (2009), por se encontrarem em situações de vulnerabilidades e riscos sociais, por muitas vezes acabam sendo culpabilizados, sem que haja a compreensão de que

A questão do abandono, da negligência, da vivência de rua, da institucionalização, da fuga, da reincidência e outras mazelas sociais que acontecem no núcleo familiar são engendradas pelo sistema vigente, que é contraditório e excludente. As famílias não são por si sós culpadas por tal situação, encontram-se também abandonadas em todos os patamares da vida em sociedade (PINTO, 2004, p. 167).

Para tratar dos ideais do assistencialismo que sustentam a cultura asilar no Brasil, é necessário destacar a leitura do autor Roberto da Silva (1998), sobre a pesquisa bibliográfica em Os Filhos do Governo, por meio da qual sistematiza a evolução do pensamento assistencial sob os modelos institucionais; a primeira fase é a filantrópica (1500 a 1874) promovida pelas Santas Casas de Misericórdias no modelo português, cristalizados nas práticas das Rodas dos Expostos; a segunda é a filantrópica-higienista (1874 a 1922) marcada pela exacerbada imigração estrangeira no Brasil, o controle de doenças epidêmicas e a organização dos espaços públicos.

A terceira fase, chamada de assistencial (1924 a 1964), tem início com o fechamento das Casas dos Expostos, a aprovação dos Códigos de Menores, criação do Juizado de Menores e instituições de atendimentos oficiais, e a tutela das crianças órfãs e abandonadas pelo Estado e, num salto para a quarta fase, nomeada de institucional pós-64 (1964 a 1990), quando o governo federal criou a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM – e a Fundação do Bem-Estar do Menor – FEBEM – regidas pelo Código de Menores de 1979. A última fase, a partir de 1990 até os dias atuais, intitulada desinstitucionalização, se pauta pela Constituinte e Estatuto da Criança e do Adolescente que respaldam a convivência familiar e comunitária e dão primazia ao atendimento das crianças e adolescentes.

No Brasil, após a chegada da família Real, o significado e o papel da família passaram a ser concebidos pelo viés da educação e do desenvolvimento do país. Segundo Freitas (2011), a família passou a se definir como uma célula da sociedade. Através dos valores familiares, e a partir da educação, os indivíduos poderiam se desenvolver cultural e socialmente, constituindo-se como cidadãos de bem.

O desenvolvimento da vida escolar ocorreu paralelamente ao desenvolvimento da noção de infância e ao movimento de nucleação familiar, representado pelo pai, mãe e filhos. A criança foi ganhando espaços definidos e relações particulares, e o cuidado dispensado às mesmas passou a despertar o sentimento moderno de família. Ficou convencionado que essa preparação também fosse assegurada pela escola, portanto, família e escola retiraram, juntas, as crianças da sociedade dos adultos.

Entretanto, as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais decorrentes da estrutura da sociedade industrial capitalista produziram novas condições de vida que afetaram a organização interna das famílias e resultaram na sociedade contemporânea, em que se fazem presentes os direitos, principalmente na superação das desigualdades, culminando nas políticas públicas sociais.

Com esse sentido, é um campo repleto de contradições, expressão da contradição fundamental da sociedade capitalista. Inclui a contradição entre o público e o privado, realizada neste momento como mercantil; a contradição entre o individual e o coletivo; entre o econômico e o social; entre o social e o neoliberal. Enfim, contradições que atualizam, especificam e particularizam a contradição capital-trabalho. A partir dessa formulação geral e para iniciar a discussão, o primeiro passo, então, é reconhecer que falamos de políticas públicas relativas a direitos sociais em uma sociedade desigual (GONÇALVES, 2010, p. 20).

As políticas sociais não se caracterizam como um mero conceito estático e atemporal. Ao movimentar-se com a história, modifica-se e formula-se configurações que assumem relações mais complexas e contraditórias entre os indivíduos, os grupos sociais e o Estado.

Bock (2004) assinala a favor do papel da família na vida dos seres humanos, quando essa permite superar a dicotomia indivíduo-sociedade e a naturalização do fenômeno psicológico por meio do estabelecimento das relações como processo histórico.

A família, do ponto de vista do indivíduo e da cultura, é um grupo tão importante que, na sua ausência, dizemos que a criança e ou o adolescente precisam de uma família substituta ou devem ser abrigados em uma instituição que cumpra suas funções paternas e maternas, isto é, as funções de cuidados para a posterior participação na coletividade (p.249).

Partimos do ponto que as políticas sociais, estabelecidas no decorrer da história, têm imbricado elementos econômicos, políticos-ideológicos e sociais nas relações da humanidade e que, sob a perspectiva crítico-dialética, deve-se observar o surgimento e as tendências pelo movimento da sociedade e não por relações unilaterais (BEHRING; BOSCETTI, 2007; IAMAMOTO, 2006, 2008).

METODOLOGIA

Apresentar alguns elementos da teoria social de Marx (1818-1883), como forma de explicar quais os aspectos, presentes na relação do sujeito com o objeto, caracterizando a constituição do conhecimento, sendo trazidos para orientação da pesquisa em curso.

Inicialmente, é importante dizer que a teoria marxiana expõe, de maneira radical, a natureza econômica, social e política da sociedade de classes, a partir das tensões e contradições que vigoram entre grupos sociais que representam interesses econômicos e sociais opostos. O

núcleo fundamental das análises de Marx diz respeito a uma ontologia⁷, uma teoria do ser social, que explica o homem a partir dos processos de produção e reprodução.

Sua teoria crítica da sociedade burguesa explicita que, por meio do trabalho – categoria central da filosofia marxiana e fundante do ser social – se instala a divisão social entre os proprietários dos meios de produção e a classe trabalhadora. Tal cisão produz um esgarçamento das condições de sobrevivência e, consequentemente, da plena formação humana. Essa estrutura de exploração econômica e social, que subverte o processo de humanização, é o que produz a alienação.

Primeiramente, vale dizer que o conhecimento teórico, na perspectiva marxiana, é uma reprodução ideal – no plano do pensamento – do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa. A teoria não é um retrato da realidade, e o pesquisador tem como objetivo reproduzir, idealmente, um movimento efetivo do objeto (NETTO, 2011).

O movimento dessa realidade pode ser conhecido e a reprodução desse movimento, por meio das ideias, é o que caracteriza a superação da aparência imediata do objeto (empírico), daquilo que é dado imediatamente (o que se verifica, o que se constata) em direção à essência. A aparência não esgota aquilo que é o fenômeno, ou seja, da mesma forma que mostra, ou revela, ela também oculta. Assim, o trabalho intelectual do sujeito/pesquisador é partir da aparência para alcançar a estrutura interna e dinâmica, que caracteriza a essência do objeto.

Marx afirma que o método histórico-dialético deve partir do mais abstrato ou mais simples ou mais imediato (o que se oferece à abstração), percorrer o processo contraditório de sua constituição real e atingir o concreto como um sistema de mediações e de relações cada vez mais complexas e que nunca estão dadas à observação. Trata-se sempre de começar pelo aparecer social e chegar, pelas mediações reais, ao ser social. Trata-se também de mostrar como o ser do social determina o modo como este aparece aos homens (CHAUÍ, 1980, p. 48).

Para avançar em direção à essência do objeto que está sendo pesquisado – serviço de acolhimento institucional – outra categoria da filosofia marxiana se coloca como instrumento para conhecer tal objeto: a historicidade.

Entende-se que a história, para Marx, é a história do modo real como os homens produzem suas condições concretas de existência, ou seja, como se reproduzem a si mesmos, pelo consumo direto dos bens naturais, além de como produzem e reproduzem suas relações com a natureza através do trabalho, considerando a divisão social do trabalho e as formas de poder que se instalaram a partir das relações de produção.

Dito isso, o que se sabe sobre a constituição desse Serviço de Acolhimento, objeto de estudo do presente estudo, é que o mesmo se instala no contexto de uma sociedade antagônica e desigual, que se organiza e produz políticas públicas – pensadas e efetivadas pelo Estado – com o objetivo de assegurar os direitos sociais de crianças e adolescentes garantidos pela Constituição Federal. É no interior dessa conjuntura que se inserem os espaços institucionais de acolhimento, os quais demandarão dos pesquisadores elementos mediadores capazes de desvelar, minimamente, os processos e as contradições de sua constituição.

A história para Marx não significa, tão somente, a transformação das coisas no tempo,

⁷ Tonet (2013) afirma que “[...] a ontologia é o estudo do ser, isto é, apreensão das determinações mais gerais e essenciais daquilo que existe [...]. Ainda independente de ser uma ontologia de caráter metafísico ou histórico-social, o ponto de vista ontológico implica a subordinação do sujeito ao objeto, vale dizer que, no processo de conhecimento, o elemento central é o objeto. Neste sentido, não cabe ao sujeito criar –

teoricamente – o objeto, mas traduzir, sob a forma de conceito, a realidade do próprio objeto” (TONET, 2013, p.13).

indicando que “tudo muda sempre”, mas significa a história humana, ou seja, a história como uma dimensão do homem e que é “produção do homem pelo próprio homem” (GOMES, 2009).

Os homens se realizam por meio da história, e é a partir das condições concretas de vida que os mesmos desenvolvem suas qualidades humanas. O pressuposto de que a historicidade – qualidade ou condição do que é histórico – não corresponde a uma cronologia de fatos, mas à produção do próprio homem, ou ainda, à produção e reprodução do social, tem efeitos sobre um determinado modo de existir.

No Materialismo Histórico Dialético, a compreensão histórica dos fenômenos sociais deve imperar, de tal modo que os fenômenos possam ser explicados por meio de processos de *continuidade e ruptura* que marcam movimentos contraditórios. Portanto, para este estudo, o histórico, ou a historicidade, significa o movimento real de um fato do mundo objetivo – serviço de acolhimento Casa Arco Íris – e que poderá vir-a-ser traduzido pelo conhecimento científico.

A materialização dos dados – que conjugou a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, à construção do abrigo, em 1996 – foi efetivada pela reunião de materiais jornalísticos, publicados por diferentes órgãos de divulgação pública, a partir dos quais se pode verificar a constituição do abrigo no município, e os dados oriundos do *Livro de Registros* que, simultaneamente, foram possibilitando verificar as relações existentes entre as condições econômicas, sociais e políticas de um período histórico e as implicações para a efetivação do serviço municipal, anunciando os mecanismos da produção de elementos para a pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O local pesquisado – Serviço de Acolhimento Institucional Casa Arco-Íris – situado no município de Ourinhos/SP, foi criado em 1996 pela Prefeitura Municipal, haja vista que a cidade necessitava de um lugar que abrigasse as crianças abandonadas por suas famílias. A princípio, tais crianças ficavam em conjunto com os menores infratores (terminologia utilizada para os adolescentes que cometiam crimes, hoje denominados adolescentes em conflito com a Lei – por Regime de Medida Socioeducativa – MSE), vinculados à Secretaria do Bem-Estar Social – denominada Fundo de Solidariedade – um serviço público municipal de execução direta para o atendimento de crianças e adolescentes.

De acordo com os dados coletados nesta pesquisa, na implementação do serviço houve a improvisação de um espaço para atender crianças e adolescentes em situação de abandono no município. A esse caráter provisório, revelou-se a ausência de políticas sociais voltadas à infância pobre e vulnerável, que deveriam ser prioridades no município. Wanderley (2000) aponta as desigualdades estruturais e profundas que nunca puderam de fato ser enfrentadas. E distingue,

Assim, a pobreza e exclusão no Brasil são faces de uma mesma moeda. As altas taxas de concentração de renda e desigualdade – persistentes em nosso país – convivem com os efeitos perversos do fenômeno do desemprego estrutural. Se, de um lado, cresce mais a distância entre os “excluídos” e os “incluídos”, de outro, essa distância nunca foi tão pequena, uma vez que os incluídos estão ameaçados de perder direitos adquiridos. O Estado de Bem-Estar (que no Brasil já foi muito bem apelidado de Estado de Mal-Estar) não tem mais condições de assegurar esses direitos. Acresça-se a isso tudo, a tendência política neoliberal de diminuição da ação social do Estado (WANDERLEY, 1999, p. 25).

O primeiro espaço improvisado para atender à demanda ocorreu na Rua Euclides da Cunha, n. 540, Bairro Centro, com instalações que acomodavam, de forma adaptada, meninos e meninas menores de 12 anos de idade.

O Grupo de Incentivo e Apoio à Adoção da Região de Ourinhos – GIAARO – assumiu a administração da instituição Casa Arco-Íris em 2004. A partir de então, os funcionários passaram a ser contratados por meio das Leis Trabalhistas – CLT – e se responsabilizar pelo trabalho com as crianças. O GIAARO, entidade, sem fins lucrativos, foi criado em 1994 por pessoas da sociedade civil, e trabalhava para que crianças e adolescentes tivessem seus direitos garantidos, em especial os relativos à convivência familiar. Em setembro de 2004, o GIAARO recebeu o convite para administrar o serviço de acolhimento institucional para crianças, que residiam no endereço da Rua Rio de Janeiro, nº 705, no centro do município. No dia 03 de outubro de 2004, foi realizada a eleição e eles assumiram em 04 de outubro.

Os elementos extraídos dos dois livros de registros da instituição foram nomeados indicadores. Estes foram constituídos a partir da leitura e compilação dos dados existentes e respeitam, portanto, a mesma organização das informações e nomenclaturas utilizadas pelos profissionais da Casa Arco-Íris. Os indicadores estão organizados da seguinte maneira: Perfil dos Ingressantes, por gênero e faixa etária, no período 1996-2018; Motivos para o acolhimento institucional; Período de permanência na Casa Arco-Íris e Desacolhimento institucional.

Vale lembrar que todos os dados foram produzidos a partir de um documento encontrado nesta instituição, conhecido como Livro de Registro de Entrada das Crianças e Adolescentes, organizado por meio de ações das profissionais do Serviço Social que atuaram durante o período estudado (1996 a 2018).

Até o presente momento, tem-se o total de dois livros guardados em arquivos na instituição, sob a responsabilidade da equipe técnica. Porém, o preenchimento com as informações acerca das entradas e saídas, bem como as demais informações, neste documento, é feito pelas assistentes sociais.

OS INDICADORES: LIVRO DE ENTRADA E SAÍDA DOS ACOLHIDOS DE 1996 A 2018

INDICADOR I - Ingressantes no Acolhimento, por Gênero, em duas décadas e triênio

INGRESSO	1996-2005	2006-2015	2016-2018
FEMININO	323	257	37
MASCULINO	370	179	39
TOTAL	693	436	76

Quadro I

Para verificar o primeiro indicador na pesquisa, far-se-á necessário uma pergunta. Quem são os acolhidos? Foi compilado um a um, ou seja, cada entrada de criança e adolescentes no acolhimento, totalizando 1205. A partir daí, responder quem chegou ao serviço de acolhimento. Sendo assim, foi possível traçar um perfil por gênero primeiramente e, posteriormente, por faixa etária.

Verificamos que a quantidade de acolhimentos foi progredindo em números de ambos os sexos, anualmente. Houve uma quantidade mais expressiva de acolhimentos, nos anos de 1998, terceiro ano após a inauguração, com 102 acolhimentos, e no ano de 2003, com 114 acolhimentos no total. Sinalizamos que, nos demais períodos, os números foram inferiores a 100. Entretanto, o número de vagas era de 15 no total, ou seja, o município recebia um número maior de crianças e

adolescentes.

INDICADOR II – Ingressantes no Acolhimento, por faixa etária, em duas décadas e triênio

FAIXA ETÁRIA	1996-2005	2006-2015	2016-2018
DE 0 À 03 ANOS	169	140	28
DE 04 ANOS À 10 ANOS	233	192	25
DE 11 ANOS À 18 ANOS	169	78	20
SEM DADOS	100	11	0
TOTAL	671	421	73

Quadro II

Destacamos que os números de acolhidos, predominantemente, sempre foram maiores que o número de vagas. O município de Ourinhos sempre teve uma preocupação com a expansão do trabalho infantil, em número maior de crianças e adolescentes evadidos da escola e em situação de mendicância. O Presidente da Câmara de Ourinhos, utilizando as atribuições da Lei Orgânica do Município (§ 3º do art. 200 do Regimento Interno), promulgou no dia 26 de julho de 2011, publicada e registrada a Lei Nº 5657 que estabelece diretrizes para a Política Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e suas piores formas, e dá providências – para crianças e adolescentes do município que culturalmente colocava-se em exposição e risco social, como por exemplo, no artigo 7º. da Lei “d) esclarecimento dos motivos para não se dar esmolas e a comprar produtos de crianças e adolescentes em ruas, bares, restaurantes e semáforos, informando a população sobre os riscos e danos causados pela exploração do trabalho infantil e sobre a permanência nas ruas”. A mesma lei municipal, além de dar diretrizes para a política de prevenção e erradicação do trabalho infantil, tem como objetivo a proteção de crianças e adolescentes inseridos em situação de trabalho infantil.

INDICADOR III – Quatro maiores motivos para o acolhimento institucional de 1996 a 2018

MOTIVOS DE ACOLHIMENTO	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL	
ABRIGO	7	22	70	20	20		19	24	29	38	20	24	25	34	45	4	22	27	25	26	18	28	25	612	
NEGLIGÊNCIA			49		20	20	19	18	18	11	10	29	21	17	20	29	17	25	20	21	16	28	25	433	
PROTEÇÃO	8	9	70	30	20	19	19	23	31	41	32													302	
RISCO									23	37	1	5	2	11	19	32	26	19	24	18	20	18	28	25	308

Quadro III

Este indicador referente aos motivos de acolhimento, cabe explicitar, uma pergunta: Por que eles chegam ao serviço de acolhimento?

O quadro acima, reserva historicamente, a quantidade de citações em periodização da pesquisa, em seus quatro maiores motivos. Todos eles, ultrapassam trezentas citações em

palavras, contudo os sentidos ao longo do serviço de acolhimento foram movimentando-se e revelando o que deu continuidade, como por exemplo o abrigo. Chama-se atenção que, somente no ano de 2001, não houve uma só pronúncia deste termo em 12 meses. Já, a negligência, nasceu como um termo robusto, no segundo ano do serviço com sustância quantitativa, porém no próximo ano (1999) foi rejeitado, mas não caiu em desuso pelas profissionais do serviço de acolhimento e até mesmo dos Conselheiros Tutelares do município ao longo dos anos. O terceiro maior motivo, *risco*, apareceu no final da primeira década e obteve uma média de 20 citações anualmente. E, para finalizar, com o quarto maior motivo, tivemos a proteção que, se inaugurou com o serviço de acolhimento juntamente com o abrigo, mas diferenciou-se na ruptura do uso em 2006, e nunca mais foi utilizada nos registros.

INDICADOR IV – Período de Permanência na Casa Arco-Íris

PERÍODO DE ACOLHIMENTO	1996-2005	2006-2015	2016-2018
DE 0 ATÉ 30 DIAS	465	239	20
DE 31 DIAS ATÉ 01 ANO	131	119	31
DE 02 ANOS OU MAIS	27	40	9
SEM DADOS	36	4	0
TOTAL	659	402	60

Quadro IV

Neste indicador, assinalamos o período de permanência das crianças e adolescentes no serviço de acolhimento institucional.

Quanto tempo eles/elas ficam no acolhimento? Essa pergunta foi imprescindível para verificar a relação da infância e juventude com o município e/ou sociedade.

A permanência estabeleceu-se, desde uma breve passagem entre: 01 ou até 30 dias; de 31 dias até um ano; de 02 anos ou mais e Sem dados. A elevada escala da passagem pelo acolhimento (desde 1996) de crianças e adolescentes ocorreu em 724 acolhidos pelo período de 0 a 30 dias, o que entra em consonância com os motivos de acolhimento vistos no indicador anterior.

INDICADOR V – Desacolhimento Institucional

MOTIVO	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
ADOÇÃO	0	4	2	1	2	3	0	8	4	11	20	15	2	5	3	6	7	8	10	9	1	16	4	141
FAMÍLIA ACOLHEDORA	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	1	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10
FAMÍLIA DE ORIGEM	0	0	0	0	0	0	38	73	32	38	16	21	31	13	20	13	4	17	6	0	8	5	4	339
FAMÍLIA EXTENSA	0	0	0	0	0	0	26	15	6	7	2	9	3	5	12	7	15	5	8	15	9	4	7	155
FUGA	0	1	3	0	1	1	5	5	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	1	23
LAR SANTO ANTÔNIO	0	0	3	0	0	4	1	0	2	2	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15
ÓBITO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
OUTRA CIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	2	4	6	0	0	4	7	12	3	1	0	0	0	0	0	39
OUTRO PAÍS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
PADRINHOS DE BATISMO	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
SEM DADOS	0	0	0	0	0	0	18	6	12	8	30	6	7	13	2	8	2	5	0	0	0	0	0	117
TOTAL	0	5	8	1	3	8	88	108	61	75	74	54	45	41	48	46	31	36	28	24	18	25	19	846

Quadro V

A pergunta para este indicador se fez: Por que eles saem do serviço de acolhimento? Com quem vai essa criança e adolescente ao sair da instituição de acolhimento? Qual destino, a criança

e o adolescente institucionalizado tomarão para o seu pleno desenvolvimento integral?

Notamos que, no ano de 1996, não foi realizado nenhum desacolhimento, sendo o primeiro ano do serviço no município. Destacamos que o retorno para a família de origem, ganhou destaque no ano de 2002, com elevado acréscimo no ano posterior e, ao longo dos anos, perpetuou-se na liderança dos desacolhimentos, totalizando 339 reintegrações familiares para a família de origem e 155 para a família extensa. Também, um pequeno grupo que foi para o Projeto de Família Acolhedora, implantado em 2005 no município e finalizado em 2010.

Para analisarmos, os desacolhimentos, em periodização do início do serviço até um determinado momento, foi a saída para a adoção, que liderou, mesmo em números pouco expressivos, porém era a única forma de saída de amparo legal, pois houve fugas do serviço. E, em 2002, as saídas ganharam destaque para a reintegração e/ou retorno à família de origem e/ou extensa. Já, observamos pelo Indicador I que o número de ingressantes no serviço de acolhimento ocorria, anualmente, em quantidade expressiva, a qual, demonstrou ser maior que o número de vagas. Por conta de não se ter uma padronização dos Registros, foi possível observar que algumas crianças e adolescentes retornavam à instituição várias vezes, e por motivos diversificados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já relatado, esta pesquisa teve o objetivo de analisar o percurso histórico de constituição de um serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, desde sua inauguração em 1996 até 2018, tendo em vista apreender como as práticas das políticas sociais do município se relacionavam com a garantia da medida de proteção à infância e juventude.

Deu-se atenção às determinações contraditórias dos discursos de reintegração familiar e/ou convívio familiar da PNAS (BRASIL, 2005), que tiveram pouco impacto na efetividade do não afastamento do convívio familiar e comunitário, demonstrados pelos números de ingressantes no acolhimento institucional.

Durante a coleta dos dados, foi-se percebendo a ausência de documentos ao longo de toda a história do serviço de acolhimento institucional – uma política pública municipal. Deparamo-nos com um lugar “sem certidão de nascimento”. Já tinha sua idade adulta, já tinha características próprias, foi se modificando, tomando formas, ao mesmo tempo usava a mesma roupa – uma instituição de abrigo para crianças que sofreram violações de direitos e sua garantia era ter uma palavra, como se fosse seu registro de identidade.

A carência de registros na Secretaria Municipal de Assistência Social e na sede da OSC, que administrava e executava a prestação de serviços na instituição, demarcou o primeiro desafio. Pois, a própria história da formação e gestão do serviço ausentava-se nos papéis burocráticos (e também nos depósitos de papéis, os chamados almoxarifados) e na rotatividade de profissionais que passaram pelo abrigo em seus 23 anos, revelando, assim, como foram conduzidas as práticas de gestão da Assistência Social à infância e à adolescência nos serviços da alta complexidade.

Os dois livros de registros dos acolhidos, encontrados na instituição de acolhimento, foram reluzentes como duas pedras de ouro, pois se conseguiu indicar pelos escritos, em grafia manual: nome; faixa etária; sexo; motivo do acolhimento; período de permanência na instituição e desacolhimento. Esta iniciativa sobreveio da primeira profissional de serviço social, quando foi implementado o abrigo no município e perpetuou-se até os dias atuais.

Outro fator importante à pesquisa foi a inexistência de dados, os chamados *sem dados*, que lideraram e centralizaram a ideia de que ao passar os profissionais e/ou responsáveis pelo serviço de acolhimento, cada um agia de acordo com a sua concepção de preenchimento, não havendo o

comprometimento para com o registro total, como um dos principais instrumentos da história da criança e adolescente (além de seu prontuário individual).

Seja pela reintegração familiar (independente do tempo de permanência no serviço) ou a colocação em família substituta, os “moradores”, que em alguns casos não desejaram e/ou não puderam sair do serviço até completar a maioridade, ficaram (in)visíveis às políticas públicas desde sua entrada até sua futura saída.

A questão da raça/etnia/cor não contida no Livro de entrada dos acolhidos, resultou na valorização e significação que essa variável adquire como objeto de análise, pois se trata de um processo correlacionado às profundas raízes do desenvolvimento político-econômico de uma sociedade.

Ao toque final deste trabalho, esperamos contribuir com a historicização da garantia de direito à infância e juventude no município e que os resultados encorajem práticas emancipatórias e de compromisso ético-político de todos os responsáveis pelos direitos das crianças e dos adolescentes do município.

REFERÊNCIAS

BERING, E. R.; BOSCETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2007. BOCK. A. M. B. *Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia*. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* [recurso eletrônico]: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 85/2015, 1988.

BRASIL. O Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8.069, de 13.6.1990, Diário Oficial da União de 16.6.1990.

BRASIL. Lei n. 8.742, 7 de Dezembro de 1993. *Lei Orgânica da Assistência Social*. Brasília: DF: MPAS, 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social* (2004), Brasília: DF, 2004.

BRASIL. *Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Brasília: DF, 2009.

CHAUÍ, M. S. *O que é Ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Coleção Primeiros Passos).

CORTEZ, S. M. M. *A política de redistribuição de renda por meio da transferência de benefícios monetários: uma análise do Programa Renda Cidadã de Ourinhos*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005.

FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM. *Coordenadoria de Gestão de Políticas Públicas Municípios paulistas em busca de novas práticas: as 12 finalistas do II Prêmio Chopin Tavares de Lima – novas práticas municipais: Ourinhos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)*. Coordenação de Cristina Castro Simonetti, Lúcia Maria Cavalcanti, Martinez V. Monteiro, Roseli Férez e Silvia R. Salgado. São Paulo, 2007. Disponível em: Acesso em: 2 maio 2021.

FREITAS, M. C. *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

GOMES, C. A. V. *O Afetivo para a Psicologia Histórico-cultural: considerações sobre o papel da educação escolar*. Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2009. Disponível em: https://www.unifal-mg.edu.br/humanizacao/wp-content/uploads/sites/14/2016/12/gomes_cav_dramAfetivo.pdf. Acesso em 5 de maio de 2020.

GONÇALVES, M. A. *Psicologia, Subjetividade e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTTO, M. V. *Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTTO, M. V. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2008.

MARX, K. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Volume I, 1968.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 1990.

NETTO, J. P. "Cinco notas a propósito da 'questão social'". *Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*, Brasília, v. 2, n. 3, jan/jun. 2001.

NETTO, J. P. *Introdução ao Estudo do Método de Marx*. São Paulo: Editora Expressão Popular., 2011.

PINTO, M. I. M. M. *Cotidiano e Sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914)*. São Paulo: Edusp, 1994.

SILVA. R. *Os Filhos do Governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas*. Editora afiliada ABDR, 2^a edição, Editora Ática, 1998.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, B. (Org). *As artimanhas da exclusão: análise psicosocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BILINGUISMO E FUNÇÕES EXECUTIVAS: Uma Revisão das Publicações Brasileiras entre 2003-2016

Bilingualism and Executive Functions: A Review on the Brazilian Publications Between 2003 - 2016

Genner Mateus Secco⁸

Gabriel Sousa Andrade⁹

Luana Breda¹⁰

Plínio Marco de Toni¹¹

RESUMO: O impacto do bilinguismo nas funções cognitivas tem sido constantemente evidenciado em pesquisas internacionais. No Brasil, embora o país seja reconhecido por sua pluralidade cultural, o campo da neuropsicologia do bilinguismo continua em construção. Este estudo buscou traçar um panorama das publicações nacionais sobre bilinguismo e funções executivas, veiculadas em periódicos que foram publicados em português e inglês. Foram encontrados 10 artigos que atenderam aos critérios estabelecidos. Constatou-se que as publicações brasileiras são escassas e se diferenciam das pesquisas internacionais em termos de tarefas utilizadas nos estudos e na inconsistência de fatores múltiplos, como diferenças de realidade socioeconômica e distinta escolaridade.

PALAVRAS-CHAVE: Bilinguismo; Cognição; Demência; Funções executivas; Psicologia do desenvolvimento.

ABSTRACT: The impact of bilingualism on cognitive functions has been consistently evidenced in international research. In Brazil, although the country is recognized for its cultural plurality, the field of the neuropsychology of bilingualism is still incipient. This study sought to provide an overview of national papers on bilingualism and executive functions, published in journals in Portuguese and English. Ten studies were found that met the established criteria. It was observed that Brazilian publications are scarce and differ from international research in terms of the tasks used in the studies and in the inconsistency of multiple factors, such as differences in socioeconomic reality and schooling.

KEYWORDS: Bilingualism; Cognition; Dementia; Cognitive reserve; Developmental psychology.

⁸ Laboratório de Psicologia do Bilinguismo da Universidade Estadual do Centro-Oeste (LabLingue/UNICENTRO) | <http://orcid.org/0000-0002-3643-4383> | gennерsecco@gmail.com

⁹ Laboratório de Psicologia do Bilinguismo da Universidade Estadual do Centro-Oeste (LabLingue/UNICENTRO) | <http://orcid.org/0000-0003-0090-6593> | gabrielsousaandrade94@gmail.com

¹⁰ Laboratório de Psicologia do Bilinguismo da Universidade Estadual do Centro-Oeste (LabLingue/UNICENTRO) | <http://orcid.org/0000-0002-9550-3860> | luanabreda@gmail.com

¹¹ Laboratório de Psicologia do Bilinguismo da Universidade Estadual do Centro-Oeste (LabLingue/UNICENTRO) | <http://orcid.org/0000-0002-8052-380X> | pliniomarco@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A linguagem é o principal meio de comunicar processamentos internos ao mundo externo. Junto com a memória e a motricidade, é através da linguagem que nós nos constituímos como seres sociais (Gil, 2011).

O Brasil ocupa um lugar especial nesse contexto por ser um país que abrange várias etnias, em razão de grandes ondas migratórias advindas dos mais diversos países do mundo (Patarra, 2005), caracterizando um ambiente de contato entre grupos étnicos e linguísticos, o que, por sua vez, garante à língua um status de identidade e riqueza cultural (Durham, 2004). Considerando este rico ambiente, pode-se dizer que o estudo do bilinguismo pode ser de interesse de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento.

Dentre os campos de estudo que analisam o homem em relação a seu meio, destaca-se a Neuropsicologia. Esta se trata de uma área interdisciplinar cujo objeto de estudo é a relação entre o cérebro, comportamento e cognição em termos de processos subcorticais e cognitivos superiores como a atenção, memória, capacidade de planejamento, inibição, habilidades visuoespaciais e visuoconstrutivas, funções executivas e linguagem (Rey, Oliveira, & Rigoni, 2014).

A neuropsicologia do bilinguismo já está bem fundamentada e tem encontrado resultados consistentes sobre o benefício que o bilinguismo tem sobre algumas funções, em especial sobre o controle executivo, que se refere ao controle sobre o movimento intencional (Spreen, Sherman, & Strauss, 2006), ao longo de diversas fases do desenvolvimento. De acordo com Bialystok (2010), as circuitarias neurais dos lobos frontais responsáveis pela inibição, flexibilidade e resolução de conflitos, são reforçadas com o bilinguismo e se convertem em fenômenos observáveis em amostras de bilíngues, no que se refere a uma vantagem na atenção seletiva, quando comparados com amostras de monolíngues.

Kovács e Mehler (2009) demonstraram, através de 3 experimentos com uso de eyetracking (rastreio visual), que crianças nascidas em ambientes bilíngues aos 7 meses apresentavam controle executivo mais aperfeiçoado que seus pares monolíngues. Apesar de ambos os grupos terem aprendido a olhar diretamente para um comando verbal seguido de recompensa, as crianças bilíngues foram mais rápidas em redirecionar esse olhar antecipatório para um estímulo luminoso no outro lado da tela.

Greenberg, Bellana e Bialystok (2013) afirmam que as crianças bilíngues têm demonstrado benefícios em relação a crianças monolíngues de mesma idade ao lidar com o conflito durante a resolução de uma tarefa. Para o autor, isto é um indício de que a capacidade de controle executivo se desenvolve precocemente e em crianças bilíngues.

Já Poulin-Dubois, Blaye, Coutya e Bialystok (2011) testaram a hipótese de que os benefícios do bilinguismo se dariam pelo uso constante de flexibilidade cognitiva e atenção seletiva, em ambientes onde se faz necessária a escolha de uma língua em detrimento de outra, em crianças de 2 anos. Para isso, eles aplicaram uma bateria de tarefas para funções executivas e a escala cognitiva de Bayley. Esses autores encontraram vantagens significativas do grupo bilíngue na tarefa de Stroop adaptada para esta faixa etária e nenhum indicativo de vantagem nas outras, o que demonstrava o caráter específico dos efeitos bilíngues em tarefas com estímulos conflitantes, vindo a fortalecer a hipótese de um benefício sobre o controle executivo em bebês.

Ainda a respeito dos benefícios de uma segunda língua na infância, Carlson e Meltzoff (2008) investigaram se esses benefícios seriam generalizados para outros grupos linguísticos não estudados previamente, optando por avaliar crianças falantes de Espanhol-Inglês com cerca de 3 anos. Em sua metodologia, foram utilizados múltiplos instrumentos de medidas para

funções executivas. Com o controle das variáveis de escolaridade e nível socioeconômico, o grupo de bilíngues apresentou resultados superiores ao grupo de monolíngues em tarefas que exigiam controle de conflito, mas não obtiveram diferenças nas tarefas de controle de impulsos.

Em relação a amostras de adultos, pode-se citar o estudo realizado por Costa, Hernández e Sebastian-Gallés (2008), em que os participantes foram avaliados em relação a aspectos de orientação, alerta e controle executivo das redes atencionais. Neste estudo, foi observado que os bilíngues falantes de Espanhol-Catalão não só completaram a tarefa mais rápido, como foram mais eficientes nos estágios que avaliavam o alerta e o controle executivo. Este estudo é uma evidência favorável à hipótese de que existam benefícios bilíngues em jovens adultos.

Sobre idosos, podem ser citados os estudos que encontraram evidências favoráveis à hipótese da reserva cognitiva (Valenzuela & Sachdev, 2005) oriunda do bilinguismo, com um atraso no aparecimento de sintomas demenciais (Bialystok, Craik & Freedman, 2007; Chertkow, Whitehead, Phillips, Wolfson, Atherton & Bergman, 2010; Craik, Bialystok & Freedman, 2010). Sendo também, em Bialystok, Craik, Klein e Viswanathan (2004), observáveis vantagens comportamentais (em resultados de tarefas cognitivas).

Contudo, apesar da representatividade do bilinguismo em escala global, da sua consolidação como promotor de benefícios para a cognição e da sua estreita relação cultural com a formação étnica do Brasil, até meados de 2008 a preocupação nacional quanto ao tema ainda era incipiente. Até este período, questionava-se a validade das investigações nesta área do conhecimento (Zimmer, Finger, & Scherer, 2008).

Decorridos dez anos após as colocações de Zimmer et al. (2008), este estudo se propõe a discutir as publicações de autores brasileiros sobre o bilinguismo e sua relação com as funções executivas publicadas por autores brasileiros durante um período de 14 anos. Desta forma, buscou-se avaliar o estado da arte das pesquisas brasileiras nesta área e promover uma discussão acerca das peculiaridades da pesquisa com populações bilíngues no país.

METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, foi feito um levantamento bibliográfico nos indexadores Scielo, Lilacs e PePSIC, norteada pelos descriptores bilinguismo ou multilinguismo e: funções executivas; reserva cognitiva; Alzheimer; memória de trabalho; controle inibitório; cognição.

Com exceção da determinação da força das evidências, foram inicialmente seguidos os critérios descritos em Rother (2007) para uma revisão sistemática, pois foi feita uma pesquisa seguindo critérios rígidos. Contudo, tendo sido observada posteriormente uma grande escassez de estudos indexados com as palavras-chave escolhidas, optou-se por realizar um estudo mais abrangente, sendo realizada também uma busca textual no *Curriculum Lattes* dos pesquisadores encontrados e solicitado a eles, quando possível através de *e-mail*, que indicassem colegas e pesquisadores da área. Desta forma, o trabalho final não se consistiu em uma revisão sistemática, apesar de possuir aspectos metodológicos baseados neste estilo de revisão.

Para o presente estudo, foram levados como critério de inclusão artigos científicos publicados por autores brasileiros: em periódicos científicos nacionais ou estrangeiros revisados por pares; nas línguas portuguesa e inglesa; publicados entre 2004 e 2016; pesquisas cujo foco seja a relação entre bilinguismo e funções executivas; que tiveram coleta de dados.

Como critério de exclusão foram adotados: textos publicados fora do intervalo de tempo acima descrito; estudos de construção e normatização de instrumentos; casos clínicos; estudos que não abordem a relação entre bilinguismo e algum aspecto das funções cognitivas; que não coletaram dados; que utilizaram amostras de bilíngues bimodais (Português-LIBRAS); trabalhos

publicados em anais de eventos.

Conforme os artigos foram encontrados, os mesmos foram analisados pelos dois primeiros autores deste trabalho para avaliar quais estariam de acordo com os critérios de inclusão supracitados, havendo, em caso de discordância ou dúvida, uma discussão dos dois primeiros com o último autor deste trabalho, até que fosse possível atingir um consenso.

A partir da seleção, os estudos foram sistematizados e avaliados de acordo com: características da amostra, como o controle do nível socioeconômico e da escolaridade; instrumentos utilizados; tamanho da amostra; função cognitiva avaliada; os resultados obtidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram encontrados 10 artigos que estavam de acordo com os critérios de inclusão supracitados. O termo “estudo” foi utilizado por se considerar que algumas publicações contiveram mais de um estudo. Foi o caso de publicações que apresentaram a aplicação de mais de um instrumento, ou em que foram aplicados instrumentos a amostras significativamente diferentes em idade. Dentre estes, apenas um artigo foi encontrado através de indexadores, tendo os outros artigos sido encontrados por meio de buscas no *Curriculum Lattes* dos autores referenciados nos artigos.

Tratando-se de autores principais, dentre os 10 artigos, foram encontrados oito autores diferentes. O nome mais frequente foi o de L. Rodrigues, com três publicações. Unindo autorias a coautorias, foram encontrados 15 colaboradores diferentes. O nome mais frequente foi o de M. Zimmer, sendo coautora de quatro artigos. L. Rodrigues contribuiu com três publicações, tendo J. Billig contribuído com duas e outros 11 autores contribuído com um artigo cada.

Foram encontrados artigos publicados a partir de 2009, tendo sido os anos de 2011 e 2015 os que mais contiveram publicações que estavam de acordo com os critérios de inclusão, sendo três no total. A frequência de publicações por ano está representada abaixo na Figura 1.

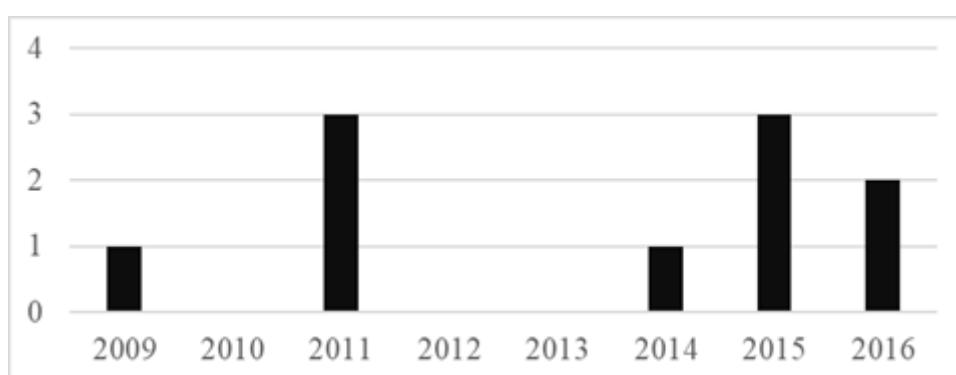


Figura 1. Frequência de publicações por ano.

Ao todo, foram encontrados 27 estudos contidos em 10 publicações. Tratando-se da análise dos resultados dos estudos, optou-se pela consideração em separado de instrumentos que avaliaram funções executivas inibitórias e a memória operacional. Esta divisão foi feita devido à condução dos estudos, que consideraram em separado estes aspectos das funções executivas, e aos instrumentos empregados, que buscam considerar ambos os aspectos separadamente. Diamond (2013), contudo, inclui tanto as capacidades inibitórias quanto a capacidade de memória operacional no conceito de funções executivas.

SOBRE CAPACIDADES INIBITÓRIAS

Sobre as funções executivas inibitórias, foram encontrados 18 estudos contidos em nove publicações, que somaram 572 participantes diferentes de 8 a 86 anos. Não foram contabilizados repetidas vezes participantes que participaram de dois estudos na mesma publicação (publicações que contiveram duas aplicações de instrumentos de medida de funções executivas nos mesmos participantes). Os resultados dos estudos serão analisados de forma separada pelos grupos de idade.

Dos quatro estudos que avaliaram crianças, sendo 158 participantes de 8-12 anos, três encontraram vantagens dos grupos de bilíngues sobre o grupo de monolíngues, sendo esta no tempo de reação de um *Attention Network Test* (Rodrigues, Silva, & Zimmer, 2015) e no tempo de reação de um *Simon arrows task* aplicado a dois grupos de idade, 9 e 12 anos. (Brentano & Fontes, 2011).

Rodrigues et al. (2015) utilizaram a tarefa *Attention Network Test* e encontraram vantagens do grupo de bilíngues em duas condições da tarefa (condições congruentes de pista dupla e espacial). Este estudo, contudo, encontrou mais vantagens em bilíngues de Pelotas em comparação a bilíngues de Aceguá (cidade fronteiriça entre o Brasil e o Uruguai), havendo dificuldade de comparação das amostras considerando que a cidade de Pelotas é maior e mais rica do que Aceguá (Brasil, 2020), podendo haver variáveis outras que, não controladas, podem ter influenciado o resultado. Desta forma, serão considerados apenas os resultados referentes aos grupos da mesma cidade (vantagem em apenas duas condições, entre as 8 condições do instrumento).

Uma dificuldade de interpretação similar ocorreu ao se analisar os resultados nos dois estudos contidos em Brentano e Fontes (2011) feito com crianças de 9 e crianças de 12 anos, que incluíram na amostra crianças de classe alta de Novo Hamburgo para comparação com crianças monolíngues de um colégio estadual e crianças bilíngues de Picada Café (Rio Grande do Sul). Assim como Pelotas e Aceguá, Novo Hamburgo e Picada Café possuem diferenças em quantidade de habitantes e no nível socioeconômico demasiadamente diferentes (Brasil, 2020) para se considerar os resultados como unicamente devidos ao bilinguismo. Nesta publicação, considerando os grupos da mesma cidade, foram encontradas vantagens dos bilíngues em relação aos monolíngues em relação ao tempo de resposta medido através de um *Simon arrow task*.

Cabe ressaltar que, para além das diferenças socioeconômicas e educacionais entre as cidades, os aspectos culturais também geram uma dificuldade na comparação entre pessoas de cidades de portes e economias muito diferentes. De acordo com Han, Northoff, Vogeley, Wexler, Kitayama e Varnum (2013), aspectos culturais como o senso de coletividade, em oposição ao individualismo, influenciam a capacidade humana de prestar atenção, sendo culturas mais coletivistas associadas a um prestar atenção mais generalista, enquanto culturas mais individualistas estariam associadas a uma atenção mais focada a detalhes. Não é possível afirmar que estas diferenças necessariamente ocorram no contexto da comparação entre participantes das cidades de Aceguá e Picada Café com Pelotas e Novo Hamburgo, contudo esta possibilidade não foi controlada adequadamente nas análises que compararam pessoas de uma cidade com a outra.

Em Blank e Bandeira (2011), inicialmente, não foram encontradas diferenças significativas entre os grupos de línguas, tendo sido ambos os grupos testados em português utilizando da tarefa de *Stroop*. Os autores, então, aplicaram novamente o instrumento em Hünsruckisch (primeira língua dos participantes bilíngues), tendo os bilíngues, então, demonstrado vantagem.

Os resultados do segundo estudo, como foram comparados com os resultados da primeira testagem no grupo de monolíngues, geram dificuldades de interpretação devido à possibilidade de que os bilíngues possam ter tido um efeito de aprendizagem do instrumento. O efeito de aprendizagem na tarefa de *Stroop* já foi demonstrado, com a repetição do teste pelos mesmos participantes resultando em resultados melhores (Edwards, Brice, Craig, & Penri-Jones, 1996).

Os estudos com amostras de crianças, com exceção de Rodrigues et al. (2015), não utilizaram questionários para avaliar o bilinguismo dos participantes, mas Blank e Bandeira (2011) e Brentano e Fontes (2011) reportaram incluir na amostra apenas crianças que falavam Hunsrückisch como primeira língua (desde o nascimento), salvo o grupo de Novo Hamburgo contido em Brentano e Fontes (2011), falante de inglês como segunda língua. Também não foi feito um controle de índice socioeconômico, que, apesar das crianças estarem no mesmo ano escolar, pode ter interferido nos resultados, especialmente em Brentano e Fontes (2011), que constataram esta dificuldade.

Desta forma, os resultados apresentaram um padrão de resultados similar ao da literatura científica da área (Bialystok & Poarch, 2014), contudo, é preciso interpretar os resultados com cautela, devido às questões metodológicas supracitadas.

Nenhum dos 27 estudos contidos nas 10 publicações revisadas se utilizou de testes de raciocínio, cujos resultados são preditivos de resultados em diversas tarefas neuropsicológicas e são também comuns nas pesquisas de Ellen Bialystok, uma das principais pesquisadoras da área (Andrade, Cristiano, Secco, & Toni, 2020).

Quanto ao grupo de adultos, foram encontrados dez estudos, contidos em seis publicações, com uma amostra agregada de 334 participantes de 18 a 58 anos. Destes: dois estudos (Rodrigues, & Zimmer, 2016; Rodrigues, & Zimmer, 2015) encontraram resultados mistos em um *Simon task* (vantagem monolíngue em acurácia e vantagem bilíngue em tempo de resposta); três não encontraram diferenças significativas entre os grupos para um *Attention Network Test* (Rodrigues, & Zimmer, 2016) e para um *Simon task* aplicado a diferentes grupos de idade (uma amostra de 18–26 anos e uma amostra de 30–54 anos; Kramer, & Mota, 2015); dois estudos encontraram vantagens monolíngues na acurácia de um *Simon arrows task* e de um *Stroop task* (Billig, & Scholl, 2011); dois estudos encontraram vantagens bilíngues no tempo de reação em um *Simon task* (Kramer, & Mota, 2015) e um *Attention Network Test* (Rodrigues et al., 2015).

É observável que os resultados foram mistos. Cinco destes estudos utilizaram questionários para avaliar o bilinguismo dos participantes (Kramer & Mota, 2015; Rodrigues et al., 2015; Rodrigues, & Zimmer, 2015), tendo três estudos (Limberger, & Buchweitz, 2014; Billig, & Scholl, 2011) utilizado como critério o participante reportar falar uma língua diferente do português diariamente e dois estudos (Rodrigues, & Zimmer, 2016) não reportado uma forma rigorosa de qualificação entre bilíngues e monolíngues.

Em relação ao controle do nível socioeconômico, todos os estudos tiveram o cuidado de parear amostras para escolaridade, tendo os dois estudos contidos em Rodrigues e Zimmer (2016) inclusive buscado profissões de nível socioeconômico similar para parear os grupos de língua.

Quanto ao vocabulário, os três estudos contidos em Kramer e Mota (2015) utilizaram como método dois juízes fluentes em Hunsrückisch que avaliaram qualitativamente se o participante seria fluente ou não, e um teste padronizado para verificar se um grupo seria falante de inglês (TOEFL, da ETS). O restante dos estudos não se utilizou de medidas de vocabulário. O emprego de testes de vocabulário para atestar a fluência é comum nos estudos realizados por Ellen Bialystok (Andrade et al., 2020).

Os três estudos em Kramer e Mota (2015) também foram os únicos a controlarem outras variáveis, aplicando um Mini-Exame do Estado Mental e a Escala Beck para Depressão.

Kramer e Mota (2015) buscaram comparar bilíngues precoces e tardios (que começaram a falar outra língua desde crianças ou que aprenderam tarde na vida). Com 3 diferentes grupos de adultos bilíngues e monolíngues, foi observado por Kramer e Mota (2015) uma diferença significativa apenas para bilíngues tardios, tendo os autores concluído que talvez a relação entre o bilinguismo precoce e o controle executivo não seja exatamente como o comumente encontrado na literatura, visto que foram encontradas evidências do contrário. Apenas bilíngues tardios apresentaram diferenças significativas, diferentemente de Luk, Sa e Bialystok (2011).

É importante considerar, concomitantemente, que as diferenças neuropsicológicas entre bilíngues e monolíngues podem ser sutis e, adicionalmente, que os instrumentos de medida, quando aplicados em adultos, podem ser pouco sensíveis para as diferenças. Moreno, Wodniecka, Tays, Alain e Bialystok (2014), por exemplo, demonstraram que a existência de diferenças no funcionamento cerebral medidas através de um EEG (eletroencefalograma) não necessariamente apontará para diferenças em tarefas neuropsicológicas, não havendo diferenças significativas em uma tarefa *go-no-go* entre bilíngues, monolíngues e músicos, mas havendo diferenças significativas em relação às medidas de amplitude durante a realização da tarefa. Em Kielar, Meltzer, Moreno, Alain e Bialystok (2014) também foi observado, através de medidas de ERSP (perturbações espectrais de evento relacionado), diferenças neurofisiológicas entre bilíngues e monolíngues durante um teste de gramaticalidade com distratores (a falta de sentido em frases gramaticalmente corretas), representando menor ativação frontal para a realização da mesma tarefa, mesmo sem diferenças nos resultados do teste por si.

Tratando-se de estudos com amostras de idosos, foram encontrados quatro estudos contidos em três publicações. A amostra agregada contém 82 participantes de 60 a 86 anos de idade. Não foram encontradas diferenças significativas entre os grupos em nenhum dos estudos, sendo os participantes avaliados através de um *Simon task* (Kramer, & Mota, 2015), um *Simon arrows task* (Billig, & Scholl, 2011) e um *Stoop task* (Billig, & Scholl, 2011). Martins e Zimmer (2009) não realizaram análises estatísticas inferenciais.

Martins e Zimmer (2009) não reportaram critérios rigorosos de avaliação do bilinguismo. Foram observadas em Martins e Zimmer (2009) outras incongruências metodológicas, como a diferença de idade média e escolaridade entre os grupos, que, aliadas a uma amostra de oito participantes e à falta de análises estatísticas inferenciais, acabam por dificultar uma interpretação dos resultados.

Foram empregadas aplicações do Mini-Exame do Estado Mental em todos os estudos com participantes idosos (Kramer & Mota, 2015; Billig & Scholl, 2011; Martins & Zimmer, 2009). Isso possui grande importância por evitar o enviesamento dos resultados devido à possibilidade de existência de algum grau de neurodegeneração em um dos participantes, sendo uma demonstração de maior rigor metodológico por parte dos pesquisadores. Foram também aplicadas escalas de depressão (a Escala Beck de Depressão e a Escala de Depressão Geriátrica). Billig e Scholl (2011), adicionalmente, se utilizaram de um questionário que verificou o bilinguismo e o histórico de saúde dos participantes. Os dois estudos em Billig e Scholl (2011) utilizaram como critério o participante reportar falar uma língua diferente do português diariamente.

De acordo com Andrade et al. (2020), no conjunto de estudos realizados por Bialystok entre 2012 e 2018 com idosos, também não foram encontradas evidências de vantagens em controle executivo para grupos bilíngues com envelhecimento saudável, estando estes resultados, portanto, de acordo com a literatura. Contudo, considerando que a mesma revisão apresentou estudos com evidências de maior preservação de substância branca nas regiões

relacionáveis ao controle executivo, é possível tecer as seguintes hipóteses: 1) as diferenças neurofisiológicas promovidas pelo bilinguismo não foram grandes o suficiente para serem observadas através de instrumentos neuropsicológicos, dadas as características das amostras contidas nos estudos; 2) dificuldades metodológicas referentes à categorização ou mensuração do bilinguismo nos estudos brasileiros e canadenses podem dificultar a comparação dos grupos; 3) outras variáveis que não o bilinguismo, como a cultura, podem ter influenciado nos resultados destes estudos.

Considerando os três grupos de idade, o instrumento utilizado com maior frequência para verificar funções executivas inibitórias foi o *Simon task*, utilizado sete vezes. Os instrumentos *Simon arrows task* e *Attention Network Test* foram utilizados quatro vezes cada. O instrumento *Stroop task* foi utilizado por três vezes.

MEMÓRIA OPERACIONAL

Quanto à memória operacional, foram encontrados nove estudos contidos em quatro publicações, que somaram 381 participantes de 18 a 84 anos. Os resultados, novamente, serão analisados de forma separada para grandes grupos de idade, sendo estes adultos e idosos, visto que não foram encontrados estudos com amostras de crianças.

Dos nove estudos, seis foram conduzidos com amostras de adultos, totalizando 244 participantes de 18 a 55 anos. Destes, apenas um (Billig & Finger, 2016) encontrou uma vantagem bilíngue para o tempo de resposta em uma tarefa *n-back*, tendo os cinco restantes não encontrado diferenças significativas entre os grupos: Kramer e Mota (2015), que se utilizaram de um *Alpha span task* aplicado a três amostras, sendo uma de jovens adultos (18–26 anos) com bilíngues precoces, uma de adultos (30–54 anos) com bilíngues precoces e uma de jovens adultos (18–26 anos) com bilíngues tardios; Limberger e Buchweitz (2014), que se utilizaram da Bateria de Avaliação da Memória de Trabalho; Billig e Scholl (2011), que se utilizaram de um *Simon squares task*.

Os três estudos contidos em Kramer e Mota (2015) foram os únicos que utilizaram um questionário para avaliar o bilinguismo dos participantes, enquanto o restante dos estudos considerou como critério de inclusão o participante falar diariamente uma língua diferente do português. Quanto ao vocabulário, apenas Kramer e Mota (2015) se utilizaram de critérios para avaliar o vocabulário, tendo sido estes supracitados no item 3.1 (juízes em Hunsrückisch e teste TOEFL). Todos os estudos tiveram alguma forma de controle para o nível socioeconômico dos participantes. Billig e Finger (2016) e Kramer e Mota (2015) tiveram o cuidado de verificar o histórico de saúde e a existência de sintomas depressivos, respectivamente.

Desta forma, não foram encontradas evidências para uma vantagem bilíngue relacionada à memória operacional. De forma similar a estudos com funções executivas, é preciso atentar-se à sutileza das diferenças e à sensibilidade dos testes, havendo evidências para diferenças neurofisiológicas entre bilíngues e monolíngues durante a realização de tarefas de memória operacional, mesmo em casos de não haver diferenças significativas em tarefas neuropsicológicas (Morrison, Kamal, & Taler, 2019).

Os três estudos restantes, realizados com idosos e contidos em três publicações, tiveram uma amostra agregada de 137 participantes de 60 a 84 anos de idade. Não foram observadas diferenças significativas entre os grupos para um *n-back task* (Billig & Finger, 2016), um *Alpha span task* (Kramer & Mota, 2015) e um *Simon squares task* (Billig & Scholl, 2011). Destes, Kramer e Mota (2015) foram os únicos que aplicaram um questionário para avaliar o bilinguismo dos participantes, tendo os restantes considerado como critério de inclusão o participante reportar

falar diariamente uma língua diferente do português. Todos avaliaram o índice socioeconômico dos participantes, tendo Billig e Finger (2016) também avaliado o histórico de saúde e o perfil de atividades, e os estudos em Kramer e Mota (2015) e Billig e Scholl (2011) se empregaram de escalas de depressão e do Mini-Exame de Estado Mental para evitar enviesamento.

A tendência destes estudos foi não encontrar diferenças significativas para memória operacional. Não há clareza quanto à existência de diferenças entre bilíngues e monolíngues para medidas de memória operacional, apesar de haver evidências favoráveis, especialmente em contextos não-verbais (Andrade et al., 2020). Desta forma, é possível tecer as seguintes hipóteses: 1) não há diferenças significativas relativas à memória operacional entre bilíngues e monolíngues; 2) a falta de caracterização de bilinguismo pode ter dificultado a interpretação dos resultados; 3) uma variável desconhecida pode ter influenciado os resultados; 4) por um motivo desconhecido, as diferenças podem não ocorrer nas circunstâncias das amostras investigadas, sendo restritas a contextos específicos.

É importante considerar as evidências contrárias à hipótese de uma vantagem bilíngue relativa à memória operacional observadas nesta revisão. Contudo, é igualmente importante considerar que o bilinguismo não é uma variável categórica (ou se é, ou não), havendo diferentes formas de bilinguismo. Green e Abutalebi (2013), por exemplo, apresentaram a hipótese de que as exigências cognitivas de manejear duas línguas podem ser afetadas pela troca de línguas, enquanto diferentes resultados para tarefas neuropsicológicas e medidas neurofisiológicas foram observadas para diferentes níveis de proficiência na língua (Grundy, Anderson, & Bialystok, 2017), frequência de uso (Bialystok, & Barac, 2012) e quanto ao bilinguismo precoce ou tardio (Luk et al., 2011).

Considerando os dois grupos de idade, o instrumento utilizado com maior frequência para avaliar a memória operacional foi o *Alpha span task*, utilizado quatro vezes. Os instrumentos *Simon squares task* e *n-back task* foram utilizados duas vezes cada. A Bateria de Avaliação da Memória de Trabalho foi utilizada uma vez. É importante considerar que a natureza de instrumentos computadorizados permite maior sensibilidade quanto a diferenças no tempo de reação, visto que testes feitos “no papel” comumente utilizam como medida de tempo o tempo total levado para completar o teste, enquanto instrumentos computadorizados permitem a exclusão de respostas consideradas impulsivas (respostas inferiores a, aproximadamente, 200 ms, de acordo com Whelan, 2008) e o estabelecimento de um tempo máximo para cada resposta.

CONCLUSÕES

Considerando a proporção de estudos favoráveis, contrários ou nulos em relação à hipótese de uma vantagem cognitiva oriunda do bilinguismo, é possível considerar que esta hipótese foi fortalecida pelos estudos brasileiros revisados apenas quanto ao controle executivo em crianças, havendo resultados mistos para o controle executivo em adultos e não havendo diferenças para controle executivo em idosos saudáveis. Quanto à memória operacional, a tendência foi não haver diferenças entre os grupos de adultos e idosos, não tendo sido encontrado um estudo realizado com crianças. Na revisão em Andrade et al. (2020), a maioria dos estudos de memória operacional em idosos que utilizaram tarefas não-verbais encontrou vantagens bilíngues, enquanto estudos com tarefas verbais encontraram vantagens monolíngues. Isto não foi observado nos estudos revisados no presente trabalho.

Quanto às limitações deste estudo, é possível citar o caráter interdisciplinar da Neuropsicologia, que dificulta o recorte claro do tema bilinguismo e funções cognitivas, com diferentes modelos teóricos que embasam estes conceitos. Os textos que usam termos

específicos da linguística, por exemplo, podem ter sido negligenciados. Adicionalmente, a constatação da necessidade de se realizar uma busca ativa através do *Curriculum Lattes* pode ter criado um enviesamento.

Independentemente, esta pesquisa traz um panorama da produção nacional acerca do bilinguismo, sendo possível observar uma grande variação quanto à qualidade das evidências apresentadas, sendo encontrados estudos com grande rigor metodológico e também estudos que acabaram por não controlar variáveis importantes ou não realizar análises adequadas.

É crucial o foco no controle de variáveis como a cultura, o índice socioeconômico, o raciocínio fluído, a frequência de uso, a proficiência, bem como na categorização e mensuração do bilinguismo. Considerando que as diferenças podem ser sutis em alguns casos e até inexistentes em outros, a correta categorização é um desafio a ser superado pelos estudos futuros.

Como explicado em Cristiano, Toni, Andrade, Secco e Fujinaga (2020), o bilinguismo é um fenômeno de grande importância para a investigação científica, visto que a linguagem em si é um aspecto fundamental da vida humana. Relacionado à própria cultura e ao senso de identidade em uma comunidade, o bilinguismo também pode promover trocas entre culturas, o acesso à informação e, de acordo com a literatura científica da área, também há evidências de que o mesmo possa promover alterações cognitivas e neurofisiológicas, especialmente relacionáveis ao controle executivo. Estas, por sua vez, estão servindo como base para estudos sobre como o bilinguismo poderia ser um fator protetivo para o aparecimento de sintomas demenciais (reserva cognitiva).

Considerando estas questões, é importantíssimo realizar novos estudos sobre os efeitos de apresentações diversas e da dificuldade de caracterizar o fenômeno do bilinguismo, considerando este como o é: uma experiência de vida complexa passível de ocorrer de forma variada.

REFERÊNCIAS

Andrade, G., Cristiano, L., Secco, G., & Toni, P. (2020). Sobre o bilinguismo em idosos por Ellen Bialystok: revisão dos artigos publicados entre 2012 e 2018. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, 40(98), 1-9.

Bialystok, E. (2010). Bilingualism. *Wiley Interdisciplinary Reviews - Cognitive Science* (vol. 1), 4. ed, 991-996. doi: 10.1002/wcs.43

Bialystok, E., & Barac, R. (2012). Emerging bilingualism: dissociating advantages for metalinguistic awareness and executive control. *Cognition*, 122, 67–73. doi: 10.1016/j.cognition.2011.08.003

Bialystok, E., Barac, R., Blaye, A., & Poulin-Dubois, D. (2010). Word mapping and executive functioning in young monolingual and bilingual children. *Journal of Cognition and Development*, 11, 485–508. doi: 10.1080/15248372.2010.516420

Bialystok, E., Craik, F., & Freedman, M. (2007). Bilingualism as a protection against the onset of symptoms of dementia. *Neuropsychologia*, 45 (2), 459–464. doi: 10.1016/j.neuropsychologia.2006.10.009

Bialystok, E., Craik, F., Klein, R., & Viswanathan, M. (2004). Bilingualism, aging, and cognitive control: evidence from the Simon Task. *Psychology and Aging*, 19(2), 290–303. doi: 10.1037/0882-7974.19.2.290

Bialystok, E., & Poarch, G. (2014). Language experience changes language and cognitive ability. *Zeitschrift für Erziehungswissenschaft*, 17, 433–446. doi: 10.1007/s11618-014-0491-8

Billig, J., & Finger, I. (2016). Bilinguismo como potencial proteção contra o declínio da memória de trabalho no envelhecimento. *Signo*, 41(71), 153–163. doi: 10.17058/signo.v4i71.7201

Billig, J., & Scholl, A. (2011). The impact of bilingualism and aging on inhibitory control and working memory. *Organon*, 51, 39–52. doi: 10.22456/2238-8915.28833

Blank, C., & Bandeira, M. (2011). O desempenho de multilíngues em tarefas de controle inibitório e de priming grafo-fônico fonológico. *Organon*, 51, 53–80. doi: 10.22456/2238-8915.28834

Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2020). *IBGE Cidades@*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>

Brentano, L., & Fontes, A. (2011). Bilinguismo escolar ou familiar? Novas evidências apontam para a importância do contexto escolar no desenvolvimento do controle inibitório. *Organon*, 51, 19–38. doi: 10.2238-8915.28832

Carlson, S., & Meltzoff, A. (2008). Bilingual experience and executive functioning in young children. *Developmental Science*, 11(2), 282–98. doi: 10.1111/j.1467-7687.2008.00675.x

Chertkow, H., Whitehead, V., Phillips, N., Wolfson, C., Atherton, J., & Bergman, H. (2010). Multilingualism (but not always bilingualism) delays the onset of Alzheimer disease: evidence from a bilingual community. *Alzheimer Disease & Associated Disorders*, 24(2), 118–125. doi: 10.1097/WAD.0b013e3181ca1221

Costa, A., Hernández, M., & Sebastián-Gallés, N. (2008). Bilingualism aids conflict resolution: evidence from the ANT task. *Cognition*, 106(1), 59–86. doi: 10.1016/j.cognition.2006.12.013

Cristiano, L., Toni, P., Andrade, G., Secco, G., & Fujinaga, C. O impacto do bilinguismo na cognição. In: Trevisol, J., & Silva, I. (Org.) (2020). *Fundamentos e práticas no ensino de línguas* (vol. 2, 145–155). Catu, Bahia: Bordô-Grená.

Craik, F., Bialystok, E., & Freedman, M. (2010). Delaying the onset of Alzheimer disease: bilingualism as a form of cognitive reserve. *Neurology*, 75(19), 1726–1729. doi: 10.1212/WNL.0b013e3181fc2a1c

Diamond, A. (2013). Executive functions. *Annual Review of Psychology*, 64, 135–168. doi: 10.1146/annurev-psych-113011-143750

Durham, E. (2004). Comunidade. In: Durham, E., Thomaz, O. (org.). *A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. São Paulo, São Paulo: Cosac Naify.

Edwards, S., Brice, C., Craig, C., & Penri-Jones, R. (1996). Effects of caffeine, practice, and mode of presentation on Stroop Task performance. *Pharmacology, Biochemistry and Behavior*, 54(2), 309–315. doi: 10.1016/0091-3057(95)02116-7

Gil, R. (2017). *Neuropsicologia*. Doria, M. (trad.). 4. ed. São Paulo, São Paulo: Livraria Santos, 2017.

Green, D., & Abutalebi, J. (2013). Language control in bilinguals: the adaptive control hypothesis. *Journal of Cognitive Psychology*, 25(5), 515–530. doi: 10.1080/20445911.2013.796377

Greenberg, A., Bellana, B., & Bialystok, E. (2013). Perspective-taking ability in bilingual children: extending advantages in executive control to spatial reasoning. *Cognitive Development*, 8, 41–50. doi: 10.1016/j.cogdev.2012.10.002

Grundy, J., Anderson, J., & Bialystok, E. (2017). Neural correlates of cognitive processing in monolinguals and bilinguals. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 1396(1), 183–201. doi: 10.1111/nyas.13333

Han, S., Northoff, G., Vogeley, K., Wexler, B., Kitayama, S., & Varnum, M. (2013). A Cultural Neuroscience approach to the biosocial nature of the human brain. *Annual Review of Psychology*, 64, 335–359. doi: 10.1146/annurev-psych-071112-054629

Kielar, A., Meltzer, J., Moreno, S., Alain, C. & Bialystok, E. (2014). Oscillatory responses to semantic and syntactic violations. *Journal of Cognitive Neuroscience*, 26(12), 2840–2862. doi:10.1162/jocn_a_00670

Kovács, A., & Mehler, J. (2009). Cognitive gains in 7-month-old bilingual infants. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 106(16), 6556–6560. doi: 10.1073/pnas.0811323106

Kramer, R., & Mota, M. (2015). Effects of bilingualism on inhibitory control and working memory: A study with early and late bilinguals. *Gragoatá*, 38, 309–331.

Limberger, B., & Buchweitz, A. (2014). The effects of bilingualism and multilingualism on executive functions. *Fórum Linguístico*, 11(3), 261–277

Luk, G., Sa, E., & Bialystok, E. (2011). Is there a relation between the onset of bilingualism and enhancement of cognitive control? *Bilingualism: Language and Cognition*, 14(4), 588–595. doi: 10.1017/S1366728911000010

Martins, S., & Zimmer, M. (2009). O papel do bilinguismo e da escolaridade no desempenho linguístico cognitivo de idosos longevos. *Letrônica*, 2(1), 212–230.

Moreno, S., Wodniecka, Z., Tays, W., Alain, C., & Bialystok, E. (2014). Inhibitory control in bilinguals and musicians: Event Related Potential (ERP) evidence for experience-specific effects. *PLOS ONE*: 9(4), e94169. doi: 10.1371/journal.pone.0094169

Morrison, C., Kamal, F., & Taler, V. (2019). The influence of bilingualism on working memory event-related potentials. *Bilingualism: Language and Cognition*, 22(1). doi: 10.1017/S1366728918000391

Patarra, N. (2005). Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo. *São Paulo em Perspectiva*, 19(3), 23–33. doi: 10.1590/S0102-8839200500300002

Poulin-Dubois, D., Blaye, A., Coutya, J., & Bialystok, E. (2011). The effects of bilingualism on toddlers' executive functioning. *Journal of Experimental Child Psychology*, 108(3), 567–579. doi: 10.1016/j.jecp.2010.10.009

Rey, A., Oliveira, M., & Rigoni, M. (2014). *Figuras complexas de Rey*: teste de cópia e de reprodução de memória de figuras geométricas complexas. São Paulo, São Paulo: Casa do Psicólogo.

Rodrigues, L., & Zimmer, M. (2015). Bilingualism and inhibitory control: Possible confounds with the variables "profession" and "level of education". *Calidoscópio*, 13(1), 104-112. doi: 10.4013/cld.2015.131.10

Rodrigues, L., & Zimmer, M. (2016). Inhibitory and attentional control: the interaction between "professional activity" and bilingualism. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 29(1). doi: 10.1186/s41155-016-0034-8

Rodrigues, L., Fagundes, L., & Zimmer, M. (2015). Revisitando a vantagem bilíngue nas redes de atenção em dois grupos etários. *Veredas: atemática*, 2, 112-135. doi: 10.22409/gragoata.v20i38.33312

Rother, E. (2007). Revisão sistemática x revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, 20(2). doi: 10.1590/S0103-21002007000200001

Strauss, E., Sherman, E. & Spreen, O. (2006). *A Compendium of Neuropsychological Tests: administration, norms and commentary*. 3. ed. Nova Iorque, Nova Iorque, Estados Unidos da América: Oxford University Press.

Valenzuela, M., & Sachdev, P. (2005). Brain reserve and dementia: a systematic review. *Psychological Medicine*, 36(4), 441-454. doi: 10.1017/S0033291705006264

Whelan, R. (2008). Effective analysis of reaction time data. *The Psychological Record*, 58, 475-482

Zimmer, M., Finger, I., & Scherer, L. (2008). Do bilingüismo ao multilingüismo: intersecções entre a Psicolinguística e a Neurolinguística. *ReVEL*, 6(11).

ATRAVESSAMENTOS DO NÚCLEO AMPLIADO DE SAÚDE DA FAMÍLIA E ATENÇÃO BÁSICA NO CONTEXTO PANDÊMICO

**Crossings of the Expanded Center for Family Health
and Primary Care in the Pandemic Context**

Jorge Samuel de Sousa Teixeira¹²

Alane Cunha de Albuquerque¹³

Camilla Araújo Lopes Vieira¹⁴

RESUMO: Esse trabalho tem como objetivo relatar a experiência vivenciada junto à equipe do NASF-AB da cidade de Sobral, Ceará, no período da pandemia, tendo como preceptora a profissional de Psicologia da equipe. Para tanto, foi lançada mão da construção de diários de campo, que possibilitassem o registro e a captação de reflexões e ideias acerca das vivências nos territórios atendidos pelo Núcleo, além de supervisões quinzenais. A discussão é pautada em cinco tópicos principais, que abordam o lugar da Psicologia no NASF-AB, a dualidade entre a interdisciplinaridade e a lógica ambulatorial, a essencialidade da prática matricial e os benefícios trazidos pela realização das Rodas do NASF-AB. Conclui-se que a Psicologia se mostra como um saber necessário à Atenção Básica e à integração dessa área com os fenômenos que atravessam o trabalho do psicólogo, reiterando que essa atuação profissional não se restringe exclusivamente à saúde mental.

PALAVRAS-CHAVE: NASF-AB; Pandemia; Relato de experiência.

ABSTRACT: This paper aims to report the experience lived with the NASF-AB team in the city of Sobral, Ceará, during the pandemic period, with the team's Psychology professional as the preceptor. To this end, field diaries were used to record and capture reflections and ideas about the experiences in the territories served by the Center, in addition to fortnightly supervision. The discussion is based on five main topics, which address the role of Psychology in NASF-AB, the duality between interdisciplinarity and an outpatient logic, the essential nature of matrix support, and the benefits brought by the implementation of the NASF-AB Circles. It is concluded that Psychology emerges as a necessary field of knowledge for Primary Care and for integrating this area with the phenomena that permeate the psychologist's work, reiterating that this professional practice is not restricted exclusively to mental health.

KEYWORDS: NASF-AB; Pandemic; Experience report.

¹² Universidade Federal do Ceará (UFC) | <https://orcid.org/0000-0003-4188-5303> | jorgesamuel199@gmail.com

¹³ Secretaria Municipal de Saúde de Sobral | <https://orcid.org/0000-0002-8612-8907> | alane.cunha94@gmail.com

¹⁴ Universidade Federal do Ceará (UFC) | <https://orcid.org/0000-0003-1706-3772> | camillapsicol@ufc.br

INTRODUÇÃO

A Estratégia de Saúde da Família (ESF) representa a porta de entrada para um sistema hierarquizado, regionalizado e pautado na equidade, a exemplo do Sistema Único de Saúde (SUS). Dessa forma, com o intuito de apoiar a inserção da ESF na rede de serviços e ampliar sua abrangência, visando a resolutividade das questões atendidas nas Unidades, integrar o território às estratégias de cuidado e ampliar as ações da Atenção Primária à Saúde (APS) em âmbito nacional, foram implementados os Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) (Brasil, 2009).

Criado em 2008, a partir da Portaria GM N° 154 de 24 de janeiro, o NASF-AB tem como objetivo primordial apoiar, ampliar e aperfeiçoar a atenção e a gestão da saúde na Atenção Básica/Saúde da Família, estando vinculado diretamente a pelo menos uma equipe de Saúde da Família (eSF) (Brasil, 2008). Atualmente, o Núcleo institui-se a partir de três modalidades: o NASF 1, onde a equipe vincula-se de 5 a 9 eSF; o NASF 2, vinculando-se de 3 a 4 eSF; e o NASF 3, criado em 2012, comportando de 1 a 2 eSF, possibilitando assim que qualquer município do Brasil possa aderir à política de implantação das equipes NASF-AB, desde que tenha ao menos uma eSF (Furtado & Carvalho, 2015).

Por se pautar em uma perspectiva interprofissional, uma diversidade de profissões pode compor a equipe NASF-AB, desde que obedeçam ao critério de atividades não coincidentes, possibilitando que o quadro funcional seja preenchido por Assistentes Sociais, Educadores Físicos, Farmacêuticos, Fisioterapeutas, Fonoaudiólogos, Médicos (Acupunturista, Ginecologista, Homeopata, Pediatra, Psiquiatra), Nutricionistas, Psicólogos e Terapeutas Ocupacionais, ficando a cargo dos gestores municipais a organização da equipe, com base nas demandas da comunidade e na disponibilidade dos profissionais (Furtado & Carvalho, 2015).

Apesar de haver a possibilidade de escolha dentre três características profissionais, sendo elas: psicólogo, psiquiatra e terapeuta ocupacional, os gestores municipais vêm adotando a prática de contratarem profissionais de Psicologia para atuarem como profissionais de referência na saúde mental, tornando o NASF-AB uma política privilegiadora das possibilidades de atuação do psicólogo. Além disso, por preconizar o trabalho interdisciplinar, o Núcleo possibilita a seus membros um maior contato com saberes diversos, contribuindo para um fazer saúde de modo integral a partir do suporte em um modelo baseado na clínica ampliada (Leite, Andrade & Bosi, 2013).

Dessa forma, o núcleo parte de uma perspectiva interdisciplinar e intersetorial, visando a educação permanente dos profissionais e da população, proximidade do vínculo entre equipe e território, de forma a ampliar o conceito de territorialização para além da dimensão geográfica, bem como respeitando os conceitos de integralidade, participação social, promoção da saúde e humanização (Brasil, 2009). Dentro de suas práticas, o NASF-AB se propõe a oferecer apoio técnico-pedagógico e clínico-assistencial às equipes mínimas, de forma a atuar tanto junto à comunidade quanto aos próprios membros das Unidades dos territórios em que está inserido (Alves, Bruning & Kohler, 2019).

Dentre as principais atividades desenvolvidas pela equipe, o apoio matricial representa ponto vital da atuação, buscando diminuir a fragmentação do sujeito em decorrência dos especialismos ainda presentes dentro dos dispositivos de saúde, articulando-se com a clínica ampliada ao romper com modelos centralizados no saber biomédico e que guarda consigo características ambulatoriais, contribuindo para que a comunicação entre profissionais diversos possa ser facilitada, e de modo a considerar a integralidade do sujeito em todas as suas demandas, desejos, dores e vontades.

O modelo oferecido pelo NASF-AB vai então na contramão de conformações asilares e biomédicas, onde o protagonismo dos agentes de cuidado recai sobre a figura do profissional de medicina, e o cuidado terapêutico é constantemente limitado a intervenções farmacológicas. O ideal do Núcleo busca justamente um entrosamento e uma integração de práticas e ações que permitam ao corpo profissional o estabelecimento de parcerias com as equipes de Saúde da Família e Atenção Básica, distanciando-se do modelo hierarquizado estruturado a partir de movimentos de referência e contrarreferência.

Com base nessas considerações, o presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência vivenciada junto à equipe do NASF-AB da cidade de Sobral, Ceará, no período de junho a setembro de 2021, tendo como preceptora a profissional de Psicologia da equipe. É válido ressaltar ainda que essa prática foi vinculada a uma atividade de estágio e ocorreu durante o período da pandemia de Covid-19, que trouxe consigo uma diversidade de mudanças e adaptações que se fizeram necessárias com o intuito de amenizar a contaminação em massa.

A partir dessa breve descrição acerca de pontos exercidos pela equipe NASF-AB em sua atuação, cinco tópicos que atravessaram a experiência de estágio no núcleo serão discutidos, priorizando o enfoque reflexivo acerca dessas práticas, com o intuito de estabelecer uma conexão entre as vivências nos territórios abrangidos e as discussões possíveis de serem realizadas a partir das mesmas.

MÉTODO

Trata-se de um relato de experiência, a partir das vivências realizadas no Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica da cidade de Sobral-CE, durante os meses de junho a setembro de 2021, sob a preceptoria de uma das psicólogas que formam o Núcleo. A mesma está há alguns meses compondo esse cenário e atende três territórios do município, sendo eles os bairros Estação, Padre Palhano e Sumaré. Atualmente, o Núcleo é composto por diversos profissionais, contando com a participação de Assistentes Sociais, Educadores Físicos, Farmacêuticos, Fisioterapeutas, Nutricionistas e Psicólogos.

Tal experiência foi atrelada ao componente curricular Estágio Opcional na Ênfase Processos Psicossociais e Construção da Realidade, vinculado ao curso de Psicologia da Universidade XXX.

Para a realização desse relato de experiência, foi lançada mão da construção de diários de campo, que possibilitassem o registro e a captação de reflexões e ideias acerca das vivências nos territórios atendidos pelo Núcleo. Além disso, foram realizadas supervisões quinzenais junto à professora orientadora da instituição universitária, de forma a gerar direcionamentos a respeito das práticas do estágio, bem como compartilhar anseios, dúvidas e deliberações acerca das atividades realizadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A PSICOLOGIA NOS NÚCLEOS AMPLIADOS DE SAÚDE DA FAMÍLIA E ATENÇÃO BÁSICA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS EM UM “NÃO-LUGAR”

A inserção da Psicologia dentro da Atenção Básica se constitui como um movimento de integrar diversos olhares aos fenômenos que atravessam a porta de entrada no serviço de saúde. Dessa forma, o trabalho do psicólogo no NASF-AB encontra uma multiplicidade de atuações que podem contribuir para que o fundamento da interdisciplinaridade seja posto em prática, e que a

atuação desse profissional vá para além de um procedimento clínico individualizado.

Dentre as possibilidades de atuação, a realização de interconsultas permite que dois ou mais profissionais se unam em um mesmo atendimento individual, de modo a proporcionar um olhar mais ampliado acerca das dimensões do sujeito atendido. No decorrer dos meses referentes ao estágio, eram comuns esses processos de comunicação com nutricionistas e educadores físicos, sobretudo, de modo a buscar uma integração entre disciplinas, que reverberem em uma promoção de saúde mais dinâmica, além de contribuir para a humanização do atendimento e para o enriquecimento da formação profissional dos envolvidos (Carvalho & Lustosa, 2008).

A realização de grupos junto aos usuários também se constitui como uma importante ferramenta para diversificar as opções de atuação do profissional de Psicologia na Atenção Básica. Em decorrência da pandemia de Covid-19, os grupos que ocorriam anteriormente ainda não retornaram, muito por conta da ausência de um espaço que possa acolher um maior número de pessoas. Porém, a participação da Psicologia em grupos mediados por outros profissionais, onde haja a possibilidade de serem realizados em espaços abertos, é uma estratégia que pode ser benéfica para a continuidade e valorização do contato entre profissões.

As visitas domiciliares, direcionadas principalmente àqueles usuários que não conseguem se locomover ou se movimentam com dificuldade, ou mesmo para pacientes diagnosticados com fobia social que também não conseguem ir até a Unidade, se apresentam como uma forma de integrar o profissional de Psicologia com os próprios territórios em que está inserido. Entendendo que a noção de território também abrange aspectos políticos, históricos, ambientais e sociais (Gondim et al., 2008), a compreensão dessas dimensões é um exercício fundamental para poder proporcionar uma saúde que seja singular e atenta às próprias demandas de cada lugar.

Para além das atividades citadas, a atuação do psicólogo no NASF-AB é múltipla, podendo ocorrer junto à equipe e também acompanhando os próprios usuários do serviço. Não cabe aqui encerrar todas essas possibilidades, tendo em vista que não é interessante limitar essas ações e intervenções que se adequam à realidade de cada lugar. Dessa forma, buscando romper com o ideal de uma psicologia elitizada, restrita ao atendimento individual, as atuações que o profissional de Psicologia exerce nos núcleos buscam priorizar o coletivo, de modo a também inaugurar um novo olhar acerca das possibilidades do fazer *psi* dentro da saúde pública (Vasconcelos & Aléssio, 2019).

INTERDISCIPLINARIDADE E ESPECIALISMOS: MANIFESTAÇÕES DE UM BINÔMIO NA REDE DE SAÚDE

A partir das vivências realizadas nos três territórios, um dos pontos convergentes em todas as realidades diz respeito à continuidade de uma lógica individual de trabalho que se distancie da proposta interdisciplinar que pauta a atuação do NASF-AB (Brasil, 2009). Dentro da rotina dos profissionais que compunham os Centros de Saúde da Família (CSFs), a presença de determinadas especialidades em consultórios específicos para a realização do atendimento individual ainda era uma constante, enfraquecendo os vínculos que poderiam ser traçados entre membros da própria equipe, caso prezassem por um trabalho em conjunto.

A fragmentação das práticas de saúde gera uma lógica verticalizada e hierárquica, em que a não comunicação entre a equipe reforça o modelo ambulatorial, que tem na figura do médico e na medicalização da vida algumas de suas principais características (Severo & Dimenstein, 2011). Dessa forma, a continuidade de um modelo conservador e tradicional, onde o cuidado para com a população se faz a partir da divisão corpórea do indivíduo em especialidades que objetivam

membros, órgãos e dimensões humanas específicas, impede que as conexões interprofissionais sejam traçadas, perpetuando um ciclo de regresso a moldes historicamente ultrapassados.

No que diz respeito à atuação dos profissionais do NASF-AB em si, as diretrizes que são tomadas como prerrogativas para a atuação dos mesmos não excluem o atendimento individual, que também é considerado como uma das práticas a serem realizadas, mas prioriza a ocorrência de práticas coletivas, que deem suporte a grupos de pessoas que atravessam questões semelhantes ou compartilham demandas parecidas (Brasil, 2009). Entretanto, o que se percebe no atual cenário, onde as condições sanitárias impossibilitam a realização de atividades com um grande número de pessoas, é que a ocorrência desses grupos parece passar por um processo de reinicialização, buscando se adaptar a novos modelos que tentem respeitar as medidas de distanciamento social, ao mesmo tempo que objetivam a permanência e manutenção de atividades que integrem a comunidade entre si e a própria equipe de saúde.

Para além desses fatores, a própria demanda para o atendimento individual ainda é muito alta, o que prejudica a realização de atividades que busquem romper com esse modelo. O fluxo de pessoas que vão até as unidades à procura de um acompanhamento individual ajuda a perpetuar essa lógica, que parece já estar enraizada no próprio imaginário social, que vê nesse acompanhamento um cuidado mais focado em suas próprias questões e demandas. Desse modo, mesmo que indiretamente, a perpetuação de um modelo unidisciplinar, reforçado pelas próprias demandas que surgem nos serviços de saúde, gera um afastamento da lógica interprofissional e um alinhamento mais próximo à lógica individual.

Assim, mediante o modelo ambulatorial, embasado pelos especialismos, que habita a prática profissional e os ideais constituídos pela comunidade atendida, a prática interdisciplinar encontra diversos obstáculos para ser exercida plenamente. Entretanto, algumas ações realizadas no decorrer dos meses de estágio mostram que, mesmo diante de intervenções pontuais, a atuação em conjunto, de forma interativa e integrada da equipe, é capaz de promover saúde, impactar a vida dos usuários e potencializar a qualidade de vida da comunidade. Desse modo, algumas práticas realizadas no período de estágio também são citadas, de modo a compreender de que forma esse modelo integralizado pode ser exercido.

A PRÁTICA DO MATRICIAMENTO: O MATRIMÔNIO ENTRE EQUIPES

O matriciamento se configura como uma relação de apoio onde profissionais de várias especialidades atuam de forma a complementar a equipe de referência, com vistas a aumentar a resolubilidade na atenção básica, e com o intuito de que determinadas demandas não precisem ser encaminhadas para outros níveis de atenção, preconizando o trabalho interdisciplinar e a garantia do atendimento integral ao usuário, dando suporte ao modelo de atenção que tem como espelho a clínica ampliada (Brasil, 2009).

Apesar de se configurar como uma estratégia importante que preza pela interprofissionalidade e integralidade do cuidado, a prática do matriciamento, pelo menos da forma como foi vivenciada, ainda encontra certas fragilidades. Um dos principais pontos que prejudicam a efetividade desse procedimento é justamente a ausência de profissionais da equipe mínima nessas discussões, visto que, na maior parte das vezes, apenas os membros da equipe de apoio estão presentes. Nesse sentido, a própria demanda presente nos CSFs impede que médicos, técnicos de enfermagem, cirurgiões dentistas, enfermeiros, agentes comunitários de saúde, dentre outros, possam contribuir com esses encontros, que além de beneficiar o entrosamento e o vínculo criado entre os funcionários, gera vantagens ao cuidado exercido junto à comunidade (Perrella, 2015).

O próprio fluxo de encaminhamentos estabelecido pela gestão em saúde encontra no matrículamento um ponto crucial na lógica de referências e contrarreferências. Isso porque o ato de encaminhar um determinado usuário para outro nível de atenção sugere que tais pacientes passem, primeiramente, pelos momentos de matrículamento, onde determinadas decisões podem ser tomadas no que diz respeito ao cuidado singular que será direcionado a esse indivíduo. Desse modo, o matrículamento representa uma importante ferramenta no intuito de organizar toda a rede de saúde dentro do município, de modo a otimizar os direcionamentos na área da saúde, e sendo uma forma de investimento para o campo da atenção básica (Oliveira et al., 2017).

Nesse ponto, o apoio matricial surge na comissão de frente do NASF-AB, quando este vai de encontro ao cuidado médico-centrado e multidisciplinar, que representavam os pontos principais em antigos modelos de trabalho na Atenção Básica, onde a lógica de referenciais era a única via pela qual o usuário teria acesso a outros profissionais. O apoio matricial quebra esse pensamento, pelo menos em sua teoria, buscando integrar a equipe de apoio com a equipe mínima, bem como oferecer à população um cuidado que parte de uma lógica cooperativa e atravessada por perspectivas profissionais diversas.

RODA DO NASF-AB: CIRCULANDO TERRITÓRIOS E ESFERAS INTERPROFISSIONAIS

Com o intuito de articular a equipe e estabelecer direcionamentos a serem feitos, são realizadas as Rodas do NASF-AB, de forma mensal, toda última sexta-feira do mês, ocorrendo nos períodos da manhã e da tarde. Nesses dias, os profissionais não vão até os territórios, dedicando-se de forma integral a esses momentos.

No momento da manhã, todos os profissionais se reúnem para que as informações gerais sejam repassadas. Nessa etapa, um dos principais pontos a serem destacados diz respeito ao número de territórios que é abrangido por cada profissional. No momento de apresentação, cada um dos presentes relatava informações básicas acerca de si e de sua atuação profissional, incluindo aqui todos os locais em que estava durante a semana. A quantidade de localidades atendidas por cada profissional compunha uma lista extensa, sobretudo dentre aqueles que atuavam nos distritos da cidade que, além de serem distantes – o que necessita da existência de transporte para o deslocamento – ainda apresenta diversas precarizações no que diz respeito à infraestrutura e à própria organização da equipe.

No segundo momento, no período da tarde, ocorreram as rodas de categoria, em que cada grupo profissional se reunia entre si para prepararem uma breve apresentação para os outros grupos, explicitando brevemente as atividades exercidas, o fluxo de encaminhamentos, e principais dificuldades e potencialidades de seu fazer profissional. Chamam atenção as questões estruturais presentes nas Unidades, que dizem respeito, sobretudo, à ausência de salas específicas para os membros do NASF-AB. Dentro dessas Unidades, o que costuma ocorrer é um certo rodízio de consultórios, onde tais profissionais rotacionam suas inserções em uma sala com a equipe mínima. Entretanto, nem sempre é possível disponibilizar um local apropriado que atenda às demandas de um atendimento psicológico, por exemplo, contribuindo para que o serviço oferecido à comunidade ainda mantenha determinados aspectos que prejudicam o cuidado integralizado.

A partir dessa situação, a reflexão acerca das tentativas de fragmentar e precarizar a saúde pública vem na possibilidade do desmonte do NASF-AB, uma de suas estratégias que visam os interesses modernos e neoliberais do sistema político, ideológico e dominante em nossa sociedade. A ausência de investimentos financeiros nas equipes de apoio abre margem para um esfacelamento do ideal de interdisciplinaridade e integralidade que sustentam a atuação dos

Núcleos, atingindo diretamente o cuidado direcionado à população, que fica à mercê de decisões governamentais que parecem prezar pela carência de determinados saberes inseridos na porta de entrada da rede de assistência em saúde. Direcionamentos como esse atingem a população, mas também surtem efeitos no corpo profissional, que é prejudicado a partir do momento em que se vê sendo alvo de um processo de retirada, descartando a necessidade de sua presença como fundamental nas Unidades de Saúde.

Desse modo, dentro da saúde coletiva, essa interdisciplinaridade se coloca como uma exigência interna, tendo em vista que os processos de saúde e doença envolvem, ao mesmo tempo, as relações sociais, as formas de expressões emocionais, afetivas e biológicas, de modo a traduzir as condições históricas e culturais de grupos e indivíduos. Logo, diante de objetos tão extensos e mutáveis com os quais a saúde lida, a contribuição de olhares diferentes, que trazem consigo saberes específicos que beneficiam determinados aspectos do indivíduo, contribui para que a visão holística do sujeito seja levada ao campo prático, rejeitando as posições positivistas e biocêntricas no tratamento das questões de saúde (Vilela & Mendes, 2003).

GRUPO COM OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE ENDEMIAS (ACES): A ESCUTA COMO PRÁTICA FUNDAMENTAL

Uma das principais atividades ocorridas ao longo dos meses referentes ao estágio diz respeito a um grupo que reuniu todos os Agentes Comunitários de Endemias (ACES) que estavam presentes na Unidade do bairro Padre Palhano. Na ocasião, foram discutidos junto com os profissionais aspectos que envolviam o processo de autocuidado, bem como os principais desafios que, na visão deles, constituíam seu exercício profissional.

Inicialmente, é preciso ressaltar que, tal como os profissionais que compõem a equipe NASF-AB, os ACES não possuem um território fixo onde exerçam suas atividades diariamente. Os mesmos abrangem um determinado raio territorial, atuando, sobretudo, na própria comunidade, realizando visitas domiciliares. Apesar dessa inconstância geográfica, o grupo em questão tinha como particularidade o fato de, cotidianamente, se encontrarem nas dependências do CSF do bairro Padre Palhano, sobretudo no período da manhã, onde se organizavam entre si na divisão de localidades que seriam atendidas por cada agente. Tendo em vista essa característica, a escolha pelo bairro se mostrou a mais conveniente para a realização desse momento.

É válido ressaltar que a escolha por essa categoria profissional se deu tanto por se tratar de uma classe que não recebe tanto destaque dentro do cotidiano de um Centro de Saúde da Família, já que é uma categoria que tem na comunidade o seu local de trabalho, logo é uma atuação essencialmente em campo, e também por representarem um elo entre os usuários e os serviços de saúde, por meio da divulgação de informações, práticas de educação em saúde e por intermédio da proximidade com a vivência com a rotina das famílias atendidas pelas equipes (Campos, Cirilo, Guimarães, Barbosa, Okumura & Júnior, 2017), colocando-os em uma posição estratégica, no que diz respeito ao acolhimento das demandas da comunidade.

No decorrer desse momento, os profissionais citaram como principais dificuldades a serem enfrentadas em seu percurso laboral a violência urbana que atravessa os territórios em que estão inseridos, deixando-os vulneráveis a situações de ameaça. Em decorrência desse fato, faz-se necessário que os ACES lancem mão de uma conceituação mais ampliada do que seria saúde, contemplando os determinantes sociais envolvidos nos processos que cerceiam a saúde, a doença e o cuidado (Benicio & Barros, 2017). Por terem o próprio território como seu local de trabalho, essa categoria acaba ficando mais exposta aos perigos que rondam as Unidades de Saúde, tornando-se assim um público que é muitas vezes desassistido dentro dos próprios CSFs.

O fato de estarem constantemente próximos à comunidade faz com que os mesmos adquiram um conhecimento bem mais profundo e consolidado acerca das necessidades de determinado território, o que os coloca em uma posição de destaque na rede de indivíduos que configuram o apoio direcionado à saúde da população.

Mesmo diante das questões que precarizam suas funções, os ACEs, ainda assim, admitem que o reconhecimento das pessoas torna seu exercício profissional mais agradável, tendo em vista que o trabalho exercido por eles é visível dentro das próprias residências dos moradores que, em sua maioria, se mostram receptivos ao trabalho dos agentes. Entretanto, em determinados casos, ainda é possível perceber um certo receio de receber esses profissionais em suas próprias casas, onde, geralmente, essa recusa está associada a membros da família que têm alguma ligação com facções ou grupos criminosos, evitando assim que pessoas fora do convívio familiar adentrem em seus lares. Dessa forma, além da própria vulnerabilidade decorrente dessa violência, o fazer profissional dos ACEs também fica comprometido em razão desses fatores que, vez ou outra, limitam em certos aspectos os seus afazeres.

A partir dos diálogos traçados, a realização de momentos que centralizem o discurso dos ACEs se mostra uma importante ferramenta no compartilhamento de conhecimentos e no fortalecimento do vínculo entre profissionais, que nem sempre conseguem encontrar situações que proporcionem essa troca, mediante a rotina frenética habitual de uma Unidade de Saúde. Dessa forma, proporcionar encontros onde o cuidado, que geralmente é direcionado ao outro, volta-se para si, permite que essa visão holística atinja também os próprios cuidadores. E, dentro desse cenário, a Psicologia inserida no NASF-AB se faz presente como atuante na linha de frente do apoio direcionado à própria comunidade e à equipe responsável por cuidar dessa população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências vivenciadas nos meses correspondentes ao estágio demonstram que a Psicologia se mostra como um saber necessário à Atenção Básica e à integração dessa área com os fenômenos que atravessam o trabalho do psicólogo. É importante reiterar que essa atuação profissional não se restringe única e exclusivamente à saúde mental, aumentando o escopo de situações e contextos em que a mesma pode ser inserida e contribuir para a promoção da saúde coletiva, o que é permitido pela realidade de Sobral.

Para além dos processos de trabalho realizados dentro das Unidades, o contato com o território se fez presente em todos os bairros acompanhados, à medida que o fazer saúde não se dissocia dos múltiplos aspectos que envolvem o conceito de territorialidade. Sendo assim, os próprios estigmas que atravessam essas localidades, e consequentemente são atribuídos aos seus moradores, são levados em consideração ao se planejar intervenções que possam dar conta das necessidades da população atendida. Assim, a atuação no NASF não se restringe a procedimentos mecânicos e excessivamente técnicos que visem a resolução imediata de questões postas como centrais na rotina da UBS, mas vai além disso, tornando relevante as crenças comunitárias, as figuras populares no território e as histórias que compõem as singularidades de um povo, tendo a Psicologia uma função primordial na valorização de conhecimentos locais, que podem ser benéficos na construção de projetos de cuidado direcionados aos usuários.

REFERÊNCIAS

- Alves, R. B., Bruning, N. D. O., & Kohler, K. C. (2019). “O Equilibrista”: Atuação do Psicólogo no NASF no Vale do Itajaí. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, 1-13. doi: 10.1590/1982-3703003186600
- Benicio, L. F. S., & Barros, J. P. P. (2017). Estratégia Saúde da Família e violência urbana: abordagens e práticas sociais em questão. *SANARE-Revista de Políticas Públicas*, 16(1), 102-112. Recuperado de: <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1146>
- Brasil. (2009). *Cadernos de Atenção Básica: Diretrizes do NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família*. Brasília, DF: Ministério da Saúde.
- Brasil. (2008). *Portaria nº 154 de 24 de janeiro de 2008*. Brasília, DF: Ministério da Saúde.
- Campos, D. B., Cirilo, E. S., Guimarães, F. A. S., Barbosa, G. S., Okumura, R. S. A., & Júnior, F. S. (2017). Acompanhamento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias como uma estratégia para a divulgação da saúde única. *Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP*, 15(1), 70-71. Recuperado de: <https://www.revistamvez-crmvsp.com.br/index.php/recmvz/article/view/36799/41390>
- Carvalho, M. R. D., & Lustosa, M. A. (2008). Interconsulta psicológica. *Revista da SBPH*, 11(1), 31-47. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582008000100004
- Furtado, M. E. M. F., & Carvalho, L. B. (2015). O psicólogo no NASF: potencialidades e desafios de um profissional de referência. *Revista Psicologia e Saúde*, 7(1), 09-17. doi: 10.20435/pssa.v7i1.395
- Gondim, G. M. D. M., Monken, M., Rojas, L. I., Barcellos, C., Peiter, P., Navarro, M. B. M. A., & Gracie, R. (2008). O território da saúde: a organização do sistema de saúde e a territorialização. In Miranda, A. C., Barcellos, C., Moreira, J. C., & Monken, M. (Org.). *Território, ambiente e saúde*. (22^a ed., pp. 237-255), Editora Fiocruz.
- Leite, D. C., Andrade, A. B., & Bosi, M. L. M. (2013). A inserção da Psicologia nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família. *Physis: revista de saúde coletiva*, 23(4), 1167-1187. doi: 10.1590/S0103-73312013000400008
- Oliveira, I. F., Amorim, K. M. O., Paiva, R. A., Oliveira, K. S. A., Nascimento, M. N. C., & Araújo, R. L. O. (2017). A atuação do psicólogo nos NASF: desafios e perspectivas na atenção básica. *Temas em psicologia (Online)*, 25(1), 291-304. doi: 10.9788/TP2017.1-17
- Perrella, A. C. (2015). A experiência da Psicologia no NASF: capturas, embates e invenções. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 8(2), 443-452. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v8n2/v8n2a12.pdf>
- Severo, A. K., & Dimenstein, M. (2011). Rede e intersetorialidade na atenção psicossocial: contextualizando o papel do ambulatório de saúde mental. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31, p. 640-655. doi: 10.1590/S1414-98932011000300015

Vasconcelos, F. G., & Aléssio, R. L. D. S. (2019). Construções Identitárias de Psicólogos em NASF: Reflexões para a Prática Profissional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, 1-15. doi: 10.1590/1982-3703003174637

Vilela, E. M., & Mendes, I. J. M. (2003). Interdisciplinaridade e saúde: estudo bibliográfico. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 11(4), 525-531. doi: 10.1590/S0104-11692003000400016

ACOLHIMENTO ONLINE DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19:

Adaptações de um Estágio Remoto Emergencial em Psicologia

Online User Embrace During the COVID-19 Pandemic:

Emergency Remote Internship in Psychology

Sofia Sebben Cognese¹⁵

Adelaide Martins da Silva Braccini¹⁶

Denise Balem Yates¹⁷

Paula Neves Portugal¹⁸

Renata de Sousa de Miranda¹⁹

RESUMO: Este relato de experiência teve por objetivo descrever as adaptações ocorridas em um serviço-escola de Psicologia ao longo da pandemia de COVID-19, que implementou um acolhimento *online*, como alternativa à prática de estágio presencial em avaliação psicológica. Para tanto, inicialmente se apresentou uma descrição da triagem e do funcionamento do acolhimento *online* que foram realizados com os usuários do serviço. Em seguida, se destacaram os tópicos que caracterizaram os acolhimentos *online*, bem como o que foi possível compreender dessa vivência. Essa estratégia foi vista como uma alternativa para a interrupção total dos atendimentos no período. Foram identificadas limitações na prática remota da avaliação, entretanto, apesar do período complexo e urgente de pandemia, foram percebidos aspectos positivos que contribuíram para a experiência dos estagiários. Ainda, entendeu-se que os acolhimentos se constituíram como uma ferramenta útil de promoção à saúde mental dos participantes, considerando as limitações enfrentadas naquele período.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação psicológica; Serviços-escola; Isolamento social; Supervisão clínica; Ensino em psicologia; COVID-19.

ABSTRACT: This experience report details the adaptations made by a Psychology school clinic in response to the COVID-19 pandemic. To replace in-person psychological assessment internships, the clinic developed an online intake and care process. The report begins by describing the screening procedures and the operational framework of this new online service insights derived from this experience. This approach was considered a crucial alternative to a for its users. It then highlights the key themes that emerged from the online sessions and the complete halt of face-to-face services. While the remote practice of psychological assessment presented certain limitations, the experience also yielded positive outcomes for the interns, even

¹⁵ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) | <https://orcid.org/0000-0001-8725-8482>

¹⁶ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) | <https://orcid.org/0009-0006-8038-3970>

¹⁷ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) | <https://orcid.org/0000-0002-0879-9270>

¹⁸ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) | <https://orcid.org/0000-0001-6590-2919>

¹⁹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) | <https://orcid.org/0000-0001-5511-9250>

amidst the complex and urgent pandemic period. Ultimately, the online sessions proved to be a valuable tool for promoting the mental health of participants, considering the challenges faced during that period.

KEY WORDS: Psychological assessment; Teaching clinic; Social isolation; Clinical supervision; Psychology education; COVID-19

INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 em 2020 demandou alterações drásticas na sociedade. Naquele período, a maioria dos países lançou mão de práticas como o isolamento social, que foi considerado uma medida eficaz de enfrentamento à crise (Fiocruz, 2020). Contudo, no âmbito do ensino superior em psicologia, um grande desafio referiu-se às práticas profissionais de estágio, em decorrência da impossibilidade de dar andamento às atividades na modalidade presencial.

Todo o ensino em Psicologia, bem como os estágios presenciais do curso, foram afetados pela pandemia, visto que os alunos, durante os períodos de isolamento social, perderam acesso aos serviços de saúde, aos pacientes e aos recursos disponíveis. Particularmente, na área de Avaliação Psicológica (AP), existiu um impasse importante acerca dos recursos possíveis, uma vez que escassos instrumentos psicológicos estavam validados à época pelo SATEPSI para o uso *online* com adultos e nenhum para uso com crianças (Marasca et al., 2020). Devido a isso, algumas instituições e serviços-escola com práticas em AP necessitaram suspender temporariamente os seus processos presenciais. Considerando-se a importância de manter os processos de ensino e aprendizagem para graduandos em psicologia durante os períodos mais críticos da pandemia, alguns serviços reorganizaram as atividades previstas anteriormente para os(as) estagiários(as), adaptando-as para a modalidade de estágio remoto.

O Centro de Avaliação Psicológica (CAP), vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), faz parte do Centro Interdisciplinar de Pesquisa e Atenção à Saúde, órgão auxiliar do Instituto de Psicologia, Serviço Social e Comunicação Humana. O CAP é um serviço-escola destinado ao atendimento de pessoas de baixa renda. As APs são realizadas por estudantes de graduação em psicologia em período de estágio, supervisionados por psicólogos experientes na área. Dentre as modalidades de estágio, ocorrem o estágio básico e o estágio específico, sendo os alunos responsáveis pela execução das triagens e APs dos usuários do serviço. No período da pandemia pela Covid-19, o CAP desenvolveu a modalidade remota de estágio, tendo em vista as medidas de isolamento social. Esse estágio englobou o desenvolvimento de um acolhimento *online*, que possibilitou a continuidade da formação acadêmica dos(as) estagiários(as) e amparo aos pacientes aguardando AP do serviço.

As restrições sociais decretadas pelo quadro da COVID-19 acarretaram repercussões para a população em termos econômicos, físicos, educacionais e, principalmente, psicológicos. Com relação a esses últimos, por exemplo, um estudo brasileiro salientou que ter renda diminuída no período, fazer parte do grupo de risco e estar mais exposto a informações sobre mortos e infectados eram fatores que poderiam provocar maior prejuízo na saúde mental (Duarte et al., 2020). Já para outros autores, os impactos psicológicos envolveram sintomas de estresse pós-traumático, confusão e raiva. Os estressores incluíram quarentena mais longa, medo de infecção, frustração, tédio e informações inadequadas (Brooks et al., 2020). Tais evidências reforçam a relevância de se pensar em intervenções psicológicas nesse cenário de emergência (Pereira et al., 2020). Inclusive, desde 2007, a Organização Mundial de Saúde destaca a importância dos países prepararem recursos para reduzir ou enfrentar danos à saúde mental da população em momentos adversos (WHO, 2007).

Diante disso, o presente relato de experiência tem por objetivo descrever o desenvolvimento de uma estratégia de acolhimento *online* e detalhes de sua implementação durante o primeiro semestre de estágio remoto no CAP (2020/01, realizado nos meses de setembro a dezembro de 2020). Em seguida, serão apresentadas as descrições do processo de triagem e dos acolhimentos *online*.

DESCRIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO ACOLHIMENTO ONLINE

TRIAGEM

Os pacientes que estavam na lista de espera para AP presencial no serviço foram contatados, por WhatsApp institucional, para agendamento de um horário para a execução da triagem, que visava explicar a nova modalidade de atividades durante o isolamento social e identificar quais pacientes possuíam interesse no acolhimento *online* oferecido. As triagens foram realizadas por videochamada, com os pacientes e/ou seus responsáveis, e executadas por uma supervisora do serviço e um(a) estagiário(a). Destaca-se que a oferta do acolhimento *online* não influenciou na lista de espera para AP presencial, portanto, em caso de recusa, os pacientes permaneceram aguardando as suas APs após retorno das atividades presenciais no serviço-escola.

Para esta nova modalidade de atendimento, criou-se um roteiro de triagem no qual se preconizou que a supervisora e o(a) estagiário(a) iniciassem o atendimento esclarecendo o objetivo do encontro e a necessidade de realização de uma triagem para avaliar se o acolhimento auxiliaria nas dificuldades do paciente, ou se seria melhor indicar outro tipo de atendimento/serviço. Essa definição ocorreu após a triagem, durante o momento de supervisão coletiva remota. Então, a equipe entrava em contato com os pacientes e/ou responsáveis para dar um retorno quanto à realização ou não dos acolhimentos. A supervisora e o(a) estagiário(a) estavam encarregados de explicar como transcorreria o processo de acolhimento, esclarecendo as diferenças entre o acolhimento *online* e a AP, bem como quais seriam as suas finalidades. Foi construído um texto com uma breve explicação pensada para facilitar o entendimento do usuário ou responsável pelo usuário do CAP.

Com relação à entrevista de triagem, foram elaboradas perguntas norteadoras, a partir das quais se deveria conduzir a sessão, a saber: “Como estão as coisas?”; “Como está o paciente? (no geral)?” “E em relação a... (queixa)?”; “Alguma coisa mudou em relação a isso de março de 2020 até o momento?”; “Se a criança é acompanhada em serviço de saúde, ela segue tendo consultas? Se usa medicações, está conseguindo renovar a receita?”; “Estão passando por alguma situação de urgência? (Orientar ou retornar em breve)”. Para além disso, investigou-se que tipos de dificuldade os pacientes estavam vivenciando e o que poderia ser contemplado por meio do acolhimento.

ACOLHIMENTO ONLINE

Posteriormente à realização de triagens, os pacientes interessados em prosseguir foram encaminhados aos(as) estagiários(as) para a realização dos acolhimentos. Como se tratava de uma modalidade de atendimento que ainda não havia sido realizada no serviço, foi elaborado um roteiro para a realização dos acolhimentos *online*. Esses constituíram uma intervenção breve, com periodicidade semanal e de no máximo quatro encontros. Tal duração segue um estudo que propôs um processo de acolhimento presencial similar numa clínica-escola, o qual seguiu um

ciclo de quatro encontros para a sua execução (Silva et al., 2011).

Conforme as orientações da American Psychological Association (2013), é de suma importância avaliar se o atendimento *online*, ou transpondo para o presente caso, o acolhimento *online*, é apropriado para o paciente e se este vai lhe trazer benefícios, antes de se dar continuidade ao atendimento. Em conformidade, mesmo após transcorridas as triagens, ao longo dos primeiros atendimentos, buscou-se identificar cautelosamente se o acolhimento *online* acrescentaria algum benefício para cada paciente. Caso algum paciente não apresentasse uma demanda clara para o processo de acolhimento, o(a) estagiário(a) responsável pelo caso deveria realizar os encaminhamentos apropriados discutidos em supervisão.

Além de amparar os usuários que aguardavam AP, o acolhimento *online* serviu como um espaço no qual os pacientes e suas famílias pudessem expor as suas vivências e dificuldades em meio ao surto da COVID-19. Procedeu-se, ainda, à oferta de orientações para auxiliar no dia a dia dos pacientes e das suas famílias, com o objetivo de ajudá-los a resolver questões práticas, como planejar, tomar decisões e organizar a rotina, bem como desenvolver estratégias para resolução de problemas específicos e pontuais. Além disso, ao longo dos acolhimentos, os encaminhamentos necessários foram agilizados.

Essas estratégias possibilitaram que os(as) estagiários(as) vivenciassem o atendimento de diversos usuários do serviço durante o estágio remoto, o que favoreceu que um grande número de pacientes recebesse o acolhimento *online* naquele período. Tais atendimentos foram também realizados por videochamada, dirigidos inicialmente por um(a) estagiário(a) e por uma supervisora. O modelo de acolhimento em dupla possibilita que se amplie a escuta, se diminua a ansiedade frente ao atendimento e proporcione apoio mútuo entre os colegas (Silva et al., 2011). Obtendo a duração de trinta a quarenta e cinco minutos, os acolhimentos foram gravados, com autorização do paciente ou do seu responsável, para que um(a) estagiário(a) do nível básico assistisse posteriormente à gravação e participasse da discussão do caso na supervisão coletiva remota. As gravações foram deletadas após a supervisão, conforme combinação feita com os pacientes e responsáveis.

O primeiro atendimento de cada caso visava averiguar o estado do paciente, tanto no geral, quanto em relação à queixa que o levou a buscar a AP. Além disso, buscou-se compreender as condições financeiras e de saúde do paciente e de sua família, bem como, diante das informações obtidas, avaliar como o serviço poderia auxiliá-los durante o isolamento social, no que se referia a manejos e possíveis encaminhamentos. Nessa direção, Schmidt et al. (2020) salientaram que é importante que os atendimentos *online* propiciem uma ativação da rede de apoio dos pacientes. Além disso, seria útil auxiliar na organização da rotina diária, a fim de promover o bem-estar psicológico destas pessoas. Tais aspectos parecem corresponder à proposta dos acolhimentos *online* oferecidos pelo CAP, os quais possibilitaram um mapeamento das condições dos usuários do serviço que aguardavam AP durante o isolamento social.

Para os atendimentos seguintes, foi traçado um planejamento de acordo com as demandas, que variavam conforme as necessidades e dificuldades de cada paciente e sua família durante aquele período. Além disso, os acolhimentos se direcionaram para identificar a necessidade de encaminhar os pacientes para algum serviço disponível durante o isolamento social. Todos estes dados eram redigidos e informados no Registro de Acolhimento de cada caso, o qual era preenchido pelo(a) estagiário(a) responsável após cada atendimento dos acolhimentos com os pontos principais da sessão, impressões gerais, pontos a retomar, orientações e encaminhamentos dados.

Após a conclusão dos primeiros acolhimentos, percebeu-se uma necessidade de aprimoramento quanto às suas dinâmicas, a fim de proporcionar maior aprendizado aos(as)

estagiários(as). Assim, os processos de acolhimento seguintes passaram a ser conduzidos por uma dupla de estagiários(as). Os atendimentos continuaram sendo gravados, com autorização dos pacientes e responsáveis, possibilitando que a supervisora responsável pelo caso os analisasse e discutisse os pontos observados em supervisão. Tal mudança se mostrou importante para o incentivo da autonomia dos(das) estagiários(as), propiciando a experiência de criação de vínculos com os pacientes, de aprofundamento das técnicas de entrevistas e de relatos de sessão, as quais são competências muito relevantes para as práticas de AP (Vannucci et al., 2017).

Como apontado acima, uma das atividades fundamentais para a prática do estágio é a supervisão, a qual possibilita a ampliação da visão dos alunos quanto às suas atividades e vivências (Rodrigues et al., 2020). Ao longo dos acolhimentos, as supervisões também ocorreram em modalidade *online*, com periodicidade semanal, em primeira instância de forma individual, com os(as) estagiários(as) de cada caso e a supervisora que acompanhava o caso atendido (Marasca et al., 2020). Em segunda instância, ocorreram de maneira coletiva, nas quais uma equipe de supervisoras e estagiários(as) compartilhava relatos dos casos atendidos para o grupo, atualizando em relação ao manejo durante o atendimento e as orientações repassadas aos pacientes. A supervisão ainda possibilitou que dúvidas fossem sanadas e que os(as) estagiários(as) recebessem sugestões em relação à condução das sessões posteriores, a qual se mostrou um momento fundamental para a troca de experiências entre os(as) estagiários(as) e as supervisoras (Yates, 2016). As formas de supervisão *online* em psicologia permitem o uso de recursos como videoconferência (individual ou em grupo), compartilhamento de dados na nuvem (textos, áudios e vídeos) e o uso de softwares de seguimento dos resultados clínicos (Hagstrom & Maranzan, 2019). Tais recursos sugerem que, em cenários nos quais a supervisão presencial não se faz possível, como no caso da pandemia, é viável realizar a supervisão de forma remota. Contudo, é de extrema relevância ressaltar que os cuidados nesse exercício devem ser redobrados para a garantia do sigilo e segurança dos dados compartilhados pela *internet*, bem como para a manutenção de um processo de supervisão ético e de qualidade. Com base na descrição das triagens e acolhimentos apresentados acima, a seguir será descrito o que foi possível inferir dos acolhimentos *online* e os possíveis impactos que tiveram para os pacientes e responsáveis durante a pandemia.

CARACTERÍSTICAS DOS ACOLHIMENTOS ONLINE

Dos 28 usuários do serviço que foram contatados no período, 22 participaram da triagem *online*. Desses, 18 (64,28%) optaram por dar continuidade ao processo de acolhimentos *online*. Para Zwielewski et al. (2020), os cidadãos, em geral, carecem de apoio psicológico ao se depararem com eventos atípicos e estressores, como em meio a uma pandemia. É de se pensar que o momento de urgência e vulnerabilidade emocional oportunizou o engajamento da maioria dos usuários triados aos acolhimentos. No entanto, para outros autores, há uma necessidade de avaliar o conhecimento da população leiga dos possíveis impactos na saúde mental aos quais estariam expostos ao longo de uma pandemia (Pavani et al., 2021). Pode-se pressupor que a falta de acesso a informações referentes à saúde mental poderia se traduzir em impasses para a adesão dos demais usuários na proposta dos acolhimentos.

Em relação aos pacientes que participaram dos acolhimentos, a amostra foi constituída por 50% de pessoas do sexo feminino e 50% do sexo masculino. Dos participantes, 55,6% se autodeclararam ser de raça/cor branca, 33,3% de raça/cor negra (pretos e pardos) e 11,1% não declararam. Esses dados seguem proporção semelhante à do estudo de Tiecher e Yates (2020), o

qual caracterizou a clientela do CAP entre os anos de 2018 e 2019, em que se evidenciou que 67,1% dos pacientes declararam sua raça/cor como branca, 31,6% como negra (pretos e pardos) e 1,3% não declararam.

Nos atendimentos iniciais dos acolhimentos, os estagiários se depararam com diversos relatos de demandas. Dentre as mais recorrentes, destaca-se que 66% envolveram queixas referentes às dificuldades de aprendizagem das crianças e dos adolescentes. Além disso, 72,2% dos pacientes que receberam o acolhimento *online* estavam no Ensino Fundamental. É interessante mencionar que tais grupos habitualmente constituíam grande parte do público atendido pelo CAP (Borsa et al., 2013). No entanto, se torna oportuno refletir acerca da aprendizagem das crianças e adolescentes num contexto de pandemia, sendo que 55,5% dos pacientes aguardando AP estavam tendo aulas remotas no momento no qual os acolhimentos foram realizados.

Na pandemia de COVID-19, as instituições públicas e privadas de ensino viram-se compelidas a adaptar a modalidade de ensino remoto como a principal ferramenta, frente à impossibilidade de seguirem com aulas presenciais. Apesar da notável importância que as tecnologias desempenharam na continuidade do processo de aprendizagem dos alunos (Cordeiro, 2020), se evidenciaram dilemas no contexto nacional no que diz respeito à desigualdade social, aos contrastes entre o ensino público e privado, bem como à falta de recursos (boa conexão de *internet*, *tablets*, celulares, *notebooks*) entre as famílias, para o acesso adequado às aulas (Kohan, 2020). Por este ângulo, é oportuno salientar que no processo dos acolhimentos houve um caso em que os atendimentos foram realizados por ligação telefônica, pois a família não possuía acesso à *internet*.

Além disso, sabe-se que o contexto socioeconômico tem potencial de influenciar em aspectos da aprendizagem, como, por exemplo, nos processos de leitura (Noble et al., 2006). De tal forma, uma das hipóteses que sustenta a elevada percentagem de queixas de dificuldades de aprendizagem entre os participantes dos acolhimentos se atrela ao fato de que o público atendido pelo CAP se caracteriza por famílias de baixa renda, sendo este um dos critérios de inclusão dos pacientes no serviço. Esse dado foi corroborado neste estudo pelo fato de que 33,3% das famílias participantes do acolhimento relataram receber o auxílio emergencial durante a pandemia.

Outro dado importante evidenciado neste estudo diz respeito ao fato de que, em 72,7% dos casos, os acolhimentos foram realizados com as mães dos pacientes (crianças e adolescentes). As mulheres, historicamente, desenvolvem o papel de cuidadoras principais nos seus lares, sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e pelo cuidado com os filhos, demonstrando uma desigualdade de gênero no referido contexto (Macêdo, 2020). Com a necessidade de isolamento social imposta pela pandemia, a jornada das mulheres foi intensificada, ocasionando, frequentemente, uma sobrecarga materna (Silva et al., 2020), já que os filhos passaram a estar em suas casas em tempo integral e os cuidados oferecidos se expandiram para além do auxílio às necessidades básicas, e se deslocaram também para o amparo escolar. Esses dados são ainda mais destoantes ao se pensar que, especialmente as mães, contaram com escassa ou nenhuma rede de apoio em meio à COVID-19 (Vescovi et al., 2021). De tal forma, os dados do presente estudo não somente ratificam, como igualmente aprofundam esses entendimentos. Verificou-se que as mães dos pacientes, preocupadas e implicadas com o desenvolvimento e desempenho acadêmico de seus filhos, participaram ativamente dos acolhimentos *online*, através dos quais obtiveram um espaço de escuta, orientações e encaminhamentos necessários, que comumente acontecem ao final de uma AP.

Frisa-se, ainda, que 77,8% dos usuários do serviço estavam em isolamento social quando foram realizados os acolhimentos *online*. Tal aspecto também pode ter contribuído para o

engajamento aos acolhimentos, visto que a pandemia pode ter ocasionado maiores impactos na saúde mental (Duarte et al., 2020) e um aumento das experiências e emoções negativas (Brooks et al., 2020; Faro et al., 2020). Além disso, conforme mencionado acima, a sobrecarga materna e a falta de rede de apoio materno decorrentes deste isolamento também se mostraram fatores relevantes para a adesão aos acolhimentos. Apesar da modalidade remota ter facilitado a participação da maior parte dos usuários nos acolhimentos, em 72,4% dos casos atendidos ocorreu alguma falta ou imprevisto durante os atendimentos, o que se deu, em grande parte, por motivos de saúde na família. Entretanto, apesar deste alto índice, cabe destacar que houve somente uma desistência ao longo dos acolhimentos, o que representa 5,6% dos casos atendidos pelo serviço. O visível comprometimento dos usuários nos acolhimentos *online* valida e reforça o caráter essencial da psicologia em situações excepcionais de crise como a do COVID-19, atuando como um fator protetivo para a saúde emocional dos sujeitos (Faro et al., 2020).

Por fim, serão expostas as orientações e encaminhamentos oferecidos aos pacientes nos atendimentos finais dos acolhimentos. Com relação às orientações, enfatizaram-se conteúdos de melhorias e adaptações nas rotinas das famílias, especialmente no que se referia às questões de aprendizagem das crianças e dos adolescentes, tendo em vista os desafios impostos pelo ensino remoto e pelo isolamento social. O contexto pandêmico exigiu mudanças abruptas em todas as esferas e, particularmente para as famílias, essas alterações podem ter se traduzido em rotinas altamente exaustivas (Tavares et al. 2021). No entanto, Melo et al. (2020) sugerem que “uma estratégia para enfrentar o período de distanciamento social durante a pandemia é organizar a rotina familiar”. Nesse sentido, pode-se articular que as orientações propostas nos acolhimentos fomentaram reflexões entre as famílias com relação às suas demandas cotidianas, bem como aos ajustes viáveis dentro das suas realidades.

Uma das orientações mais presentes nos acolhimentos tratou-se da psicoeducação. Para alguns pacientes, foi necessário explicar o esperado em cada etapa do desenvolvimento humano, enquanto em outros casos se disponibilizou dicas de alfabetização de modo a auxiliar com as tarefas escolares, tendo em vista a demanda de dificuldade de aprendizagem e, ainda, para outros usuários se tornou importante orientar sobre educação socioemocional. A educação socioemocional foi retratada tendo como foco tanto o paciente quanto o responsável, uma vez que se compreendeu que o isolamento social e os dados sobre a contaminação da COVID-19 podem ter gerado dúvidas de como lidar com a situação e com as mudanças na rotina, sendo abordadas também a tolerância e validação de emoções desagradáveis, assim como a incerteza (Mata et al., 2021).

Acerca dos encaminhamentos realizados ao final dos acolhimentos, ressalta-se que, em 50% dos casos, indicou-se tratamento psicológico por parte do paciente e, por vezes, por parte do responsável. É notável que o cenário de pandemia revisitou necessidades significativas no campo da saúde psicológica dos sujeitos (Pereira et al., 2020). Esse pode ter sido o caso dos participantes dos acolhimentos, já que a demanda que levou à busca de AP, em muitos casos, foi intensificada em decorrência da pandemia e da necessidade de isolamento social, ocasionando um sofrimento maior por parte dos pacientes. Nessa lógica, em tempos de crise, se torna imprescindível conceber estratégias psicológicas que fortaleçam a saúde mental do indivíduo (Ho et al., 2020; WHO, 2007).

Ainda, em 16,66% dos casos, foi recomendado que os responsáveis buscassem um programa de orientação de práticas parentais, a fim de que obtivessem amparo nas questões relativas às suas práticas educativas e pelas dificuldades de lidarem com os seus filhos. Em decorrência das medidas para conter a COVID-19, muitos pais passaram a conviver mais horas por dia com seus filhos. Isso pode ter aumentado dificuldades familiares e, em alguns casos,

tê-los levado a adotar uma parentalidade menos positiva e menos empática com seus filhos (Fernandes et al. 2020), problematizando assim as relações pais-filho, formando um ciclo que se retroalimenta. Isso mostra a relevância dos recursos terapêuticos que visam potencializar práticas parentais mais positivas, diminuindo conflitos familiares e contribuindo para o bem-estar dos filhos e dos pais em situações extremas.

Cumpre ressaltar que, apesar da redução de serviços disponíveis presencialmente durante o período de pandemia, foi possível realizar encaminhamentos conforme as necessidades de cada paciente. Portanto, recomendou-se a busca de serviços como o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), um núcleo de apoio estudantil e uma oficina de geração de renda que integra a rede de atenção psicossocial da secretaria de saúde do município em que o serviço-escola desse estudo se localiza. Ademais, num caso em que se notou premência para uma AP com fins judiciais, indicou-se outra instituição de ensino que estava realizando AP presencial naquele momento. Por fim, também houve recomendações para busca de profissionais de outras áreas, tais como psiquiatria, pediatria, neuropediatria, fonoaudiologia e psicopedagogia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relato de experiência buscou discorrer sobre um estágio remoto em AP durante a pandemia do COVID-19, em que se desenvolveu e se implementou uma estratégia de acolhimento *online*. Tal proposta foi elaborada por um serviço-escola como alternativa à impossibilidade de se realizar um estágio em AP presencial, em vista das restrições de isolamento social.

Atentando para os pilares éticos que sustentam a prática psicológica, a proposta dos acolhimentos *online* se demonstrou uma alternativa de estágio efetiva e viável dentro do contexto apresentado. Os acolhimentos potencializaram a aprendizagem dos estagiários a novas habilidades e aspectos clínicos, como fortalecimento de vínculo e técnicas de entrevista, de devolução e encaminhamentos, os quais, naturalmente, integram parte do processo de uma AP. Para além disso, a oferta desse espaço remoto se revelou uma via potente de amparo e de promoção à saúde mental dos usuários do serviço, especialmente ao se contemplar o cenário de calamidade que se mostrou capaz de exacerbar o adoecimento psicológico da população.

É perceptível que as estratégias de evitação de contágio da pandemia de COVID-19, especialmente o isolamento social, reduziram o impacto biológico da doença, mas também tiveram como consequência inúmeras adversidades para as práticas de estágio em psicologia, e em especial na área de AP. Considerando as condições daquele período, a estratégia de realização dos acolhimentos *online* no CAP apresentou aspectos positivos para os(as) pacientes e para os(as) estagiários durante aquele período. Entretanto, é importante ressaltar que tal estratégia possui limitações inerentes às condições de acesso do público à internet e dispositivos digitais e foi utilizada apenas como uma alternativa frente às dificuldades do período mencionado. A descrição dessa prática se mostra relevante frente à possibilidade de ocorrência futura de novas pandemias ou desastres climáticos que irão exigir novos períodos de ensino remoto emergencial. Conhecer como os serviços-escola lidaram com as condições existentes na época permite planejar estratégias melhor embasadas no futuro.

REFERÊNCIAS

American Psychological Association. (2013). Guidelines for the Practice of Telepsychology. *American Psychologist*, 68 (9), 791-800. <https://doi.org/10.1037/a0035001>

Borsa, J. C., Segabinazi, J. D., Stenert, F., Yates, D. B., & Bandeira, D. R. (2013). Caracterização da clientela infanto-juvenil de uma clínica-escola de avaliação psicológica de uma universidade brasileira. *Psico*, 44(1), 73-81. Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/article/view/10599>

Brooks, S., Webster, R., Smith, L., Woodland, L., Wessely, S., Greenberg, N. & Rubin, G. (2020). The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. *The Lancet*, 395. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30460-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30460-8)

Cordeiro, K. M. A. (2020). *O impacto da pandemia na educação: a utilização da tecnologia como ferramenta de ensino*. Recuperado de: <http://repositorio.idaam.edu.br/jspui/handle/prefix/1157>

Duarte, M. de Q., Santo, M. A. da S., Lima, C. P., Giordani, J. P., & Trentini, C. M. (2020). COVID-19 e os impactos na saúde mental: uma amostra do Rio Grande do Sul, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(9), 3401–3411. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.16472020>

Faro, A., Bahiano, M. de A., Nakano, T. de C., Reis, C., Silva, B. F. P., & Vitti, L. S. (2020). COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 37, e200074. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200074>

Fernandes, D. V., Caiado, B., & Moreira, H. (2020). *Parentalidade em tempos de pandemia: saúde mental e estratégias parentais para lidar com os desafios da covid-19*. Recuperado de: <https://irp-cdn.multiscreensite.com/4931bab6/files/uploaded/FolhetoCuidaIdosaMenteParentalidadefinal.pdf>

Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz. (2020). *Covid-19: Quais as diferenças entre isolamento vertical, horizontal e lockdown?* Recuperado de: <https://portal.fiocruz.br/pergunta/covid-19-quais-diferencas-entre-isolamento-vertical-horizont-al-e-lockdown>

Hagstrom, S. L., & Maranzan, K. A. (2019). Bridging the gap between technological advance and professional psychology training: A way forward. *Canadian Psychology/Psychologie canadienne*, 60(4), 281–289. <https://doi.org/10.1037/cap0000186>

Kohan, O. W. (2020). Tempos da escola em tempo de pandemia e necropolítica. *Práxis Educativa, Ponta Grossa*, 15, e2016212, p. 1-9. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v15.16212.067>

Macêdo, S. (2020). Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia COVID-19: tecendo sentidos. *Revista do NUFEN*, 12(2), 187-204. <https://doi.org/10.26823/RevistadoNUFEN.vol12.nº02rex.33>

Marasca, A. R., Yates, D. B., Schneider, A. M. A., Feijó, L. P., & Bandeira, D. R. (2020). Avaliação psicológica online: considerações a partir da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) para a prática e o ensino no contexto à distância. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 37, e200085. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200085>

Mata, A. A. da., Silva, A. C. F. L., Bernardes, F. de S., Gomes, G. de A., Silva, I. R., Meirelles, J. P. S. C.,

... & Bechara, L. de S. (2021). Impacto da pandemia de covid-19 na saúde mental de crianças e adolescentes: uma revisão integrativa. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, 7(1), 6901-6917. <https://doi.org/10.34117/bjdv7n1-466>

Melo, B. D., Serpeloni, E., Kabad, J. F., Kadr, M., Souza, M. S., & Rabelo, I. V. M. (2020). (orgs.). *Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia COVID-19: crianças na pandemia Covid-19*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CEPEDES, 2020. 20 p. Cartilha. Recuperado de: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41182>

Noble, K. G., Wolmetz, M. E., Ochs, L. G., Farah, M. J., & McCandliss, B. D. (2006). Brain-behavior relationships in reading acquisition are modulated by socioeconomic factors. *Developmental science*, 9(6), 642–654. <https://doi.org/10.1111/j.1467-7687.2006.00542.x>

Pavani, F. M., Silva A. B., Olschowsky, A., Wetzel, C., Nunes, C. K., & Souza, L. B. (2021). Covid-19 e as repercuções na saúde mental: estudo de revisão narrativa de literatura. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 42(esp):e20200188. <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2021.20200188>

Pereira, M. D., Oliveira, L. C., Costa, C. F. T., Bezerra, C. M. O., Pereira, M. D., Santos, C. K. A., & Dantas, E. H. M. (2020). The COVID-19 pandemic, social isolation, consequences on mental health and coping strategies: an integrative review. *Research, Society and Development*, 9(7): 1-35, e652974548. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i7.4548>

Rodrigues, J. V. dos S., Cardoso, A. J., Gualberto, L. G. C., Monteiro, J. D., Lima, B. J. M. de, & Cruz, C. R. P. (2020). Supervised internship in Health Psychology during a COVID-19 pandemic. *Research, Society and Development*, 9(9), e680997580. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7580>

Schmidt, B., Crepaldi, M. A., Bolze, S. D. A., Neiva-Silva, L., & Demenech, L. M. (2020). Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 37, e200063. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200063>

Silva, J. C. da., Welzbacher A. I., & Eggers, G. (2011). O processo de acolhimento numa clínica-escola. IV Jornada de Pesquisa em Psicologia: desafios atuais nas práticas de de psicologia, 25-26 de novembro, UNISC, Santa Cruz, RS, Brasil. Recuperado de: https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/jornada_psicologia/article/view/10191/12

Silva, J. M. S., Cardoso, V. C., Abreu, K. E., & Silva, L. S. (2020). A feminização do cuidado e a sobrecarga da mulher-mãe na pandemia. *Revista Feminismos*, 8(3), Set-Dez. Recuperado de: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/4214>

Tavares, F. A., Silva, S. T., & Costa, D. T. S. (2020). Isolamento Social com crianças: um período de redescoberta da família: um artigo original. Anais do 3º Simpósio de TCC, das faculdades FINOM e TecSoma. 2020; 1333-1346. Recuperado de: <https://finom.edu.br/assets/uploads/cursos/tcc/202102191002149.pdf>

Tiecher, A. D., & Yates, D. B. (2020). Acesso em saúde e o critério raça/cor: Um estudo de caracterização da clientela de um Serviço-Escola. Salão de Iniciação Científica UFRGS. Porto Alegre: UFRGS/PROFESQ.

Vannucci, M. J., Whiteside, D. M., Saigal, S., Nichols, L., & Hileman, S. (2017). Predicting supervision outcomes: what is different about psychological assessment supervision? *Australian Psychologist*, 52, 114-120. <https://doi.org/10.1111/ap.12258>

Vescovi, G., Riter, H. S., Azevedo, E. C., Pedrotti, B. G., & Frizzo, G. B. (2021). Parenting, mental health and Covid-19: A rapid systematic review. *Psicologia: Teoria e Prática*, 23(1), 1–28. <https://doi.org/10.5935/1980-6906/ePTPC1913554>

World Health Organization. (2007). Risk reduction and emergency preparedness: World Health Organization six-year strategy for the health sector and community capacity development
Geneva: Author. Recuperado de:
apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/43736/9789241595%20896_eng.pdf?sequence=1&isAllwed=y

Yates, D. B. (2016). Técnicas e modalidades de supervisão em psicodiagnóstico. In C. S Hutz, D. R. Bandeira, C. M. Trentini, & J. F. Krug (Orgs.), *Psicodiagnóstico* (pp.194–203). Porto Alegre: Artmed

Zwielewski, G., Oltramari, G., Santos, A. R. S., Nicolazzi, E. M. S., Moura, J. A., Sant'Ana, V. L. P., ... & Cruz, R. M. (2020). Protocolos para tratamento psicológico em pandemias: As demandas em saúde mental produzidas pela COVID-19. *Revista debates in psychiatry - Ahead of print*. Recuperado de:
https://d494f813-3c95-463a-898c-ea1519530871.filesusr.com/ugd/c37608_48500337545244d98a53_2170a0d8f22b.pdf

QUEM É A LOUCA?: Desvendamentos e cuidado em saúde mental das mulheres

**Who is the crazy? Unveilings and Care in
Women's Mental Health**

Carol Ferreira de Souza²⁰

Dayene Gatto Altoé²¹

Jackeline Lourenço Aristides²²

RESUMO: O presente estudo foi desenvolvido no âmbito da formação em serviço conectado ao Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental da Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana, Paraná (Turma 2020-2022). Por meio da atuação da psicóloga residente em duas Unidades Básicas de Saúde da cidade, identificamos a importância de contribuir com o desvendamento das formas de compreensão da “loucura feminina” no campo da Saúde Mental em sua constituição histórica e social. Deste modo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com questões aplicadas a dezessete funcionários, a fim de compreender as percepções destes quanto ao sofrimento psíquico feminino no contexto do processo de cuidado na Atenção Básica. Após a realização das entrevistas, utilizando a abordagem qualitativa e em uma perspectiva crítica em Psicologia, foi possível fazer alguns apontamentos relacionando as consubstancialidades que compõem as identidades femininas, enfatizando aspectos como raça, classe, contexto pandêmico, estética. Evidencia-se o quanto as falas dos entrevistados estão associadas a um discurso higiênico-moral. Com o intuito de problematizar e desnaturalizar essas concepções, propomos a adoção da perspectiva de gênero nas intervenções psicossociais para requalificar a escuta dos funcionários, promovendo respeito e a garantia dos direitos humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde mental; Loucura; Gênero.

ABSTRACT: This study was developed within the context of in-service training connected to the Multiprofessional Residency Program in Mental Health of the Municipal Health Authority of Apucarana, Paraná (Class of 2020–2022). Through the work carried out by the resident psychologist in two Basic Health Units in the city, we identified the importance of contributing to the unveiling of ways of understanding “female madness” in the field of Mental Health within its historical and social constitution. Semi-structured interviews were conducted with seventeen employees, aiming to understand their perceptions regarding female psychological distress in the context of the care process in Primary Care. After conducting the interviews, using a qualitative approach and a critical perspective in Psychology, it was possible to make some notes concerning the consubstantialities that shape female identities, emphasizing aspects such as race, class, the pandemic context, and aesthetics. The participants’ statements reveal how

²⁰ Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana (AMS)

²¹ Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana (AMS) | <https://orcid.org/0000-0002-6175-9884>

²² Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana (AMS) | <https://orcid.org/0000-0003-2982-2705>

strongly their narratives are associated with a hygienic–moral discourse. With the aim of problematizing and denaturalizing these conceptions, we propose the adoption of a gender perspective in psychosocial interventions in order to requalify employees' listening practices, promoting respect and ensuring the protection of human rights.

KEYWORDS: Mental health; madness; genre.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito da formação em serviço ligada ao Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental (RMSM) da Autarquia Municipal de Saúde em Apucarana, Paraná (turma 2020-2022). A RMSM constitui-se como uma modalidade de formação que investe na qualificação de profissionais no Sistema Único de Saúde (SUS), também conhecida como educação em serviço.

A prática em serviço aliada ao saber científico proporcionou a partir das necessidades observadas, tanto com os trabalhadores quanto com as acessantes, durante um ano de atuação em duas Unidades Básicas de Saúde (UBSs), perceber o predomínio de individualizações e de naturalizações acerca do adoecimento psíquico feminino. Essas expressões do sofrimento feminino eram tomadas como dramáticas ou exageradas e, com isso, desqualificadas.

A necessidade de escrever este trabalho se constitui em função do observado nos acolhimentos e acompanhamentos psicossociais de mulheres com queixas psíquicas diversas, manifestações associadas, sobretudo, a sintomas de ansiedade e de depressão. Esses diagnósticos apareciam constante e corriqueiramente nas unidades de saúde.

Ocorria também certa tendência em se abordar essas queixas a partir de aspectos individuais (biologizantes, psiquiatrizantes), propondo-se como cuidado, principalmente, a farmacologização do sofrimento. Causou-nos inquietação as atribuições de diagnósticos psiquiátricos acerca do que falavam as mulheres, bem como nos colocaram em reflexão as propostas de cuidado com base somente em intervenções individuais e medicamentosas, desconsiderando as consubstancialidades de gênero, raça e classe.

Visto o grande número de diagnósticos dados às mulheres e tendo em vista que esta é a representação de uma realidade que não se dá somente neste contexto o qual abordamos, a saúde mental feminina torna-se cada vez mais relevante e necessária de ser discutida sob uma perspectiva crítica em Psicologia.

Os encontros com todas aquelas mulheres que acessaram o serviço e a equipe da UBS possibilitaram a formação das questões sobre as quais nos debruçamos nesta investigação, a saber: Qual é o “perfil” da mulher considerada “louca”? Será que o parâmetro utilizado para descrever a loucura, pelos profissionais entrevistados, seria o mesmo para homens e mulheres?

Por isso, identificamos a importância de contribuir com o desvendamento das formas de compreensão da “loucura feminina” no campo da Saúde Mental em sua constituição histórica e social. A partir do levantamento das compreensões dos servidores, na contramão de análises que situam o sofrimento como inato à mulher, propomos uma abordagem psicossocial da “loucura” e do adoecimento psíquico feminino.

O resgate à história adotado no decorrer deste trabalho visará incrementar o debate e responder como a mulher foi associada à loucura. Considerando-se como histórica, concreta e socialmente condicionada – como decorrente da prática social – tanto a exploração de classe e as opressões de gênero e de raça, quanto os encaminhamentos dados a elas, incluindo as formas de violência, defendemos a necessidade de um debate sobre o tema a partir da perspectiva crítica.

Reconhecendo os limites de uma leitura dos fenômenos sociais da atualidade, visto que a

sociedade é um contínuo “vir a ser”, acreditamos ser possível captar alguns dos elementos históricos, focalizando fatos e acontecimentos, ligados à produção da “loucura feminina” e ao cuidado de mulheres através do exercício de desvelamento.

Além da obrigação, escrevemos pelo sentimento prazeroso de quem abraça um compromisso. Compromisso científico, ético e político com as mulheres que acessam o serviço e com a equipe de trabalho que, sem uma escuta sob a perspectiva de gênero, produzem um cuidado ou tratamento reducionista e silenciador do sofrimento das mulheres.

Este trabalho tem quanto relevância acadêmica e social, o intuito de desmistificar estigmas e estereótipos que atravessam os sexos e gêneros, no campo médico-psiquiátrico e social, visto que se torna preciso identificar que uma das principais causas do sofrimento feminino é o machismo que, com suas práticas e discursos preconceituosos e violentos, reforça o domínio masculino e justifica estigmas ligados à loucura.

Por meio de entrevistas com questões norteadoras os profissionais da saúde foram escutados, tendo como principal objetivo acessar as formas de compreensão do adoecimento psíquico feminino. Esta pesquisa seguiu os parâmetros éticos recomendados, o que incluiu a garantia de anonimato para os participantes e a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética (CAAE 40001420.6.0000.5216).

A partir das etapas de escuta e de coleta de dados, a análise qualitativa se vinculou como possibilidade de debate comunitário, com base na extração dos resultados, na apresentação e na discussão de possibilidades de novas abordagens de cuidado, com estratégias que ultrapassem uma consulta clássica, proporcionando diálogos caros à formação política dos residentes.

METODOLOGIA

Este estudo se trata de uma pesquisa qualitativa desenvolvida com a participação de dezessete funcionários de diversos cargos de duas UBSs do município, escolhidas devido a atuação da psicóloga residente de Saúde Mental no primeiro ano de formação.

A pesquisa seguiu os parâmetros éticos recomendados. O projeto de pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Apucarana (FAP).

Cada participante autorizou a realização da pesquisa por meio da sua assinatura no TCLE, que visava respaldar tanto as pesquisadoras quanto garantir o anonimato sobre suas identidades. As entrevistas foram gravadas, transcritas (sem a identificação dos funcionários) e, posteriormente, descartadas.

A coleta de dados foi feita por meio de entrevista semiestruturada, direcionada por questões norteadoras. A entrevista, com duração aproximada de 15 minutos, foi realizada individualmente em ambientes reservados (salas de atendimento individual) nas próprias UBSs.

A opção pela entrevista permitiu maior interação entre entrevistadora e entrevistados. Enquanto pesquisadoras lidaremos com emoções e subjetividades e, assim, teremos outra qualidade de informação e de dados diferentes dos alcançados na pesquisa quantitativa. Uma das principais características da metodologia qualitativa é que “[...] ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 1996, p. 21).

A construção do conhecimento da realidade vincula teoria e prática e a pesquisa é um dos instrumentos que possibilitam a investigação dos processos sociais e seus fenômenos. De acordo com Minayo (2001, p. 17): “Entendemos por pesquisa a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza-

frente à realidade do mundo”.

Ao final da realização das entrevistas, as mesmas foram transcritas, a fim de categorizar os dados de investigação deste trabalho. As informações coletadas foram analisadas a partir de um exercício na perspectiva crítica em Psicologia.

O ângulo de visão desta Psicologia desconsidera sociedade e indivíduo como entidades separadas, visto que sua relação é interdependente, ou seja, privilegia uma perspectiva em que ambos se afetam, são coexistentes, conectados, múltiplos e variáveis. Entende-se por relação a “ordenação intrínseca de alguma coisa em direção a outra [...] em outras palavras, relação é algo que não pode ser sem outro” (GUARESCHI, 2007, p. 54).

Compreender os fenômenos sociais e psicológicos, portanto, significa conhecer as condições econômicas, sociais e culturais nas quais os sujeitos estão inseridos, visto que “falar da subjetividade humana é falar da objetividade em que vivem os homens” (BOCK, 2004, p. 6).

Para os fenômenos perderem o caráter naturalizado se faz necessário desvendar a multiplicidade das relações de poder presentes em todos os âmbitos da vida social, cuja base é material e adotar uma perspectiva historicizada do psiquismo humano.

Acreditamos que a psicologia de base marxista ao partir da dimensão concreta da existência, possa chegar às dimensões empírica e subjetiva presentes no gênero humano e que para além da lógica formal, introduz uma lógica humanista e existencial, centrada no compromisso ético da superação das condições de exploração, dominação e mistificação que caracterizam as relações no modo de produção capitalista (ALVES, 2010, p. 11).

Portanto, é necessário “o abandono de formas cristalizadas de saber e de pesquisar” (MANSANO, 2012, p. 2), ao questionar o processo de naturalização e investigar a realidade como processo social, dinâmico e em movimento.

Assim, ao realizar um recorte da realidade, a pesquisa qualitativa tem como pressupostos a complexidade, a relativização da verdade, a não neutralidade do pesquisador, consequentemente, a pesquisa não é pronta, acabada e com estatuto de verdade absoluta e invariável (TITTONI; JACQUES, 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os funcionários foram informados que a entrevista se tratava de uma pesquisa baseada em suas próprias experiências e que o entrevistado não seria avaliado. Com a análise das informações obtidas com as entrevistas apresentaremos, de forma esquemática, seis temas que se relacionam entre si: (1) A presença feminina na Atenção Básica, (2) Loucura e condição feminina, (3) Mulheres em tempos de pandemia, (4) Saúde mental e raça, (5) Saúde mental e criação estética e (6) Propostas do cuidado em saúde mental.

A PRESENÇA FEMININA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

A primeira pergunta da entrevista foi referente a quem mais procura os serviços na UBS. Os dezessete entrevistados informaram que são “as mulheres”. A maioria justificou tal afirmação da seguinte forma: o homem “é mais durão, é da própria natureza deles” (SIC), “são reservados, resistentes por preconceito, vergonha ou machismo, só procuram um médico quando sentem muita dor, a situação ‘tá’ ruim mesmo” (SIC), “muitos não podem deixar o trabalho” (SIC); já as mulheres são mais cuidadosas devido ao “instinto feminino” (SIC), preocupadas com a própria saúde e dos

demais: “Por ser a cabeça ali da casa, se adoecer o que vai acontecer? Quem vai cuidar dos filhos? Quem vai tomar a frente? Se ela adoecer, quem vai cuidar do outro?” (SIC).

Uma das funcionárias ressaltou: “As mulheres costumam ter um autocuidado melhor, culturalmente os homens não devem demonstrar dor, fraqueza e essas coisas todas. [...] Desde crianças, as mulheres são destinadas ao cuidado dos filhos, ao cuidado dos pais. Eu acho que é uma questão de cultura” (SIC).

Outro entrevistado disse que as mulheres acessam mais a UBS devido ao acolhimento que encontram no serviço: “Não tem acolhimento em casa e aí conseguem aqui. Mas eu acredito que a mulher se sinta um pouco mais frágil, ela tem no interior dela essa facilidade em admitir que, às vezes, precisa de uma ajuda” (SIC).

Buscamos referências para a compreensão do universo de significados que dão sentidos às falas dos funcionários. Estão presentes nas justificativas acima uma lógica hegemônica patriarcal acentuadas pelas normatividades do binarismo de gênero e abordagens essencialistas das identidades de gênero²³.

Segundo Zanello (2018), as tecnologias de gênero – cinema, mídia, desenhos, propagandas, brincadeiras, brinquedos, músicas – criam e reafirmam os valores de gênero, exercendo grande influência ao fomentar diariamente o imaginário social e promover determinadas performances de gênero em detrimento de outras. Estas tecnologias de gênero atingem a coletividade, inclusive os próprios funcionários. Neste sentido, as respostas são reveladoras de uma coletividade social e histórica.

Na percepção de cinco entrevistados a facilidade de acesso é em virtude das políticas e programas direcionados às mulheres. Como exemplo citarei suas falas: “Os atendimentos e os programas eles são mais direcionados a saúde da mulher, né? Na verdade, a saúde do homem é uma coisa que anda crescendo nos últimos tempos. As mulheres já procuram mais então, talvez, por isso, tenham mais programas vinculados às mulheres e só de saúde da mulher a gente faz março depois outubro rosa e sempre tem mais alguma coisa relacionada à mulher” (SIC); “[...] ‘pro’ homem não tem uma coisa direcionada que eles possam continuar trabalhando e vir fora do horário” (SIC), “Para o homem já não tem muito, ele vem à consulta, no atendimento psicológico, odontológico e acabou” (SIC).

LOUCURA E CONDIÇÃO FEMININA

Nesta pesquisa, a grande maioria dos entrevistados declararam que as principais queixas apresentadas, no campo da Saúde Mental, pelas mulheres referem-se ao estresse, ansiedade, depressão, cansaço, não satisfação sexual, sentimento de culpa, problemas familiares.

Ao responder a pergunta, os funcionários tendiam a explicar o sentido das queixas, observadas por eles, enfatizando a sobrecarga como fonte de sofrimento: “Eu acredito que é muito trabalho ‘pras’ mulheres, né? Porque hoje elas têm que trabalhar fora, tem que cuidar da casa, do marido, dos filhos. É a multifunção da mulher” (SIC).

O sofrimento das mulheres, deste modo, está relacionado à administração de todas as atividades relativas à manutenção e funcionamento da casa.

Por serem consideradas naturalmente aptas aos serviços domésticos, as mulheres sofrem com o cuidado do lar não cooperativo:

Por um lado, nossa cultura ainda apregoa amplamente concepções domésticas de feminilidade, amarras ideológicas para uma divisão sexual de trabalho

23 Identidades instituídas por uma repetição estilizada de atos (BUTLER, 1990, p. 297).

rigorosamente dualista, com a mulher como a principal nutridora emocional e física. As regras dessa construção de feminilidade [...] exigem que as mulheres aprendam como alimentar outras pessoas, não a si próprias, e que considerem como voraz e excessivo qualquer desejo de auto-alimentação e cuidado consigo mesmas. Assim, exige-se das mulheres que desenvolvam uma economia emocional totalmente voltada para os outros (BORDO, 1997, p. 25 apud ZANELLO, 2018, p. 154).

Estas “obrigações” criam, predominantemente, tripla jornada de trabalho às mulheres: trabalho remunerado, trabalho doméstico e tarefas de cuidado. O cuidado requer uso de energia física e psíquica, portanto, é trabalho. Contudo, nossa sociedade considera o cuidado como sinônimo de amor e, caso a mulher se recuse a cuidar, será interpretado como uma atitude egoísta.

Trabalhar fora não dispensa as mulheres de suas funções domésticas como acontece com os homens. As mulheres continuam sendo responsáveis pelo lar e pelos cuidados com os filhos, maridos, enfermos, pessoas idosas (ZANELLO, 2018). Cabe ao homem apenas aproveitar os resultados do trabalho feminino.

A concepção sobre a “loucura” feminina que mais se destacou no discurso dos participantes foi a da “louca” como uma mulher brava, nervosa, barraqueira, agressiva verbalmente, desviante, poliqueixosa, irracional. As respostas evidenciam o quanto precisamos considerar os valores e ideais de gênero na classificação da “loucura”.

O silêncio e a conduta discreta são características selecionadas desejáveis às mulheres, afinal, mulheres que se expressam são tachadas de chatas, “reclamonas”. O silêncio também é prescrito nos relacionamentos amorosos: a mulher deve ter disponibilidade afetiva e sexual.

A cultura anuncia, incansavelmente, que o homem possui uma necessidade fisiológica inadiável de sexo, porque eles possuem uma percepção visual mais aguçada. O valor da virilidade masculina continuam sendo o sexo e a ereção. Devido a “facilidade” em excitar-se, o acesso a mulher trata-se de um direito. Na verdade, essa característica “natural” dos homens é uma construção social e histórica:

Os rapazes crescem sendo treinados a erotizar imagens que não lhes ensinam nada sobre o desejo da mulher. Nem mesmo as mulheres aprendem a erotizar o desejo feminino. Tanto os homens como as mulheres tendem a erotizar somente o corpo da mulher e o desejo do homem (WOLF, 1992, p. 21).

Em relação a agressividade verbal, Belotti (1983, p. 42 apud ZANELLO, 2018, p. 119) explica que: “às mulheres é permitido e aprovado apenas um tipo de agressividade ‘feminina’: a autoagressividade, o choro prolongado, a autocompaixão”. O choro é, inclusive, incentivado socialmente nas mulheres e inibido nos homens. Valoriza-se nas mulheres a retenção e não a expressão de raiva, ódio ou descontentamento. Já nos homens a agressividade se dirige para os outros (heteroagressividade).

Até nos serviços de saúde espera-se que as mulheres sejam submissas afetivamente. Perder o controle, agir sem pensar, falar demasiadamente, atributos opostos à racionalidade continuam sendo visto como “coisa de mulher”.

Quando questionadas, duas funcionárias também falaram: “As mulheres já são um pouco loucas por natureza, principalmente as mães (risadas). Quem nunca enlouqueceu com os filhos? A maternidade colabora bastante, os maridos, o casamento deixam as mulheres loucas” (SIC).

O casamento acentua, ainda mais, a naturalização de um amontoado de tarefas por parte

das mulheres. Ademais, as mulheres são as responsáveis pela manutenção do casamento, ou seja, brigas ou rupturas são vistas como falhas da esposa.

[...] A mulher tem uma missão a cumprir no mundo: a de completar o homem. Ele é o empreendedor, o forte, o imaginoso. Mas precisa de uma fonte de energia [...] a mulher o inspira, o anima, o conforta [...] a arte de ser mulher exige muita perspicácia, muita bondade. Um permanente sentido de prontidão e alerta para satisfazer às necessidades dos entes queridos (DEL PRIORE, 2011, p. 292 apud ZANELLO, 2018, p. 77).

O modelo de amor burguês e romântico defende a monogamia e a dedicação intensa para as mulheres, enquanto que para os homens permite a poligamia e o baixo investimento. É importante destacar que o romantismo é uma nova forma de poder e controle sobre as mulheres (ZANELLO, 2018).

O casamento, portanto, é uma das causas da opressão das mulheres, colaborando para seu sofrimento. Zanello (2018, p. 97) aponta que “relações ruins, marcadas pelo sexismoe/ou investimento desigual na mesma, constituem-se como forte fator de risco e de adoecimento psíquico”. Por outro lado, “relações mais simétricas (investimento parecido na relação, divisão não rígida nem sexista das tarefas de casa) são correlacionadas na literatura com o aumento do bem estar subjetivo dos pares” (ZANELLO, 2018, p. 91).

Além disso, as mulheres julgam-se anormais ou culpadas quando deparam-se com o ideal, construído culturalmente, de maternidade, ou seja, as mulheres sofrem por não atingir esse ideal, que conceitua como qualidades maternas a capacidade de cuidar dos outros, altruísmo, afeto, atenção, dedicação, paciência.

Diante de uma rede familiar escassa ou inexistente, as mulheres precisam, inúmeras vezes, abrir mão de suas aspirações pessoais para dedicar-se à maternidade. Para estas mulheres, ser mãe é um trabalho cada vez maior de auto abnegação.

A maternidade ainda é um tema sagrado (BADINTER, 1985). É um “pecado” intolerável mulheres demonstrarem desinteresse, indiferença, ódio pelo filho, assim como possuir ambições e desejos próprios. No corpo das mulheres a pressão ideológica encontra espaço: cultural e socialmente, os filhos são a principal razão de viver de uma mulher e a maternidade está associada ao êxito e a felicidade. “A mãe de família deve colocar sempre o casamento e os filhos em primeiro lugar” (BASSANEZI, 1996, p. 317 apud ZANELLO, 2018, p. 135).

Entretanto, como descreve Badinter (1985, p. 22): “O amor materno é apenas um sentimento humano. E como todo sentimento, é incerto, frágil e imperfeito. Contrariamente aos preconceitos, ele talvez não esteja profundamente inscrito na natureza feminina”.

O “instinto feminino e materno” se consolidou com a criação do mercado de trabalho no contexto urbano-fabril. Para garantir mão de obra barata e abundante, a maternidade tornou-se um dever da mulher e ofereceu um lugar de reconhecimento social: responsáveis pela nação, educadoras dos futuros trabalhadores (ZANELLO, 2018). Deste modo, a existência da mulher se justificava “em cuidar da casa, cozinhar, lavar a roupa, servir ao chefe da família” (DEL PRIORE, 2009, p. 26 apud ZANELLO, 2018, p. 130).

O “instinto materno”, longe de ser um elemento naturalizado no corpo das mulheres, possui uma dimensão social:

[...] a maternidade é um construto social e cultural que decide não só como criar filhos, mas também quem é responsável pela criação de filhos. Em certos lugares do mundo, a maternidade foi forjada de modo diferente. Há lugares onde a mãe não

é a única responsável pelos filhos e ninguém espera que ela seja, onde o homem se envolve muito mais com a vida dos filhos, onde para a mulher não há conflito entre ter filhos e trabalhar, onde a mãe não é levada a se sentir culpada por suas escolhas pessoais (FORNA, 1999, p. 32 apud ZANELLO, 2018, p. 143).

Inclusive os entrevistados declararam que tanto mulheres jovens quanto mulheres idosas se queixam dos maridos e dos filhos; a diferença é que as mulheres idosas apresentam mais queixas de dores físicas.

Continua subsistindo a ideia de profissão como dever e principal obrigação da vida para os homens; às mulheres o trabalho remunerado ocorre por necessidade para ajudar no orçamento da família, uma vez que dinheiro – sinal de poder – está também relacionado à virilidade masculina.

[...] trabalho e família têm fundamentalmente diferentes sentidos para os gêneros; enquanto que os papéis familiares dos homens são baseados na provisão do suporte econômico às suas famílias, um emprego retira a habilidade da mulher em prover cuidado e nutrir seu esposo e filhos [...] o emprego contribui para a identidade dos homens como um “bom” pai e marido, mas interfere na identidade das mulheres como “boa” mãe e esposa (SIMON, 2014, p. 26 apud ZANELLO, 2018, p. 110).

O homem teria sua função social de provedor viabilizada pelo trabalho, fonte básica de autorrealização, veículo de crescimento pessoal, sendo através do trabalho reconhecido como homem. Sem trabalho o homem não poderia ser considerado como tal (MATOS, 2001, p. 41-42 apud ZANELLO, 2018, p. 207).

Ainda na tentativa de mostrar que a fisiologia feminina possui uma predisposição ao adoecimento mental, um dos entrevistados disse: “[...] se colocou, principalmente, no período pré-menstrual que a mulher fica mais explosiva, mais irritável. [...] Hoje a gente sabe que é um transtorno, né? Chama Transtorno Disfórico Pré-Menstrual. E, muitas vezes, é tratado com medicamentos para ansiedade, antidepressivos” (SIC).

Com a criação deste transtorno, [...] as mulheres continuam sendo vistas como precisando de “conserto” (medicação) a partir de um essencialismo negativo feminino de origem bioquímica, pois vista como “síndrome”, continua concebida como um desvio indesejável em relação às normas do bom funcionamento físico e mental, uma coleção de sensações e comportamentos negativos que requerem manejo médico (MARIANO, 2012, p. 193).

Ignorando o impacto das variáveis políticas, sociais e econômicas na vida das mulheres prevalece a visão do corpo como biologicamente determinado, no caso das mulheres com atributos especificamente desvantajosos, originando a ideia de uma periculosidade intrínseca (MARIANO, 2012).

As evidências sugerem que as experiências das mulheres com sintomas da síndrome pré-menstrual têm mais a ver com fatores culturais ou psicológicos do que com fatores biológicos: uma recriação da crença cultural tácita sobre o efeito do sistema reprodutivo no comportamento das mulheres (MARIANO, 2012, p. 58).

Conforme Mariano (2012), a origem deste transtorno remete ao período da Grande Depressão nos Estados Unidos e objetivou, a partir de uma explicação médica, conservar as

mulheres fora do mercado de trabalho devido à sua instabilidade e reações emocionais, para deixar aos homens os empregos disponíveis.

Neste contexto apresentado acima, Zanello (2018, p. 30-31) esclarece:

O desempoderamento [...] tem sido apontado [...] como um dos principais fatores relacionados ao que comumente denominamos de transtornos mentais comuns (TCMs- depressão e ansiedade). [...] a incidência desses quadros é bem maior (mundo afora) entre mulheres, indivíduos que ocupam *status* sociais de relativa falta de poder e economicamente marginais.

MULHERES EM TEMPOS DE PANDEMIA

Quatro funcionárias alegaram que a situação pandêmica recente causada por um novo coronavírus (SARS-CoV-2) afetou muito mais as mulheres: “*Agora é filho estudando em casa, a mãe tendo que trabalhar [...] é mãe preocupada com casa, com alimento, com tudo, é sobrecarga*” (SIC). As mulheres entrevistadas também se identificaram com a sobrecarga de tarefas e o cotidiano exaustivo ocasionados pela pandemia.

A pandemia aprofundou as desigualdades entre homens e mulheres. Há, portanto, uma dimensão de gênero na crise do Covid-19, principalmente, relacionada ao desemprego, queda do poder econômico e aumento da violência doméstica.

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Instituto Datafolha (2021), uma em cada quatro brasileiras acima de 16 anos sofreu algum tipo de violência nos últimos 12 meses no país, o que representa, aproximadamente, 17 milhões de mulheres vítimas de violência física, psicológica ou sexual no último ano. Desse total, 25% apontaram a perda de renda e emprego como os fatores que mais influenciaram na violência que vivenciaram em meio à pandemia de Covid-19 e metade das violências (48,8%) ocorreu em casa.

Merece destaque, dentre os dados coletados, o fato de que a maioria das vítimas conheciam os autores da violência. Questionamentos acerca da violência doméstica também são relatados por Souza (2021) em sua tese de doutorado. Segundo Souza (2021, p. 39): “[...] a violência doméstica, provocada por parceiro íntimo (atual ou de relacionamentos passados) é uma tradição matrimonial, alicerçada sobre o patriarcado”.

A violência não é um infortúnio específico das relações íntimas no cotidiano do convívio familiar, mas um produto do patriarcado estrutural.

Patriarcado, vem de patriarca, que significa pai, senhor, mestre, dono; em outras palavras, o patriarca era o dono do território de uma jurisdição e de tudo que havia nele: a terra, os recursos, a natureza, os animais, as mulheres, as crianças e os escravos. O patriarca era um chefe de família do sexo masculino, que exercia autoridade sobre sua prole e sobre os que estavam ao seu redor. O capitalismo se beneficiou do patriarcado, por meio da divisão sexual do trabalho, portanto, o capitalismo não pode funcionar sem patriarcado (AQUÍM CHAVES, 2017, p. 1 apud SOUZA, 2021, p. 41).

Assim, “o castigo aplicado, independente do seu rigor, na relação íntima entre homem e mulher, está relacionado à família patriarcal” (SOUZA, 2021, p. 43). A formação familiar, de característica patriarcal (hierárquica, heterossexual, monogâmica), foi organizada para estabelecer o domínio masculino e ser funcional para o mercado de trabalho, incluindo a reprodução da força de trabalho.

SAÚDE MENTAL E RAÇA

Quando questionados se existem diferentes queixas entre uma mulher branca e uma mulher negra, quatro funcionários citaram queixas advindas do preconceito e do racismo como específicas à mulher negra. Os outros treze entrevistados não reconhecem o sofrimento psíquico e os efeitos psicossociais causados pelo racismo enquanto demandas diferenciadas entre uma mulher branca e uma mulher negra: “*Tem a questão do victimismo, ‘porque eu sou negra isso não acontece pra mim do mesmo jeito que acontece para uma mulher branca’. Eu não acredito nisso, tanto a preta quanto a branca se ela correr atrás consegue*” (SIC).

A maioria das respostas evocou a premissa de que “somos todos iguais”, persistindo a defesa de um sujeito universal. Porém, o racismo inicia desde cedo: a cor da pele é perceptível e enfrenta estigmatizações em sociedades racistas (ZANELLO, 2018).

A sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior (SOUZA, 1983, p. 19 apud ZANELLO, 2018, p. 53).

Também foi expressa a ideia da mulher negra como forte, física e emocionalmente: “*As mulheres negras já têm na genética aguentar mais, de ser mais forte [...]. São até mais fortes que as mulheres brancas*” (SIC), “*As mulheres negras têm muito pouco de reclamação*” (SIC).

A suposta “força” inata da raça negra foi propagada pelos eugenistas. As mulheres negras, quando escravizadas, não foram incluídas na categoria “mulher” da mesma maneira que as brancas. As mulheres negras tinham características próximas dos animais, objetificadas sexualmente e sem direitos. Devido a misoginia racista colonial, só as mulheres brancas eram consideradas mulheres, pois via-se nelas esposas em potenciais assinalando, desta forma, a branquitude como capital matrimonial (PISCITELLI, 2009).

Prevalece o estereótipo histórico sobre o corpo subalterno da mulher negra: “[...] a fragilidade nunca vestiu o corpo negro feminino [...]. A mulher negra [...] nunca foi reconhecida ou tratada como frágil” (DA SILVA, 2017, p. 66-67). Ainda pontua Carneiro (2003, p. 1 apud DA SILVA, 2017, p. 67):

Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhas e de senhores de engenho tarados e, hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação.

As mulheres negras continuam sendo ainda mais socializadas a cuidar dos outros aprendendo a ignorar suas próprias necessidades. Assim, adoecer pode ser também um privilégio.

Faz-se urgente considerar as especificidades das experiências de ser mulher negra no Brasil, a fim de identificar as vulnerabilidades estruturadas pelo racismo e, desta maneira, nomear e ressignificar as vivências raciais na própria Atenção Primária à Saúde (APS).

SAÚDE MENTAL E CRIAÇÃO ESTÉTICA

Em relação às queixas entre mulheres magras e mulheres gordas, a maioria dos entrevistados afirmou que o corpo gordo é aquele que deve ser evitado, relacionado ao discurso

promovido pela mídia: “A obesidade afeta muito o emocional. Acarreta mais o preconceito junto” (SIC); “A gorda se queixa mais. Ela se sente mais fora do padrão e a gente sabe que na televisão, na Internet o bonito é a mulher magra” (SIC); “Em relação ao físico ninguém está satisfeito. Se é magra tem que ficar mais definida e se é gorda quer emagrecer” (SIC).

Com a popularização dos meios de comunicação de massa poucas mulheres seriam totalmente indiferentes aos ideais estéticos hegemônicos. O mercado publicitário divulga fotos e imagens de celebridades que apresentam corpos sem gordura, malhados e siliconados.

As mulheres, ao se encontrarem diante do próprio corpo, através de vitrines e espelhos, visualizam cada parte do seu corpo e, quando a imagem não é identificada com os padrões de beleza divulgados pela mídia, tornam-se “escravas” das dietas, dos remédios, das plásticas, das máquinas e do *personal trainer*. A constatação da imperfeição traz à tona a ideia de que é possível aperfeiçoar-se sempre, infinitamente (MENESES; SOARES JÚNIOR; ARAÚJO, 2017, p. 80).

A beleza deste corpo padrão tornou-se um bem de consumo disponível a todas mulheres, acentuando o crescimento das indústrias de cosméticos voltadas para o público feminino.

Se o corpo feminino libertou-se do espartilho, neste momento, encontra-se acorrentado a perseguir um tipo de corpo, adotando, muitas vezes, práticas patológicas. Conquistar o corpo ideal depende do empenho, exclusivamente, da mulher: “[...] não conseguir dominar o corpo, falhar na dieta, desistir da academia, passou a ser associado a um fracasso individual” (MENESES; SOARES JÚNIOR; ARAÚJO, 2017, p. 92).

Este padrão de beleza buscado e consumido mostra o quanto “uma ideologia que fizesse com que nos sentíssemos menos tornou-se urgente e necessária para se contrapor à forma pela qual o feminismo começava a fazer com que nos valorizássemos mais” (WOLF, 1992, p. 22).

Sobre esse debate, Meneses, Soares Júnior e Araújo (2017) pontuam que a ginástica foi legitimada como uma forma encontrada para domesticar o corpo e emoldura-lo em aparentes normalidades. As vantagens físicas e morais dos exercícios físicos revelam-se na pedagogia higiênica que associa ginástica e saúde, qualidade de vida e longevidade.

Este adestramento através da ditadura estética imposta, especialmente, às mulheres também pode ser visto como capital matrimonial, para que elas possam se fazer aceitas, desejadas e escolhidas. Zanello (2018) criou uma metáfora para compreender o processo de subjetivação experimentado por várias mulheres, a “prateleira do amor”.

Zanello (2018, p. 84) explica que “essa prateleira é profundamente desigual e marcada por um ideal estético que, atualmente, é branco, loiro, magro e jovem”. O padrão estético exclui qualquer mulher que não seja branca, heterossexual, cisgênero, de classe média ou alta, deficiente. Assim, mulheres negras, gordas e velhas encontram-se no final da prateleira, ocupando um lugar desvantajoso. Enquanto objetos, produtos, mercadorias são os homens que escolhem, avaliam e julgam as mulheres, dando a elas seu “valor”.

PROPOSTAS DO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL

Como proposta de cuidado às mulheres, todos os entrevistados citaram como intervenções a necessidade de uma escuta, acolhimento mais humanizado, menos tratamentos medicamentosos e atividades grupais “para elas dividirem as experiências e contarem de suas frustrações” (SIC).

O grupo ou espaços comunitários de reunião entre mulheres podem promover sentimentos de solidariedade e sororidade: respeito, não julgamento e auxílio. “A mulher não tem

que tomar conta de tudo. Aliás, ninguém” (SIC). A fala dessa funcionária apresenta o quanto a sociedade estimula as mulheres a se concentrarem em suas falhas, em vez de perceber a crueldade que gira ao seu redor.

Abordagens baseando-se na perspectiva de gênero podem evidenciar que a mulher “louca” ou “bruxa” sofrem estigmas similares. Afinal, a caça às bruxas continua sendo organizada contra às mulheres por meio de diferentes mecanismos de exclusão, discriminação e opressão, tal como aponta o Coletivo Sycorax na tradução do livro de Federici (2017, p. 9):

A caça às bruxas [...] ainda está presente no encarceramento massivo de mulheres negras perpetrado pelo Estado; na sub-representação ou representação deturpada da mulher nos meios de comunicação; nas violências obstétricas contra as cidadãs que recorrem ao SUS; nos corpos das vítimas da violência policial nas periferias; e na experiência cotidiana de perseguição, silenciamento, agressão e invisibilização das mulheres.

Cabe ressaltar aqui, a relação temporal entre passado e presente. Fragmentos e restos do passado continuam atuais quando o sistema de saúde, por meio da equipe que o compõe, reforçam os papéis sociais, assim como estigmatizam condutas desviantes não tratando de modo contundente as violências e questões de gênero como fatores de risco para a saúde mental feminina.

Podemos analisar a partir dos trechos discursivos que os modos como as mulheres são retratadas reiteram premissas conservadoras e naturalizadas de feminilidade, por meio da reprodução de noções estereotipadas das identidades de gênero.

Durante a entrevista os funcionários utilizaram as referências instituídas e padrões dominantes de como comportar-se (desempenhos nos papéis de esposa, dona de casa, mãe) para caracterizar a “mulher louca”. Poucos associaram a própria experiência do adoecimento psíquico feminino vinculado às normas sociais e culturais, que sabemos ser resultado da opressão e da dominação.

Nesta perspectiva, a despatologização das diversas condições que nos constituem como mulheres permite ampliar a capacidade de ouvir uma queixa naquilo que ela tem de coletivo, social, político, cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos neste trabalho foi retomar as raízes históricas para contextualizar o momento atual. O retorno à história e à materialidade permite expandir o olhar e romper com a regularidade dos fatos, de certezas e deveres antes inquestionáveis.

Ao longo da história os motivos para atribuir loucura às mulheres eram relacionados, sobretudo, a dois fatores: primeiro, o excesso de sexualidade, fora da relação conjugal; e o não exercício da maternidade e da domesticidade (ENGEL, 2006; CUNHA, 1986). Desse modo, a relação entre mulheres e loucura deve ser destacada também como uma questão social, considerando o histórico das pessoas que foram estigmatizadas como “loucas”.

Neste trabalho, conforme evidenciam as falas dos funcionários entrevistados, observou-se certa uniformidade com os relatos de pesquisa (ENGEL, 2006; CUNHA, 1986) que mostram que a “louca” é associada a um discurso higiênico-moral, pois as mulheres continuam sendo julgadas por performances contrárias às expectativas de gênero.

Gênero, classe e raça são determinantes sociais que deveriam ser levados em consideração nas análises e compreensão dos processos de saúde mental, uma vez que são questões que têm

sido negligenciadas nas abordagens na Atenção Primária à Saúde.

Dado o exposto, o debate a respeito do sofrimento psíquico precisa ser realizado a partir do conceito de consubstancialidade. Isto significa discutir a saúde mental sem uma hierarquização dos marcadores sociais e sem privilegiar uma categoria ou outra, pois gênero, classe e raça se imbricam de forma a não poderem ser separados.

Portanto, esperamos ter contribuído com as construções de outras práticas de cuidado na Atenção Básica, provocando a abertura para uma conversa, a fim de se pensar encaminhamentos que considerem, por exemplo, a perspectiva de gênero como referência ética, política, técnica e ideológica nas intervenções psicossociais.

Incluir ativamente a equipe nas discussões que considerem as especificidades de gênero significa observar que o ideal hegemônico de como tornar-se homem e mulher são apreendidos em nossa cultura e compreender que as produções de subjetividades são processos formados por um emaranhado múltiplo e complexo de diversidades sociais, étnicas, religiosas, geográficas, culturais.

A adoção da perspectiva de gênero nas intervenções na UBS poderá requalificar a escuta dos funcionários promovendo respeito e garantia dos direitos humanos, além de propiciar, através da ativação de processos reflexivos a nomeação de sofrimentos, como o racismo e o sexism, para criar novas possibilidades de devir e novos modos de existência não definidos no papel idealizado de mulher.

O conhecimento das condições concretas de existência possibilitam a compreensão social do sofrimento, afinal a descontextualização dos sintomas acentua a visão biomédica e patologizadora que, por meio de uma política regulatória de configuração das emoções, padroniza como as mulheres devem agir, pensar, sentir, desejar, se expressar.

Como o corpo é compreendido como sendo situado e socializado, as queixas possuem significados dentro do contexto cultural. Para além das teorias dominantes, escolhemos outros olhares para analisar a complexidade do fenômeno da “loucura feminina”: a desnaturalização que possibilita interpretar as experiências subjetivas mediadas por forças históricas.

Considerando os limites teóricos, técnicos, históricos, dentre diversos outros, a realização desta pesquisa se propôs a apresentar que quanto mais distantes homens e mulheres estiverem dos ideais hegemônicos, possivelmente maior será o potencial de adoecimento psíquico.

Torna-se oportuno, neste momento, visualizar a ascensão neofascista atual. Falar de saúde mental em 2021 é falar da revogação das portarias, do aumento no investimento em leitos psiquiátricos e comunidades terapêuticas, do desmonte da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Com essas reestruturações, a lógica manicomial continuará persistindo e, na história, o manicômio foi utilizado para coibir e interditar corpos que fugissem dos ideais de gênero.

Nesse sentido, nos pareceu necessário dissertar sobre os elementos ligados à “loucura feminina”, considerando as questões postas pela contemporaneidade em suas raízes histórico-sociais como expressão de um posicionamento político pelos quais cabe à Psicologia se firmar criticamente.

Este trabalho é apenas um esboço de pesquisa que deseja indicar caminhos e possibilidades de análise, para residentes, pesquisadores e gestores interessados neste elenco de questões.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. M. (2010). O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 9, n. 1, p. 1-13. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/422>. Acesso em: 17 out. 2020.
- ARBEX, D. (2013). Holocausto Brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil. São Paulo: Geração Editorial.
- BADINTER, E. (1985). Um Amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BOARINI, M. L. (2007). A formação do Psicólogo. *Psicologia em estudo*. Maringá, v. 12, n. 2, p. 443-444, maio/ago.
- BOCK, A. M. B. (2004). A perspectiva histórica da subjetividade: uma exigência para a psicologia atual. *Psicología America Latina* [online]. fev., nº.1. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psilat/n1/n1a02.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.
- BUTLER, J. (1990). Actos performativos e constituição de gênero: um ensaio sobre a fenomenologia e teoria feminista. In: Género, Cultural Visual e Performance. Famalicão: Editora Húmus e Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho.
- CUNHA, M. C. P. (1986). O Espelho do Mundo - Juquery, a história de um Asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- DA SILVA, G. A. (2017). O mito da fragilidade nunca vestiu o corpo negro. *Litterata: Revista do Centro de Estudos Portugueses Hélio Simões*, v. 7, n. 1, p. 56-71.
- ENGEL, M. (2006). Psiquiatria e Feminilidade. In: História das mulheres no Brasil. Del Priore (org.). São Paulo: Contexto, p. 322-361.
- FEDERICI, S. (2017). Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. (2021). Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil. Datafolha Instituto de Pesquisas. 3^a ed. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/infografico-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3-3.pdf>.
- GUARESCHI, P. A. (2007). Ética. In: *Psicologia Social Contemporânea*. Marlene Neves Strey (org.). 10^a ed. Petrópolis: Vozes, p. 49-57.
- MANSANO, S. R. V. (2012). Alguns desafios colocados para a pesquisa qualitativa na contemporaneidade. *Revista Espaço Acadêmico (UEM)*, v. 136, p. 1-9.
- MARIANO, M. O. (2012). A Construção da Síndrome Pré-Menstrual. Universidade Estadual do Rio

de Janeiro. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro.

MENESES, J. R., SOARES JÚNIOR, A. S., ARAÚJO, E. M. N. (2017). História da Beleza e Práticas Educativas de Adestramento dos Corpos Femininos no Brasil. *Saeculum – Revista de História*. João Pessoa, v. 37, n. 37, p. 79–96, jul./dez.

MINAYO, M. C. S. (1996). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 4 ed. São Paulo: Hucitec.

MINAYO, M. C. S. (2001). O Desafio da Pesquisa Social. In: _____ (Org.) *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. 18 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

PISCITELLI, A. (2009). Gênero: história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo. *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, p. 116–148.

SILVA, T. D. M., GARCIA, M. R. V. (2019). Mulheres e loucura: a (des)institucionalização e as (re)invenções do feminino na saúde mental. *Psicologia em Pesquisa*, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, jan./abr., p. 42–52.

SOUZA, S. (2021). Sobre mulheres, Violência Doméstica e Estado: um retrato. Universidade Estadual de Maringá. Tese de Doutorado, Maringá.

TITTONI, J., JACQUES, M. G. C. (2013). Pesquisa. In: STREY, Marlene Neves. *Psicologia Social Contemporânea: livro-texto*. Petrópolis, RJ: Vozes.

WOLF, N. (1992). O mito da beleza: Como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco.

ZANELLO, V. (2018). Saúde mental, gênero e dispositivos: Cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris.

IMPACTOS DA PANDEMIA NA SAÚDE MENTAL DE PROFESSORES BRASILEIROS

Impacts of the Pandemic on the Mental Health
of Brazilian Teachers

Virgínia Eliza Ferreira do Rosário²⁴

Lívia Garcez²⁵

RESUMO: Em um cenário de pandemia, frente às medidas tomadas para contenção do vírus, a classe docente enfrentou muitos desafios e obstáculos. Por este motivo, o presente estudo visou identificar os principais impactos causados pela pandemia de COVID-19 na saúde mental de professores brasileiros. Os participantes foram professores, que lecionam ou lecionaram para diferentes níveis de ensino, da rede pública ou privada, durante a pandemia. Os dados foram coletados através de um questionário online, composto por diversas questões referentes ao tema destacado. Estes dados foram analisados de forma quantitativa através dos aplicativos *BioEstat* e *Microsoft Excel*. Os principais resultados apontaram que as adaptações decorrentes da pandemia impactaram diretamente a saúde mental da classe docente, intensificando sentimentos como ansiedade, impotência e insegurança. O aumento desses sentimentos negativos ocorreu de forma geral, em profissionais de todas as faixas etárias. Por fim, concluiu-se que este estudo contribuiu para um maior esclarecimento sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Professores; Pandemia; Covid-19; Saúde mental.

ABSTRACT: In the context of the COVID-19 pandemic, and in response to the measures adopted to contain the virus, teachers faced numerous challenges and obstacles. For this reason, this study aimed to identify the main impacts of the COVID-19 pandemic on the mental health of Brazilian teachers. The participants were teachers who taught at different educational levels, in public or private schools, during the pandemic. Data were collected through an online questionnaire composed of several questions related to the topic. These data were analyzed quantitatively using the BioEstat and Microsoft Excel software programs. The main results indicated that the adaptations required during the pandemic directly affected the mental health of teachers, intensifying feelings such as anxiety, helplessness, and insecurity. The increase in these negative feelings occurred across all age groups. Finally, the study contributed to a better understanding of the topic.

KEYWORDS: Teachers; Pandemic; Covid-19; Mental health.

²⁴ Universidade de Passo Fundo (UPF)

²⁵ Universidade de Passo Fundo (UPF) | <https://orcid.org/0000-0002-3909-349X>

INTRODUÇÃO

Mesmo após todas as pandemias que a humanidade já enfrentou, a propagação mundial da COVID-19 representa, hoje, uma das maiores crises sanitárias da história, principalmente por conta da alta velocidade de disseminação e da capacidade de levar os contaminados à morte (Barreto et al., 2020). De acordo com informações oficiais da OMS, os primeiros casos da doença foram registrados na cidade de Wuhan, na China, em dezembro de 2019, e não demorou muito para que o vírus se espalhasse, atingindo outras cidades do país e se alastrando pelo mundo. A rápida propagação foi um dos principais motivos que, de acordo com Estevão (2020), fez com que a OMS declarasse, em 11 de março de 2020, a infecção por coronavírus uma pandemia mundial. No Brasil, o primeiro caso foi registrado no dia 26 de fevereiro de 2020, na cidade de São Paulo. Este também foi o primeiro caso da América Latina (Netto & Corrêa, 2020).

Em pouco tempo, os casos de infecção pelo novo coronavírus aumentaram de forma alarmante no Brasil e no mundo. Na metade do mês de abril de 2020, pouco depois do primeiro caso notificado na China, o mundo já registrava mais de 2 milhões de casos e 120 mil mortes pela COVID-19, com a previsão de que esses números aumentariam cada vez mais nos próximos meses (Werneck & Carvalho, 2020). Até o dia 07 de junho de 2021, o Brasil contabilizava mais de 16 milhões de casos confirmados e um total de 474.414 óbitos, segundo dados oficiais divulgados pelo Ministério da Saúde (Brasil, 2020).

De acordo com Barreto e Rocha (2020), no mesmo dia em que a OMS declarou a pandemia, o Ministério da Saúde, por meio da figura do então ministro Luiz Henrique Mandetta, sugeriu que os estados adotassem, como medida de prevenção em todo o país, a suspensão total das aulas. Nesse mesmo cenário, o Ministério da Educação (MEC) instituiu o Comitê Operativo de Emergência (COE), a partir do qual foram publicadas portarias e medidas relacionadas ao âmbito educacional no período de pandemia, entre elas as que autorizam a substituição de aulas presenciais por aulas em meios digitais (Gusso et al., 2020).

A partir do que havia sido instituído pelo MEC, em menos de uma semana as secretarias estaduais de educação também iniciaram uma intensa movimentação de planejamento, a fim de instaurar medidas de combate à proliferação do vírus. Nesse cenário, algumas instituições optaram por suspender as aulas no período da quarentena, enquanto outras, visando a continuidade do processo educativo e o cumprimento do calendário escolar, decidiram seguir por meio das atividades não presenciais, mediadas ou não por ferramentas tecnológicas (Cunha et al., 2020). No entanto, com o aumento de casos e a dificuldade em conter o avanço da doença, o período de isolamento social precisou ser estendido, o que fez com que todos os estados adotassem o modelo de ERE, para que o ano letivo não fosse perdido (Saraiva et al., 2020).

Essa modalidade de ensino, embora tenha sido uma alternativa viável, foi implantada de uma forma um tanto quanto atrapalhada. Conforme Carmo & Carmo (2020), em meio à pandemia de COVID-19, estima-se que mais de 5 milhões de estudantes acima dos 10 anos, tanto da rede pública quanto da rede privada de ensino, sofreram algum tipo de restrição ao acesso à internet para realização de atividades escolares, independentemente das ações tomadas pelas instituições para tentar garantir esse acesso. Nesse contexto, também os professores foram prejudicados, pois nem todos possuíam rede de internet em casa e, mesmo os que tinham esse recurso, acabaram tendo dificuldades de utilizá-lo ou por instabilidade da rede, ou por dificuldade em manusear as novas tecnologias que se apresentavam, no momento, quase como as únicas alternativas (Mélo et al., 2021).

Segundo Moronte (2020, in Augusto & Santos, 2020), ao se falar de trabalho de uma maneira geral, pode-se observar que a adoção de medidas para frear a pandemia produziu três

tipos de trabalhadores, os quais ele denomina como: *Trabalhadores Sem Trabalho*, *Teletrabalhadores* e *Trabalhadores em Tempo de Guerra*. Os primeiros são os que, por quaisquer motivos, não conseguiram manter o trabalho; os segundos são trabalhadores que mantiveram seus empregos, sendo convocados a trabalhar na modalidade de *home office*; o terceiro grupo diz respeito aos profissionais atuantes nos serviços essenciais, em áreas como a saúde e a segurança pública, que precisaram seguir trabalhando de forma presencial (Moronte, 2020 in Augusto & Santos, 2020).

Os professores se enquadram na modalidade de *Teletrabalhadores* e, segundo Moronte (2020 in Augusto & Santos, 2020), há alguns pontos que devem ser observados com relação ao grupo, sendo o principal deles o fato de que, com essa mudança:

[...] perde-se o convívio social que existe no trabalho. Os contatos humanos, promovidos na convivência do trabalho, ficam prejudicados. A tendência é uma espécie de ‘coisificação’ das pessoas. Quando estamos em uma relação presencial, facilita-se criar empatia com o outro, interagirmos de forma a tentar compreender o que se passa com cada colega, suas dificuldades, suas qualidades, seu jeito de ser. No caso de um contato por e-mail, telefone, as relações tornam-se mais distanciadas, mais esfriadas, mas ‘coisificadas.’” (Moronte, 2020, in Augusto & Santos, 2020).

De acordo com Morosini (2020), os indivíduos que precisam lidar constantemente com situações estressantes – como os professores – acabam por vivenciar suas emoções com intensidade crescente. Na atual conjuntura, essas situações têm ocorrido com maior frequência e as emoções ruins tendem a se intensificar mais, podendo causar prejuízos em diversos âmbitos da vida. Emerge, então, a necessidade de trabalhar com esses profissionais, no sentido de ajudá-los a manejar suas emoções, de modo que elas não venham a se tornar obstáculos. Nesse cenário, a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) surge como uma das melhores alternativas, pois traz técnicas que envolvem o controle das emoções e, consequentemente, dos sentimentos e comportamentos gerados por elas (Leahy et al., 2013).

Frente às medidas adotadas para frear a disseminação do vírus e, dessa forma, à impossibilidade de estar em sala de aula (fisicamente), os professores precisaram reinventar metodologias de ensino, além de se aperfeiçoar na utilização de tecnologias que permitissem o seguimento das atividades do ano letivo. As adaptações e adequações decorrentes desse período refletiram diretamente na vida e na saúde mental dos docentes. Dado o exposto, o presente artigo busca, mediante pesquisa realizada com professores brasileiros que lecionam ou lecionaram para os ensinos fundamental, médio e superior de ensino nesse período, apresentar os impactos ocasionados pela pandemia do novo coronavírus na saúde mental dessa classe.

METODOLOGIA

O presente estudo correspondeu a uma pesquisa de natureza quantitativa, com delineamento de caráter correlacional.

De acordo com Praça (2015), a pesquisa quantitativa envolve dados numéricos e técnicas estatísticas na classificação e na análise dos resultados. Se a amostra coletada for significativa, esse tipo de análise promove resultados muito confiáveis (Praça, 2015).

Conforme Rueda & Zanon (2016), o delineamento de caráter correlacional examina a relação entre variáveis, não podendo inferir-se uma causalidade, visto que seu objetivo é apenas

investigar o grau de co-variação que existe entre as variáveis. Dessa forma, através desse delineamento, pretendeu-se que fosse possível investigar os impactos causados pela pandemia na saúde mental dos docentes brasileiros.

PARTICIPANTES

Visto que o objetivo da pesquisa foi averiguar os impactos causados pela pandemia de COVID-19 na saúde mental de docentes brasileiros atuantes nos níveis fundamental, médio e superior, os participantes precisavam ser professores que lecionam ou lecionaram no Brasil, em algum desses níveis de ensino, na rede pública ou privada, dentro do cenário pandêmico. Obteve-se uma amostra total de 187 participantes, maiores de 18 anos, sendo 167 do sexo feminino e 20 do sexo masculino.

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Os critérios de inclusão para participar da pesquisa corresponderam a sujeitos do sexo feminino ou masculino, com idade igual ou maior que dezoito anos e que tenham lecionado no Brasil, na rede pública ou privada de ensino, nos níveis fundamental, médio ou superior, durante a pandemia da COVID-19.

Os critérios de exclusão corresponderam a ter menos de dezoito anos e/ou não ter exercido a profissão de professor dos ensinos fundamental, médio ou superior no Brasil, durante o período de pandemia.

INSTRUMENTOS

Para realizar a pesquisa, foi utilizado um questionário online, estruturado com perguntas objetivas, no intuito de obter uma amostra de dados significativa.

De acordo com Marconi & Lakatos (2003), o questionário é um instrumento de coleta de dados padrão, composto por diversas questões referentes ao tema que se propõe investigar e que oferece um sistema de perguntas e respostas simples. O questionário é um instrumento que pode ser utilizado na forma impressa ou na forma virtual, mas em qualquer uma delas as perguntas devem ser bem apresentadas, de modo a não deixar dúvidas sobre o que se quer saber. Algumas vantagens em sua utilização são o elevado nível de alcance e a garantia total de anonimato dos participantes. No entanto, seu uso também apresenta algumas limitações, como a exclusão de alguns grupos (pessoas que não sabem ler, por exemplo) e também a impossibilidade de esclarecimento de dúvidas (Pereira et al., 2018).

As perguntas presentes no questionário dessa pesquisa foram elaboradas buscando investigar os possíveis impactos causados pela pandemia na saúde mental dos professores atuantes em escolas brasileiras e sua relação com a profissão exercida. Veicular o questionário por meio das mídias sociais possibilitou, além de uma coleta rápida e eficaz, uma ampliação no alcance da pesquisa, atingindo indivíduos inseridos em diferentes contextos sociais. Além disso, esse modelo de instrumento de pesquisa, por garantir o anonimato, propiciou maior liberdade nas respostas, além de economizar tempo e recursos em sua aplicação.

COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Após a aprovação do Comitê de Ética da Universidade de Passo Fundo para a realização

deste estudo, foi disponibilizado aos participantes um questionário online (localizado no *apêndice A*), através da plataforma *Google Forms*. Antes de responder ao questionário, os participantes tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) onde constavam as principais orientações referentes à pesquisa. Em seguida, as pessoas que preencheram os critérios de participação e concordaram com o estabelecido no TCLE puderam ter acesso ao restante do questionário. Esta etapa do processo era imprescindível, aqueles que não concordaram com os termos do TCLE não puderam passar adiante no questionário.

O recrutamento ocorreu por conveniência, onde as pesquisadoras divulgaram o questionário através de plataformas midiáticas, em redes sociais como o Instagram, o WhatsApp e o Facebook. Caso fosse de seu interesse, os próprios participantes poderiam divulgar o questionário em suas redes, a fim de ampliar o alcance da pesquisa e aumentar a amostra do estudo.

A identidade dos participantes do estudo não foi solicitada em nenhum momento, apenas foram levantados dados como a idade, o gênero, o grau de escolaridade e outros aspectos sociodemográficos. Ao concordar com os termos da pesquisa que foram esclarecidos através do TCLE, todos os participantes tiveram assegurado o sigilo sobre as informações fornecidas.

Os dados obtidos por meio da pesquisa foram analisados de forma quantitativa, através dos aplicativos *BioStat* e *Excel*. A escolha do aplicativo *BioStat* se deu por ser um instrumento gratuito que oferece ferramentas estatísticas e métodos de análise que proporcionam uma compreensão fiel e eficaz dos dados. O aplicativo *Excel* foi utilizado para calcular as porcentagens das respostas obtidas, podendo levantar as médias e o desvio padrão das questões.

Com a amostra total de 187 pessoas, foi possível realizar uma análise significativa dos dados, tornando-se viável a correlação dos mesmos com os impactos causados pela pandemia na saúde mental de docentes no Brasil.

CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Esta pesquisa respeitou os pressupostos éticos do Conselho Nacional de Saúde e do Conselho Federal de Psicologia, além de respeitar a Resolução nº 466/2012, que trata sobre pesquisas e testes com seres humanos, respeitando a autonomia, a liberdade e a dignidade do ser humano, garantindo um engajamento ético enquanto estudo científico.

Inicialmente, o projeto de pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Passo Fundo (UPF) e, somente após receber o aceite, foi iniciada a pesquisa de campo. Aos participantes, foi garantida a participação voluntária, anônima e assentida mediante assinatura do TCLE, documento que constava na plataforma *Google Forms*, antes do questionário. Além de optar por aceitar ou não participar da pesquisa, o participante poderia, a qualquer momento, mesmo que já tivesse iniciado a ação de responder ao questionário, cancelar sua participação, sem que isso acarretasse quaisquer prejuízos a ele ou a outrem. Caso observasse qualquer mal-estar decorrente da participação no estudo, o participante poderia interromper a atividade e recorrer às pesquisadoras, que iriam orientá-lo e encaminhá-lo para atendimento especializado na Clínica Escola de Psicologia da Universidade de Passo Fundo.

O questionário online ficou disponível na plataforma *Google Forms* por trinta dias e, durante esse período, foi divulgado diversas vezes nas redes sociais. Após esse período, a coleta foi finalizada e realizou-se a análise dos resultados, a fim de cumprir com o objetivo da pesquisa. Os instrumentos utilizados na coleta, bem como os dados coletados, ficarão armazenados pelo período de cinco anos e, após esse tempo, serão descartados, a fim de que não sejam mais acessados ou reutilizados de nenhuma forma.

RESULTADOS

A análise dos dados obtidos por meio do questionário foi realizada de maneira quantitativa, onde se buscou observar e analisar as porcentagens resultantes de cada pergunta. Para a coleta dos dados, um questionário online foi disponibilizado através da plataforma *Google Forms* durante um período de 30 dias.

No início do questionário, além da obrigatoriedade da leitura e concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, mais duas questões deveriam ser, obrigatoriamente, respondidas com a afirmativa “Sim”. Questão 1) Você é professor(a) na rede de ensino do Brasil? E questão 2) Você leciona para os níveis fundamental, médio ou superior de ensino? Além disso, na Questão 3) Você lecionou/está lecionando no período da pandemia?, se o participante escolhesse a afirmativa “Não”, também não poderia seguir participando do estudo, visto que apenas professores que lecionam ou lecionaram no Brasil, para os três níveis de ensino já citados, durante o período de pandemia, poderiam responder à pesquisa. Dessa forma, entende-se que essas três primeiras questões eram condições *sine qua non* para seguir preenchendo o questionário. Na questão 3, observou-se que 92,5% dos participantes estão lecionando na pandemia, enquanto 7,5% lecionaram em algum momento durante esse período, mas não estavam lecionando durante sua participação na pesquisa.

A pesquisa alcançou diversas faixas etárias, desde os 18 até os 65 anos. Nota-se que, na data de resposta do questionário, a maioria dos participantes possuía idades entre 36-41 anos, representando 23,7% do total de respondentes. Os respondentes entre 42-47 anos representaram um total de 20,4%, enquanto as idades entre 30-35 representam 19,9% do total de participantes da pesquisa. Ademais, as idades de 24-29, 48-53 e 54-59 representaram, respectivamente, 13,4%, 11,3% e 8,1% do total de respondentes. Já os participantes com idades entre 18-23 e 60-65 representaram uma porcentagem consideravelmente menor, ambos de 1,6%.

Outro dado importante é que a maioria dos participantes da pesquisa foram mulheres, apresentando uma porcentagem de 89,2%, enquanto os homens representam uma parcela de 10,8%. Além disso, a maioria dos respondentes possui, ao menos, uma especialização, resultando em um total de 55,9% nessa categoria. Logo após, estão os níveis Mestrado e Superior Completo, com 19,4% e 17,7%, respectivamente. Os respondentes que possuem doutorado representam uma porcentagem de 4,3% e apenas um deles fez somente Magistério, correspondendo a 0,5%. Já os níveis PhD e Superior Incompleto representam, cada um, 1,1% do total de respondentes.

A maioria dos respondentes da pesquisa reside no estado do Rio Grande do Sul, representando uma parcela de 44,6%. Logo após, os estados da Bahia e do Rio de Janeiro aparecem com uma porcentagem de 11,3% e 7%, respectivamente, sendo consideradas porcentagens altas. Os estados de Santa Catarina, Minas Gerais e São Paulo apresentaram, também, porcentagens significativas. Ademais, Paraíba, Paraná, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Roraima, Sergipe, Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará e Espírito Santo também aparecem no gráfico, porém com porcentagens menores. Os estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Pará, Tocantins, Rondônia e o Distrito Federal não contaram com participantes na pesquisa.

A maioria dos participantes leciona/lecionava para o nível fundamental de ensino, representando uma porcentagem de 77,4%. Os níveis médio e superior contaram com menos participantes na pesquisa, sendo 36,6% e 12,4%, respectivamente. É importante ressaltar que, nessa questão, os docentes poderiam assinalar mais de uma alternativa, caso atuassem em mais de um nível de ensino.

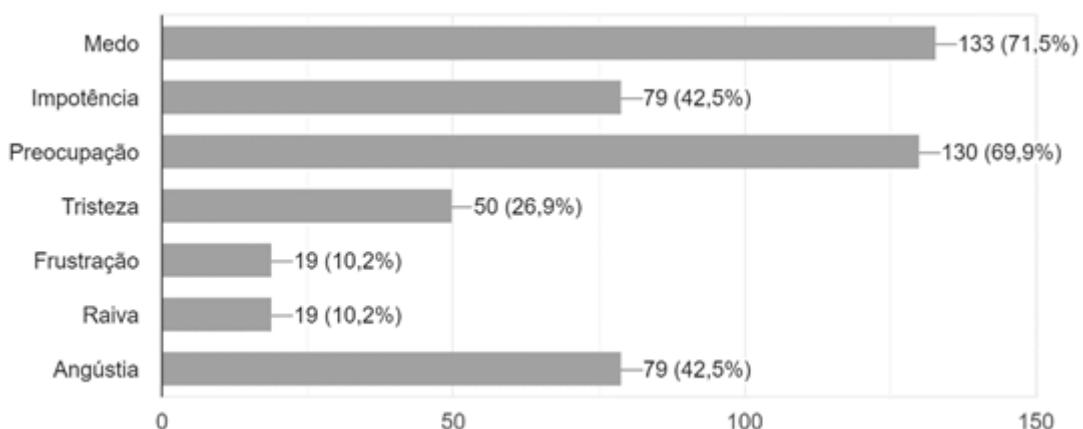
A partir dos resultados, pode-se observar que a pesquisa contou com uma maior

participação de docentes de instituições públicas de ensino, representando 71,5% do total de respondentes. Ainda, 20,4% atuam em escolas da rede privada e 8,1% assinalaram que atuam em ambas as instituições de ensino.

O tempo de exercício da profissão variou entre todos os intervalos de resposta. As menores porcentagens se concentraram nos intervalos de menos de um ano e mais de 30 anos, com 2,7% e 3,2%, respectivamente. Os intervalos de 1 a 5 anos, 6 a 10 anos, 11 a 15 anos e 16 a 20 anos obtiveram porcentagens bem próximas, ficando entre 17 e 20%. Já os intervalos de 21 a 25 e de 26 a 30 anos corresponderam a porcentagens de 12,4% e 8,1%, respectivamente.

Dos 187 respondentes da pesquisa, 31,7% informaram já ter enfrentado a COVID-19, enquanto 68,3% disseram não ter contraído o vírus. Ainda, 55,9% dos participantes tiveram alguém do núcleo familiar infectado com o coronavírus, ao passo que 44,1% não têm familiares próximos que passaram por essa situação. Ademais, mais da metade dos respondentes perdeu algum amigo ou familiar próximo para a COVID-19, equivalendo a um total de 64,5%, contra 34,5% de respondentes que não perderam ninguém para o vírus.

Figura 1. Emoções e sentimentos mais frequentes frente ao medo do vírus
(Permitido marcar até 3 alternativas)

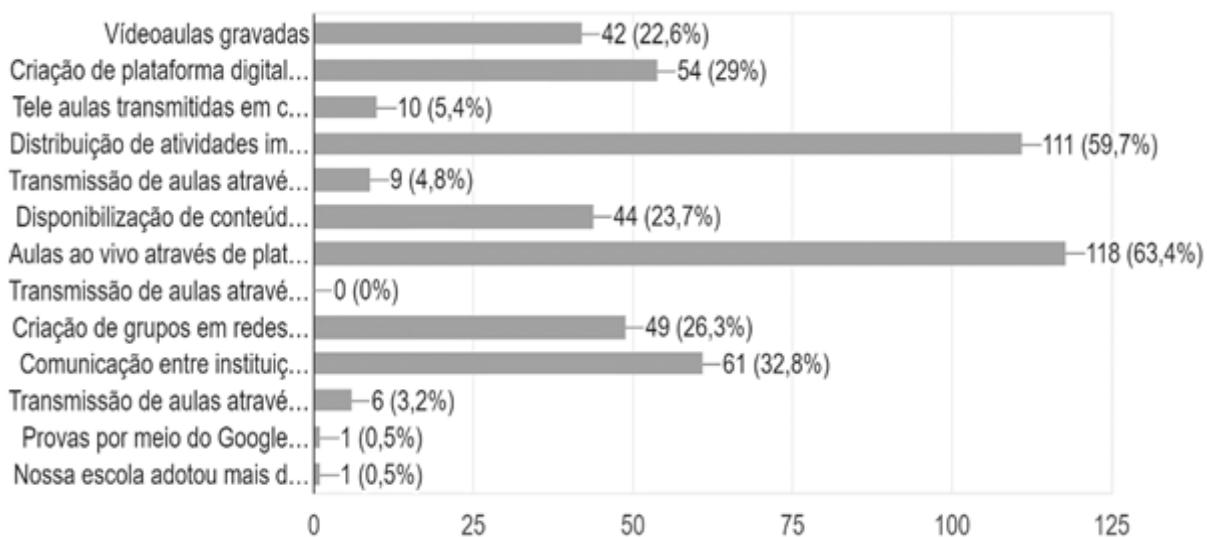


Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com a pesquisa, as principais emoções e sentimentos vivenciados pelos participantes com relação ao vírus foram medo e preocupação. Em seguida, os sentimentos de impotência e de angústia também aparecem com uma porcentagem significativa. Já os sentimentos de tristeza, raiva e frustração parecem ter ocorrido com menor intensidade, mas também foram sentidos pelos respondentes do estudo.

Referente ao que foi feito pelas instituições de ensino para dar seguimento ao ano letivo, apenas 9,1% dos respondentes concordam totalmente que as medidas tomadas pela sua instituição foram adequadas e que facilitaram a atuação dos professores. Uma porcentagem um pouco maior, de 27,4%, concorda parcialmente com essa questão. Ademais, 21% dos respondentes não concordam e nem discordam, 23,7% discordam parcialmente e 18,8% discordam totalmente.

Figura 2. Disposições adotadas pelas instituições dos participantes
(Permitido marcar até 3 alternativas)



Fonte: Dados da pesquisa.

Entre as disposições adotadas pelas IES para dar seguimento ao ano letivo de forma remota, as que mais apareceram na pesquisa foram aulas ao vivo através de plataformas de transmissão simultânea, como o *Google Meet* e o *Zoom*, representando 63,4%, e distribuição de atividades impressas, representando 59,7%. Outras deliberações também apareceram com porcentagens significativas, como comunicação entre a instituição, os professores e os alunos via aplicativos como o *WhatsApp*, criação de plataforma digital específica para o ERE e criação de grupos em redes sociais para disponibilização dos conteúdos. Alguns docentes assinalaram, ainda, que as instituições de ensino onde atuam adotaram o sistema de provas através da plataforma *Google Forms* e também que muitas IES adotaram mais de 3 das opções disponíveis para resposta.

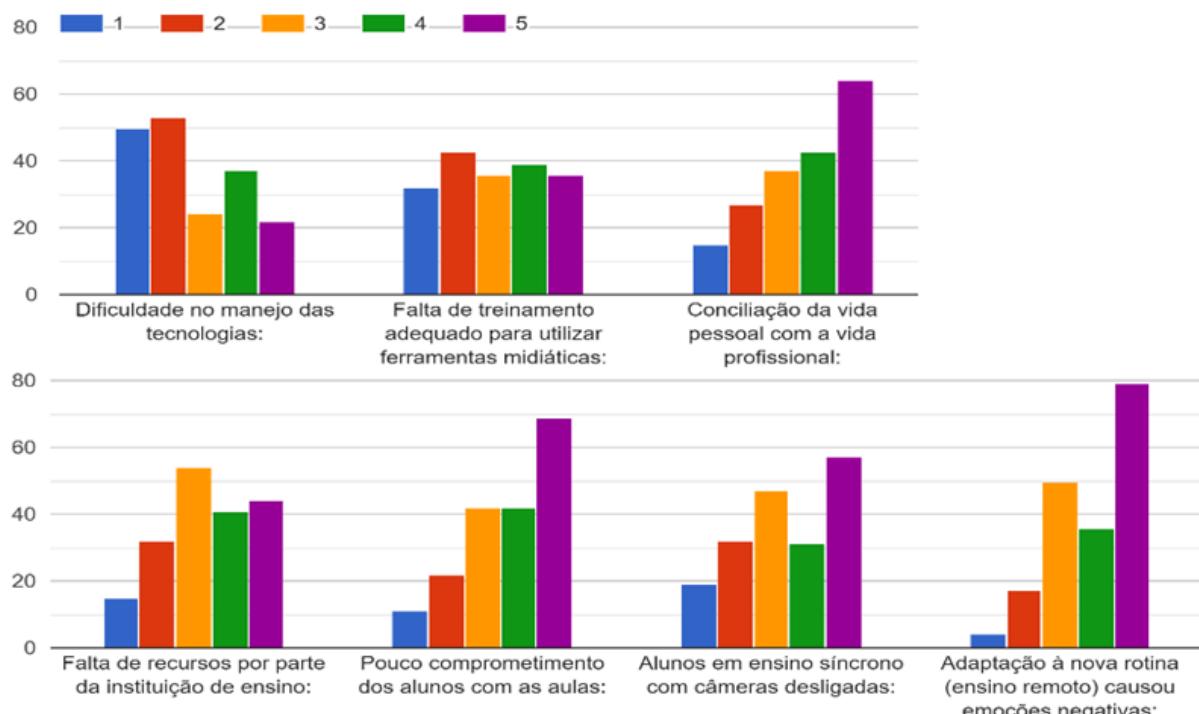
Sobre ter em sua casa ferramentas adequadas para ministrar aulas online, mais da metade dos respondentes discordou total ou parcialmente, representando uma porcentagem de 23,1% e 27,4%, respectivamente. Alguns participantes (14,5%) não concordaram nem discordaram da afirmativa e outros 24,7% concordaram parcialmente. Apenas 10,2% dos respondentes concordaram totalmente com a afirmativa.

Pode-se observar, ainda, que grande parte dos participantes da pesquisa já possuía em sua residência ferramentas e materiais como computador ou notebook em bom estado, rede de internet de qualidade e aparelho celular adequado para acessar mídias e plataformas digitais. Uma porcentagem de 9,1% assinalou ter os materiais adequados para produzir os conteúdos e 5,4% disseram ter um local adequado em sua residência para ministrar as aulas. Ademais, 12,4% responderam que possuem em casa todas as opções citadas, enquanto 10,8% informaram não ter nenhuma das opções disponíveis. Percebe-se alta a porcentagem de participantes que respondeu que precisou adquirir algum serviço ou ferramenta para auxiliar no exercício de sua profissão, mesmo que muitos tenham respondido, na questão anterior, já ter grande parte dos recursos em casa.

Outro importante resultado é que a maioria dos respondentes não tinha familiaridade com as ferramentas adotadas por sua instituição de ensino. Grande parte dos participantes disse concordar total ou parcialmente com a afirmativa de que a instituição ofereceu o amparo necessário para eles seguirem trabalhando. Outros 21% se mantiveram neutros nessa afirmativa,

enquanto 22% discordaram parcialmente e 15,1% discordaram totalmente. Muitos respondentes da pesquisa afirmaram não ter recebido nenhum tipo de treinamento para utilizar as novas ferramentas de trabalho, enquanto 30,1% disseram ter recebido treinamento da Secretaria de Educação e 22,6% da instituição de atuação.

Figura 3. Principais dificuldades enfrentadas no período pandêmico

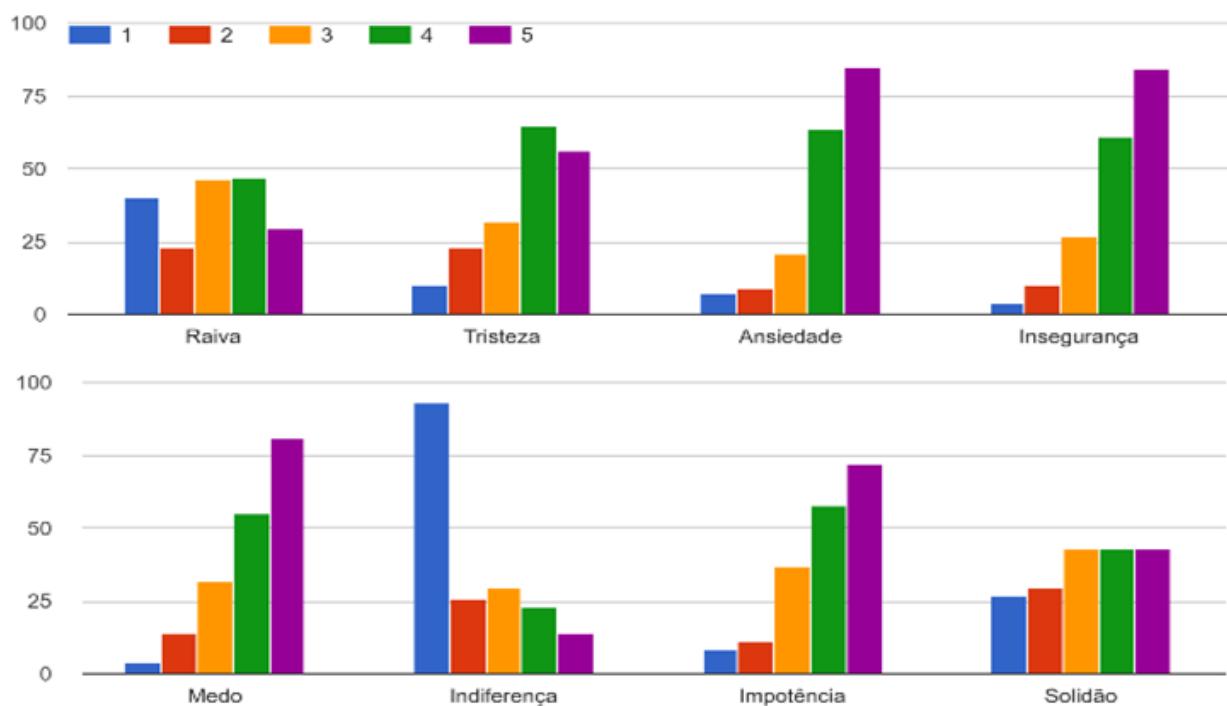


Fonte: Dados da pesquisa.

Sobre as principais dificuldades enfrentadas nesse período, as que apareceram de maneira mais significativa foram a conciliação da vida pessoal com a profissional, o pouco comprometimento dos alunos com as aulas, as emoções negativas causadas pela adaptação à nova rotina (ensino remoto) e o fato de os alunos assistirem às aulas com a câmera desligada. Dificuldades como falta de recursos por parte da instituição e falta de treinamento para utilizar ferramentas midiáticas também apareceram, porém, de forma menos significativa.

Sobre as perdas decorrentes da pandemia, a maioria dos respondentes concorda total ou parcialmente que foram a perda do convívio social, a restrição nas atividades de lazer e outras atividades cotidianas, a dificuldade em transmitir de maneira adequada o conteúdo aos alunos e a falta de controle no que diz respeito ao aprendizado dos estudantes.

Figura 4. O isolamento social contribuiu para que o participante desenvolvesse os seguintes sentimentos e emoções



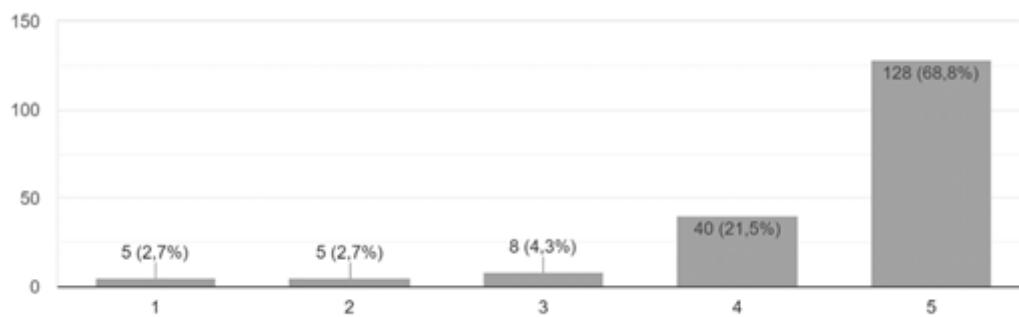
Fonte: Dados da pesquisa.

Com relação aos sentimentos e emoções decorrentes do isolamento social, a maioria dos participantes diz concordar que a tristeza, a ansiedade, o medo, a insegurança e a impotência foram os que mais estiveram presentes durante o período. Sentimentos como raiva e solidão não apareceram de forma significativa, enquanto grande parte dos respondentes discorda totalmente que a indiferença tenha feito parte dos seus dias durante o isolamento.

No que se refere aos sintomas físicos decorrentes do *home office*, todas as alternativas tiveram uma taxa alta de concordância. Sensação recorrente de cansaço, dores nas costas e alterações no sono são os sintomas que mais aparecem, seguidos de alterações na alimentação, dores em outras partes do corpo e dores de cabeça frequentes.

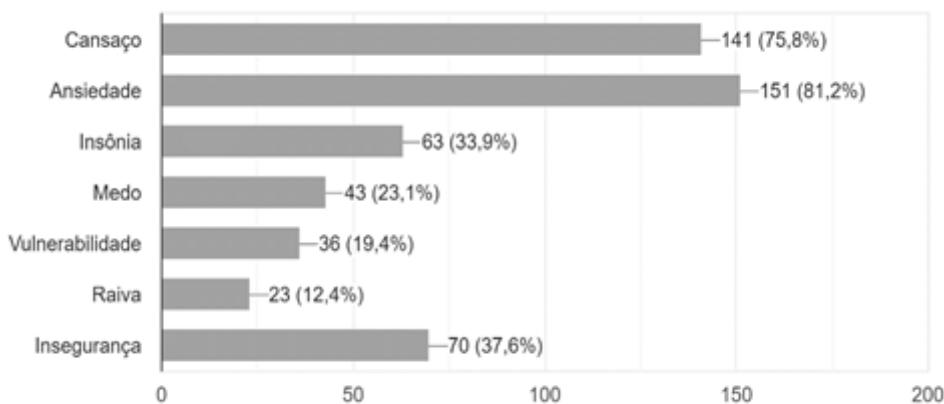
No que diz respeito à valorização dos profissionais da educação durante a pandemia, 50,5% dos professores participantes referem que concordam totalmente que sua profissão passou a ser menos valorizada, além de outros 26,3% concordarem parcialmente com a afirmativa. Outros 10,8% não concordam nem discordam, enquanto 5,4% discordam parcialmente e 7% discordam totalmente.

Figura 5. Os participantes concordam que houve mudanças em sua saúde mental quando comparada à antes da pandemia (baseado em uma escala Likert de 5 pontos)



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 6. Sentimentos relacionados ao trabalho que se intensificaram em decorrência da pandemia



Fonte: Dados da pesquisa.

Ao observar a Figura 6, pode-se perceber que a grande maioria dos respondentes da pesquisa concorda total ou parcialmente que ocorreram mudanças em sua saúde mental com relação ao trabalho quando comparada ao período anterior à pandemia de COVID-19. Nesse sentido, os participantes pontuaram que sentimentos como cansaço, ansiedade e insegurança se intensificaram no que se refere ao exercício da profissão. Além disso, a insônia aparece também como uma dificuldade enfrentada no período. Outros sentimentos como medo, vulnerabilidade e raiva aparecem com porcentagens menores, embora também muito significativas.

Com relação ao desejo de trocar de profissão por conta de dificuldades enfrentadas no período pandêmico, a maioria dos respondentes (83,3%), refere não ter precisado suspender ou mudar de profissão durante a pandemia, mas uma taxa que pode ser considerada significativa (11,8%) respondeu ter passado a exercer outra profissão de forma simultânea. Os que, por algum motivo, precisaram suspender o exercício da profissão representam uma taxa de 2,7%, além de outros 2,2% que disseram ter suspendido e passado a exercer outra profissão.

Ainda nesse sentido, 31,7% dos respondentes assinalaram já ter pensado em trocar de profissão por conta do período pandêmico, enquanto outros 20,4% dizem ainda pensar nessa possibilidade. No entanto, a maioria dos participantes assinalou que nunca pensou em deixar de exercer a profissão de professor.

Tabela 1. Sentimentos que aumentaram em decorrência da pandemia, se comparados ao período anterior (em %)

	Feminino	Masculino
Cansaço	94,58	70
Ansiedade	81,33	80
Insônia	61,45	25
Medo	21,69	30
Vulnerabilidade	19,28	15
Raiva	13,25	5
Insegurança	37,95	30

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir da Tabela 1, pode-se notar que, entre o público feminino, os sentimentos e emoções que mais aumentaram em decorrência da pandemia foram o cansaço, a ansiedade e a insônia, enquanto, entre os homens, os dois sentimentos que tiveram um aumento mais significativo foram o cansaço e a ansiedade.

Tabela 2. Média dos sentimentos vivenciados durante o isolamento por professores que atuaram em escolas públicas, privadas e em ambas

	Ambas	Privada	Pública
Raiva	3,5	3,8	3
Tristeza	3,1	3,7	3,7
Ansiedade	4,2	4,1	4,1
Insegurança	4,3	4,3	4
Medo	3,5	4,2	4
Indiferença	1,8	2,2	2,1
Impotênci a	3,8	4	3,9
Solidão	2,5	3,4	3,2

Fonte: Dados da pesquisa.

Através da Tabela 2, pode-se observar que todos os docentes, tanto de instituições públicas quanto de instituições privadas, apresentaram aumento significativo de sentimentos negativos em decorrência do isolamento social, com exceção da indiferença, que ficou com

médias abaixo de 2,5. As médias mais altas foram dos sentimentos de insegurança, medo, impotência e ansiedade.

Tabela 3. Médias das principais dificuldades encontradas na profissão com relação ao tempo de atuação como docente

	<i>Manejo das tecnologias</i>	<i>Pouco comprometimento dos alunos</i>	<i>Alunos com câmeras desligadas nas aulas</i>
<i>Menos de 1 ano</i>	1,2	4	4
<i>1 – 5 anos</i>	2,5	3,6	3,2
<i>6 – 10 anos</i>	2,5	3,9	3,4
<i>11 – 15 anos</i>	2,6	3,7	3,5
<i>16 – 20 anos</i>	2,4	3,6	3,2
<i>21 – 25 anos</i>	2,8	3,6	3,3
<i>26 – 30 anos</i>	3,1	3,8	3,7
<i>Mais de 30 anos</i>	3,2	3,3	3,3

Fonte: Dados da pesquisa.

Observando a Tabela 3, pode-se notar que o pouco comprometimento dos alunos e o fato de os estudantes assistirem às aulas síncronas com as câmeras desligadas foram dificuldades que apresentaram médias altas, independentemente do tempo de atuação dos professores. Já a dificuldade no manejo das tecnologias apresentou médias mais altas a partir dos intervalos de 26 a 30 anos e mais de 30 anos, ficando acima de 3.

DISCUSSÃO

Através dessa pesquisa, foi possível verificar que o período pandêmico promoveu inúmeras mudanças na rotina e na vida dos docentes. Com relação ao isolamento social, os participantes da pesquisa apontaram que as principais emoções vivenciadas foram medo, insegurança e ansiedade. Além disso, sentimentos como tristeza e impotência também estiveram presentes na vida dos professores durante o isolamento social. Ademais, neste estudo, a maioria dos respondentes assinalou que percebeu mudanças em sua saúde mental se comparada a antes da pandemia, apontando que, com relação ao trabalho, os sentimentos que mais se intensificaram em decorrência da pandemia foram a ansiedade, o cansaço e a

insegurança.

Alguns desses dados corroboram com o estudo de Morosini (2020), que diz que o isolamento social, a sobrecarga de trabalho e as mudanças de rotina decorrentes das medidas para contenção do novo coronavírus têm afetado diretamente a saúde mental de professores brasileiros, onde os docentes revelam estar enfrentando muitos momentos de raiva, tristeza, medo, angústia e frustração durante esse período. No entanto, os dados do presente estudo vêm para colaborar com a literatura acerca do tema, apontando, além dos sentimentos já citados em outro estudo, a ansiedade, a insegurança e a impotência diante da pandemia também como sentimentos muito presentes na vida dos professores.

Outrossim, Morosini (2020) também cita os sintomas físicos que surgiram diante desse cenário, sendo os mais comuns as dores de cabeça constantes, as alterações no sono e até problemas de coluna devido ao longo período em que os docentes precisam ficar sentados diante de um computador. Já a presente pesquisa apontou como principais sintomas físicos a sensação recorrente de cansaço, dores nas costas e alterações no sono. Esses dados, de certa forma, corroboram com os dados já existentes na literatura, além de também acrescentar a eles.

Outro dado que chama a atenção é que a pesquisa contou com participação majoritariamente feminina, o que pode ser explicado, segundo Monteiro e Altmann (2014), pelo fato de a docência ser uma profissão predominantemente exercida por mulheres, principalmente no nível fundamental, que correspondeu a 77,4% dos respondentes. Ainda, de acordo com dados do Censo Escolar 2020, o país conta com 2,5 milhões de professores, dos quais apenas 19% são homens, enquanto as mulheres representam uma porcentagem de 81% da classe docente (INEP, 2020). No Brasil, segundo Lemos et al. (2020), ainda cabe às mulheres a maior responsabilidade pelos cuidados com a casa e com os filhos. Isso pode explicar a maior porcentagem de sentimentos como cansaço e insônia, se comparadas às porcentagens dessas mesmas respostas dadas pelos homens no estudo, visto que elas, além de estarem em home office, ainda precisaram dar conta dessas questões do lar.

De acordo com Ribeiro e Lima (2020), pôde-se notar uma grande diferença entre instituições públicas e privadas no que tange à adaptação à modalidade remota de ensino, tendo as IES públicas uma maior dificuldade nessa questão, devido ao fato de possuírem pouco apoio do poder público e também por não poderem contar com tantos recursos tecnológicos quanto as IES privadas, além de não terem como oferecer treinamentos aos professores. No presente estudo, porém, mais de 50% dos docentes que lecionam em escolas particulares responderam não ter recebido nenhum tipo de treinamento por parte da instituição de ensino, embora tivessem grande parte dos recursos necessários para seguir o ano letivo. Os atuantes em escolas públicas, por sua vez, embora tivessem menos recursos, representam uma taxa de 63% de respondentes que receberam treinamentos, ou da instituição de ensino, ou do poder público.

Com relação aos sentimentos negativos vivenciados pelos docentes em decorrência do isolamento social, comparando a atuação nas esferas pública e privada, não foram encontradas diferenças significativas nas médias. Ainda, um dos sentimentos que apareceu com as maiores médias foi a ansiedade, o que corrobora com o estudo de Cruz et al. (2020), que traz que este foi um dos sintomas mais frequentes entre professores no período pandêmico. Além disso, a insegurança e a impotência também apresentaram médias altas. De acordo com Filho (2020), o sentimento de impotência está ligado ao fato de a condução das propostas de atividade remota ter ocorrido de modo apressado e superficial. Nesse mesmo sentido, segundo Morosini (2020), a impotência e a insegurança estão relacionadas com a preocupação dos professores com o aprendizado de seus alunos no modelo de ensino remoto, visto que muitos não estavam conseguindo participar das aulas e nem realizar as atividades propostas.

No que tange às dificuldades enfrentadas pelos professores se comparadas ao tempo de exercício da profissão, pode-se inferir que elas foram as mesmas para todas as faixas etárias, apenas apresentando médias maiores em determinadas questões, como no manejo das tecnologias, que foi maior entre docentes que já atuam por um período entre 25 a 30 anos ou mais. Considerando esse tempo de atuação, pode-se concluir que esses professores já estão em uma faixa etária maior, o que faz com que esse resultado corrobore com o estudo de Figueiredo et al. (2020), que diz que ministrar aulas online tem sido um grande desafio, principalmente, aos docentes mais velhos, que não conseguem manejar tão bem as tecnologias.

Outras dificuldades, como o pouco comprometimento dos alunos e o fato de os mesmos assistirem às aulas síncronas com as câmeras desligadas, também apresentaram médias altas, ficando entre 3,5 e 4,5 em todos os intervalos de idade, desde docentes que atuam há menos de um ano até os que já estão há mais de 30 anos no exercício da profissão. Conforme Santos (2021), essas foram duas preocupações constantes dos docentes no período pandêmico, justamente pela apreensão de não conseguir estar transmitindo de maneira apropriada os conteúdos das aulas. Além disso, de acordo com Morosini (2020), a inquietação em torno dessas questões causou também fortes sentimentos de angústia nos docentes, pois, além de estarem tendo que lidar com as próprias dificuldades no ensino remoto, ainda precisavam se preocupar em como o conteúdo que estavam produzindo estava chegando até seus alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou averiguar e apresentar dados acerca dos impactos da pandemia na saúde mental de professores brasileiros atuantes nos níveis fundamental, médio e superior de ensino. A partir da análise dos resultados, foi possível verificar que o período pandêmico provocou inúmeras mudanças na vida e na rotina dos docentes, apresentando desafios e exigindo readaptações tanto no âmbito profissional quanto no pessoal. Todas essas questões impactaram, também, na saúde mental dos professores, revisitando sentimentos negativos que podem ser muito prejudiciais.

Nesse cenário, a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) se apresentaria como uma abordagem altamente benéfica aos docentes, no sentido de auxiliá-los no manejo de suas emoções e no desenvolvimento de estratégias para lidar melhor com situações e problemas do dia a dia, tanto na vida pessoal quanto na profissional. Por trabalhar de forma mais estruturada, a TCC proporcionaria aos professores maior facilidade em identificar pensamentos que pudessem gerar emoções e sentimentos negativos e, consequentemente, em modificar esses pensamentos para que eles não causassem uma situação de desregulação emocional.

Uma das limitações que foi percebida nessa pesquisa diz respeito ao baixo índice de participação do público masculino que, embora possa ser explicado pela literatura, acredita-se que poderia ter correspondido a uma amostra mais significativa caso o estudo tivesse sido mais bem direcionado a esse público. Nesse sentido, sugere-se tentar abranger proporcionalmente homens e mulheres nos próximos estudos acerca do tema, visando ampliar os achados e, assim, contribuir de forma mais expressiva para a literatura da área.

Dessa forma, conclui-se que este estudo pode contribuir para um maior esclarecimento sobre o tema, acrescentando à literatura dados atuais acerca dos impactos da pandemia na saúde mental dos docentes brasileiros. A pesquisa também pode ser útil para a comunidade acadêmica, contribuindo com outros estudos através do levantamento de dados. Para a realização de outras pesquisas acerca da mesma temática, sugere-se abranger uma maior participação do público masculino, além de direcionar a pesquisa para haver também um número maior de respondentes

de outros estados do país, para assim ampliar os achados acerca dos impactos da pandemia na saúde mental dos professores brasileiros.

REFERÊNCIAS

- Augusto, Cristiane Brandão; Santos, Rogério Dultra dos. (2020). Pandemias e pandemônio no Brasil. CEP, v. 1401. Recuperado de <http://www.saude.ufpr.br/portal/epmufpr/wp-content/uploads/sites/42/2020/07/Pandemias-e-pandemônio-no-Brasil.pdf.pdf> em 17 abr 2021.
- Barreto, Andreia Cristina Freitas; Rocha, Daniele Santos. (2020). Covid 19 e Educação: resistências, desafios e (im)possibilidades. *Revista Encantar-Educação, Cultura e Sociedade*, v. 2, p. 01-11. Recuperado de <https://www.revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/8480> em 28 mar 2021.
- Barreto, Mauricio Lima et al. (2020). *O que é urgente e necessário para subsidiar as políticas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Brasil?* Recuperado de <https://www.scielosp.org/article/rbepid/2020.v23/e200032/> em 27 mar 2021.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2020). *Painel de casos de doença pelo Coronavírus 2019 (Covid-19) no Brasil* [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde. Recuperado de <https://covid.saude.gov.br> em 24 mar 2021.
- Carmo, Carlos Roberto Souza; Carmo, Renata de Oliveira Souza. (2020). Tecnologias de informação e comunicação na educação a distância e no ensino remoto emergencial. *Conhecimento & Diversidade*, v. 12, n. 28, p. 24-44. Recuperado de https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/article/view/7152 em 08 abr 2021.
- Cruz, Roberto Moraes et al. (2020). Retorno ao trabalho? Indicadores de saúde mental em professores durante a pandemia da Covid-19. *Revista Polyphonía*, v. 31, n. 1, p. 325-344. Recuperado de <https://www.revistas.ufg.br/sv/article/view/66964> em 04 dez 2021.
- Cunha, Leonardo Ferreira Farias da; Silva, Alcineia de Souza; Silva, Aurênia Pereira da. (2020). *O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação*. Recuperado de <https://repositorio.unb.br/handle/10482/40014> em 08 abr 2021.
- Estevão, Amélia. Covid-19. (2020). *Acta Radiológica Portuguesa*, v. 32, n. 1, p. 5-6. Recuperado de <https://revistas.rcaap.pt/actaradiologica/article/view/19800> em 27 mar 2021.
- Favero, A. A. (org) et al (2014). *Apresentação de trabalhos científicos: normas e orientações práticas*. 5. ed. UPF.
- Figueiredo, Carina Adriele Duarte de Melo; Oliveira, Antonio José Figueiredo de; Felix, Nídia Mirian Rocha. (2020). Metodologias ativas na formação de professores da modalidade de ensino a distância. *Revista Paidéi@-Revista Científica de Educação a Distância*, v. 12, n. 21, p. 168-180.

Filho, Manoel Martins de Santana. (2020). Educação geográfica, docência e o contexto da pandemia Covid-19. *Revista Tamoios*, v. 16, n. 1. Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/50449/33467> em 04 dez 2021.

Gusso, Hélder Lima et al. (2020). Ensino superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária. *Educação & Sociedade*, v. 41. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302020000100802&tlang=pt em 13 abr 2021.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2020). *Portal: Censo da Educação Básica 2020. Resumo Técnico*. Recuperado de <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados> em 15 dez 2021.

Leahy, Robert L.; Tirch, Dennis; Napolitano, Lisa A. (2013). *Regulação Emocional em Psicoterapia: um guia para o terapeuta cognitivo-comportamental*. Tradução: Ivo Haun de Oliveira. Revisão técnica: Irismar Reis de Oliveira. Porto Alegre: Artmed.

Lemos, A. H. D. C., Barbosa, A. D. O., & Monzato, P. P. (2020). Mulheres em home office durante a pandemia da Covid-19 e as configurações do conflito trabalho-família. *Revista de Administração de Empresas*, 60(6), 388-399. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/rae/a/9WS6pYzLdhWY6qWwDXTKTsN/?format=html&lang=pt> em 02 dez 2021.

Marconi, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica* 5. ed. – São Paulo: Atlas.

Mélo, Cláudia Batista et al. (2021). A extensão universitária no Brasil e seus desafios durante a pandemia da Covid-19. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 3, p. e1210312991-e1210312991. Recuperado de <https://www.rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12991> em 28 mar 2021.

Monteiro, Mariana Kubilius; Altmann, Helena. (2014). *Homens na educação infantil: olhares de suspeita e tentativas de segregação*. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/cp/a/RLTGrW43VVJqGZPpr3Qdk5p/abstract/?lang=pt> em 02 dez 2021.

Morosini, Liseane (2020). Sob a pressão das telas: Docentes sofrem efeitos do isolamento social, sobrecarga do ensino remoto e mudanças na rotina. *Radis – Comunicação em Saúde*, Rio de Janeiro, n. 217, p. 26-30.

Netto, Raimundo Gonçalves Ferreira; Corrêa, José Wilson do Nascimento. (2020). Epidemiologia do surto de doença por coronavírus (covid-19). *Desafios-Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins*, v. 7, n. Especial-3, p. 18-25. Recuperado de <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/8710> em 27 mar 2021.

Pereira, Adriana Soares et al. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. Recuperado de <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/15824> em 30 abr 2021.

Praça, Fabíola Silva Garcia. (2015). Metodologia da pesquisa científica: organização estrutural e os

desafios para redigir o trabalho de conclusão. *Revista Eletrônica Diálogos Acadêmicos*, v. 8, n. 1, p. 72-87. Recuperado de http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170627112856.pdf em 02 mai 2021.

Ribeiro, Gilvânia; Lima, Karla. (2020). Relatos de experiências de professores do ensino fundamental em tempos de pandemia: dificuldades enfrentadas em escolas públicas no município de João Pessoa. *H2D | Revista de Humanidades Digitais*, v. 2, n. 2. Recuperado de <https://revistas.uminho.pt/index.php/h2d/article/view/2882> em 04 dez 2021.

Rueda, F. J. M.; Zanon, C. (2016). Delineamento correlacional: Definições e aplicações. *Metodologias de pesquisa em ciências: Análises quantitativa e qualitativa*, p. 115-124.

Santos, Elaine Maria. (2021). O ensino remoto emergencial e o uso de recursos digitais em aulas de língua inglesa. *Ilha do Desterro. A Journal of English Language, Literatures in English and Cultural Studies*, v. 74, n. 3. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/80751> em 04 dez 2021.

Saraiva, Karla; Traversini, Clarice Salete; Lockmann, Kamila. (2020). A educação em tempos de Covid-19: ensino remoto e exaustão docente. *Práxis educativa*. Ponta Grossa, PR. Vol. 15, e2016289, p. 1-24. Recuperado de <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/218250> em 28 mar 2021.

Werneck, Guilherme Loureiro; Carvalho, Marilia Sá. (2020). *A pandemia de Covid-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada*. Recuperado de <https://www.scielosp.org/article/csp/2020.v36n5/e00068820/pt/> em 27 mar 2021.

SOBRE A DIMENSÃO INTERSUBJETIVA DOS FENÔMENOS COMUNICATIVOS À ETNOMETODOLOGIA

**On the Intersubjective Dimension of Communicative
Phenomena to Ethnomethodology**

Fábio Xavier²⁶

RESUMO: O objetivo é apresentar a percepção da dimensão intersubjetiva dos fenômenos comunicacionais tendo como perspectiva a etnometodologia. Nós utilizamos o entendimento de autores integrados ao domínio da sociologia fenomenológica percebida em Garcia, do conhecimento intersubjetivo entendida em Schutz e do processo interacional de integração entre pessoas que se desenvolve em Simmel, para a articulação com a etnometodologia pensada por Harold Garfinkel. Assim, nós podemos entender de que modo o mundo da vida compõe o sentido estrutural dentro da ação social e que adentra a psicologia do cotidiano. Isso proporciona constituição norteadora da perspectiva comunicacional na prática da vida da proporção sociocultural, na instituição do ser em sua condução com a realidade cotidiana.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação; intersubjetividade; interação; etnometodologia.

ABSTRACT: The objective of the study is the perception of the intersubjective dimension of communicational phenomena with an ethnomethodological perspective. We use the understanding of authors integrated to domain of phenomenological sociology perceived in Garcia, the intersubjective knowledge understood in Schutz and the interactional process of integration between people that develops in Simmel, for the articulation with the ethnomethodology of the Harold Garfinkel. So, we can understand how the world of life composes the structural meaning within social action and which enters the psychology of everyday life. That provides the guiding constitution of the communicational perspective in the practice of life of sociocultural proportion, in the institution of being in its conduct with the daily reality.

KEYWORDS: communication; intersubjectivity; interaction; ethnmethodology.

INTRODUÇÃO

Temos como discussão a dimensão intersubjetiva dos fenômenos comunicativos a partir do referencial teórico e metodológico da etnometodologia, com reflexões teóricas desenvolvidas pelo sociólogo Harold Garfinkel. De um lado, buscamos compreender a ideia da sociologia fenomenológica que conduz o processo da intersubjetividade em sua dinâmica comunicacional, e, por outro, o fator interacional de processos subjetivos da formatação da realidade em sua dimensão etnometodológica.

26 Universidade Federal do Pará (UFPA) | <https://orcid.org/0000-0001-8483-9652> | fabio.rodrigo.moraes.xavier@gmail.com

A base dessa percepção é a compreensão de que tanto o processo de apreensão da comunicação na sua função sociocultural, como a constituição comunicacional enquanto fenômeno, sob a forma de interação, sociabilidade, mediação ou cultura, fazem parte e constituem-se no mundo da vida (*Lebenswelt*). Isso se desenvolve em diversas estruturas significativas simbólicas da composição psicológica na prática da vida.

O objetivo deste texto é termos como parâmetros principais: a percepção entre a sociologia fenomenológica no entendimento intersubjetivo da interação e a compreensão dos fenômenos comunicacionais do mundo cotidiano psicológico. Procuramos construir nexos para a possibilidade de conhecimento da etnometodologia como pragmática da movimentação do ser, para obtermos a reflexão que aqui trazemos como relevante para procedimentos e envolvimento, tendo por base o aspecto situacional, interacional.

Para podermos perceber a dimensão intersubjetiva dos fenômenos comunicativos, nós adotamos os pressupostos de García (2009), que possibilitam pensarmos na experiência no sentido comum da interação subjetiva. Ademais, também encontramos suporte teórico na intersubjetividade presente no trabalho de Schutz (2012), assim como baseamos no aspecto compartilhado do signo e simbologia interacional apresentado por Simmel (1983). Na perspectiva da etnometodologia, nós partimos de Garfinkel (2018), ele que situa etnométodos na condução de estruturas cotidianas. Isso se encontra presente como condição de atuação na ação social, no desenvolvimento habitual das pessoas na sociedade.

Compreendemos que a dimensão intersubjetiva dos fenômenos comunicativos proporciona a condução de determinado mundo existente, no qual o ser fica presente na interação intersubjetiva que se constitui de fatores significativos, simbólicos. Portanto, os etnométodos são parte da ação social que se evidencia como modo de regulação entre diversos sujeitos.

Assim, a perspectiva comunicacional dos processos significativos, simbólicos e intersubjetivos serve de justificativa ao nosso estudo, ao proporcionar o entendimento de como o aspecto etnometodológico modifica a condição psicológica de uma realidade presente. Isso caracteriza igualmente como os etnométodos produzem sentido ao desenvolvimento do mundo existente do ser, já que o cotidiano conduz formas de expressividade que se produzem na textura cotidiana das pessoas.

A DIMENSÃO INTERSUBJETIVA DOS FENÔMENOS COMUNICATIVOS

Para percebermos a dimensão intersubjetiva dos fenômenos comunicativos e, posteriormente, a etnometodologia, é preciso que entendamos neste primeiro momento a perspectiva da sociologia fenomenológica enquanto experiência no sentido do comum existente entre pessoas: “La propuesta de la Sociología Fenomenológica implica una apuesta por la explicación del *verstehen*, la experiencia de sentido común del mundo intersubjetivo de la vida cotidiana” (García, 2009, p.26).

A ligação entre o ser se desenvolve em processos interacionais simbólicos que se articulam em conjunto com o sentido, isso evidencia a realidade que se desenvolve em processos situacionais da vida cotidiana. A experiência no sentido comum, nós podemos perceber a movimentação compartilhada do mundo social e o aspecto intersubjetivo.

Começamos com um exame do mundo social suas várias articulações e formas de organização que constituem a realidade social para os homens que nele vivem. O homem nasce em um mundo que já existia antes de seu nascimento; e esse mundo não é apenas físico, mas sociocultural. (Schutz, 2012, p. 91).

As articulações de formas de organizações se evidenciam na composição da dimensão intersubjetiva dos fenômenos comunicativos dos processos socioculturais, que se procedem na interação de signos e símbolos entre pessoas em sua prática da vida. Assim, constituem-se como ponto de condução da realidade entre o ser com relação à sua comunicação com o mundo psicológico existente na estruturação real.

As formas de organizações sociais são pontos de união entre pessoas e alicerce para a vida grupal na composição do ser. Logo, nós podemos perceber que “as formas que tomam os grupos de homens, unidos para viver uns ao lado dos outros, ou uns para outros, ou então uns com os outros” (Simmel, 1983, p. 47).

A composição da realidade na qual as pessoas se situam equivale à condição de processos significativos experimentados na condução da intersubjetividade. A vida grupal reside nas diversas articulações do sentido do mundo em diferentes processos comunicativos da formatação real existente.

O mundo social no qual o homem nasce e tem de achar seu caminho é por ele vivenciado como uma rede fina de relacionamentos sociais, de sistemas de signos e de símbolos com sua estrutura de significados particular, de formas institucionalizadas de organização social, de sistemas de *status* e prestígio etc. O significado de todos esses elementos do mundo social, em toda a sua diversidade e estratificação, assim como o padrão de sua própria textura. (Schutz, 2012, p.80).

Podemos entender que o desenvolvimento dos relacionamentos intersubjetivos possui sistemas de signos e de símbolos, que pertencem à estrutura da realidade como ela é no cotidiano. Isso caracteriza a condução do sentido do mundo como sendo, assim como também, esse panorama caracteriza movimentos que se adequam aos processos comunicacionais do ser.

Dentro dessa perspectiva, notamos que os elementos do mundo social participam ativamente da construção psicológica da realidade existente, como processo interacional comunicativo da pessoa em seu desenvolvimento de ligação com a composição sociocultural condicionada em determinado sentido de produção significativa. Desse modo, esse aspecto ocasiona a textura da realidade, com a condição significativa do processo da conexão entre pessoas na vida cotidiana.

Para Schutz, a vida cotidiana é vivida pragmaticamente, ou seja, enquanto reflexão de um sujeito portador de uma memória-hábito sobre sua experiência no mundo. Schutz acaba por elaborar uma concepção fenomenológica da cultura. Essa concepção está baseada na compreensão de cultura como um processo de identificação: a cultura não é o simbólico de longa duração, ou a utilização das simbologias sociais como mediadoras do conhecimento do mundo que os indivíduos detêm, os saberes típicos acimentados pela prática social ou a unidade do grupo, mas o contexto de sentido no qual essas coisas se dão, sobre o qual atuam *reservas de experiência e estruturas de pertinência*. (Castro, 2012, p.59).

O processo do cotidiano se evidencia no movimento contínuo que se articula entre a memória-hábito, como fonte motora da interação entre as pessoas em seus contextos de realidade, em que se percebem processos de identificações que o signo e a simbologia propõem para o aspecto psicológico da apreensão do mundo como se desenvolve. Isso caracteriza a articulação dos saberes que se evidenciam no condicionamento do real existente.

As reservas de experiências são perceptíveis na produção intersubjetiva das pessoas e no

movimento contínuo entre o ser e seu processo de percepção do cotidiano como ele é. Assim sendo, um movimento presente no significado que atua na prática da vida para a composição do sentido da realidade. Neste aspecto, as estruturas de pertinência se desenvolvem em processos interativos da necessidade que o “mundo da vida” (*Lebenswelt*) propõe, então ele:

Significará o mundo intersubjetivo que existia muito antes do nosso nascimento, vivenciado e interpretado por outros, nossos predecessores, como um mundo organizado. Ele agora se dá à nossa experiência e interpretação. Toda interpretação desse mundo se baseia num estoque de experiências anteriores dele, as nossas próprias experiências e aquelas que nos são transmitidas por nossos pais e professores, as quais, na forma de “conhecimento à mão”, funcionam como um código de referência. (Schutz, 2012, p.72).

O mundo da vida cotidiana produz processos de vivência e interpretação que se desenvolvem na textura mundana, isso evidencia as estruturas do signo e, também, o processo simbólico que forma um mundo organizado. Então se observa a experiência como o movimento do ser em conduções interacionais, que se articulam no fator interpretativo da realidade existente.

O “conhecimento à mão” pertence à condição da existência na realidade psicológica, como ela se produz como estrutura que se expressa na condutibilidade do sentido de determinado cotidiano. Isso é um fator que compõe significado para a movimentação da prática da vida, além de ser condição de significado da pragmática habitual cotidiana.

Para la Sociología Fenomenológica, el individuo es un actor que reproduce su contexto social a partir de sus interacciones cotidianas. La reflexión se centra en las relaciones intersubjetivas, bajo el ángulo de la interacción, y se otorga un rol relevante a los elementos de negociación y de comunicación en la construcción social de los referentes de sentido que posibilitan el diálogo, negociación y/o conflicto en cualquier encuentro o situación de interacción humana.
(García, 2009, p. 29).

As interações no cotidiano produzem movimentos de estruturação significativa da realidade como é, bem como promovem a condição das relações intersubjetivas que se desenvolvem em aspectos comunicacionais na prática da vida. A perspectiva do signo e da simbologia na condição psicológica é produzida por processos interativos na condução existencial mundana do ser, em que se pode perceber a produção de sentido na condição da sociedade.

O que faz com que a “sociedade”, em qualquer dos sentidos válidos da palavra, seja sociedade, são evidentemente as diversas maneiras de interação a que nos referimos. Um aglomerado de homens não constitui uma sociedade só porque exista em cada um deles em separado um conteúdo vital objetivamente determinado ou que o move subjetivamente. Somente quando a vida desses conteúdos adquire a forma da influência recíproca, só quando se produz a ação de uns sobre os outros – imediatamente ou por intermédio de um terceiro – é que a nova coexistência social (...), se converte numa sociedade. (Simmel, 1983, p. 61).

A coexistência social se evidencia na propagação do sentido e de aspectos do signo e da simbologia, no tempo da realidade existente. Assim como na movimentação de significado que

determina a prática do cotidiano, que envolve processo de encadeamento de ideias, em que se articulam psicologicamente para compor a formatação do mundo, como se constrói na relação entre pessoas. Então, percebe-se a influência recíproca que se constitui no processo da ação entre sujeitos que desencadeia a condição do mundo cotidiano, em suas diferentes instituições existenciais.

Dessa maneira, nós observamos que o fator interacional entre pessoas no aspecto intersubjetivo produz a formatação psicológica que caracteriza a produção do “mundo da vida” (*Lebenswelt*), no fenômeno comunicativo no cotidiano. A coexistência de fatores recíprocos conduz o sentido dos significados que se articulam nas estruturas textuais evidentes na produção de sentido no processo significativo da realidade.

Assim sendo, temos o entendimento da etnometodologia, ela que se evidencia na condição de ligação do método de atividade que se relaciona efetivamente com a pragmática do cotidiano, na vertente existencial do ser. O “mundo da vida” (*Lebenswelt*) seria o resultado do conjunto de modos de agir, atividades, que estão relacionados à produtividade do sentido no mundo como ele é. Na condução da reciprocidade e significado das condições socioculturais, as estruturadas como fonte de agregação grupal psíquica de variadas pessoas em sua fonte intersubjetiva em fenômenos comunicativos do ser.

A ETNOMETODOLOGIA

Neste momento, nós procuramos apresentar, brevemente, a percepção acerca de como a etnometodologia sintetiza as perspectivas analíticas pensadas pela perspectiva “diltheyana” – se assim podemos chamá-las –, posto que, em nossa compreensão, elas derivam e são possíveis a partir do debate aberto por Dilthey (1989) a respeito do “mundo da vida” (*Lebenswelt*).

Para entendimento da etnometodologia, é importante termos a percepção da teoria da ação social de Talcot Parsons. Esse sociólogo exerceu grande influência sobre o pensamento do Garfinkel. A expectativa de percepção da ação social tem como ponto-chave a motivação de conduções sociais que regulariam a compreensão e suas condutas por meio de uma relação de reciprocidade segundo Parsons (1937).

A reciprocidade promoveria a estabilidade na ordem social, compondo as regras da vida cotidiana e regendo o comportamento das pessoas, constituindo-o em membro ativo da condução psicológica da realidade. Percebemos como essa ideia de reciprocidade se torna central para o pensamento de Garfinkel, quando lembramos que a etnometodologia está centrada na percepção de que a interação em sociedade funciona por meio de acordos, construídos colaborativamente pelo ser. É como diz Coulon, a respeito do pensamento de Garfinkel:

Uma pessoa dotada de conjunto de modos de agir, de métodos, de atividades, de *savoir-faire*, que a fazem capaz de inventar dispositivos de adaptação para dar sentido ao mundo que a cerca. É alguém que, tendo incorporado os etnométodos de um grupo social considerado, exibe “naturalmente” a competência social que o agrupa a esse grupo e lhe permite fazer-se reconhecer e aceitar (Coulon, 1995, p. 48).

Nessa reflexão, é possível perceber como os etnométodos são utilizados como maneira de integração na existência de grupos sociais. As pessoas utilizam esse aspecto como estratégia de se perceber e integrar a determinada formatação psicológica no cotidiano. Assim sendo, os etnométodos fazem com que o ser se reconheça em certo sentido de existência e, também, faça parte de determinado conjunto de construção de significado. Desse modo, é produzido o mundo

existente que as pessoas compartilham e interagem de determinado pensamento psíquico.

Nesse contexto, nós podemos ter a percepção da etnometodologia como:

(...) atividades práticas, circunstâncias práticas e raciocínio sociológico prático como tópicos de estudo empírico e, ao dedicarem às atividades mais comuns do cotidiano a atenção usualmente dispensada a eventos extraordinários, procuram estudá-las como fenômenos em si. (Garfinkel, 2018, p.93).

Ou seja, como estudos da construção da atividade prática e pragmática cotidiana do ser, que equivalem ao processo de autoprodução do sentido do mundo como ele é. Isso proporciona a forma como as pessoas constituem a percepção daquilo que lhes é colocado, dado, na prática da vida. Garfinkel ainda expressa que:

A recomendação central desses estudos é a de que as atividades pelas quais os membros produzem e gerenciam situações de afazeres cotidianos organizados são idênticas aos procedimentos empregados pelos membros para tornar essas situações relatáveis. O caráter — reflexivo ou — encarnado de práticas de relato e dos próprios relatos forma o cerne da recomendação. Quando falo de relatável, meus interesses direcionam-se para questões como as seguintes: eu quero dizer observável-e-relatável, ou seja, disponível para os membros como práticas situadas de olhar-e-dizer. Quero dizer, também, que tais práticas consistem em uma realização sem fim, contínua, contingente; que elas são conduzidas e feitas acontecer sob os auspícios dos mesmos afazeres ordinários que, ao organizá-las, as descrevem. (Garfinkel, 2018, p.93).

Em síntese, ele propõe que as atividades que as pessoas produzem compõem a formatação psicológica da realidade, que se integra e interage. Isso caracteriza as produtividades de textualizações do próprio significado do mundo como se movimenta, e como se constitui significativamente. Também dentro desse contexto, nós podemos perceber que a utilização da (etnometodologia) adentra a condição do “mundo da vida” (*Lebenswelt*).

A etnometodologia é a pesquisa empírica dos métodos que os indivíduos utilizam para dar sentido e ao mesmo tempo realizar suas ações de todos os dias: comunicar-se, tomar decisões, raciocinar. Para os etnometodólogos, a etnometodologia será, portanto, o estudo dessas atividades cotidianas. (Coulon, 1995, p.34).

É importante entender que os etnométodos adentram no cotidiano, ou melhor, num ambiente em que “os membros de uma sociedade encontram e conhecem a ordem moral como cursos de ação percebidos como normais” (Garfinkel, 2018, p. 122). Desse modo, permitem que projeções da condução psicológica da realidade resultem no posicionamento de sentido de um mundo existente.

Então, a etnometodologia procura produzir perspectiva metodológica do signo e da simbologia, isso permite que o fenômeno comunicativo seja descrito como instrumentos de estruturas psíquicas da organização do ser. Assim, Garfinkel fala em “cultura comum”, dizendo que essa noção:

Refere-se aos fundamentos socialmente sancionados de inferência e ação que as pessoas usam em seus afazeres cotidianos e assumem que os outros usam da mesma maneira. Fatos – da vida em – sociedade – socialmente – sancionados – que – qualquer membro – bona – fide conhece descrevem tais temas como a conduta da vida familiar, organização do mercado, distribuição de honrarias, competências, responsabilidade, boa vontade, renda financeira, motivos entre os membros, frequência, causas de problemas e soluções para eles, e a presença de propósitos bons e ruins por trás do funcionamento aparente das coisas. (Garfinkel, 2018, p.157).

Nesse sentido, a expectativa de como se desenvolve a interpretação e a percepção das construções mundanas do ser são utilizadas de modo a propor a analítica centrada no processo cotidiano da produção do “mundo da vida” (*Lebenswelt*). A perspectiva remete ao pensamento de Schutz (2012), ao referir que o homem nasce na organização sociocultural produzida pela experiência simbólica significativa, a qual propicia conduções de processos intersubjetivos para a condição psicológica das pessoas no cotidiano.

Tais processos ocorrem na interação para condução da sociedade, conforme Simmel (1983), e com isso, nós temos o ordenamento do signo e das simbologias do desenvolvimento da prática da vida como ela se constitui psicologicamente. O processo pelo qual a produção de diversos movimentos psíquicos, os etnométodos do ser, conduz o significado e organizações dos diferentes movimentos comunicacionais de um mundo existente no cotidiano da nossa realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, propusemos a reflexão acerca da percepção sobre a dimensão intersubjetiva dos fenômenos comunicativos. Assim, procuramos estabelecer o envolvimento com o processo da etnometodologia como condição de produtividade mundana do ser, para que compreendêssemos a condução de um mundo psíquico nas estruturas significativas simbólicas da prática da vida.

No primeiro momento, percebemos que a dimensão intersubjetiva dos fenômenos comunicativos se desenvolve na sociologia fenomenológica, que conduz a experiência no sentido comum da interação entre pessoas. Então, pela via da intersubjetividade, temos o desenvolvimento de aspectos significativos e simbólicos que atuam na condução psicológica de um mundo como se produz. A textura mundana condiciona estruturas de sentido desencadeadas na produção da realidade, que se evidencia na prática da vida cotidiana.

No segundo momento, nós percebemos que o estudo da etnometodologia procura entender os fundamentos da atividade cotidiana, as formas do “banal”, indagando como as estruturas psíquicas se desenvolvem como perspectiva de interpretação. Dessa maneira, temos a reflexão sobre a forma de organização de uma realidade, em que ela proporciona regras e valores das ações sociais na disposição do agir do ser.

É por essa via que chegamos aos etnométodos, em seu desenvolvimento de estratégia que serve para a integração de determinada condução psicológica no “mundo da vida” (*Lebenswelt*). Considera-se a perspectiva de interpretação e percepção de construções comunicacionais no modo como o ser condiciona o mundo presente, na relação entre pessoas. Além disso, isso elabora processos de construções significativas simbólicas e segue para a ideia de estruturações de realidades em sua pragmática cotidiana.

Podemos entender que o processo da etnometodologia atua como condicionamento significante

simbólico psíquico e circunda a movimentação do cotidiano, isto é, o “mundo da vida” (*Lebenswelt*). Então, os etnométodos possuem entre suas condições a dimensão intersubjetiva dos fenômenos comunicativos no movimento do ser, em seu modo de expressividade ao contexto da realidade cotidiana que aparece à nossa volta.

REFERÊNCIAS

- CASTRO, F. (2012). A sociologia fenomenológica de Alfred Schutz. *Ciências Sociais Unisinos*. 48 (1), p. 52–60.
- COULON, A. (1995). *Etnometodologia*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- DILTHEY, W. (1989). *Introduction to the Human Sciences*. New Jersey: Princeton University Press, Edited by R. A. Makkreel & F. Rodi; trad. Michael Neville.
- GARFINKEL, H. (2018). *Estudos de etnometodologia*. Petrópolis, Ed: Vozes.
- GARCÍA, M. (2009). Sociología fenomenológica y comunicología: Sociología Fenomenológica y sus aportes a la comunicación interpersonal y mediática. *Revista Fronteiras - estudos midiáticos*. 11 (1), 25–32.
- PARSONS, T. (1937). *The Structure of Social Action*. New York: Macmillan.
- SCHUTZ, A. (2012). *Sobre a fenomenologia e relações sociais*. Petrópolis, Ed: Vozes.
- SIMMEL, G. (1983). *O problema da sociologia*. São Paulo, Ed: Ática.

UMA PANDEMIA NA ERA NEOLIBERAL: Implicações Psicossociais na Vida de Moradores de Favelas Brasileiras

A Pandemic in the Neoliberal Era: Psychosocial Implications
in the Lives of Brazilian Slum Dwellers

Anderson Moraes Pires²⁷

Keilane Ferreira de Araujo²⁸

Luís Henrique Alencar Silva²⁹

RESUMO: A razão neoliberal opera e se adapta em meio a crises, a exemplo do período da pandemia de Covid-19, construindo horizontes críticos acerca de contextos sociais desiguais e interpelando as subjetividades. Este artigo apresentou e discutiu as implicações psicossociais durante a pandemia de Covid-19 na vida de moradores de favelas brasileiras em tempos de neoliberalismo. Buscamos por publicações de natureza científica, jornalística e narrativa autobiográfica. As plataformas utilizadas foram: Google Notícias e Google Acadêmico. A coleta do material foi realizada entre os meses de abril e maio de 2022. A análise de dados teve como fio condutor a perspectiva de primado do objeto estudado na Teoria Crítica da Sociedade. Analisamos como a racionalidade neoliberal durante a pandemia de Covid-19 (re)produziu uma lógica de manutenção do mercado em prol de uma boa economia sem considerar as condições dignas e reais que interpelam as vidas de pessoas faveladas, em sua maioria vidas negras, de modo a produzir saúde. Foi considerado que, mesmo com as violências neoliberais durante a pandemia, as práticas de solidariedade e impacto territorial emergidas nas favelas são modos de resistência e produção de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Covid-19; Pandemias; Saúde e desigualdade; Implicações psicossociais.

ABSTRACT: Neoliberal reason operates and adapts in the midst of crises, such as the Covid-19 pandemic, building critical horizons about unequal social contexts and questioning subjectivities. This article presents and discusses the psychosocial implications of the Covid-19 pandemic on the lives of Brazilian slum dwellers in times of neoliberalism. We searched for publications of a scientific, journalistic and autobiographical nature. The platforms used were Google News and Google Scholar. The material was collected between April and May 2022. Data analysis was based on the perspective of the primacy of the object studied in the Critical Theory of Society. We analyzed how neoliberal rationality during the Covid-19 pandemic (re)produced a

27 Universidade Federal do Ceará (UFC) | <https://orcid.org/0000-0002-5029-6167> | andeersonpires@gmail.com

28 Universidade Federal do Ceará (UFC) | <https://orcid.org/0000-0002-9059-4388> | keifrr13@gmail.com

29 Universidade Federal do Ceará (UFC) | <https://orcid.org/0000-0001-8797-6839> | luishenrialencar@gmail.com

logic of maintaining the market in favor of a good economy without considering the dignified and real conditions that challenge the lives of favela dwellers, mostly black lives, in order to produce health. It was considered that, even with the neoliberal violence during the pandemic, the practices of solidarity and territorial impact that emerged in the favelas are modes of resistance and production of life.

KEYWORDS: Covid-19; Pandemics; Health status disparities; Psychosocial implications.

INTRODUÇÃO

Há uma compreensão popular que nos faz pensar que as doenças infecciosas não reconhecem raças, classes, limites sociais e outras barreiras (Harvey, 2020). Mas, durante a pandemia de Covid-19, as experiências de pessoas de classes sociais diferentes foram vividas e expostas de modos bem distintos. Os primeiros casos no Brasil foram em pessoas que haviam retornado recentemente de outros países, principalmente da Itália, mas eram as funcionárias dessas pessoas que faleciam – e não tinham suas vidas enlutadas.

Cleonice Gonçalves foi a primeira vítima fatal de Covid-19 – uma mulher negra de 63 anos, que trabalhava como empregada doméstica no bairro do Leblon. Essa morte, sendo a primeira no país, lançou luz sobre a crise do capitalismo, a precarização do trabalho e da vida, além das diversas desigualdades em nosso país em decorrência do pertencimento racial, de gênero e de sexualidade. A pandemia de Covid-19, afinal, evidenciou um flagelo da população brasileira: a pandemia de desigualdades (Carvalho, 2020), pois foi possível notar que mesmo que o vírus tenha capacidade de atingir toda a população de um território/país, seus efeitos foram nefastos em grupos sociais que enfrentam processos de vulnerabilidade (Leite, 2020).

Os contextos nacional e internacional que se delinearam nos primeiros meses da pandemia, além de lançar luz sobre esses modos de vida que se afastam de uma própria noção de vida digna de ser vivida (Butler, 2015), nos permitiram, infelizmente, notar formas mais explícitas da existência e funcionamento do neoliberalismo. Em termos gerais, o neoliberalismo pode ser representado como uma política

[...] que favorece a acumulação de capital e a concentração de poder, renda e riqueza, contribuindo para a decomposição da classe trabalhadora, a diluição de formas de solidariedade e a imposição de políticas econômicas e sociais excludentes, com a conversão das democracias sociais em Estados desdemocratizados, com impactos corrosivos na rede de proteção social em tempos de pandemia. (Verbicaro, 2020, p. 1).

Isto é, a pandemia de Covid-19 neste contexto neoliberal foi se mostrando e a classe trabalhadora, em especial das favelas e das periferias, teve de lidar com o maior risco de contrair o vírus por intermédio de seu emprego e com a possibilidade iminente de ser demitida devido à retração econômica que o vírus impôs. Muitos moradores de favelas encontraram-se no dilema, por exemplo, de ir trabalhar e se expor ao vírus ou de não ir trabalhar e, consequentemente, ficar sem condições financeiras para sobreviver. Por outro lado, e com várias modulações, a classe que detém parte significativa do capital financeiro esbanjava uma preocupação com os negócios de trabalho em detrimento e/ou com indiferença às condições de saúde-doença de seus funcionários.

Questionamo-nos, então, acerca da produção de bem-estar subjetivo das pessoas periferizadas durante uma pandemia diante da ascensão do neoliberalismo, dessa racionalidade de vida que mitiga os direitos humanitários. De que maneiras a saúde mental³⁰ de moradores de

favelas foi interpelada durante a pandemia de Covid-19 neste atual cenário neoliberal?

Muito antes da pandemia aqui falada, Cambaúva e Junior (2005) estabeleceram uma relação do desamparo e do adoecimento psíquico com as exigências e ideologias do sistema econômico e liberal. Essa pesquisa tratou, em termos gerais, sobre a alta no índice de depressão em um contexto neoliberal. Já no contexto pandêmico, conforme Sousa, Dominguez e Cunha (2021), as pessoas das favelas brasileiras tentaram seguir a vida, “[...] mas ninguém está bem, os problemas de saúde mental assim começam a explodir” (p. 120). Muitos canais de comunicação, incluindo as redes sociais digitais, começaram a falar sobre a saúde mental de populações em situações vulneráveis durante a pandemia de Covid-19. Silva (2020) destaca que o sofrimento mental já estava posto como uma realidade nas favelas, mas o efeito do isolamento e das perdas provocadas pela pandemia intensificou o sofrimento.

Portanto, o objetivo deste artigo é apresentar e discutir as implicações psicossociais geradas pela pandemia de Covid-19 na vida de moradores de favelas brasileiras em tempos de neoliberalismo. Pretendemos, especificamente, conhecer as relações de trabalho e as de não-trabalho formal nas favelas e destacar a precariedade causada por desigualdades sociais. Apresentaremos isso em quatro seções além desta: desenvolvimento, metodologia, resultados e discussão e considerações finais. No desenvolvimento deste artigo, na próxima seção, falaremos sobre o surgimento do neoliberalismo, além de destacar algumas características importantes para entender a sua relação com a pandemia de Covid-19 e a saúde mental de pessoas periferizadas.

CONTEXTO POLÍTICO DA GÊNESE E ASCENSÃO DO NEOLIBERALISMO

O surgimento do neoliberalismo parte da crise do liberalismo clássico, e como oposição à escalada de políticas de Estado social, inaugurando um tipo de racionalidade que transformaria radicalmente o capitalismo e a sociedade. Para isso, é de suma importância compreender o neoliberalismo em seu caráter político, pois o mesmo é por excelência um projeto social que visa criar modos de governo e de subjetivação.

Para reforçar a contextualização do irrompimento neoliberalista, é salutar destacar a busca de autores em estruturar teorias que pusessem na centralidade do sistema a liberdade econômica, primordialmente após a Grande Depressão na década de 1930 e frente à escalada de políticas de Estado de bem-estar social (Franco, Castro, Manzi, Safatle & Afshar, 2021). O neoliberalismo surge, desse modo, em acentuada contraposição ao Estado e suas ações intervencionistas de bem-estar social ao caráter keynesiano e ao *New Deal* norte-americano (Anderson, 1995), que levaram à perda da hegemonia de teorias liberais.

Alegando a centralidade da liberdade econômica viabilizada mediante apenas a defesa das liberdades individuais, esta só seria possível em uma situação de livre-concorrência. Friedrich von Hayek e Milton Friedman buscavam “[...] sobretudo fornecer uma resposta alternativa à crise de amplas dimensões na Europa, todavia uma resposta que escapasse ao

30 Inspirados em Guerra (2019), tomamos a subjetividade como estando em continuidade com as questões que se dão nas arenas políticas e sociais, afinal, as trajetórias da pandemia no Brasil dizem muito sobre os contornos de tais arenas. A subjetividade e a política, nesse caso, estabelecem uma relação lógica de continuidade, ou seja, uma dimensão produz efeitos na outra, permitindo-nos falar sobre “efeitos/implicações psicossociais”.

controle absoluto do Estado” (Franco *et al.*, 2021, p. 65) e, para isso, o melhor antídoto seria o neoliberalismo.

Portanto, o neoliberalismo tem sua organização instituída no momento em que economistas, historiadores e filósofos se juntam a Hayek. Muito embora tenha se caracterizado enquanto uma organização diversa em termos de ideias e práticas, os membros compartilham a unanimidade de que a “[...] liberdade só era possível em um mercado livre e possuindo como princípio fundamental a liberdade individual” (Franco *et al.*, 2021, p. 66). Nesse sentido, os integrantes do grupo se retratavam como liberais clássicos quanto ao comprometimento com os ideais de liberdades individuais e a inscrição neoliberal assinalava sua aquiescência aos princípios de livre mercado (Harvey, 2014). São lançadas, assim, as bases para outra forma de capitalismo que, muito mais do que uma política econômica, trata-se de um sistema normativo de ampla influência global, que ampliou a lógica de capital a todas as relações sociais e esferas da vida (Dardot & Laval, 2016).

A doutrina neoliberal, no entanto, nem sempre esteve no centro dos debates. O neoliberalismo se impõe como teoria e prática tão somente nos anos 1970 e se consolida como modelo econômico ao nível de política de Estado adotado em países de capitalismo avançado: em 1979, na Inglaterra; e em 1980, nos Estados Unidos – ambos os governos dedicados a pôr em prática o programa neoliberal (Harvey, 2014). Com efeito, o pioneirismo neoliberal de Thatcher, na prática, ocorreu somente após a experiência neoliberal sucedida no Chile pós-golpe de Augusto Pinochet contra o governo democraticamente eleito de Salvador Allende.

Para o neoliberalismo, o Estado não exerce uma função mínima, mas garante que a liberdade individual seja respeitada. Ou seja, existe um Estado que defende a plena atividade do mercado e do comércio. Portanto, a livre-iniciativa e a busca por empreendedorismo seriam comportamentos que se manifestariam espontaneamente nos indivíduos em um contexto de Estado não-interventivo e que zelasse pelo livre comércio econômico. No mais, no neoliberalismo, a soberania do Estado é circunscrita à ação da economia e do mercado. É, antes de tudo, um Estado que se proponha a despolitizar a sociedade, que intervenha politicamente na luta de classes e suprima insurreições visando aniquilar possíveis limitações à liberdade econômica (Safatle, 2021).

Nesta perspectiva, quando Margaret Thatcher proferiu que “a economia é o método, o objetivo é mudar almas”, expressa-se aqui a ideia de que, muito além de uma teoria econômica, o neoliberalismo visa produzir formas de discursos hegemônicos e engendrar modos de ser alinhados à racionalidade neoliberal. É produzir, sobretudo, uma mentalidade hegemônica na cultura e na subjetividade submetida às leis da economia e à racionalidade empresarial. Foucault (2010) se dedicou à análise do neoliberalismo enquanto uma forma de racionalidade governamental. Em suma, a racionalidade governamental é uma forma de governo com a qual se dirige o Estado e o comportamento humano. Compreende-se, assim, que o neoliberalismo deixou de se restringir a uma ideologia ou doutrina econômica e se transmutou em direção a uma racionalidade base para formas de governo e para impor modos de subjetivação.

Dardot e Laval (2016, p. 17) definem o neoliberalismo como um “conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência”. A norma é a concorrência, a competição tal qual se observa na cultura empresarial. Desse modo, faz parte dessa nova mentalidade a internalização de preceitos como performance, autovigilância e a concorrência contínua (Dardot & Laval, 2016), extinguindo valores de ordem solidária, coletiva e cooperativa compreendidos como incompatíveis aos ideais de liberdade individual. Na racionalidade neoliberal, a competição é vista como virtude fundamental (Harvey, 2014) e o sujeito neoliberal reivindica a si o direito à

liberdade de empreender, de se encarregar dos riscos, que admite a meritocracia como norma e o direito à propriedade privada como mecanismos que conferem legitimidade à sua liberdade individual.

De certo, o neoliberalismo tem se mostrado, desde seu nascimento, nas ideias de Hayek e Friedman, até sua consolidação como política e racionalidade hegemônica, uma perspectiva com forte anuência social e política, a despeito do sofrimento psíquico e do colapso social por ele causado, sobretudo às populações historicamente marginalizadas. Entretanto, a natureza flexível e ajustável do neoliberalismo evidencia o êxito de sua implantação nos diferentes contextos sociais e políticos em que foi empreendido (Franco *et al.*, 2021). Iniciado na Inglaterra e Estados Unidos, avançou pela Europa Ocidental, impôs sua ofensiva à América Latina, chegou ao que sobrou dos países socialistas no Leste e em alguns países na África e Ásia (Fernandes, 1995). Em 1994, para ter aceito o perdão de dívidas, diversos países, incluindo o Brasil, concordaram com os termos impostos pelo Fundo Monetário Internacional de adotarem reformas institucionais neoliberais (Harvey, 2014). Era o chamado Consenso de Washington que definia uma série de indicações normativas, pela comunidade financeira internacional, aos países que desejassem acesso a empréstimos. Dentre as indicações determinadas estavam a abertura da economia, a diminuição de impostos, privatizações, abertura comercial e ao capital estrangeiro, mercado concorrente e a proteção à propriedade privada, além de outras. Foi o que fez o Brasil em 1994 no governo de Fernando Henrique Cardoso que, seguindo a cartilha neoliberal, mais gerou resultados contraproducentes do que melhora significativa na economia.

Nesse ínterim, houve a retomada da agenda neoliberal pelo governo de Michel Temer pós-golpe de Estado em 2016 e, certamente, a expressão mais severa da racionalidade neoliberal verificada no governo de Jair Bolsonaro. Sob o governo Temer, a ofensiva neoliberal se deu no âmbito de políticas econômicas austeras, como a reforma trabalhista que prometia estimular e criar mais empregos, junto à reforma da previdência alegando ser necessária para equilibrar os gastos públicos e dirimir privilégios e a aprovação de reformas de ajustes fiscais limitando os gastos em investimentos públicos por vinte anos. É preciso citar as terceirizações e as privatizações e, sobretudo, compreender que tamanhas reformas cumpriram o contrário do que enunciaram. Ainda na mesma linha, segue, adotando políticas de mesmo teor neoliberal, Jair Bolsonaro junto de Paulo Guedes, ministro da economia egresso da Escola de Chicago.

MÉTODO

Trata-se de um artigo bibliográfico, com caráter qualitativo, descritivo e com o delineamento exploratório. Este tipo de artigo pode envolver o uso de narrativas, histórias de vida, documentos históricos, entrevistas, observações e fotografias, entre outras fontes de dados (Lima & Mioto, 2007). Influenciados por Antunes (2020), compreendemos que o objeto deste artigo pede por uma abordagem tanto interdisciplinar quanto empírica para melhor refleti-lo. As pesquisas descritivas, no caso, têm como objetivo principal a exposição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

Assim, buscamos por: a) publicações de natureza jornalística e narrativa autobiográfica sobre o enfrentamento da pandemia de Covid-19, e b) por textos acadêmicos que nos auxiliaram na compreensão do fenômeno aqui investigado. As plataformas utilizadas foram: Google Notícias e Google Acadêmico. Para a busca, utilizamos termos como “neoliberalismo + pandemia”, “Covid-19 + favelas”, “saúde mental + favelas”, “saúde mental + neoliberalismo”, “trabalho na pandemia”, entre outras combinações similares. A coleta do material foi realizada nos meses de abril e maio de 2022, mas não restringimos um recorte temporal quanto à publicação do material,

por ainda se tratar de um fenômeno recente. Para seleção, baseamo-nos no fator relevância atribuído pelas plataformas utilizadas, isto é, visitamos as notícias mais acessadas e os artigos mais citados e compartilhados.

A análise dos dados a seguir tem como fio condutor a perspectiva de primado do objeto estudado na Teoria Crítica da sociedade, que tem uma proposta diagnóstica da contemporaneidade (Jay, 2008). Dialeticamente, os teóricos da teoria crítica, como os frankfurtianos, examinam a realidade social e cultural com uma perspectiva crítica à produção do conhecimento sistematicamente organizado. Esse tipo de análise nos possibilitou compreender as mensagens além de seus significados imediatos, pois os sujeitos, enquanto produtores de suas formas de vida, e objetos não foram separados (Horkheimer, 1980). Ou seja, o método aqui descrito não se trata de uma simples adaptação porque nosso objeto de pesquisa é mediado pelo conjunto do sistema social.

De acordo com a resolução nº 510 do Conselho Nacional de Saúde, as pesquisas que utilizem informações de domínio público não serão registradas/avaliadas pelo sistema CEP/CONEP. Essas informações são as que se encontram disponíveis para acesso de pesquisadores e cidadãos em geral.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme argumentamos, o surto de SARS-Cov-2 consegue explanar, constatar e desvendar as tão arraigadas desigualdades e fraquezas das sociedades capitalistas. Isto significa que a pandemia intensifica o potencial destrutivo do modo de produção capitalista e acentua suas desigualdades fundamentadas em gênero, classe, raça/etnia, orientação sexual e outros marcadores sociais da diferença. Conforme Leite (2020), no que diz respeito às relações trabalhistas, tão precárias e precarizadas por políticas neoliberais de austeridade, produzem não somente efeitos políticos e/ou econômicos, como também novas subjetividades no contexto da pandemia.

O relato dos primeiros casos expõe as barbaridades cotidianas e vulgarizadas da vida brasileira (Albuquerque & Ribeiro, 2020). A desigualdade no seu aspecto espacial e de produção no síncrono entre exuberância, riqueza e luxo de um lado, da falta, pobreza e vulnerabilização de outro. O sentido da história da pandemia de Covid-19 pode ser explicado a partir de sua localização geográfica, tal qual sua seletividade, disseminação e letalidade. Albuquerque e Ribeiro (2020) relatam que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo e que a desigualdade vem aumentando. Os autores discutem que a concentração de renda da parcela mais abastada da população brasileira não indicou tendência de queda nos últimos anos, e sim o oposto, a concentração de capital entre os ultra-ricos, 1% da população, detém praticamente metade de toda a riqueza nacional.

Os resultados do estudo de Demenech, Dumith, Vieira e Neiva-Silva (2020) apontam a desigualdade econômica como um fator negativo no enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Brasil. Outro efeito do estudo demonstra que os estados brasileiros mais desiguais manifestaram avanço considerado nas taxas de incidência e mortalidade por Covid-19 e, em contrapartida, o aumento era mais sutil nos menos desiguais. Portanto, a associação entre desigualdade e infecção-morte por Covid-19 não é apenas hipótese, ou seja, há explicações plausíveis para as diferenças observadas na pandemia no país. A desigualdade pode ter significativo impacto na saúde das populações, para além das consequências da pobreza. Na pandemia de Covid-19, existem dois efeitos que explicam por que isso acontece: o efeito absoluto e o contextual.

O *efeito absoluto* se refere ao impacto direto da distribuição de renda no contexto em saúde.

Uma pequena alteração na renda de indivíduos mais pobres gera mudanças expressivas nos desfechos de saúde, à medida que, entre os mais ricos, essa mesma alteração na renda não produz alterações no padrão de saúde. No Rio de Janeiro, por exemplo, 54% dos moradores de favelas perderam emprego na pandemia (Nitahara, 2021). Falamos de pessoas sem uma fonte de renda que ainda precisam conviver “[...] com tiros, operações policiais e falta de acesso aos serviços básicos de saúde” (Nitahara, 2021, s/p).

O *efeito contextual* destaca que pessoas, para além de sua classe socioeconômica, que (sobre)vivem em sociedades desiguais, acabam por pagar com a própria saúde. Em lugares desiguais, são péssimas as estruturas de saúde, saneamento básico e tratamento de água, segurança, categorias que debilitam a qualidade de vida de todos, porém, de acordo com Demenech et al. (2020), agrava a situação dos menos favorecidos na conjuntura social brasileira. Dessa forma, a distribuição desigual de oportunidades pode submeter indivíduos de diferentes padrões socioeconômicos, conforme o seu grupo social, gênero, sexo e etnia, perpetuando dificuldades como acesso à educação, saúde, trabalho e renda (Demenech et al. 2020).

“Em periferias de São Paulo – estado onde foi registrado o primeiro caso –, a letalidade da Covid-19 é cinco vezes maior do que a média nacional” (Carvalho, 2020, p. 3). Para mais, no Complexo da Maré, favela do Rio de Janeiro, evidenciou-se a ínfima quantidade de testes disponibilizados e a subnotificação de casos e óbitos. Nessa direção, Carvalho (2020) discute que o vírus não é democrático e que a pandemia não veio para “nos aproximar de nós mesmos”. Isso é dito porque as pessoas que detêm o capital financeiro e as que controlam as mídias de comunicação, na maioria das vezes, estavam adotando uma atitude romântica frente às mortes e às desigualdades evidentes. Falou-se sobre aspectos positivos da pandemia de Covid-19 (Toxicologia Pardini, 2020). Nos primeiros meses da pandemia, aconteceu de grandes marcas patrocinarem pessoas que agradeceram àquela situação de caos sanitário e listaram benefícios e melhorias sociais, propagando uma onda de gratidão desmedida.

Observamos que aqueles em inferioridade socioeconômica, diferente de quem agradeceu pela existência da pandemia, inclinam-se a uma exposição diferente ao vírus (pelos piores condições de habitação, muitas pessoas convivendo em residências menores, uso de transporte público com aglomeração e insegurança laboral). Tanto pela distribuição econômica desigual, como pelos efeitos contextuais, impedem um território de responder de maneira adequada à crise sanitária. Raimunda, de 64 anos de idade, moradora de uma favela da cidade de São Paulo, relata que a sua rotina era levar choque, encontrar ratos no banheiro e dormir no quarto abafado: “Tinha um monte de fio que eu não entendia e quando chovia ficava com medo” (Caseff, 2022, s/p). Carvalho (2020, p. 4) conta que, nas favelas, é impossível lavar as mãos com frequência porque a distribuição de água não é feita adequadamente.

O que discutimos aqui também está relacionado com o modo como as pessoas periferizadas, moradoras de favelas, são excluídas e incluídas nos acordos sociais, até diríamos que muito mais excluídas dos direitos humanos, por uma inelegibilidade de reconhecê-las como humanas. Obviamente, precisamos romper com as ideologias que excluem as pessoas dos acordos humanitários devido aos marcadores de diferença. Na dialética exclusão/inclusão, podemos afirmar que o neoliberalismo, visando estimular o desenvolvimento econômico, consegue dar às pessoas periferizadas uma falsa sensação de inserção na sociedade durante a pandemia de Covid-19 via manobras que ameaçam a própria característica de estar vivo, com saúde. “Contribua com a sua vida para que a gente salve a economia” foi o que disse Sebastião Melo, prefeito de Porto Alegre (Centeno, 2021, s/p). As elites brasileiras compartilham desse pensamento, de modo a falar que “sairemos melhores da pandemia” (Vannuchi, 2020).

Caponi (2020) tece críticas a um espetáculo de insensatez em Santa Catarina, na cidade de

Blumenau, quando se abriu um *shopping* e o comércio, ainda no início da pandemia, e ocasionou aglomeração de clientes. Consequentemente, “[...] uma semana mais tarde o número de casos praticamente duplicou na cidade, subindo de 98 para 194. Os comércios continuam abertos em Blumenau e os casos continuam aumentando, chegando hoje ao número de 480 casos e três óbitos” (Caponi, 2020, p. 216). Sobre a seara política, Cunha (2021, s/p) analisa que “Nossas autoridades, sem o menor pudor, mas sempre dotadas de um senso de oportunismo frio e utilitário, têm aproveitado como podem o momento de caos vivido pela população para materializar seus projetos [...]”. O autor considera que “Não há exagero aqui em afirmar que a pandemia foi, mesmo durante o período mais severo da doença, muito lucrativa para as elites políticas”.

Há diferenças evidentes entre capitais, regiões metropolitanas e o interior do Brasil em relação à pandemia. O território brasileiro é bastante distinto e desigual. Ordenar os municípios como maiores ou menores, ou seja, pelo seu porte populacional, não é suficiente para compreender as especificidades da pandemia. Albuquerque e Ribeiro (2020) fazem uma análise de estudos sobre a leitura da pandemia no Brasil e como as desigualdades e as diferentes situações geográficas podem compreender a disseminação do vírus. Por exemplo, várias possibilidades de situações geográficas podem determinar os riscos e possibilidades de enfrentamento da Covid-19. Estas situações são organizadas em relações de acúmulo e ausência de recursos, poder político, cultural e financeiro daquele lugar. Salienta-se o nível de adesão dos lugares na agenda neoliberal, que fragiliza as já precárias condições de vida, funcionamento dos órgãos públicos, ordenamento, compartilhamento e a utilização dos recursos disponíveis.

O neoliberalismo produz serviços e bens de consumo nessa lógica de manutenção do mercado, mesmo que ameace a vida de pessoas em situações de vulnerabilidade social, bem como produz os modos de ser. Entendemos, portanto, que o neoliberalismo demanda o surgimento de alguns grupos de pessoas para o sucesso de seu projeto que, como dito, visa criar modos de governo e de subjetivação. Nesse raciocínio, os sujeitos favelados podem ser considerados criações do neoliberalismo que faz gestão da pobreza inspiradas pela lógica do mercado, resultando em pessoas responsabilizadas unicamente por suas condições financeiras: “[...] seja quando visto como portador de capital humano e dependente de sua resiliência para superação da pobreza, seja quando tomado como empreendedor de si mesmo para tornar-se rentável e competitivo no mercado de trabalho” (Oliveira & Sampaio, 2018, p. 167).

Observamos com os exemplos aqui dispostos a alta performance do comércio, da lógica do consumo, em detrimento da vida. O que pode ser constatado é uma oposição entre economia, política e vida, mas que é uma aparente oposição, já que existem precariedade laboral, iniquidades e desigualdades no contexto neoliberal no qual surge a Covid-19 (Caponi, 2020). Por isso, salientamos que a pandemia causou impactos na saúde mental de moradores de favelas. Nitahara (2021) discute que o estudo realizado pelo coletivo Movimentos, composto por pessoas de diferentes favelas do Rio de Janeiro, revelou distúrbio do sono e diferentes níveis de depressão e ansiedade. Além disso, os moradores relataram tristeza, medo, pânico, pensamentos negativos, dores e palpitação acima da média.

Também é possível afirmar que existe uma relação entre racismo e impactos negativos na saúde mental no contexto da pandemia (Nitahara, 2021). Goes, Ramos e Ferreira (2020) lembram que a população negra brasileira representa a maioria dos trabalhadores informais, de serviço doméstico, comercial, da alimentação, transporte, armazenamento e correio, que se mantiveram ativos, mesmo durante a pandemia. Mesmo que isso aconteça, essa população “[...] tem menos acesso aos serviços de saúde e está em maior proporção entre as populações vulneráveis, que secularmente vivenciam a ausência do Estado em seus territórios” (Goes, Ramos & Ferreira,

2020, p. 4).

Em razão disso, as estratégias no enfrentamento da pandemia começaram a ser mobilizadas nas periferias e, com destaque, por pessoas periféricas – pelas lideranças e organizações que já existiam e por novas que nasceram com os objetivos voltados à diminuição dos impactos da pandemia de Covid-19. “Somos indivíduos com nome, sobrenome, famílias e histórias” (Carvalho, 2020, p. 3). Podemos dizer que, historicamente, as mobilizações nas favelas brasileiras começaram a partir da organização comunitária desde a criação das primeiras associações de moradores de favelas da cidade do Rio de Janeiro nos anos 1940, “[...] que ocorreu em um contexto de reação dos favelados às propostas de remoção das favelas para lugares distantes do centro da cidade” (Fleury & Menezes, 2020, p. 268).

Fleury e Menezes (2020) apontam que um fenômeno comum nas últimas décadas tem sido identificado como emergência dos sujeitos periféricos, designando o aumento da autoestima por meio dos aparatos culturais, a exemplo de museus, jornais, mídias digitais, música e textos literários. Isso influenciou, desde o início da pandemia, o modo como as pessoas periféricas têm se articulado para conseguir sobreviver, pois, diante de um não-cuidado do Estado, moradores de favelas se articularam para produzir cartilhas, redes sociais, podcasts e outras práticas de cuidado. As práticas, ou formas de ação, das periferias durante a pandemia são registradas como: a garantia de subsistência; comunicação comunitária; prevenção; mapeamentos e produção de dados sobre incidência e morbidade; e críticas ao poder público e produção de planos de ação (Fleury & Menezes, 2020). Neste ponto, não queremos romantizar o sofrimento, inclusive já tecemos críticas a quem faz isso, mas mostrar que, apesar e com todas as dificuldades impostas às favelas, as pessoas periféricas se organizam coletivamente para não sucumbir e se tornarem estatísticas de mortes. Dessa forma, percebemos que as pessoas periferizadas, diferente do que as elites costumam propagar, têm práticas coletivas de reivindicação por melhoria e concessão de direitos por parte do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, apresentamos e discutimos as implicações psicossociais geradas pela pandemia de Covid-19 na vida de moradores de favelas brasileiras em tempos de neoliberalismo. Primeiro, observamos como o neoliberalismo ensejou severas consequências sob a promessa de solucionar essa crise e recuperar a economia quando, na realidade, resultou em enfraquecimento do Estado, comprometimento de anos de avanços sociais e políticos e como diluiu a noção de sociedade. A racionalidade neoliberal como discurso dominante produz o assujeitamento do Estado, dos indivíduos e de suas relações à lógica capitalista. O neoliberalismo e a pandemia de Covid-19 contribuíram de modo formidável para o agravamento de desigualdades sociais e econômicas e para o retorno de índices negativos de desenvolvimento humano, como a fome, a pobreza, o desemprego e a exclusão social de pessoas que não possuem os meios de produção.

Constatamos que muitos moradores de favelas, logo no início da pandemia, ficaram sem emprego formal. A população negra, especificamente, representa a maioria dos trabalhadores informais (de serviço doméstico, comercial, da alimentação, do transporte, armazenamento e correio) que se mantiveram ativos durante a pandemia. Isso, somado às faltas de políticas públicas, contribuiu para o alto índice de morte desta população. Portanto, torna-se axiomático o quanto as políticas econômicas adotadas no governo (bolsonarista) tiveram como consequência a drástica piora dos indicadores sociais e econômicos no país, com o aumento do desemprego, das vulnerabilidades sociais, o desmantelamento do Estado de bem-estar, a fragilização de políticas de assistência e previdência social, de educação e de saúde.

Podemos considerar que o neoliberalismo modula o pensamento e prática das pessoas ricas e das que não são ricas, mas que têm muito conforto financeiro, por criar um mundo cheio de fantasias e benesses, no qual as minorias sociais em direitos não são vistas. Isso nos faz pensar que existe um mundo criado pelo neoliberalismo que passa a ser almejado pela população brasileira, já que neste mundo as injustiças e desigualdades sociais não precisam ser discutidas e trabalhadas para a sua inexistência.

Por fim, também consideramos, segundo o que discutimos, que os moradores e instituições da sociedade civil se colocam na luta pela garantia de direitos básicos. Essa atitude também faz parte de uma luta muitas vezes localizada no sentir, na esfera subjetiva, sendo a disputa pelas narrativas sobre as favelas. Tal preocupação advém da necessidade de firmar que as mais potentes práticas de solidariedade e impacto territorial emergem nas favelas, nas periferias.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, M. V., & Ribeiro, L. H. L (2020). Desigualdade, situação geográfica e sentidos da ação na pandemia da Covid-19 no Brasil. *Caderno de Saúde Pública [online]*, 36, 01-14.
- Antunes, D. C. (2020). Meios de comunicação e (falsa) liberdade: reflexões sobre a pesquisa das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) em Teoria Crítica. In.: J. P. Barros, D. C. Antunes, & R. P. Mello (Org.). *Políticas de vulnerabilização social e seus efeitos: estudos do programa de pós-graduação em psicologia da Universidade Federal do Ceará*. (pp. 231-245). Fortaleza: Imprensa Universitária.
- Butler, J. (2015). *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* São Paulo: Civilização Brasileira.
- Cambaúva, L. G., & Junior, M. C. (2005). Depressão e neoliberalismo: constituição da saúde mental na atualidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 25(4), 526-535.
- Caponi, S. (2020). Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. *Estudos Avançados [online]*. 34(99), 209-224.
- Carvalho, P. (2020). Pandemia de desigualdades. N-1 Edições. Retirado em 10 de março de 2022, em <https://www.n-1edicoes.org/textos/94>.
- Centeno, A. (2021, 03 de março). *O Brasil, a pandemia e as elites do chicote*. Retirado em 02 de junho de 2022, em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/03/o-brasil-a-pandemia-e-as-elites-do-chicote>.
- Cunha, C. (2021, 08 de dezembro). *Elite política faturou durante a pandemia*. Retirado em 02 de junho de 2022, em: <https://www.correiobraziliense.com.br/opiniao/2021/12/4969023-elite-politica-faturou-durante-a-pandemia.html>.
- Demenech, L. M., Dumith, S. C., Vieira, M. E. C. D., Neiva-Silva, L (2020). Desigualdade econômica e risco de infecção e morte por COVID-19 no Brasil. *Revista Brasileira de Epidemiologia [online]*. 23, p. 1-12.

D'Andrea, T. P. (2013). *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Fleury, S., & Menezes, P. (2020). Pandemia nas favelas: entre carências e potências. *Saúde em Debate [online]*, 44, 267-280.

Goes, E. F., Ramos, D. O., & Ferreira, A. J. (2020). Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. *Trabalho, Educação e Saúde*, 18(3), 1-7.

Guerra, A. M. C. (2019). Alguns princípios teórico-políticos para intervenções com juventude: como lidar com os efeitos psicossociais da violência? In: Lopodente, M. L. G. et al. (Orgs.). *Corpos que sofrem: como lidar com os efeitos psicossociais da violência?* (pp. 137-149). São Paulo: Elefante.

Harvey, D. (2020). Políticas anticapitalistas em tempos de COVID-19. In: DAVIS, M. et al. *Coronavírus e a luta de classes*. (pp. 13-23). Brasil: Terra Sem Amos.

Horkheimer, M. (1980). *Teoria Tradicional e Teoria Crítica. Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.

Jay, M. (2008). *A imaginação dialética: História da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais, 1923-1950*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Leite, K. C. (2020). A (in)esperada pandemia e suas implicações para o mundo do trabalho. *Psicologia & Sociedade [online]*, 32, 1-18.

Lima, T. C., & Mioto, R. C. T. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*, 10, 37-45.

Nitahara, A. (2021, 27 de setembro). *Rio: 54% dos moradores de favelas perderam emprego na pandemia: Moradores relatam falta de condições para fazer isolamento social*. Retirado em 02 de junho de 2022, em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2021-09/cerca-54-dos-moradores-de-favelas-no-rio-perderam-emprego-na-pandemia>

Oliveira, R., & Sampaio, S. S. (2018). Neoliberalismo e Biopoder: o indivíduo como empresa de si mesmo. *Textos & Contextos*, 17(1), 167-177.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. (2022). Histórico da Pandemia de COVID-19. Retirado em 21 de março de 2022, em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>

Silva, L. B. (2020). Favela e Covid-19: registros da continuidade. In: Silva, L. B., & Dantas, A. V. (Orgs.). *Crise e pandemia: quando a exceção é regra geral*. (pp. 57-73). Rio de Janeiro: EPSJV.

Sousa, F. M., Dominguez, M. T., & Cunha, M. B. (2021). É como se aqui não tivesse pandemia: reflexões sobre a pandemia por Covid-19 em favelas cariocas. *Revista Virtual Enfil - Encontros com*

a Filosofia, 09, 111-125.

Tesini, B. (2021). *Síndrome respiratória aguda grave (Covid-19, MERS e SARS) Manual MSD*. Retirado em 21 de março de 2022, em: <https://www.msdmanuals.com/pt-br/casa/infec%C3%A7%C3%B5es/v%C3%ADas-respirat%C3%B3is/coronav%C3%A7%C3%A3o/Drus-e-s%C3%ADndromes-respirat%C3%B3is-agudas-covid-19-me-s-e-sar>.

Toxicologia, P. (2020, 27 de outubro). *5 Aspectos positivos da pandemia de covid-19 para empresas e trabalhadores*. Retirado em 02 de junho de 2022, em: <https://www.gestaocovid.com.br/aspectos-positivos-pandemia-covid/>.

Vannuchi, C. (2020, 23 de abril). *Sairemos melhores da pandemia de coronavírus?*. Retirado em 02 de junho de 2022, em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/camilo-vannuchi/2020/04/23/sairemos-melhores-da-pandemia.htm>.

Verbicaro, L. P. (2020). Pandemia e o colapso do neoliberalismo. *Voluntas: Revista Internacional De Filosofia*, 11, e3.

TRABALHO, PRAZER, SOFRIMENTO E ESTRATÉGIAS DE DEFESA NO TRABALHO GERENCIAL

Work, Pleasure, Suffering and Defense

Strategies in Managerial Work

Rita de Cássia Martins de Oliveira Ventura³¹

Lilian Beatriz Ferreira Longo³²

Márcio Rocha Damasceno³³

Reginaldo Adriano de Souza³⁴

Thiara Guimarães Heleno de Oliveira Pôncio³⁵

RESUMO: O estudo em referência tem como objetivo central conhecer as estratégias de defesa, no âmbito da saúde mental, utilizadas por gestores de diferentes organizações, ressaltando os aspectos impulsionadores de prazer e de sofrimento que a organização desse trabalho lhes traz. Como pressupostos teóricos, fundamentou-se nos estudos sobre a temática de saúde mental, partindo do paradoxo e das contradições que o ato de trabalhar possui. Classificando-se como um estudo descritivo, utilizou-se de um survey para a coleta de dados em uma amostra estatisticamente estabelecida com 96 sujeitos de pesquisa. Por meio dos dados coletados e das análises efetuadas, pôde-se inferir que os gestores, tendo como foco principal o sucesso pessoal e profissional, adotam estratégias defensivas de individualismo, associadas, em alguns casos, à passividade, com o intuito de se equilibrarem frente aos diferentes desafios do cargo e à manutenção de sua posição na organização.

PALAVRAS-CHAVE: Gerentes; Organizações; Saúde mental; Trabalho.

ABSTRACT: The main objective of this study is to know the defense strategies in the context of mental health used by managers of different organizations, highlighting the aspects that promote pleasure and suffering that the organization of their work brings to them. As theoretical assumptions, it was based on studies of the subject of mental health starting from the paradox and contradictions that the act of working has. Classifying itself as a descriptive study, a survey individuals. Through the data collected and the analyzes carried out, it was possible to infer that

³¹ Centro Universitário UniFacig (UNIFACIG) | <https://orcid.org/0000-0002-1286-2041> | ritamartins@sempre.unifacig.edu.br

³² Centro Universitário UniFacig (UNIFACIG) | <https://orcid.org/0000-0002-9857-5886> | lilian@sempre.unifacig.edu.br

³³ Centro Universitário UniFacig (UNIFACIG) | <https://orcid.org/0000-0001-6655-0142> | psicologia@unifacig.edu.br

³⁴ Centro Universitário UniFacig (UNIFACIG) | <https://orcid.org/0000-0002-0791-0328> | marketing@unifacig.edu.br

³⁵ Centro Universitário UniFacig (UNIFACIG) | <https://orcid.org/0000-0002-1286-2041> | thiara@sempre.unifacig.edu.br

method was used to collect data from a statistically established sample of 96 research managers, with their main focus on personal and professional success, adopt defensive strategies of individualism, associated, in some cases, with passivity, in order to balance themselves face to several job challenges and maintaining their position within the organization.

KEYWORDS: Managers; Organizations; Mental health; Work.

INTRODUÇÃO

Pensar o que representa o trabalho na vida do ser humano foi, e ainda é, um dos temas mais debatidos em diferentes áreas do conhecimento. Langer (2003) aponta que a justificativa para esse fato é decorrente das profundas e radicais transformações impostas pelo capitalismo de forma constante, fazendo com que o ato absorva diferentes nuances. De fato, as modificações pelas quais o trabalho passou são profundas e radicais ao longo da história da humanidade. Hodiernamente, esse fato se revela de forma mais contundente. A revolução tecnológica impôs ao trabalho profundas metamorfoses, o que tem feito com que a organização do trabalho, em diferentes contextos, se reconfigure e se reconstrua em novos paradigmas de eficiência e eficácia. Langer (2003, p. 3) afirma que:

Os fenômenos do desemprego, da flexibilização, da desregulamentação e da precarização relacionados ao trabalho tomaram de assalto sociedades inteiras. Já não há um indivíduo que possa se sentir seguro nesta nova sociedade que vai emergindo. O capitalismo parece mesmo ter feito desta situação de insegurança generalizada um princípio de organização social e do trabalho.

No âmbito da empresa contemporânea, Gaulejac (2007) afirma que, devido a essas características de contradições e flexibilidade, o controle, anteriormente focado no corpo físico, se descola para a psique. De acordo com o autor: “mais que enquadrar os corpos, procura-se canalizar as pulsões e controlar os espíritos. A empresa espera de seus empregados que se devotem ‘de corpo e alma’” (Gaulejac, 2007, p. 124).

Antunes afirma que o trabalho, nessa perspectiva, desempenha um papel contraditório na vida dos sujeitos:

Ao mesmo tempo cria e subordina, emancipa e aliena, humaniza e degrada, oferece autonomia, mas gera sujeição, libera e escraviza, impede que o estudo do trabalho humano seja unilateralizado ou mesmo tratado de modo binário e dual (Antunes, 2009, p. 233).

Corroborando essa análise e fazendo referência ao nexo causal trabalho e saúde mental, Areosa (2019, p. 2) aponta que ao se fazer “alusão – de modo aparentemente simplista – à relação trabalho/saúde mental deve-se considerá-la entrelaçada por aspectos multidimensionais, decorrente de fatores biopsicossociais”. Dessa forma, é preciso ponderar aspectos múltiplos ao se propor estudar essa relação. Ou seja, o ser humano se relaciona de forma diferente com sua atividade produtiva, o que pode gerar consequências também diferentes.

Considerando as mutações pelas quais a atividade do trabalho passou, Langer (2003) aponta que o novo trabalhador requerido pelo modo de organização de trabalho flexível deve ter habilidades múltiplas além da capacidade de trabalhar em equipe, habilidade para lidar com a fragmentação e resiliência para aceitar os novos desafios de insegurança que o mundo do trabalho impõe. Ou seja, o contexto social exige que a pessoa se entregue “inteiramente a seu

trabalho, sacrificar tudo pela sua carreira” conforme apontado por Gaulejac (2007, p. 113). Desta forma, os impactos multidimensionais estão além do cotidiano do trabalho e afetam, diretamente, a vida fora do trabalho. Vive-se a perda do significado do trabalho, acompanhada de situações de violência e de perda constante do sentido daquilo que se faz dentro de um espaço organizacional e, ato simultâneo, o trabalho se coloca como criador de identidade e, ainda, como classificador na esfera social.

Abordando essa relação paradoxal, depara-se com os estudos de prazer e sofrimento no trabalho. Dejours (2004) afirma que o sofrimento mental, de qualquer trabalhador, é consequência direta da organização de seu trabalho, que envolve as responsabilidades, as relações de poder, a hierarquia, as formas de submissão, tecnologia e o conteúdo das tarefas realizadas por esse profissional.

Frente a essas exigências, o sofrimento é consequência direta dessa dinâmica. Explicando esse sofrimento, Dejours (2006) sugere que é decorrente do medo que o trabalhador tem de não dar conta de todas as exigências e cobranças que a organização do trabalho impõe a ele e que, por isso, poderá ter reconhecida sua incompetência. E se o sofrimento, frente a esse cenário de precarização, é inevitável, o mesmo autor sugere que estratégias defensivas acabam por emergir, pois o trabalhador precisa se manter equilibrado utilizando-se de artimanhas para manter e preservar a sua saúde mental (DEJOURS, 2004). Corroborando essa análise, Nascimento (2012, p. 54) afirma que as estratégias de defesa que os trabalhadores desenvolvem são “como uma modalidade de adaptação e resistência às pressões oriundas da organização do trabalho e de seus modos de gestão e podem ser individuais ou coletivas [...]”.

Desse modo, e fundamentando-se no arcabouço teórico da psicodinâmica, mais precisamente nos diversos trabalhos de Dejours, este estudo tem como questão norteadora conhecer as estratégias de defesa utilizadas pelos gerentes para se manterem no cargo, de diferentes setores de atuação, buscando criar relação com os pressupostos teóricos estabelecidos pelo autor. Espera-se, assim, contribuir para a ampliação do estado da arte do tema saúde mental e sua possível relação causal com o trabalho. Dando espaço para as falas dos gerentes, o objetivo é identificar se o trabalho realizado pelos respondentes lhes causa algum tipo de prazer e sofrimento e, a partir daí, conhecer as estratégias defensivas utilizadas por eles para evitar e/ou minimizar o sofrimento, caso exista, na realização de seu trabalho. Como objetivos específicos, têm-se: identificar as variáveis que compõem a organização do trabalho dos gerentes de diferentes empresas; analisar e desenhar o cotidiano de trabalho e as variáveis que impactam na saúde mental desses profissionais; e identificar as estratégias de defesa que os gerentes utilizam, associadas ao gênero, frente ao seu sofrimento, para evitar e/ou minimizar o impacto em sua saúde mental.

A justificativa para o desenvolvimento desse estudo assenta-se na importância crescente de estabelecer nexos, causais ou não, entre o trabalho e a saúde mental. Também, pela afirmativa de Tavares, Lima, Oliveira, Daldon e Matsuo (2019), que apontam que o tema adoecimento pelo trabalho ainda é precariamente discutido em nossa sociedade e, quando é pesquisado, é muitas vezes relacionado à pessoa e quase nunca à forma como esse trabalho está organizado. Para além dessa afirmativa, tem-se a análise de Brant e Dias (2004, p. 943) que ressaltam o aspecto de que os gerentes, “na qualidade de sujeitos divididos entre a obediência e resistência às demandas organizacionais, parecem encarnar, estrategicamente, as ‘proibições’ de manifestação do sofrimento, reproduzindo assim a atual cultura do individualismo na gestão do trabalho”.

TRABALHO E SAÚDE MENTAL: ASPECTOS TEÓRICOS

“O trabalho dignifica o homem”. Quantas vezes essa expressão já foi utilizada para iniciar todo e qualquer debate sobre o sentido do trabalho? Que o ato de trabalhar tem significado e é importante para a construção do ser humano como artífice frente à natureza, é indiscutível. Porém, como herança dos pressupostos teóricos taylorista/fordista, também é inegável que a maneira como esse é organizado pode se transformar em uma fonte de sofrimento e de alienação. Como afirma Albornoz (2008, p. 7), o trabalho humano “atividade determinada e transformadora tantas vezes penosa é, contudo, necessária”. Mas não é só o paradigma taylorista/fordista o único vilão no contexto das mazelas que o trabalho traz. Há de se considerar toda a evolução que a organização do trabalho sofreu e sofre. Se no paradigma industrial sofria-se pelo esvaziamento do conteúdo do trabalho e pela sua forma repetitiva de realizá-lo, no cenário pós-industrial essas questões não foram resolvidas. Sofre-se atualmente por outras características que, sem isentar as anteriores, também produzem sofrimento talvez até maior que no modelo industrial.

Areosa (2019) afirma que a realização do trabalho está proporcionalmente ligada à realização do ego e ao reconhecimento, ou seja, juntos fortalecem a identidade do indivíduo como uma forma de estratégia para manter a saúde mental. Sob essa perspectiva, o reconhecimento é ponto fulcral no âmbito do trabalho, pois, se ele faltar, pode ocasionar o desequilíbrio, a perda do significado e, consequentemente, o gatilho para a doença mental.

Na sociedade contemporânea, as características que o trabalho carrega em si são: atividades marcadas pela fluidez, descartabilidade das pessoas e do conhecimento que essas possuem, desafios cotidianos impostos pelo cumprimento dos resultados, a pressão por realizar, o tempo cada vez mais escasso para o fazer e todo o contraditório entre ter, ser e possuir que a sociedade impõe a todos. De certo modo, todas essas transformações estão diretamente vinculadas às metamorfoses pelas quais a sociedade passou. Vive-se o que Daniel Bell e Alain Touraine classificam como a era pós-industrial ou a sociedade do conhecimento, conforme a leitura de Gorz (2005), e a sociedade de redes (Castells, 2008). Fontanella, Ricas e Turato (2008, p. 56), baseando-se em Thrift, utilizam o conceito de *Soft Capitalism*, ou seja, “um capitalismo leve, fluido, que demanda, portanto, formas organizacionais portadoras de um elemento de desorganização embutido, a fim de que suportem a pressão constante de serem formadas, desmanchadas e reconfiguradas em curto prazo”. Organizações fluidas pedem trabalhadores fluidos que sejam capazes de se adaptar constantemente a essa nova forma de trabalho (Bauman, 2001). Se são formas de trabalho diferentes, um ponto a ser observado é a comparação do modelo de trabalho iniciado no período industrial e o seu modelo anterior, o artesanal. Albornoz (2008, p. 39) aponta que:

O modo de subsistência do artesão determina e impregna todo o seu modo de viver. Seus amigos são os seus colegas. Suas conversas são sobre a sua profissão. Não há necessidade de lazer como evasão. O trabalho hoje é uma espécie de negativo daquele artesanal, ou o seu oposto. No mundo industrial falta o vínculo entre o trabalho e o resto da vida [...]. Assim, se separa totalmente trabalho de lazer, de prazer, de cultura de renovação das forças anímicas, que deverão ser buscadas no tempo que sobrar do trabalho.

Sob essa perspectiva, é que considera a relação indivíduo-trabalho como carregada de nuances e de diferenças que ocorrem de forma simultânea e que precisam ser consideradas quando se propõe a estudar trabalho e saúde mental. Balabuch, Faria, Tutyta & Pereira (2019)

apontam que o “novo” mundo do trabalho se baseia em aspectos instáveis, inseguros, competitivos e, por isto, exige de forma impositiva indivíduos com habilidades compatíveis com essa alta pressão do contexto laboral. Os autores afirmam que os trabalhadores contemporâneos “são cobrados e se cobram, exigindo de si mesmos, principalmente quando se trata de um ambiente corporativo que permeia produtividade, metas e objetivos, transformando assim, por exemplo, o estresse em um problema comum” (Balabuch, Faria, Tutyá, & Pereira, 2019, p. 45).

Além desse aspecto, Albornoz (2008) argumenta que se vive um ciclo virtuoso de submissão ao capital, haja vista que, “o mundo é domesticado pela submissão ao trabalho” (p. 40), pois se vive “sob a submissão ao capital”. De acordo com a autora, extrapolou-se a concepção do trabalho para a subsistência e passou-se a trabalhar para o consumo, induzido pelos meios de comunicação de massa que “manipulam o desejo e criam necessidades de consumo, dando aparência de necessidade a um trabalho que, em si, não seria mais necessário” (Albornoz, 2008, p. 41). Por tudo isto, vale a pena se sacrificar em busca, segundo Glaulejac (2007, p. 179), “de uma riqueza desmedida, e para tanto é preciso suportar um “estresse de demência”, uma “pressão infernal”, uma “profissão que sufoca””.

Desse modo, para suportar esse trabalho, Mendes (2007) aponta que, na busca para minimizar sua doença, ou para negá-la, o indivíduo aciona suas defesas para estabelecer estratégias para que ele possa suportar, lidar e, quem sabe, atenuar o sofrimento. Ou seja, procura-se estancar o sofrimento e justificar essa atitude no ponto de que, pelo sucesso social e pela carreira, tudo compensa!

Mendes (1996), em pesquisas realizadas, identificou três tipos de estratégias defensivas utilizadas pelos trabalhadores pesquisados: racionalização, individualismo e passividade. A estratégia de racionalização diz respeito ao mecanismo de oferecer explicações coerentes do ponto de vista lógico em que se busca preservar a imagem da empresa. Mendes (1996, p. 30) afirma que essa estratégia envolve a “realização profissional fora do espaço da empresa, demonstrando assim, uma necessidade de não permitir o domínio do adoecimento intelectual”.

Já a estratégia denominada de individualismo é a atribuição de naturalização para os fatos que ocorrem nas diferentes situações do trabalho. Mendes (1996, p. 30) identificou “que o individualismo pode ser considerado uma estratégia para fazer face aos conflitos internos resultantes do sentimento de impotência diante da percepção dos princípios tayloristas presentes na situação de trabalho [...]”.

A estratégia de defesa chamada de passividade envolve muito mais um estado emocional do que, na leitura de Mendes (1996), uma estratégia de defesa. Nela, o trabalhador busca negar a percepção da realidade e busca se acomodar às situações do trabalho e atribuir a forças externas a capacidade de mudar a organização do trabalho que realiza.

Mendes (1996), frente aos resultados encontrados em seus estudos, afirma que a convivência com o sofrimento de forma contínua acaba por gerar alienação do trabalhador e, esses três tipos de estratégia utilizadas, podem ser um pano de fundo para um processo cíclico de busca por equilíbrio para a manutenção da saúde mental.

Guillet (2013), além dessas estratégias, inclui a da virilidade na qual o sujeito trabalhador se fundamenta nos referenciais históricos, sociais e culturais em que “homem que é homem...”, ou seja, os trabalhadores do gênero masculino não admitem o sofrimento/adoecimento chegando a negá-los. Na leitura de Souza e Antloga (2017, p. 34) o homem

Que consegue manter a “qualquer preço” sua masculinidade a partir de defesas viris, ganha o prestígio e respeito do coletivo constituído de outros homens. [...] [...] E, quando acontece, por exemplo, de um homem ser encaminhado para um profissional da saúde e ser diagnosticado com alguma doença psíquica [...] [...] Ele

ganharia um comprovante que atesta sua fraqueza ou que compromete sua imagem masculina e seu poder viril. E como a sua masculinidade tem um peso significativo na sua vida, o homem tenderá a se fazer de forte e valente para manter as características que são valorizadas pelos outros, se embrutecendo, usando atitudes viris como defesa para amenizar o sofrimento e equalizar seu prestígio psicossocial de masculinidade no trabalho e demais lugares que ele interagir.

Sobre essa questão, Dejours (1988) define essa estratégia como a “ideologia defensiva da profissão” que o homem possui, a qual produz e reproduz uma atitude de virilidade onde se nega o sofrimento. Segundo o autor, para não ser destronado da posição de macho, super poderoso, o sujeito precisa, a qualquer preço, mostrar que é “homem de verdade”. Reforçando essa análise, Souza e Antloga (2017, p. 25), citando Beauvoir³⁶, afirmam que

Nenhum destino biológico, psíquico, econômico é capaz de definir a forma que assume dentro da sociedade o macho humano; é um conjunto de civilização que elabora esse produto intermediário entre o homem e o super-homem que chamamos de viril.

Para além dessas estratégias, as pesquisas realizadas por Brant e Dias (2004, p. 947-948) apontam que “tamponar o sofrimento foi a forma que o grupo encontrou para manter uma imagem ideal. Para isso, a realidade organizacional, como lugar de sofrimento, foi suspensa, colocada entre parênteses”. Esse aspecto pode ser explicado pela afirmativa de Gaulejac (2007), o qual aponta que a sociedade contemporânea exige dos trabalhadores uma posição de sempre sucesso. Segundo o autor:

A cultura do alto desempenho se impõe como modelo de eficiência. Ela põe o mundo sob pressão. O esgotamento profissional, o estresse, o sofrimento no trabalho se banalizam. A sociedade se torna um vasto mercado, no qual cada indivíduo está comprometido em uma luta para encontrar um lugar e conservá-lo (Gaulejac, 2007, p. 32).

GERENTES E O DESAFIO DA GESTÃO

Objeto de estudo de diferentes autores, os gestores sempre foram alvo de indagações e reflexões sobre suas atividades e o perfil de competências necessário para o cargo. Dentre esses, destacam-se aqui as pesquisas de Mintzberg (2016), que comprehende o trabalho gerencial como composto de várias tarefas que podem ser sintetizadas em três categorias que envolvem papéis interpessoais, informacionais e de decisão. Todos esses papéis envolvem processos em que sobressaem características como complexidade, descontinuidade e responsabilidade para com a instituição a que está vinculado. Paiva, Mageste e Ribeiro (2007) apontam que, frente às constantes reestruturações pelas quais a função gerencial passou, essa continua sendo carregada de desafios, considerando as ações de decisões e mediações que seus ocupantes precisam realizar em um cenário de convergência e de contradições que permeiam o seu contexto de trabalho. Suas atividades, conforme as autoras, fundamentam-se na articulação das teias do poder e da política nas organizações, lidar com os desafios naturais que envolvem a organização e o ambiente em que se está inserida, buscar estabelecer formas e processos de diferenciação que coloquem a organização em patamares superiores de competitividade, necessidade de conciliar a

³⁶ Beauvoir, S. (1972). *Tout compt fait*. Paris: Gallimard

função e a família, o que faz reverberar vitórias e derrotas em sua subjetividade e na dimensão simbólica que envolve a categoria profissional.

Buscando estudar as atividades do gerente, Paiva, Mageste e Ribeiro (2007) sugerem que essas podem ser sistematizadas em três dimensões: ação, devoção e desilusão. Para as autoras, a dimensão da ação envolve o fazer diário do gerente que envolve atribuições técnicas, considerando também as contradições, a fragmentação e o caráter disperso da função. A dimensão devoção envolve a necessidade constante de relacionamento interpessoal com o objetivo de mediar as questões sociais e políticas que permeiam o contexto organizacional. Para tanto, o gerente deve compreender e saber agir em meio aos jogos de poder, às coalizões que são construídas e se articulam constantemente, e no estabelecimento de estratégias para agir nesse cenário. Já a dimensão desilusão reflete as expectativas e frustrações relacionadas aos limites e às barreiras de atuação do cargo, às relações de poder que estão distribuídas ao longo da cadeia hierárquica e às relações sociais da organização.

Por todos esses aspectos, De Vasconcelos Ramos, Zille, Neto e Versiani, (2021, p. 169) afirmam, baseados em pesquisas, que uma das ocupações profissionais que convivem constantemente com uma alta carga de tensão são os gerentes. Isto ocorre por ser essa profissão exposta a constantes mudanças e a um conteúdo de trabalho permeado de complexidade e incertezas, o que pode ter como decorrência um grande desgaste físico e emocional. Chanlat (2005), focando no estresse, aponta que a categoria dos gestores apresenta cinco pontos precipitadores de quadros de estresse: a organização do trabalho, a tensão existente entre a carreira e a vida pessoal, a relação com os outros e a organização e o ambiente social global.

Nesta mesma direção, Gaulejac (2007, p. 43) afirma que o gerente, mais do que qualquer outro cargo nas organizações, interioriza a

Contradição capital/trabalho. De um lado uma forte identificação com o interesse da empresa, uma interiorização da lógica do lucro, uma adesão às normas e aos valores do sistema capitalista, do outro, uma condição salarial submetida às imprevisibilidades da carreira, ao risco da dispensa, à pressão do trabalho e a uma competição feroz.

Considerando as mulheres no cargo de gerência, os desafios tendem a ser maiores. Moraes e Pereira (2001, p. 37) afirmam que “ao assumirem um cargo gerencial, as mulheres se deparam com a necessidade de articulação de vários papéis”. Equilibrar a função de cuidar, historicamente designada às mulheres, e a função de *manager* em nossas hipermodernas organizações impõe o enfrentamento de preconceitos e estereótipos relacionados ao gênero e ao cargo, uma sobrecarga crescente de tarefas e responsabilidades, fazendo com que as mulheres tenham que se transformar em ‘supermulheres’ para dar conta de seus diversos papéis. Papéis que, em muitos casos, foram dados a elas e não escolhidos por vontade própria.

Desse modo, ao estudar saúde mental e as estratégias de defesa adotadas pelos gerentes, é preciso considerar todos os meandros que envolvem o desempenho das atividades gerenciais. Além, é claro, de refletir sobre as diferenças de gênero que a sociedade impõe ao trabalho masculino e ao trabalho feminino.

Considerando essas peculiaridades, entende-se o trabalho do gestor conforme a análise de Brant e Dias (2004, p. 942), que apontam:

Se o sofrimento constitui uma das expressões fenomênicas da insistência do homem em viver em um ambiente que lhe parece adverso, se o trabalho permite a construção do sujeito como ser de cultura e é fator primordial de sua manutenção,

torna-se importante compreender a relação desse sujeito com o sofrimento e a circunstância em que o próprio trabalho, no papel de elemento de transformação, revela-se uma ameaça.

DESENHO METODOLÓGICO

O delineamento metodológico adotado nesse trabalho se configura em um trabalho descritivo que, segundo Prodanov e Freitas (2013), visa registrar e descrever os fatos observados na pesquisa sem interferir nos mesmos, apenas descrevendo as características da população, objeto de pesquisa, e estabelecendo as relações entre as variáveis.

Desta forma, buscando informações ou conhecimento sobre o problema de pesquisa proposto e buscando descobrir as relações entre as variáveis, optou-se por um estudo de campo, que consiste “na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que presumimos relevantes, para analisá-los (Prodanov & Freitas, 2013, p. 59).

A coleta dos dados, utilizou-se de uma estratégia quantitativa e contou como instrumento de coleta de dados um questionário com questões fechadas e outras abertas. Para a análise dos dados utilizou-se da planilha eletrônica do Excel® onde os mesmos foram tabulados e processados. A partir das informações obtidas, traçou-se as análises a respeito da temática objeto desse estudo.

No que diz respeito à estratégia quantitativa, Mattar (2014) aponta que ela está alinhada ao formato metodológico de como os dados são coletados e tratados. No que diz respeito à amostra, o foco do estudo são gerentes independentemente do nível hierárquico e da organização. Desta forma, a amostra, seguindo a estratégia quantitativa, foi estabelecida utilizando a fórmula apresentada por Levine, Berensone e Stefan (2000) para quando não se conhece o número total do universo a ser pesquisado. Segundo os autores, a fim de obter intervalo de confiança de 95%, com erro máximo de estimativa de 0,10 e adotando o valor crítico ($Z_{\alpha/2}$) como 1,96 chega-se ao número mínimo de amostra de aproximadamente 96 sujeitos de pesquisa.

$$n = (Z^2_{\alpha/2} * 0,25) / E^2 \rightarrow n = (1,96^2 * 0,25) / 0,10^2 \approx 96$$

Os resultados do questionário foram tratados de forma quantitativa, a qual considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números as opiniões e informações para classificá-las e analisá-las.

Ressalta-se, por fim, que o projeto de pesquisa foi encaminhado para o Comitê de Ética em Pesquisas (CEP) do Centro Universitário UNIFACIG – Parecer 5.354.960, seguindo a sugestão da Resolução do CNS 196 por envolver o ser humano de forma direta na pesquisa (Prodanov & Freitas, 2013). A pesquisa foi aprovada pelo CEP, o que permitiu o prosseguimento ao levantamento e análise das informações.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Dos dados coletados, obteve-se informações analisadas tendo como base a questão norteadora do estudo e os objetivos a que se propôs atingir. O perfil dos respondentes é: gênero masculino (51%), se encontra na faixa etária de 30 a 40 anos (39,58%), ocupa o cargo de gerente geral (41%) de uma empresa de serviços e não cogita a possibilidade de deixar o cargo (54%) e nem a organização em que trabalha (64%).

O SIGNIFICADO DO TRABALHO

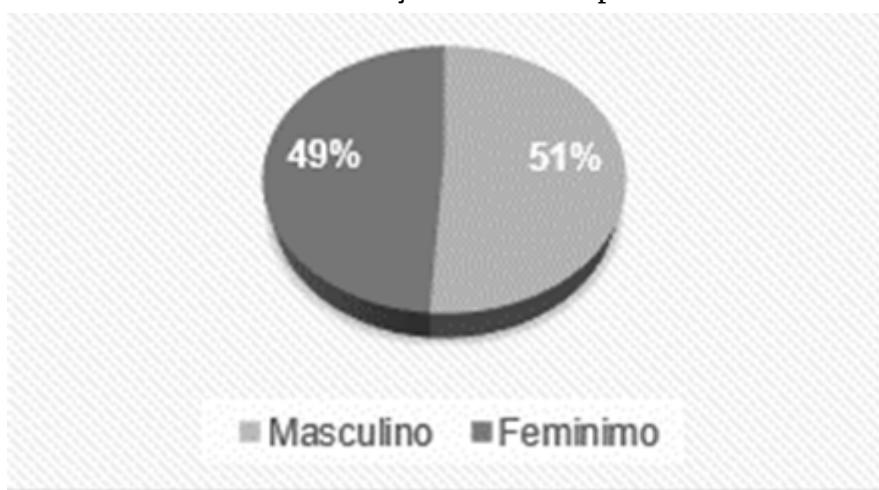
Para uma parcela dos respondentes (35%), o trabalho significa uma fonte de sobrevivência e, por isso, necessário para que se possa atingir os sonhos e a possibilidade de conseguir realizar os projetos elaborados. Para a maioria (65% da amostra), porém, o ato de trabalhar extrapola a simples sobrevivência e é uma possibilidade de crescimento, de “ser produtivo dentro de uma sociedade que precisa ser, a cada dia, melhor”. Para esses gerentes, o trabalho é uma forma de se sentirem úteis, uma fonte de prazer e de possibilidade de “transformar” a vida de outras pessoas.

CONTEÚDO DO TRABALHO E ASPECTOS DE PRAZER E SOFRIMENTO

Os respondentes afirmam possuir um conteúdo de trabalho muito desafiador, apontando que gerenciar pessoas, buscar informações no mercado, tomar decisões diárias, resolver problemas e a burocracia que o cargo necessita ter o torna muitas vezes cansativo. Porém, são essas características que também o tornam desafiador. Percebem que as tarefas, em sua maioria, possuem uma característica de descontinuidade, dificultando a elaboração de uma agenda para a sequência diária das atividades. Outro ponto que os gestores apontam é a realização do papel de mediador dos conflitos que surgem na organização, tanto entre os funcionários quanto com os clientes que, em sua maioria, desejam ter um tratamento cada vez mais individualizado, não compreendendo as políticas da organização. A maioria (54%) afirma considerar que as atividades que realizam é que tornam a função muito cansativa e estressante, chegando a ser emocionalmente estressante, pois sempre estão lidando com pessoas.

Analizando as diferenças entre os gêneros, a amostra dos respondentes possui a seguinte configuração:

Gráfico 1: Distribuição da Amostra por Gênero



Fonte: Dados da Pesquisa

As gestoras, em sua totalidade (49%), apontaram que o cargo possui uma carga de trabalho intensa. Como é historicamente cobrada, uma gestora aponta que “Me cobro muito, estou sempre tentando me antecipar aos acontecimentos e tenho receio de não corresponder com a função”. E, em sua maioria, as respondentes se dividem entre a casa, a condição de esposa, os filhos e o trabalho.

Os dados coletados confirmam os estudos de Moraes e Pereira (2001), Chanlat (2005), Mintzberg (2016) e De Vasconcelos Ramos, Zille, Neto e Versiani (2021), os quais apontam como característica principal do cargo a carga estressora e o desafio para as mulheres gestoras.

Quanto aos aspectos que são indutores de prazer ao realizarem o seu trabalho, os gestores respondentes (19,79%) apontam como desafio e fonte de prazer no cargo a possibilidade de trabalharem e serem responsáveis por outras pessoas, e o reconhecimento ao atingirem os resultados. Esse aspecto do reconhecimento, apresentado por alguns gestores (8,33% dos pesquisados), confirma a perspectiva de Areosa (2019) ao apontar que o reconhecimento é aspecto central no equilíbrio da saúde mental dos trabalhadores. Infere-se que, ao serem reconhecidos, os gestores, de uma forma muitas vezes inconsciente, conseguem amenizar o cansaço que sentem e o desgaste do trabalho, fazendo uma leitura de que tudo isto compensa e que tal desgaste faz parte do trabalho. Ou seja, o reconhecimento por parte de outras pessoas, quando presente, é fonte de prazer e, a falta dele, consequentemente, é fator de sofrimento.

Chama a atenção a resposta de um respondente que afirma que ser gerente “é a única coisa que ele sabe fazer” e as atividades de trabalho que ele realiza são em sua maioria estressantes e “nada lhe proporciona prazer”. Outros dois respondentes afirmam que o “dinheiro” que recebem é o único ponto de prazer na profissão, não demonstrando nenhum tipo de motivação para a realização de seu trabalho. Essas respostas confirmam a análise de Gaulejac (2007), quanto a isso sugere que a sociedade contemporânea impulsiona o desenvolvimento de estratégias para suportar o trabalho, apesar de tudo, em troca de salário que os faz ter uma vida mais confortável.

Quanto aos aspectos que lhes causam sofrimento no desempenho de suas atividades como gerentes, a maioria dos respondentes (20%), aponta que o fato de gerenciarem pessoas e serem responsáveis por atividades que seus subordinados desempenham é um dos pontos que mais lhes causa sofrimento. Esse aspecto é um paradoxo na atividade gerencial, pois ao mesmo tempo que gera prazer, também gera sofrimento. De acordo com eles, o fato de serem cobrados por metas, tarefas e empenho de seus liderados é ponto crítico, haja vista que muitos de seus liderados não demonstram compromisso, muitas vezes, com a organização.

Alguns respondentes, 6,25% da amostra, apontam que a falta de compromisso, falta de decisão e o autoritarismo dos seus superiores também são pontos de desgaste. Isto chega a causar estresse, pois os gerentes ficam impossibilitados de realizar o planejamento e ficam à mercê da vontade e da hora que os “chefões” queiram conversar, compreender a situação e decidir.

Um ponto significativo é a fala de um dos gerentes que aponta ser o mais sofrido para ele realizar “são as atividades que se tornam contrárias aos seus valores”. Esse aspecto corrobora as análises de Paiva, Mageste e Ribeiro (2007) quando elas falam sobre esses aspectos contraditórios no trabalho do gerente.

Ressalta-se que as respostas obtidas ao se questionar sobre os pontos de sofrimento no cargo ocupado corroboram uma das dimensões apontadas por Paiva, Mageste e Ribeiro (2007). A dimensão desilusão retrata claramente as respostas dos gerentes, ou seja, as frustrações relativas aos limites de atuação do cargo são aspectos significativos por gerarem sofrimento aos seus ocupantes.

GERENTES: SAÚDE FÍSICA E MENTAL E AS ESTRATÉGIAS DE DEFESA

Quanto ao aspecto da saúde física e mental, 42% dos respondentes afirmam ter desenvolvido algum tipo de patologia. Alguns apontam terem desenvolvido compulsões por comida; outros, síndrome de pânico; e a maioria aponta o estresse, crises de ansiedade e, até mesmo, o uso intenso de medicamentos antidepressivos.

Porém, 58% dos respondentes afirmam não ter desenvolvido ou ter passado por qualquer problema de saúde por causa do trabalho. Este resultado denota dois pontos relatados pelos

aportes teóricos. Primeiro, realmente o cargo ocupado por esses pode não ter desencadeado nenhum tipo de distúrbio tanto físico quanto mental. Segundo, as pessoas nos cargos de gerentes se sentem privilegiadas por estarem em tal cargo e, por isso, não se permitem desenvolver alguma patologia para que tal fato não os designe como “fracos” ou “incompetentes”. O reconhecimento da patologia pode ser percebido pelos liderados, pela organização ou pelo seu círculo social, como uma incapacidade do indivíduo. Vale salientar que tanto gerentes do gênero masculino quanto do gênero feminino responderam não terem desenvolvido nenhum tipo de patologia. Do total de 96 respondentes, somente 3 afirmaram ter se afastado do trabalho por questões de depressão ou por crises de ansiedade.

Quanto às estratégias utilizadas para enfrentarem os aspectos de sofrimento no desempenhar cotidiano das tarefas, os gerentes apontam formas diferenciadas de lidarem com a situação. Grande parte deles, 94,5% dos respondentes, utiliza como estratégia o individualismo, confirmando a análise de Mendes (1996, p. 30), que afirma ser essa uma maneira de fazer “face aos conflitos internos resultantes do sentimento de impotência”. Ou seja, utilizando falas diferentes, os gestores apontam que buscam lidar com a situação fazendo o que têm que fazer, afinal, é o serviço deles.

Outro ponto importante a ser salientado é o comportamento dos respondentes frente a essa questão. Observa-se que todos, sem exceção, buscam em suas emoções forças para controlar a situação e superá-la sem, contudo, buscar compreender que, muitas vezes, o sofrimento provém da organização ou do conteúdo do seu trabalho e não por atitudes das pessoas que fazem parte do cenário organizacional. Vários respondentes buscam em si, em suas características biopsicossociais, soluções e forças para superarem o sofrimento. Por isso, as respostas em relação às estratégias se voltam para o próprio controle emocional, psicológico e físico, colocando na pessoa a necessidade de enfrentar o sofrimento e se sobrepor a ele. Esses dados confirmam a análise de Brant e Dias (2004, p. 943), que ressaltam o aspecto de que os gerentes, “na qualidade de sujeitos divididos entre a obediência e resistência às demandas organizacionais, parecem encarnar, estrategicamente, as ‘proibições’ de manifestação do sofrimento, reproduzindo assim a atual cultura do individualismo na gestão do trabalho”. Desse modo, percebe-se uma forma de acomodação ou passividade, conforme a leitura de Mendes (1996), que envolve uma atitude mais emocional do que de defesa ao se colocar, no caso, os gerentes, numa posição de negação e atribuir ao sofrimento uma naturalidade que não é real.

Somente 1 dos respondentes afirma não ter nenhum tipo de sofrimento e, por isso, não precisa desenvolver nenhuma estratégia. Isto acontece pois ele “não somatiza as situações da empresa”. E, analisando o significado do trabalho para ele, “trabalho é dinheiro”. Essa concepção pode explicar, a princípio, a falta de envolvimento emocional com o trabalho, criando assim uma barreira invisível às diferentes situações vivenciadas no executar de suas atividades. Esse aspecto não significa que ele tenha um comportamento negativo em relação ao trabalho. Longe disto, afinal ele chegou ao cargo de gerente geral da empresa. É somente uma forma de lidar com o trabalho sem envolvimentos e fazendo o necessário para o cargo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados do estudo, coerentes com a questão norteadora do estudo e com os objetivos traçados, apontam que a estratégia de defesa utilizada pela maioria dos gerentes é o individualismo, baseando-se em Mendes (1996). Infere-se que o fato de os gerentes utilizarem dessa forma de defesa, frente ao sofrimento que o trabalho de gestão lhes traz, é uma forma de negarem o sofrimento e continuarem na função apesar de tudo. Atualmente, a sociedade cobra

sucesso, carreira e capacidade de ter e ser mais a cada dia. Para aqueles que chegaram ao cargo de gerência, independentemente do nível hierárquico, evoluíram na carreira e precisam se manter nela a todo custo. O rótulo de incompetência se associa a fraquejar frente a tudo que se esforçaram para chegar ao cargo.

Quanto aos objetivos específicos, frente aos dados coletados, o trabalho gerencial é descontínuo e centra-se em tomar decisões e controlar o trabalho de outras pessoas que são os seus liderados. Desse modo, o cotidiano de trabalho dos gestores é flexível e imprevisível, provocando intensos desgastes emocionais.

Das respostas obtidas, não se percebem diferenças significativas no que diz respeito ao gênero e às estratégias de defesa adotadas. Tanto as mulheres quanto os homens demonstram passividade e individualismo ao enfrentarem os aspectos de sofrimento de seu trabalho. Contudo, um aspecto é importante salientar. As mulheres gestoras apresentam em suas estratégias de defesa uma dose mais emocional e menos racional, no conceito de Mendes (1996), a estratégia de passividade, em relação aos gestores do gênero masculino. Elas, pela própria história construída no âmbito do cuidar, utilizam de bases emocionais para buscarem equilíbrio frente às diferentes situações de sofrimento.

De uma forma geral, os gestores buscam se equilibrar entre o desempenho de suas atribuições e a manutenção de uma saúde mental harmoniosa. Entre a manutenção em um cargo de gestão, o sucesso na carreira e o equilíbrio de suas emoções.

REFERÊNCIAS

- Albornoz, S. (2008). *O Que é Trabalho*. São Paulo: Brasiliense.
- Antunes, R. (2009). *Infooproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo.
- Areosa, J. (2019). O mundo do trabalho em (re) análise: um olhar a partir da psicodinâmica do trabalho. *Laboreal*, v. 15, n. 2. Recuperado de <https://journals.openedition.org/laboreal/15504>
- Bauman, Z. (2001) *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Balabuch, L. C. R., Faria, M. E. de L., Tutya, S. T. B. & Pereira, T. R. (2019, 15 a 17 de maio). O contexto laboral como fator agravante à saúde mental. In: III Congresso de Psicologia Organizacional e do Trabalho do Centro Oeste Paulista Formação e Práticas Profissionais. *Anais...Bauru*. Recuperado de <https://www.fc.unesp.br/cpot/anais/>
- Brant, L. C. & Dias, E. C. (2004). Trabalho e sofrimento em gestores de uma empresa pública em reestruturação. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 20, p. 942-949. Recuperado de https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v20n4/08.pdf
- Castells, M. (2008). *A Sociedade em Rede*. Volume 1. São Paulo: Paz e Terra.
- Chanlat, J. F. (2005). Mitos e realidades sobre estresse dos gerentes. In.: Davel, E. & Melo, M. C. O., (Orgs.) *Gerência em Ação: singularidades e dilemas do trabalho gerencial*. (pp. 281-322). Rio de Janeiro: FGV.

Dejours, C. (1988). Le masculin entre secualité et Société. *Adolescence*. Vol. 6, n. 1. Recuperado de <http://pascal-francis.inist.fr/vibad/index.php?action=getRecordDetail&idt=6616082>

Dejours, C. (2006). *A banalização da Injustiça Social*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Dejours, C. (2004). *Da Psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Brasília.

De Vasconcelos Ramos, A. P. L., Zille, L. P., Neto, M. T. R., & Versiani, F. (2021). Manifestações de Estresse Ocupacional em Gestores Hospitalares. *Interação em Psicologia*, v. 25, n. 2. Recuperado de <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/70556>

Fontanella, B. J. B., Ricas, J. & Turato, E. R. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/csp/a/Zbfsr8DcW5YNWVkymVByhrN/?format=pdf&lang=pt>

Gaulejac, V. de. (2007). *Gestão como Doença Social*: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida (SP): Editora Ideias e Letras.

Gorz, A. (2005). *O Imaterial*: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume.

Guillet, F. (2013). O duelo e a defesa da honra viril. In: Corbin, A., Courtine, J-J. & Vigarello, G. (Orgs.) *História da Virilidade*: o triunfo da virilidade o século XIX. Vol. 2. Petrópolis: Vozes.

Langer, A. (2003). Pelo êxodo da sociedade salarial: a evolução do conceito de trabalho em André Gorz. *Dissertação de Mestrado*. São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Recuperado de <http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ihu/005cadernosihu.pdf>

Levine, D. M., Berenson, M. L. & Stefan, D. (2000). *Estatística*: Teoria e aplicações. Rio de Janeiro: LTC.

Mattar, F. N. (2014). *Pesquisa de Marketing*: metodologia, planejamento, execução e análise. 7 ed. Rio de Janeiro: Elsevier.

Mendes, A. M. B. (2007). Da psicodinâmica à psicopatologia do trabalho. In: A. M. Mendes (Org.). *Psicodinâmica do Trabalho*: teoria, método e pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Mendes, A. M. B. (1995/1996). Comportamento defensivo: uma estratégia para suportar o sofrimento no trabalho. *Revista de Psicologia*, Fortaleza, v. 13/14, n.1/2, p. 27-32. Recuperado de <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/11111>

Mintzberg, H. (2016). *Managing*: desvendando o dia a dia da gestão. Porto Alegre: Bookman.

Moraes, A. F. de M. & Pereira, L. Z. (2021). Estresse ocupacional: estudo com gestoras do polo industrial de Manaus. *Revista Reuna*, v. 26, n. 3, p. 35-53. Recuperado de <https://revistas.una.br/reuna/article/view/1279>.

Nascimento, M. M. R. (2012, março). Organização do trabalho bancário de suporte e atendimento e vivências de sofrimento. *Dissertação de Mestrado*. Brasília. UNIVERSIDADE DE BRASILIA – UnB. INSTITUTO DE PSICOLOGIA. Recuperado de <https://repositorio.unb.br/handle/10482/10821>

Paiva, K. C. M., Mageste, G. S. & Ribeiro, C. M. (2007) Ação, Devoção e Desilusão: uma proposta de análise para a função gerencial. In: XI Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica, Belo Horizonte. *Anais ... do XI Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica*. Belo Horizonte: FAFICH / UFMG, 2007.

Prodanov, C. C. & Freitas, E. C. de. (2013) *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas de Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo – ASPEUR, Universidade Feevale.

Souza, R. G. & Antiloga, C. S. (2017). Psicodinâmica do trabalho masculino e a defesa da virilidade: uma questão de gênero. *Trabalho (em)cena*. 2(2) pp. 18-38. Tocantins. Recuperado de <https://betas.uft.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/view/4262>

Tavares, D. S., Lima, C.Q.B., Oliveira, J. A., Daldon, M. T. B. & Matsuo, M. (2019). *A Violência Durante o Processo de Adoecimento pelo Trabalho*. São Paulo: Fundacentro.

PANDEMIA DO MEDO: Efeitos da COVID-19 Sobre a Saúde Mental em Diversas Idades

The Fear Pandemic: Effects os COVID-19 on Mental Health at Different Ages

Julia Almeida Shammass³⁷

Élaine Bestane Bartolo³⁸

RESUMO: Introdução: Explorar o impacto da pandemia de COVID-19 sobre o bem-estar e saúde mental, em diferentes faixas etárias, no estado de São Paulo. Métodos: Pesquisa quantitativa de corte transversal, através de um questionário online de múltipla escolha, anônimo, que pode ser respondido por maiores de 18 anos que aceitaram voluntariamente preenchê-lo, juntamente com o Termo de Consentimento Livre Esclarecido. Resultados: Responderam ao questionário 1539 pessoas, sendo 25 excluídas por não cumprirem os requisitos. Discussão: Houve relevância estatística entre diversos fatores (mudança de hábitos, preocupação com a saúde física individual e de terceiros e preocupação com a situação socioeconômica mundial) com o bem-estar e saúde mental da amostra. Conclusão: diferentes idades experimentaram impactos em diferentes âmbitos de suas vidas, mas todas tiveram seu bem-estar e saúde mental prejudicados. De tal forma, é necessário o desenvolvimento de medidas protetivas direcionadas para evitar o adoecimento mental e, consequentemente, a incapacitação da população.

PALAVRAS-CHAVE: Coronavírus; Pandemias; Saúde mental; Qualidade de vida; Perfil do impacto da doença.

ABSTRACT: Objective: To explore the impact of the COVID-19 pandemic on the well-being and mental health of different age groups residing in the state of São Paulo. Methods: A cross-sectional quantitative study was conducted using an anonymous multiple-choice online questionnaire, which could be answered by individuals over 18 years of age who voluntarily agreed to participate and signed the Informed Consent Form. Results: A total of 1,539 people answered the questionnaire, and 25 were excluded for not meeting the eligibility criteria. Discussion: The study found statistically significant associations between several factors (changes in habits and routines, concern about one's own physical health, concern about the physical health of friends and family, and concern about the global socioeconomic situation) and the well-being and mental health of the participants. Conclusion: Different age groups experienced impacts in different areas of their lives, yet all had their well-being and mental

³⁷ Faculdade de Ciências Médicas de Santos (FCMS) | <https://orcid.org/0000-0002-3221-9109> | julia.sh0307@gmail.com.

³⁸ Faculdade de Ciências Médicas de Santos (FCMS) | <https://orcid.org/0000-0002-5245-2944> | elabartolo@hotmail.com

health adversely affected. Therefore, it is necessary to develop protective measures aimed at preventing mental illness and, consequently, the incapacitation of the population.

KEYWORDS: Coronavirus; Pandemics; Mental health; Quality of life; Impact profile of the disease.

INTRODUÇÃO

No final do ano de 2019, foi descoberta uma nova doença na China: COVID-19, causada por uma cepa do coronavírus: 2019-nCov. A doença evoluiu para uma pandemia em apenas três meses, deixando centenas de milhares de mortos em todo o mundo. Nenhuma outra alcançou tal dimensão na história recente.

Uma pandemia é um evento que afeta de maneira profunda a vida, as atividades e relações das pessoas. Por desencadear mudanças que marcam a história¹, seria esperado que a comunidade científica e as autoridades políticas produzissem e fizessem circular discursos alinhados entre si, retroalimentando-se e convergindo para o esclarecimento e orientação de práticas e comportamentos dos indivíduos¹. Infelizmente, no Brasil, o cenário foi outro. Não houve consenso sequer em relação ao distanciamento preconizado pela ciência. Neste contexto, surgiu como um fator relevante o fato de o isolamento social numa era totalmente tecnológica fazer com que as pessoas fiquem em constante exposição às plataformas de mídia e a notícias, reais ou falsas, colocando-as numa situação de estresse coletivo. O Coronavírus também provocou alterações no cenário socioeconômico mundial, mas um fator capaz de gerar medo e inseguranças, com repercussões na saúde mental das pessoas.

A hipótese de que todo esse panorama pode colocar em risco a qualidade de vida e o bem-estar, influindo significativamente na saúde mental da população, motivou este estudo, que tem relevância por tentar traçar uma ideia inicial sobre como este cenário tem impactado nas pessoas, identificando como elas estão vivenciando e se ajustando a essa situação de isolamento, aos medos e incertezas financeiras, analisando qual o impacto de todos esses fatores nas diferentes faixas etárias, uma vez que podem encarar e ter preocupações diferentes, e sofrer influências diversificadas. A partir do entendimento dos âmbitos mais afetados em cada faixa etária, se encontra a possibilidade de criar medidas protetivas direcionadas, e consequentemente mais eficazes, na proteção e manutenção da saúde mental de cada faixa etária. Esta pesquisa converge com uma preocupação que começa a surgir, a quarta onda decorrente da pandemia: a deterioração da saúde mental.

OBJETIVO

Explorar o impacto da pandemia de COVID-19 sobre o bem-estar e, consequentemente, sobre a saúde mental, em pessoas maiores de 18 anos no estado de São Paulo e comparar esse impacto nas diferentes faixas etárias.

CORONAVÍRUS

Coronavírus (CoV) são uma família de vírus RNA, zoonóticos, responsáveis por diversas doenças, como Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS-CoV) e a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS-CoV)⁸. Em 2020, o coronavírus circulante é responsável pela doença COVID-19.¹³

As infecções pelo vírus mais comumente causam sintomas respiratórios, como tosse e

dispneia, além de febre, que tendem a aparecer até 14 dias após a infecção. Casos mais graves de COVID-19 podem acometer principalmente idosos, pessoas com problemas cardiovasculares, diabéticos, doenças pulmonares e renais crônicas⁵

Existem medidas simples que têm alta efetividade para impedir a propagação do coronavírus. Lavar as mãos regularmente, cobrir o rosto ao tossir e espirrar, manter distância em locais públicos e evitar o contato com pessoas que tenham sintomas suspeitos de COVID-19 são algumas delas, além do uso de máscaras, mas a pandemia também requer uma adaptação e modificação do comportamento.⁶

A pandemia se iniciou em Wuhan, na China, em dezembro de 2019, marcando a descoberta do novo coronavírus⁶. No Brasil, o Ministério da Saúde monitora os casos suspeitos desde 10 de janeiro de 2020 e o primeiro caso foi confirmado em 26 de fevereiro de 2020 em São Paulo⁷.

SAÚDE MENTAL

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define saúde mental como um estado de bem-estar em que o indivíduo é capaz de alcançar seu potencial, apesar dos estresses naturais da vida, de forma que consegue trabalhar produtivamente e contribuir para sua comunidade⁹.

Ocorre no mundo um esforço para a promoção da saúde mental, observado pela criação do Plano de Ação para a Saúde Mental 2013-2020-2030, que busca melhorar as condições de vida e proteger contra traumas e estressores.¹⁰ No entanto, a pandemia, o distanciamento social e incertezas podem gerar uma repercussão irrefreável à saúde mental.

Além disso, a pandemia teve um impacto econômico mundial significativo, implicando gastos extras com a saúde, fechamento de fronteiras, isolamento social, paralisação em diversos setores, afetando a vida financeira da população, ameaçando sua sobrevivência e fazendo emergir a necessidade de se reinventar. As classes econômicas mais baixas foram as mais prejudicadas¹¹. Toda pressão socioeconômica, assim como as mudanças sociais e financeiras bruscas, gera estresse e pode colocar em risco relevante a saúde mental da população.

Também é preciso considerar que atualmente os indivíduos são expostos à informação pelas mais variadas plataformas, ainda que involuntariamente. A influência de tal sobrecarga de informações, ainda mais em um momento em que as pessoas se encontram confinadas dentro de suas próprias casas, consumindo conteúdo midiático por mais tempo, pode ter um efeito negativo sobre a saúde mental de cada indivíduo, gerando medo e ansiedade.¹²

METODOLOGIA

A pesquisa quantitativa de corte transversal, utilizou um questionário sintético, anônimo, com onze questões de múltipla escolha, criadas pela própria autora, disponibilizado *online* e aplicado através da plataforma do Google. Ficou disponibilizado por uma semana (168 horas), de 8 a 15 de maio de 2020. Pode ser respondido por moradores do estado de São Paulo, maiores de 18 anos, sem limite de idade, que aceitaram voluntariamente preenchê-lo, assim como o Termo de Consentimento Livre Esclarecido. As questões propostas visavam compreender o impacto da COVID-19 no bem-estar e saúde mental das pessoas. As duas primeiras perguntas visam estabelecer o perfil do participante, saber sua faixa etária e se realmente era morador do estado de São Paulo, na sequência se possuía algum fator considerado de risco, como asma, hipertensão, outros problemas respiratórios, doenças do coração, sistema imune ou diabetes, profissional de saúde, viagem recente à Europa ou Ásia. Depois foi abordado se o respondente possuía algum tipo de transtorno mental diagnosticado por profissional da área. A próxima pretendeu medir a

exposição às mídias e aos meios de comunicação, permitindo entender o perfil do participante em relação à sua exposição às informações circulantes. Em seguida, foi indagada a mudança de hábitos com relação a vários aspectos: alimentação, sono, atividade física, desempenho no trabalho, lazer e consumo de bebidas alcoólicas e drogas. Continuando, foi perguntado sobre a preocupação da pessoa com a sua saúde física, mudanças em relação à autoestima, vida sexual, energia, memória e dores e conforto, assim como a preocupação com a saúde física da família e amigos e com a situação mundial geral. Posteriormente, foi feita uma questão de avaliação subjetiva, para classificar de 0 a 5, sobre como o participante acredita que a pandemia afetou seu bem-estar e saúde mental. Não se levou em conta sexo, identificação de gênero ou etnia e os critérios de exclusão foram não ser morador do estado de São Paulo e/ou menor que 18 anos.

RESULTADOS

Responderam ao questionário um total de 1539 pessoas, entre o dia 8 de maio de 2020 (10 h e 10 minutos – horário de Brasília) e 15 de maio de 2020 (10 horas e 10 minutos – horário de Brasília). 25 respostas foram excluídas por não cumprirem o requisito de morar no Estado de São Paulo, fazendo assim com que 1514 respostas fossem válidas para análise, divididas entre 6 faixas etárias (18 a 29, 30 a 39, 40 a 49, 50 a 59, 60 a 69 e 70 anos ou mais). A divisão ocorreu para uma melhor avaliação do impacto da pandemia sobre a saúde mental de diferentes faixas etárias.

Das 1514 respostas válidas, 386 (25,495%) pertencem a pessoas que têm de 18 a 29 anos; 247 (16,314%) estão entre 30 e 39 anos; 300 pessoas (19,815%) estão entre 40 e 49 anos; 357 (23,580%) têm entre 50 e 59 anos; 183 (12,087%) possuem entre 60 e 69 anos; 41 pessoas (2,708%) têm 70 ou mais anos.

AVALIAÇÃO DE FATORES DE RISCO

Entende-se que a presença de fatores de risco para Covid-19 pode ser um fator influente na relação e visão dos indivíduos sobre a doença. Foi avaliada a prevalência dos seguintes fatores de risco: asma, hipertensão arterial, outros problemas respiratórios, doenças do coração, profissional da saúde, viagem recente à Europa ou Ásia, doenças do sistema imune, tabagismo e diabetes.

Observou-se que das 386 pessoas entre 18 e 29 anos, 132 pertencem ao grupo de risco (34,197% da faixa etária). Das 247 pessoas entre 30 e 39 anos, 106 pertencem ao grupo de risco (42,915% da faixa etária). Das 300 pessoas entre 40 e 49 anos, 143 pertencem ao grupo de risco (47,667% da faixa etária). Das 357 pessoas entre 50 e 59 anos, 182 pertencem ao grupo de risco (50,980% da faixa etária). Como idosos já são considerados grupo de risco, todos os participantes com 60 anos ou mais foram considerados do grupo de risco, sendo que das 183 pessoas entre 60 e 69 anos, 117 (63,934% da faixa etária) possuem mais alguma comorbidade além da idade que as classifique como grupo de risco. No grupo de 70 anos ou mais, essa taxa foi ainda maior: das 41 participantes, 31 (75,610% da faixa etária) possuem pelo menos um fator além da idade.

Sendo assim, do total de participantes (1514), 711 (46,962% da amostra total) possuem pelo menos 1 fator de risco, desconsiderando a idade. Se forem considerados todos os idosos como parte do grupo de risco, esse número aumenta para 787, equivalendo a 51,981% da amostra total.

Apesar de os fatores de risco incluírem viagem recente, ser profissional da saúde e tabagismo, os demais fatores são diretamente relacionados à condição prévia de saúde de cada participante. Os resultados apontam que a presença de fatores de risco foi mais expressiva, em maior porcentagem, conforme o aumento da faixa etária.

AVALIAÇÃO DE PERFIL PSÍQUICO

É importante também entender a situação de saúde mental na qual a amostra já se encontrava, por isso, foi realizada a coleta de dados sobre o perfil psíquico.

Observou-se que das 386 pessoas entre 18 e 29 anos, 94 (24,353% da amostra da faixa etária) possuem distúrbios psíquicos, mas não tomam medicamentos para isso; 56 (15,026% da faixa etária) possuem distúrbios psíquicos e tomam medicamentos.

Na faixa etária de 30 a 39 anos, 46 (18,623% da amostra da faixa etária) possuem distúrbios psíquicos, mas não tomam medicamentos para isso; 41 (16,599% da faixa etária) possuem distúrbios psíquicos e tomam medicamentos.

Entre as pessoas de 40 a 49 anos, 38 (12,667% da amostra da faixa etária) possuem distúrbios psíquicos, mas não tomam medicamentos para isso; 39 (13,000% da faixa etária) possuem distúrbios psíquicos e tomam medicamentos.

Das 357 pessoas entre 50 e 59 anos, 37 (10,364% da amostra da faixa etária) possuem distúrbios psíquicos, mas não tomam medicamentos para isso; 53 (14,846% da faixa etária) possuem distúrbios psíquicos e tomam medicamentos.

Das 183 pessoas entre 60 e 69 anos, 19 (10,382% da amostra da faixa etária) possuem distúrbios psíquicos, mas não tomam medicamentos para isso; 28 (15,300% da faixa etária) possuem distúrbios psíquicos e tomam medicamentos.

Finalmente, entre as 41 pessoas com 70 anos ou mais, 1 (2,439% da amostra da faixa etária) possui distúrbios psíquicos, mas não toma medicamentos para isso; 3 (7,317% da faixa etária) possuem distúrbios psíquicos e tomam medicamentos.

Sendo assim, 235 pessoas da amostra total possuem distúrbios psíquicos, mas não tomam medicamentos para isso (equivalente a 15,522% da amostra total); 220 (14,531% da amostra total) possuem distúrbios psíquicos e tomam medicamentos, enquanto 1.059 (69,947% da amostra total) não têm nenhum tipo de transtorno de saúde mental diagnosticado.

AVALIAÇÃO DE EXPOSIÇÃO MIDIÁTICA

Em relação à exposição midiática, observou-se na Tabela 1 que os mais jovens são os que menos acompanham notícias ativamente, porém também foram os que demonstraram estar mais expostos passivamente às informações, de forma que não sentissem a necessidade de fazer uma busca ativa.

Não houve relevância estatística confirmado a associação entre a exposição midiática e a autoavaliação dos efeitos da pandemia no bem-estar e saúde mental ($p = 0,93291$)

Tabela 1: Avaliação da exposição midiática

Idade	Sim	Não	Não sentem a necessidade de acompanhar	Total
18-29 anos	198 (51,295%)	18 (4,663%)	170 (44,041%)	386
30-39 anos	166 (67,206%)	20 (8,097%)	61 (24,696%)	247
40-49 anos	209 (69,666%)	18 (6,000%)	73 (24,333%)	300

50-59 anos	254 (71,148%)	18 (5,042%)	85 (23,809%)	357
60-69 anos	133 (72,678%)	9 (4,918%)	41 (22,404%)	183
70 ou mais	30 (73,170%)	1 (2,439%)	10 (24,390%)	41
total	990 (65,389%)	84 (5,548%)	440 (29,062%)	1514

AVALIAÇÃO DE MUDANÇA DE HÁBITOS

A quarentena e o isolamento social exigiram que as pessoas se adaptassem a uma nova realidade, refletindo diretamente em alguns de seus hábitos diários. A Tabela 2 demonstra uma visão geral, numérica e percentual, da mudança de hábitos e rotina de acordo com a faixa etária. Estatisticamente, houve associação entre esses resultados e a autoavaliação dos efeitos da pandemia sobre a saúde mental e bem-estar ($p < 0,01$).

Tabela 2: Avaliação da mudança de hábitos

Idade	Não mudei meus hábitos ou rotina	Mudei muito pouco os meus hábitos ou rotina	Mudei várias coisas nos meus hábitos ou rotina	Mudei completamente e meus hábitos ou rotina	Total
18-29 anos	5 (1,295%)	59 (15,285%)	179 (46,373)	143 (37,047%)	386
30-39 anos	3 (1,215%)	15 (6,073%)	124 (50,202%)	105 (42,510%)	247
40-49 anos	0 (0,000%)	33 (11,000%)	138 (46,000%)	129 (43,000%)	300
50-59 anos	3 (0,840%)	61 (17,087%)	173 (48,459%)	120 (33,613%)	357
60-69 anos	2 (1,093%)	39 (21,311%)	84 (45,902%)	58 (31,694%)	183
70 ou mais	2 (4,878%)	6 (14,634%)	19 (46,341%)	14 (34,146%)	41
total	15 (0,991%)	213 (14,069%)	717 (47,358%)	569 (37,583)	1514

A amostra total relatou predominantemente a ausência de alterações nos hábitos alimentares - 704 pessoas (46,499% da amostra total). A produtividade no trabalho também se

manteve igual para 688 pessoas (45,442% da amostra total), assim como o consumo de álcool e drogas: 1096 pessoas (72,391% da amostra total) relataram não aumentar nem reduzir o consumo durante o período de isolamento.

Já em relação ao sono, 679 pessoas (44,848% da amostra total) relatam piora. A piora também predominou para a prática de exercícios físicos - 987 (65,191% da amostra total) relatam piora. O lazer também foi prejudicado para 1249 pessoas (82,497% da amostra total).

AVALIAÇÃO DA PREOCUPAÇÃO EM RELAÇÃO À SAÚDE FÍSICA

A preocupação, o receio e o medo podem afetar diretamente a visão e percepção de uma pessoa frente a uma situação. Sendo assim, é importante avaliar diretamente a preocupação das pessoas em relação à sua saúde física para entender o impacto do coronavírus nesse quesito, continuando também o questionamento sobre outros fatores da saúde que podem afetar o bem-estar e saúde mental.

A avaliação da preocupação em relação à saúde física está demonstrada na Tabela 3, ressaltando que houve associação entre esses resultados e a autoavaliação dos efeitos da pandemia sobre a saúde mental e bem-estar ($p < 0,01$)

Tabela 3: avaliação da preocupação em relação à saúde física

Idade	Não estou preocupado	Estou pouco preocupado	Estou preocupado	Estou muito preocupado	Total
18-29 anos	32 (8,290%)	118 (30,570%)	175 (45,337%)	61 (15,803%)	386
30-39 anos	21 (8,502%)	71 (28,745%)	93 (37,652%)	62 (25,101%)	247
40-49 anos	23 (7,667%)	88 (29,333%)	132 (44,000%)	57 (19,000%)	300
50-59 anos	32 (8,964%)	106 (29,692%)	160 (44,818%)	59 (16,527%)	357
60-69 anos	25 (13,661%)	56 (30,601%)	73 (39,891%)	29 (15,847%)	183
70 ou mais	9 (21,951%)	19 (46,341%)	10 (24,390%)	3 (7,317%)	41
total	142 (9,379)	458	643	271	1514

826 pessoas (53,897%) da amostra total relataram não sentir alterações significativas em sua autoestima durante o período de quarentena, enquanto 593 (39,168%) relataram piora. A faixa etária mais afetada foi a dos 18-29 anos, onde 54,404% relatou piora.

A vida sexual da amostra também manteve – em sua maioria – dentro dos padrões

anteriores à pandemia, já que 60,964% da amostra total relatou ausência de mudanças, enquanto 33,950% relatou piora, sendo as faixas etárias mais jovens as mais prejudicadas. 49,741% da faixa etária de 18-29 anos e 40,081% da faixa etária de 30-39 anos relataram piora.

Já em relação à energia, houve predominantemente piora relatada pela amostra geral (50,528%). Observou-se também que quanto mais jovem a faixa etária, mais prejudicada foi.

A memória manteve-se sem alterações significativas em todas as faixas etárias, totalizando 1067 pessoas (70,476% da amostra total) relatando que ela se manteve igual ao período pré-pandemia.

A percepção de dores e confortos também predominou sem alterações em 54,095% da amostra total, porém as faixas etárias mais novas, 18-29, 30-39 e 40-49 relataram uma piora em 47,668%, 39,676% e 39,333% respectivamente.

AVALIAÇÃO DA PREOCUPAÇÃO EM RELAÇÃO À SAÚDE FÍSICA DE TERCEIROS

O ser humano é um animal social, sendo assim, é compreensível que o bem-estar de pessoas queridas, como amigos e família, possa influenciar suas preocupações.

Em toda a amostra, 32 pessoas (equivalendo a 2,114% da amostra total) não relatam preocupação com a saúde física de amigos e familiares; 211 (13,937%) estão pouco preocupados; 746 (49,273% da amostra total) relatam estarem preocupados e 525 (34,676% da amostra total) dizem estar muito preocupados. As faixas etárias mais novas também demonstraram se preocupar mais com terceiros do que as faixas mais velhas.

Esse dados afetaram a autoavaliação do impacto da pandemia sobre a saúde mental e bem-estar, com associação comprovada estatisticamente ($p > 0,01$)

5.7 AVALIAÇÃO DA PREOCUPAÇÃO EM RELAÇÃO À SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA MUNDIAL

A situação política, econômica e social pode ser um fator de estresse importante, principalmente em momentos de crise como a pandemia. A necessidade do isolamento social afeta diretamente a economia e, consequentemente, a situação socioeconômica de uma população, bem como a política como um todo. Desta forma, é importante questionar o quanto o contexto socioeconômico preocupa as pessoas, medindo o peso desse estresse sobre o bem-estar e saúde mental.

Sendo assim, ao todo, 11 pessoas (equivalendo a 0,727% da amostra total) não estão preocupadas com os efeitos socioeconômicos da pandemia; 71 (4,690%) estão pouco preocupadas; 504 (33,289%) relatam estar preocupadas e 928 (61,295%) dizem estar muito preocupadas. Novamente, as faixas etárias mais jovens se demonstraram mais preocupadas.

Houve associação entre as respostas a essa pergunta e a autoavaliação dos efeitos da pandemia sobre a saúde mental e bem-estar ($p < 0,01$).

AUTOAVALIAÇÃO EM RELAÇÃO AO BEM-ESTAR

Após o questionamento sobre todos os fatores anteriores já citados, a penúltima pergunta do questionário visa à autoavaliação da amostra em relação ao seu bem-estar. Entende-se que este possui reflexos diretos sobre a saúde mental, porém nem todas as pessoas podem perceber essa relação. Por conta disso, a amostra avaliou seu bem-estar atribuindo uma nota de 0 a 5, onde as médias de cada faixa etária podem ser visualizadas na Tabela 4.

Vale ressaltar que a mudança de hábitos e rotina, preocupação com a saúde física individual e de terceiros, bem como a preocupação com a situação socioeconômica mundial,

afetam diretamente a autoavaliação do bem-estar, comprovado pela relevância estatística ($p < 0,01$).

Tabela 4: autoavaliação do bem-estar

Idade	Avaliação média da faixa etária	Total de pessoas De cada faixa etária
18-29 anos	3,433	386
30-39 anos	3,854	247
40-49 anos	3,723	300
50-59 anos	3,647	357
60-69 anos	3,585	183
70 ou mais	2,561	41
total	3,604	1514

AUTOAVALIAÇÃO EM RELAÇÃO À SAÚDE MENTAL

Entende-se que o bem-estar, qualidade de vida e preocupação com o contexto socioeconômico e político em que o indivíduo se encontra têm efeito direto sobre a saúde mental, uma vez que pessoas com mais fatores estressores possuem chance maior de desenvolver distúrbios psíquicos. Para medir quanto a amostra se entende consciente de tal impacto, foi perguntado, de forma autoavaliativa, o quanto cada indivíduo acredita que suas preocupações afetam sua saúde mental, mantendo o padrão da pergunta anterior sobre bem-estar. Manter o padrão permite avaliar quanto cada faixa etária associa o bem-estar à saúde mental. Assim como a pergunta anterior, os participantes da pesquisa poderiam atribuir uma nota de 0 a 5. A média de cada faixa etária pode ser observada na Tabela 5.

A autoavaliação da saúde mental, assim como do bem-estar, também foi afetada pela mudança de hábitos e rotina, preocupação com a saúde física individual e de terceiros, bem como a preocupação com a situação socioeconômica mundial. Esse dado também possui comprovação de relevância estatística ($p < 0,01$).

Tabela 5: Autoavaliação da saúde mental

Idade	Avaliação média da faixa etária	Total de pessoas de cada faixa etária
18-29 anos	3,409	386
30-39 anos	3,441	247
40-49 anos	2,983	300

50-59 anos	2,930	357
60-69 anos	2,514.	183
70 ou mais	1,195	41
total	3,049.	1514

DISCUSSÃO

Os dados evidenciaram que a pandemia e o isolamento social proporcionaram diversas mudanças no estilo de vida das pessoas, além de preocupações, refletindo significantemente no bem-estar e, consequentemente, na saúde mental delas. Persistindo a situação pandêmica, a saúde mental pode se tornar ainda mais vulnerável, o que deixa os profissionais da área em alerta.

Conforme o esperado, a presença de fatores de risco foi mais expressiva à medida que aumentava a faixa etária, pois a maioria deles estava relacionada diretamente a condições prévias de saúde do participante, exceto se havia feito viagem recente, se é profissional de saúde ou tabagista. No entanto, a preocupação com a saúde física foi menor na faixa etária mais idosa, mostrando que os idosos, apesar de estarem mais vulneráveis à doença, são os que menos temem por seu bem-estar físico.

A presença de distúrbios psíquicos pré-existentes pode interferir diretamente na sensação e interpretação da ansiedade e insegurança causadas pelas circunstâncias de quarentena e pandemia. O aumento da idade acompanha a diminuição da prevalência de distúrbios psíquicos, diminuindo significativamente entre a faixa etária mais nova e a mais velha. Apesar disso, entre os 40 e 69 anos, os resultados foram mais uniformes. Esse dado pode estar relacionado à possibilidade de subnotificação de transtornos de saúde mental em idosos, por acreditarem que possam ser problemas naturais relacionados à idade. Há também que se levar em conta o preconceito para consultar psiquiatras e profissionais da saúde mental, que impede o diagnóstico de distúrbios psíquicos feito por profissionais da área. Ocorre, porém, um aumento discreto do uso de medicamentos para o tratamento de transtornos conforme o aumento da idade, talvez receitados por profissionais da área.

As faixas etárias mais jovens foram as mais expostas às informações midiáticas, 44,041% das pessoas com 18-29 anos relataram não sentir a necessidade de acompanhar ativamente as notícias sobre o COVID-19, já que recebem a informação mesmo sem a busca. O acompanhamento ativo de notícias aumentou conforme a faixa etária e, entre os que não acompanham notícias, houve um leve predomínio da faixa etária de 30-39 anos e 40-49 anos. Apesar de já terem sido publicados trabalhos que mostraram relação significativa entre a exposição midiática e a saúde mental, os dados estatísticos dessa pesquisa demonstraram que essa exposição não possui associação com a autoavaliação desses aspectos, ou seja, independentemente de os jovens serem mais expostos, isso não afetou sua visão e autoavaliação sobre o impacto da pandemia. O fato de a exposição midiática não ter afetado a autoavaliação do bem-estar e saúde mental, entretanto, não significa que ela não tenha afetado tais fatores. A falta de relevância estatística mostra apenas que os mais expostos não necessariamente se avaliaram como os mais prejudicados no geral. A mídia e as notícias podem ter outros efeitos na saúde mental não reconhecidos pela amostra na autoavaliação e que não foram abordados neste trabalho.

As faixas etárias medianas foram as que mais relataram mudanças em seus hábitos e

rotinas, prevalecendo a faixa de 30-39 anos e 40-49 anos. Essas faixas também foram as que relataram maior preocupação com sua saúde física, juntamente com a faixa etária mais jovem de 19-29 anos. Tanto a mudança de hábitos como a preocupação com a saúde física demonstraram associação estatística com a autoavaliação do impacto da pandemia na saúde mental.

As faixas etárias mais velhas (60-69 anos e 70 anos ou mais) demonstraram ser as menos preocupadas tanto com a saúde de terceiros, como com a situação socioeconômica mundial, ambas com relevância estatística comprovando a correlação com o impacto na saúde mental. Os mais jovens foram mais afetados por ambas as situações.

As faixas etárias mais jovens também são as mais cientes do impacto da rotina no bem-estar e saúde mental. Apesar disso, vale ressaltar que ter a maior percepção do impacto não significa que estas foram as mais impactadas, já que os parâmetros são subjetivos e variam entre os indivíduos.

A negligência à saúde mental em situações de estresse, como a atual, pode gerar circunstâncias propícias ao desenvolvimento de doenças como Transtorno de Estresse Pós-Traumático, depressão e transtornos de ansiedade. A avaliação da população em diferentes esferas de seu bem-estar ajuda a ter uma visão melhor das áreas nas quais é necessário direcionar recursos e investir em medidas de auxílio e proteção. Doenças da mente podem ser extremamente incapacitantes e perdurar até o fim da vida de um indivíduo, sendo então de extrema necessidade adotar medidas de proteção eficazes.

Essa pesquisa constatou que, para a amostra analisada, os hábitos que mais sofreram piora foram a prática de exercício físico e o sono, assim como o decréscimo de energia, sentido principalmente pelas faixas etárias mais jovens. Pequenas ações direcionadas podem ser fatores protetores, porém medidas mais robustas ao longo do tempo de pandemia precisam ser tomadas.

CONCLUSÃO

Os impactos que as diferentes faixas etárias experimentaram, já no início da pandemia, foram variados, mas em todas elas houve prejuízo significativo em diversos âmbitos, confirmado os efeitos deletérios da pandemia sobre a qualidade de vida e bem-estar da população, afetando sua saúde mental. O impacto social da piora da saúde mental de uma população pode ter uma extensão ampla, uma vez que pessoas acometidas por sintomas psíquicos ou com transtornos mentais tendem a ser menos sociáveis, produtivas e saudáveis fisicamente, o que pode implicar no aumento de conflitos familiares e sociais, empobrecimento decorrente da menor capacidade produtiva e até aumento da demanda sobre a estrutura de saúde.

Assim, se mostra necessário o investimento em medidas protetivas, em áreas direcionadas de acordo com a faixa etária alvo. Conhecer as dificuldades específicas de cada idade permite a elaboração de medidas focadas nos âmbitos mais prejudicados de cada grupo, sendo então mais eficazes. Além disso, também são necessárias orientações gerais para todas as idades, voltadas à manutenção da rotina dentro do possível, evitar a exposição ao excesso de informações, cuidar da saúde física, promover o lazer e a socialização – mesmo que de forma online devido às atuais circunstâncias – e, finalmente, promover o fácil acesso à ajuda psíquica. Tanto as medidas específicas como as medidas gerais visam evitar o desenvolvimento de distúrbios incapacitantes causados pelo isolamento e pelo estresse da pandemia do Covid-19, e suas consequências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) HENRIQUES, C. M. P., VASCONCELOS, W. Crises dentro da crise: respostas, incertezas e desencontros no combate à pandemia da Covid-19 no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo maio/ago. 2020, v. vol.34, no.99, pub 10-Jul-2020.
- (2) RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.
- (3) ROUQUAYROL, M. Zélia; Epidemiologia & Saúde. Rio de Janeiro: Medsi Editora Médica e Científica Ltda., 1994. 527 p.
- (4) PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2^a. ed. Novo Hamburgo: Universidade Freevale, 2013.
- (5) CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). Interim Clinical Guidance for Management of Patients with Confirmed Coronavirus Disease (COVID-19). Disponível em: <https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/hcp/clinical-guidance-management-patients.html>. Acesso em: 19 de março de 2020
- (6) MINISTÉRIO DA SAÚDE. Coronavírus: o que você precisa saber e como prevenir o contágio. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/>. Acesso em: 18 de março de 2020
- (7) MINISTÉRIO DA SAÚDE. Resposta nacional e internacional de enfrentamento ao novo coronavírus. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/linha-do-tempo/>. Acesso em: 03 de janeiro de 2021
- (8) SOCIEDADE BRASILEIRA DE ANÁLISE CLINICAS. Covid-19. Disponível em: [https://www.sbac.org.br/blog/2020/04/06/covid-19/#:~:text=1.,%2DCoV\)%20\(WHO\)](https://www.sbac.org.br/blog/2020/04/06/covid-19/#:~:text=1.,%2DCoV)%20(WHO)). Acesso em: 03 de janeiro de 2021
- (9) WORLD HEALTH ORGANIZATION. Mental Health – WHO urges more investments, services for mental health. Disponível em: https://www.who.int/mental_health/who_urges_investment/en/#:~:text=Mental%20health%20is%20defined%20as,to%20her%20or%20his%20community. Acesso em: 03 de janeiro de 2021
- (10) WORLD HEALTH ORGANIZATION. Comprehensive mental health action plan 2013-2020-2030. Disponível em: https://www.who.int/mental_health/action_plan_2013/en/. Acesso em: 18 de março de 2020
- (11) INTERNATIONAL MONETARY FUND. COVID-19 Hits the Poor Harder, but Scaled-Up Testing Can Help. Disponível em: <https://blogs.imf.org/2020/12/03/covid-19-hits-the-poor-harder-but-scaled-up-testing-can-help/>. Acesso em: 03 de janeiro de 2021
- (12) BAZAN, Paulo. Exposição às informações sobre COVID-19 em mídias digitais e suas implicações para funcionários do setor de saúde: resultados de uma pesquisa on-line. Einstein (São Paulo) vol.18 São Paulo 2020 Epub Dec 07, 2020. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-45082020000100288&script=sci_arttext&tlang=pt
Acesso em 05/01/2021

(13) WORLD HEALTH ORGANIZATION. Coronavirus, 2020. Disponível em:
<https://www.who.int/health-topics/coronavirus>. Acesso em 18 de março de 2020

POLÍTICAS E PRÁTICAS DO TRABALHO SOCIAL EM REDE: Investigações em Portugal e Brasil

**Policies and Practices of Social Networking:
Investigations in Portugal and Brazil**

Ana Cláudia Fagundes Miguel de Souza³⁹

Cristina Maria Pinto Albuquerque⁴⁰

Sílvio José Benelli⁴¹

RESUMO: Tendo em consideração a relevância do discurso sobre o trabalho social em rede no campo das políticas públicas no Brasil, o presente artigo procura refletir sobre as dificuldades de implementação deste novo paradigma de trabalho e explorar as estratégias utilizadas pelos intervenientes para realizar a tal concretização. A investigação será ilustrada tendo por base dados oriundos de uma pesquisa realizada no Brasil no âmbito do SUAS em correlação a um estudo qualitativo feito em Portugal, no Programa Rede Social. O estudo pretende analisar o modo de atuação e discurso político sobre a rede social em Portugal e apontar algumas diferenças e semelhanças com a prática e discurso no Brasil por meio da metodologia dialética.

PALAVRAS-CHAVE: Rede Social; Política Pública; Portugal; Brasil; Psicologia Social.

ABSTRACT: Taking into account the relevance of the discourse on social networking in the field of public policies in Brazil, this article seeks to reflect on the difficulties of implementing this new paradigm of work and to explore the strategies used by agents with the aim of overcoming certain constraints and implementing, as effectively as possible, the defined objectives. The research will be illustrated with data from a qualitative study carried out in Portugal within the Social Networking Program, as well as from previous research conducted in Brazil within the framework of SUAS. The study aims to analyze, through a dialectical methodology, the modes of action and the political discourse regarding the social network in Portugal, and to highlight some differences and similarities with the practices and discourses developed in Brazil.

KEYWORDS: Social Network; Public policy; Portugal; Brazil; Social Psychology.

INTRODUÇÃO

Tendo em consideração o contexto social, econômico e político que o Estado brasileiro vivencia, julga-se pertinente discutir sobre uma modalidade de gestão social que traduz uma forma renovada de articulação entre Estado, sociedade civil e cidadãos em contexto local, o

³⁹ UNESP – Faculdade de Ciências e Letras de Assis (FCLAs) | <https://orcid.org/0000-0002-6792-6890> | anaclaudiafagundes2@hotmail.com

⁴⁰ Universidade de Coimbra (UC) | <https://orcid.org/0000-0003-4194-8554> | crisalbuquerque@fpce.uc.pt

⁴¹ UNESP – Faculdade de Ciências e Letras de Assis (FCLAs) | <https://orcid.org/0000-0001-8394-9331> | benelli@assis.unesp.br

trabalho social em rede. Este é considerado como uma forma de suavizar os problemas sociais estruturais, remetendo para a esfera local a responsabilidade por suas resoluções (Frey, 2001) e (Mozzicafreddo, 2002). O que não deixa de ser uma estratégia de gestão dos problemas, gerados e alimentados por um sistema capitalista que, ao mesmo tempo em que minimiza o Estado, reproduz vulnerabilidades em massa.

Verifica-se cada dia mais a utilização do discurso do trabalho social em rede pelo poder público e, consequentemente, a sociedade civil organizada também começa a operacionalizar suas ações segundo essa modalidade de gestão. O discurso do trabalho social em rede forma um novo modelo de organização das políticas públicas sociais, sendo estabelecido na partilha de responsabilidades e ações conjuntas entre os setores públicos e privados. Desse modo, objetivos articulados e intervenções coletivas buscam ir além de uma transformação no modo de administrar as políticas públicas, pois implica também em mudanças na conscientização sobre o que o desenvolvimento social pode proporcionar. Nota-se uma maior preocupação pela justiça e equidade social, por meio de uma atuação integrada nos múltiplos setores, serviços, projetos e ações. De um paradigma de governo passa-se para um paradigma de governança (Castro, 2009) e (Heinelt, 2006). Entende-se paradigma como um conjunto de teorias e modelos explicativos reconhecidos pelas comunidades pesquisadoras, e expressam o campo do saber legítimo para determinada época. (Martins, 2010)

No entanto, é necessário refletir sobre a relação entre causas e manifestações locais de problemas sociais, bem como sobre a articulação, coerente e sustentável, entre coesão social e coesão econômica ao nível territorial. O objetivo de atuar em rede, de acordo com os referenciais portugueses, é:

Combater os fenômenos de pobreza e exclusão social, o que não se consegue sem um desenvolvimento econômico que permita, de forma sustentada, criar e manter instrumentos e mecanismos de atenuação daqueles fenômenos. Alguns desses instrumentos e mecanismos passam pela capacidade, não só de fomentar uma efetiva reestruturação do tecido produtivo português, mas também por novas fórmulas e novos projetos de promoção do desenvolvimento (Alves, 2012, p. 6).

As finalidades associadas ao trabalho em rede são, pelo menos, teórica e normativamente, estruturais, visando desencadear transformação e desenvolvimento socioeconômico a partir da compreensão das causas dos fenômenos sociais e do aproveitamento das potencialidades e recursos endógenos dos territórios. Ainda assim, diversos problemas – políticos, normativos, culturais e operacionais – são verificados na prática, dificultando a efetivação de tais intentos, como procuraremos argumentar ao longo do artigo. Essas dificuldades se baseiam em dados oriundos de um estudo qualitativo realizado junto a vários agentes (públicos e privados) que integram uma Rede Social da região centro de Portugal. A partir dos documentos oficiais e da literatura acadêmica de Portugal, e também, por meio do contato (observação e entrevistas semidirigidas) com trabalhadores (as) das entidades sociais públicas e privadas de intervenção social, buscou-se realizar a investigação, no campo teórico e prático, em conformidade com a metodologia dialética (Antunes, 2005), (Chauí, 2000), (Demo, 1985, 1995), (Konder, 1981), (Viana, 2003). Isto, refere-se ao modo de trabalho em rede e à articulação entre os diversos parceiros, nomeadamente em termos de dinâmicas de participação e partilha de poder.

O interesse pelo assunto decorreu da pesquisa de Iniciação Científica sobre o tema do trabalho social em rede, realizada a partir de investigações críticas e dialéticas dos documentos oficiais (legislações, cartilhas, entre outros documentos) da política de atendimento à criança e ao adolescente e da política de Assistência Social no Brasil. Sendo assim, uma análise apurada

sobre o discurso do tema do trabalho social em rede nas políticas públicas brasileiras e a apropriação da metodologia dialética mostraram-se muito úteis como método de pesquisa para realizar uma investigação similar nos documentos e na prática concreta do Programa Rede Social do governo português. Isto, com o propósito de captar o movimento dialético da tese e antítese do paradigma social que o tema do trabalho social em rede pretende superar, em conformidade com o discurso oficial do Estado português e o contexto social, político e econômico europeu.

DISCUSSÕES TEÓRICAS SOBRE O CONCEITO DE REDE SOCIAL E A RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS SOCIAIS INTEGRADAS

Segundo as pesquisas de Portugal (2007), o termo *rede* contempla uma multiplicidade de usos em diversos campos do saber, “(. . .) nas ciências sociais, a análise das redes tem sido sempre um campo, por excelência, de interdisciplinaridade. Os pioneiros dos estudos das redes sociais vêm da sociologia, da psicologia social, da antropologia. (Portugal, 2007, p. 3)

O conceito de rede social rapidamente encontrou espaço na Sociologia e na Antropologia Social. Para Almeida (2008), a rede social está relacionada com a mudança de paradigma, de um que era baseado na centralização, funcionalização e imposto a partir de cima para um novo discurso que propõe a descentralização, a horizontalidade e o desenvolvimento social local a partir de baixo. Do mesmo modo, em relação às mudanças sociais a que a noção do trabalho social em redes alude, Martins (2010) defende a ideia da emergência de um novo paradigma sociológico, que pode ser evidenciado a partir das transformações históricas e sociológicas observadas nos novos movimentos sociais das sociedades complexas contemporâneas. Este novo modelo de desenvolvimento social local deixa de se basear exclusivamente no fator econômico como aposta principal e passa a envolver, de modo direto, a participação de toda a sociedade civil.

Este novo paradigma encontra-se traduzido na noção de governança, que encontra ressonância num conjunto de propostas que têm sido debatidas, nomeadamente no contexto europeu. A noção de governança (Heinelt, 2006) preconiza, na atualidade, a transição de um modelo de regulação estatal, mais ou menos onipotente e centralizado (governação), para uma forma de exercício disseminado do poder e de regulação sociopolítica partilhada entre diversos agentes.

Em âmbito territorial, a emergência da governança como prática, orientação e objetivo a ser alcançado pressupõe uma maior proatividade dos agentes locais, bem como processos de interconexão e de partilha. O que não deixa de colocar questões críticas de relevo, sobre nomeadamente as condições reais dessa partilha e sobre as dimensões e perspectivas diferenciadas do que ela significa e das responsabilidades que comporta.

No âmbito deste novo paradigma de desenvolvimento e gestão social, é possível situar o Programa Rede Social, visto que:

(...) o desenvolvimento é construído pelas pessoas onde elas vivem, trabalham, amam e morrem. O papel atribuído à população e as suas perspectivas em relação ao espaço onde vivem talvez seja a principal inovação desta nova concepção de desenvolvimento (Almeida, 2008, p. 22).

Este novo modelo de desenvolvimento fundamentado na descentralização política e econômica e numa maior participação da sociedade civil, procura se adaptar às especificidades de cada território. É neste espaço que as mudanças sociais ganham impulso pela ação das

comunidades locais. Atrelado a esta ideia, surgiu o conceito de *empowerment* (empoderamento) comunitário, enquanto uma perspectiva de participação e de autonomia de decisão da população nos territórios locais, ganhando muitos adeptos e importância expressiva, pois tal conceito indica que são os cidadãos que devem ser os protagonistas de sua própria história (Lee, 2001).

Assim, a compreensão de que o modo de responder, inovador e eficaz, aos problemas que afetam as populações, decorre do enquadramento e análise dos mesmos no contexto do território onde adquirem sentido e relevância, sem a ele se reduziriam é, desde logo, uma perspectiva renovada e ecológica sobre as desigualdades socioterritoriais e sobre o modo de considerá-las em termos de respostas estratégicas, adaptadas e prospectivas. Levando isso em consideração, o trabalho social em rede é um dos meios possíveis para alcançar o desenvolvimento social local, promovendo e incentivando a articulação e intervenção conjunta entre os diversos atores sociais dos territórios locais. Diante disso, o governo português instituiu o Programa Rede Social, definido de acordo com o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS) como:

Um programa que incentiva os organismos do setor público (serviços desconcentrados e autarquias locais), instituições solidárias e outras entidades que trabalham na área da ação social a conjugarem os seus esforços para prevenir, atenuar ou erradicar situações de pobreza e exclusão e promover o desenvolvimento social local mediante um trabalho em parceria (Portugal, 2014, p.2).

A INTERVENÇÃO LOCAL EM REDE COMO ELEMENTO ESTRATÉGICO DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS INTEGRADAS

A intervenção social local permite potenciar as condições de aplicabilidade de políticas sociais integradas, quer pela proximidade com os cidadãos e contextos de vida, quer pela utilização de recursos e a articulação facilitada entre diversos setores de atuação e parceiros num dado território, com o intuito de melhorar a qualidade de vida e proporcionar condições de vida dignas e igualitárias à população. Para intervir nesse espaço, é essencial que se atue em diversas áreas, tais como: na habitação, na saúde, no trabalho, na educação, na família, na segurança social, no ambiente, entre outros.

Assim, segundo Alves (2012), para realizar um desenvolvimento social sustentável, é necessário que sejam convocados novos instrumentos e novas metodologias de intervenção. Neste sentido, o discurso sobre o trabalho social em rede ganha legitimidade como uma estratégia possível de implementação para atingir essa finalidade, visto que, ao juntar vários atores institucionais como as entidades financiadoras, as executoras e os próprios beneficiários, em rede, possibilitam-se obter uma visão integrada da sociedade, propiciada pela articulação entre os representantes desses vários domínios e atuar na realidade social, de acordo com sua complexidade e dinâmica. (Konder, 1981).

O chamado trabalho social em rede e a noção de rede social recebem os seus fundamentos teóricos, não só das teorias do desenvolvimento e da sustentabilidade, já brevemente referidas, mas também de diversas concepções, derivadas da sociologia, da análise sistemática e ecológica, do capital social, da dialética, dentre outras. Ao considerar o tema das redes sociais como um fenômeno social complexo, pode-se concebê-lo como um modo de organização que ilustra a grande modificação dos formatos das organizações tradicionais e o surgimento de novos modos de organização, mais suscetíveis a uma nova complexidade técnica, cognitiva, emocional e simbólica (Martins, 2010).

As estruturas organizativas tradicionais eram essencialmente verticais e centralizadas em núcleos de poder e comando. Na modernidade, elas passaram a ser substituídas, progressivamente, por sistemas descentralizadores e flexíveis. Todavia, há algumas redes, como foi verificado a partir da imersão de campo no território português, que apresentam alguns elementos de poder centralizadores e uma estrutura piramidal. Este tipo de rede é sustentado pelo seu aspecto funcional e pelos resultados que surgem no processo.

Conceber as redes sociais de acordo com a segunda compreensão é estar em conformidade com o sistema neoliberal, aquele que possibilita que este entendimento teórico e metodológico das redes passe a ter o reconhecimento científico e se torne uma ideologia hegemônica, visto que não se contrapõe ao regime político e econômico de muitos países (Chauí, 2000).

Sendo assim, para obter a essência do tema do trabalho social em rede na sociedade de regime capitalista de produção, é preciso realizar uma análise profunda da sociedade em seus vários setores e investigar os significados dos discursos sobre esta modalidade de trabalho, no qual os atores sociais do território são considerados como sendo os seus protagonistas. Serão apresentadas, neste momento, algumas pistas nesse sentido.

SEMELHANÇAS E DISSONÂNCIAS ENTRE O PROGRAMA REDE SOCIAL (PORTUGAL) E A REDE SOCIOASSISTENCIAL (BRASIL)

A Rede Social em Portugal pode ser caracterizada como um fórum de articulação e união de esforços, baseada na adesão livre por parte das prefeituras e das entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, ou seja, é um órgão colegiado com organização estruturada, regido por decreto e regimento próprio.

No Brasil, não há um órgão estatal específico que tenha como função a realização da integração e articulação entre os vários estabelecimentos públicos e privados que desenvolvem ações no âmbito das políticas públicas. O que foi desenvolvido pelo governo federal brasileiro é um Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que tem como função a regulamentação e normatização dos diversos dispositivos socioassistenciais em todo o território nacional. Em relação a isso, é importante apontar que, embora seja atribuição do gestor municipal ou do Distrito Federal (DF) realizar a gestão da rede socioassistencial do município (Brasil, 2009), não há um controle social sobre a exigência do cumprimento dessa função, permitindo que esse papel seja atribuído a outras organizações, ou sequer desenvolva um trabalho articulado de fato.

Embora a estrutura e o funcionamento da modalidade de trabalho em redes em Portugal e no Brasil possuam características diferentes, existem aspectos semelhantes entre o programa Rede Social de Portugal e a Rede Socioassistencial do Brasil no que se refere à perspectiva da territorialização como uma estratégia para a construção de parcerias locais e o desenvolvimento social local. “Ao eleger a territorialização como eixo estruturante do SUAS, reconhece-se que a mobilização das forças no território e a integração de políticas públicas podem potencializar iniciativas e induzir processos de desenvolvimento social”. (Brasil, 2009, pp. 13-14).

Segundo a Norma Operacional Básica (NOB) do SUAS, a Rede Socioassistencial da Política de Assistência Social brasileira pode ser entendida como:

Um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade (Brasil, 2005, p.94).

A partir dessa afirmação, pode-se discutir sobre o modo como a Política de Assistência

Social brasileira entende e emprega o termo rede e analisa a existência de algumas semelhanças com o referencial português. O vocábulo possui inúmeros significados, é utilizado, indiscriminadamente, em diversas áreas de conhecimento, resultando em dúvidas quanto à coerência do conceito. Desse modo, o seu vasto uso implica multiplicidade de metáforas que colocam em jogo o significado da noção de rede, bem como sua utilização na atualidade (Musso, 2004).

O termo rede é comumente utilizado como sinônimo de trabalho articulado, contudo, na rede socioassistencial brasileira, este conceito está relacionado ao modelo de organização hierárquica submetido a tipos de Proteção Social básica e especial e por níveis de complexidade: média e alta. Isso leva a conceber que a Rede Socioassistencial, a qual trata a NOB/SUAS (Brasil, 2005), não se baseia em um modelo de gestão horizontalizado e autogestivo entre os trabalhadores e usuários, pois neste tipo de rede não haveria divisão entre quem planeja e quem executa.

Na verdade, o sentido atribuído ao termo rede pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) não é condizente com o modo de organização de rede ultrademocrática, em que estabelece como característica fundamental a participação democrática e a horizontalidade nas relações, mas com o conjunto de serviços, programas, projetos e auxílios financeiros que vem ocorrendo ao longo da história das práticas assistencialistas no Brasil, e que, após a consolidação da LOAS devem ser integrados, ou seja, incorporados como pertencentes ao SUAS, por meio da inscrição no Conselho Municipal ou no Distrito Federal e o registro e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEAS) no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Em Portugal, as entidades sociais devem preencher um formulário de adesão ao Conselho Local de Ação Social (CLAS) para integrar a Rede Social do respectivo município. De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97, de 18 de novembro, que determinou a criação da Rede Social, existem no território português inúmeros grupos, iniciativas e instituições de ação social. A partir da sinergia desses estabelecimentos e atores sociais, é possível encontrar uma modalidade de rede específica denominada de rede de solidariedade, prática social que a política pública portuguesa passa a considerar como um modo de intervenção social legítimo.

Nesse sentido, “dir-se-á até que uma primeira medida de política social consiste no reconhecimento das redes de solidariedade que a antecedem, respeitando a sua identidade, potencialidades e valores intrínsecos” (Portugal, 1997, p. 6253).

De acordo com esta afirmação, pode-se presumir sobre o modo como o governo português concebe inicialmente a política social em rede. Uma organização social baseada na sinergia entre os atores sociais e a sociedade civil e não, um modo de gerir uma política pública segundo a modalidade de redes que requer mudanças institucionais, políticas, sociais e econômicas, que vá além da articulação de seus componentes (Benelli & Costa-Rosa, 2010).

Ainda assim, decorrida a primeira fase da implementação da Rede Social, a inexistência de recursos próprios e a fraca regulamentação normativa se revelaram questões passíveis de colocar em causa a filosofia da própria medida e a sua sobrevivência. Assim, o Despacho Normativo nº 8/2002, de 12 de fevereiro - Programa de Apoio à Implementação da Rede Social - surge precisamente no quadro de tais preocupações e consubstancia orientações normativas precisas de institucionalização e funcionamento da Rede. Doravante, esta passa a constituir-se, ela própria, como uma experiência do Estado animador e já não somente como um instrumento do mesmo. Neste sentido, a finalidade programática da Rede Social passa a ser o planejamento estratégico da intervenção social local, tendo em vista a promoção do desenvolvimento social numa perspectiva holística e já não a ação social *stricto sensu* de luta contra a pobreza e a exclusão social. Este intento, não sendo esquecido, passa, porém, a estar integrado numa lógica mais

ampla e não setorial de desenvolvimento social e territorial. A Rede Social, transformando-se deste modo num Programa, passa a preocupar-se, ao menos teoricamente, com a qualificação dos seus profissionais, com a metodologia de ação (processo técnico-pedagógico), com os *outputs*, com as modalidades de funcionamento (regulamento interno, relatórios intercalares e finais, atas de reuniões, etc.), com o planejamento (Diagnóstico Social; Plano de Desenvolvimento Social; Plano de Atividades; Avaliação) e com o controle e eficiência financeira das suas contas. Em paralelo, os procedimentos *top-down* acentuam-se:

- a) cada Rede passa a ser apoiada e dinamizada em função de processos formais de apresentação e apreciação de candidaturas; a supervisão passa a ser assegurada por um organismo da Administração Central;
- b) o funcionamento da Rede passa a estar condicionado pela apresentação de instrumentos de planejamento estratégico;
- c) a Rede passa a não ter somente um papel de mediação, mas de afetação de recursos e de aplicação de políticas ativas ao nível do município, por exemplo, o Fundo de Emergência Social gerido pelas Freguesias – estas são as menores divisões políticas-administrativas de Portugal;
- d) as metodologias de articulação setorial e de identificação e justificação de estratégias e prioridades são reforçadas e padronizadas (Godinho & Henriques, 2012).

A introdução de finalidades mais abrangentes e a concentração no planejamento estratégico como processo de implementação e acompanhamento de políticas ativas, elas próprias experimentais, participam de uma nova fase de desenvolvimento, identidade e impulso da Rede Social, que atualmente se aprofunda.

De acordo com o discurso oficial do Estado português, a Rede Social suscita a solidariedade social, potencializa respostas aos problemas sociais e se adapta às novas medidas de política social que vão tornando necessárias e possíveis, porém, sem a criação de novos organismos e um verdadeiro processo de trabalho articulado. Além disso, é possível elencar como sendo objetivo da Rede Social a possibilidade de incutir uma nova consciência pessoal e coletiva dos problemas sociais, fortalecer os meios e agentes de resposta e proporcionar inovações necessárias ao segmento social desfavorecido (Portugal, 1997).

A Rede Social não deve ser entendida simplesmente como uma estratégia de apoio social, pois seus objetivos ultrapassam tais delimitações. Deve permitir uma maior adequação e aprimoramento da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos em geral e, em especial, aos indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade. É proposto que cada comunidade, poder local e entidades públicas e privadas tenham uma visão compartilhada dos problemas sociais que existam em sua área de atuação, definam de forma coletiva os objetivos, prioridades, estratégias e ações e utilizem de forma racional os recursos disponíveis, em conformidade com a Segurança Social (Portugal, 2014).

A PRESENÇA ATUANTE DO PODER LOCAL NA REDE SOCIAL

A presença forte da intervenção do poder local nos territórios locais justifica-se, segundo os estudos de Alves (2012), pelo processo de globalização dominante nas sociedades contemporâneas, visto que o fenômeno da globalização gerou um movimento de pressão nos governos locais no que concerne à procura por novas alternativas para a promoção do desenvolvimento social e econômico de seus territórios.

Sabe-se que o poder público possui um papel estratégico na implementação do Programa Rede Social e, sem o seu incentivo institucional, financeiro, social e formativo, os técnicos das entidades sociais parceiras não conseguiram levar por muito tempo este tipo de intervenção

social para os mais interessados – pessoas que se encontram em situação de pobreza e exclusão social. No entanto, não se deve eleger o Estado como o único componente estruturador do programa, pois retornaríamos a uma ação tutelar do Estado e da sociedade civil. Neste contexto, perderia o seu poder de decisão e participação nos assuntos políticos, passando a se tornar objeto de intervenção do Estado.

Todavia, não é o caso de colocar tudo nas mãos da sociedade civil, deixar a sua plena responsabilidade à procura por soluções dos diversos males que afligem a população, sobretudo, a mais vulnerável, cujos problemas são transversais à sociedade capitalista e a sua resolução não se deve apenas no combate de um aspecto do problema (Antunes, 2005; Carvalho, 2000; Viana, 2003).

Uma proposta seria realizar um equilíbrio no papel do Estado e da sociedade civil organizada e não organizada, no que se referem às suas competências, responsabilidades, decisões e à execução de ações no território local. Contudo, o Estado e a sociedade civil não são um todo harmônico, destituído de contradições e disputas de interesses, e isso revela o quanto o trabalho social em rede, enquanto discurso do poder estatal, tende a atender aos interesses da sociedade burguesa na medida em que propõe mudanças sociais no âmbito do território, do individual, sem alterar as estruturas macrossociais da sociedade (CHAUÍ, 2000).

Os trabalhos em rede estruturados formalmente, por meio de legislação própria e mecanismos institucionais definidos, cujo mobilizador seja o representante do poder executivo, têm grandes chances de se tornar dependentes deste e comprometer a sustentabilidade de seus projetos, visto que o partido político presente no poder no momento da criação da rede corre o risco de não ser eleito nas próximas eleições e o próximo representante político não mobilizar ações suficientes para continuar o trabalho em rede ou descontinuar o seu andamento (Ribeiro & Baptista, 2008).

O Programa Rede Social, apesar de assentar-se numa lógica partilhada e numa filosofia horizontal, possui paradoxalmente um organograma típico da estrutura piramidal. Assim, embora aparente ser uma organização democrática, ela não favorece verdadeiramente, como pudemos observar e confirmar através das entrevistas realizadas, a corresponsabilidade e a partilha de decisão entre os diversos parceiros e com a população local (Monteiro, 2008).

Isto não significa que se considere que a participação do representante do poder público municipal deva ser excluída do órgão deliberativo da Rede Social. Pelo contrário, aponta-se como função do Estado participar e promover esse tipo de proposta de trabalho social, tendo em vista realizar o desenvolvimento social local (VIANA, 2003). Contudo, para que sua participação seja mais equitativa em relação aos outros membros da sociedade civil, é preciso que ele exerça diferentemente o seu poder, a sua inclinação em hierarquizar as relações e decisões, para começar a atuar segundo a lógica da participação democrática horizontal, que é um dos princípios do trabalho desenvolvido em Rede Ultrademocrática (Benelli, 2016).

Depreende-se que, em relação à investigação do modo de funcionamento do Programa Rede Social em Portugal, o Estado português possibilitou a criação de uma modalidade de gestão dos serviços, ações e entidades que realizam atendimentos na área social em rede, a qual apresenta a capacidade de mobilizar um grande número de atores sociais e promover o envolvimento da sociedade civil. Contudo, viabilizou-o, não sem criar mecanismos para o seu controle.

OS MECANISMOS OPERACIONAIS DO PROGRAMA REDE SOCIAL COMO ATENUANTES SOCIAIS

Durante o desenvolvimento da pesquisa de observação participante, foi possível notar a presença do componente ideológico do discurso do trabalho social em rede, que pode ser encontrado na frase: juntos somos melhores, afirmação que se baseia na sinergia de ações entre os atores sociais para a resolução dos problemas. Nesse contexto, o trabalho social desenvolvido em rede é compreendido como uma solução simples e mais eficaz para um problema, que apesar de ser complexo e multisectorial, é abordado de forma disseminada (no território e entre parceiros). A questão da pobreza e exclusão social é analisada, por exemplo, como resultado da falta de articulação entre os dispositivos sociais existentes, desconsiderando outros componentes causais. (Chauí, 2000)

O que o Programa Rede Social, enquanto uma política do Estado português que visa desenvolver o território local e, consequentemente, superar a pobreza, faz é driblar os efeitos mais emergentes do capitalismo, não implicando na prática, embora na legislação de base esse discurso se evidencie, em mudanças profundas no modo de conceber as respostas sociais e interviro localmente.

De modo contrário, no Brasil, o trabalho social em rede é utilizado como um discurso do gestor público e da sociedade civil organizada, sem a utilização de instrumentais técnicos específicos e legislações próprias. Na política social brasileira, o termo rede é utilizado como um discurso de inovação na administração das políticas públicas, porém sem grandes mudanças institucionais administrativas. Observa-se que, na realidade brasileira, a articulação entre os estabelecimentos da rede socioassistencial, tais como Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), ocorre na lógica dos encaminhamentos e de modo informal, visto que não há mecanismos institucionais de articulação entre os componentes da Rede Social para além da lógica de referência e contrarreferência.

Em relação a isso, muitos municípios brasileiros ainda não implantaram protocolos de atendimentos padronizados, realizam reuniões regulares entre a equipe de trabalhadores e entre os serviços intersetoriais e criaram mecanismos de informação entre todos os atores da Rede Social, o que poderia contribuir para o estabelecimento de um trabalho social mais articulado entre os diversos estabelecimentos da Rede Social. Sendo assim, no Brasil, a discussão sobre o trabalho social em rede ocorre de modo disperso e de acordo com a setorialização das políticas públicas, apresentando muitas lacunas no seu funcionamento no que se refere ao discurso formal, pois não há uma fundamentação teórica e prática consolidada, e não são definidas diretrizes operacionais próprias para essa modalidade de trabalho (Benelli, 2016).

Em contraponto, em Portugal, a existência de uma legislação própria sobre o trabalho social em rede é um fator positivo quando se considera a relevância do planejamento estratégico no campo de ação social e a possibilidade de realizar o desenvolvimento social na medida em que são promovidas mudanças por meio da sinergia entre vários atores sociais. (Carvalho, 2000)

Assim, embora as entidades públicas locais sejam as responsáveis por coordenar a Rede Social, foi atribuída às entidades sociais públicas e privadas sem fins lucrativos a responsabilidade quanto à sustentação técnica das respostas sociais no âmbito desse programa, sendo que elas não possuem recursos econômicos e humanos suficientes para a concretização de propostas de ação mais estruturais e impactantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a modalidade de trabalho social em rede comparando as experiências brasileiras e portuguesas permitiu realçar algumas diferenças, cuja justificação se deve à existência de contextos institucionais, socioculturais e político-administrativos distintos. Apesar dessa diversidade de contextos, foram identificados muitos aspectos comuns entre essas duas realidades sociais que sofrem com as consequências de um mundo globalizado e que têm como sistema econômico o neoliberalismo. Na verdade, ainda que se evidenciem diferenças de operacionalização e gestão do trabalho social em rede nos dois contextos estudados, nomeadamente em termos de níveis de formalização, é possível perceber inúmeras semelhanças no que diz respeito à concepção de rede social. Esta é apontada, nos dois contextos, como uma estratégia de resposta aos problemas sociais pela via de uma maior articulação entre respostas e organismos locais, sob o pressuposto de maior eficácia e maior possibilidade de avaliação dos seus impactos. Ainda que não se discuta a importância de tais pressupostos, desde logo associados à possibilidade de maior adequação das respostas aos problemas concretos das populações locais, vários aspectos problemáticos precisam ser evidenciados e discutidos. Por exemplo, em termos de partilha de poder decisório e de participação direta da população na definição de alternativas, como tivemos oportunidade de destacar.

Um aspecto que pode constituir-se como fator crítico é, de fato, a lógica de autonomização, e mesmo de reificação, do espaço, inerente aos processos de desenvolvimento endógeno de base territorial. Se, numa perspectiva, se considera, como afirma, por exemplo, Barquero (1998), que o território não é um mero suporte físico de atividades, objetivos e vivências, mas um agente per si de transformação social e cultural, numa outra, não se pode escamotear a existência de conflitos de interesses e de visões do mundo, que consubstanciam e exigem necessariamente, uma abordagem muito mais política do desenvolvimento endógeno, ancorada no espaço público e na explicitação dessas diversas leituras potencialmente conflituantes.

Desse modo, justifica-se a necessidade de realizar um estudo aprofundado que contemple pesquisadores de diversos países para ser possível averiguar, com maior rigor, como os trabalhos sociais vêm sendo realizados segundo a perspectiva da rede no território local. É importante investigar quais são as concepções teóricas sobre o conceito de rede social nesse domínio e analisar quais são os resultados alcançados, bem como quais seriam os principais entraves institucionais, culturais e ideológicos que este tipo de gestão social costuma enfrentar. Além disso, é relevante realizar estudos que busquem verificar os efeitos de contextos nacionais distintos nas práticas sociais dos (as) trabalhadores (as) da área social que atuam no território, segundo o modo de organização em rede.

REFERÊNCIAS

- Almeida, A. M. (2008) O caso da Guarda. In: A. A. Monteiro & F. B. Ribeiro (org.), *Redes Sociais: experiências, políticas e perspectivas*. Ribeirão: Húmus, pp. 21-31.
- Alves, J. M. (2012) *Sobre a territorialização das políticas sociais. O exemplo do Programa Rede Social: entre a municipalização e a configuração de um modelo de governança de base local*. Recuperado de <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2121/1/Comunica%C3%A7%C3%A3o_II%20Encontros%20Portalegre_jo%C3%A3o%20em%C3%ADlio.pdf>
- Antunes, M. A. M. (2005) Materialismo histórico-dialético: fundamentos para a pesquisa em

história da Psicologia. In: A. A. Abrantes, N. R. Silva & S. T. F. Martins *Método histórico-social na Psicologia Social*. Rio de Janeiro: Vozes, pp. 105-117.

Barquero, L. V (1998). *Desarrollo económico local e descentralización: aproximación a un marco conceptual*. Santiago Chile: Cepal/GTZ.

Benelli, S. J. (2016) A lógica da rede na atenção socioeducativa para crianças e adolescentes na Assistência Social. In: A. L. P. Xavier & et al (Org). *ECA, SUAS e o trabalho em rede de proteção à criança e ao adolescente*. Rio de Janeiro: Publit. pp. 40-77.

Benelli, S. J. & Costa-Rosa, A. A construção de redes sociais: entre a conexão e a captura na gestão dos riscos sociais. In: Constantino, E. P. (Org.). *Psicologia, Estado e Políticas públicas*. Assis: UNESP, 2010. pp. 25-85.

Brasil. (2005) *Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005. Aprova a Norma Operacional Básica NOB/SUAS*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

Brasil. (2009) *Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

Carvalho, M. C. B.(2000) O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social. In: J. P. Netto & M. C. B Carvalho, *Cotidiano, conhecimento e crítica*. São Paulo: Cortez, p. 13-62.

Castro, J. L. (2009) *Rede Social: Desafios e Experiências de um Programa Estruturante*. Lisboa: Instituto de Segurança Social.

Chauí, M. (2000) A perspectiva marxista. In: M. Chauí, *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, pp. 530-546.

Demo, P. (1985) Elementos da metodologia dialética. In: P. Demo, *Introdução à metodologia da ciência*. São Paulo: Atlas, pp. 85-100.

Demo, P. (1995) Dialética – Processualidade de estruturas históricas. In: P. Demo *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, p.88-132.

Frey, K. (2001) Perspectivas da democracia local na era digital. *Anais do Seminário Brasil-Reino Unido “Cidadania na sociedade da informação”*. Curitiba: Instituto Ágora.

Godinho, R. & Henriques, J. M. (coord.) (2012) *Projeto Rede em Prática. Relatório Final de Avaliação do Programa Rede Social 2010 – 2012*. Lisboa: Instituto de Estudos Sociais e Económicos e Instituto da Segurança Social (IESE).

Heinelt, H. et al. (2006) *Governance for Sustainability. Conceptual Framework, Unpublished paper*, Darmstadt Erkner, G-FORS.

Konder, L. (1981) O que é dialética. São Paulo: Brasiliense.

Lee, J. A. B. (2001) *The empowerment approach to social work practice. Building the beloved community*. New York: Columbia University Press.

Martins, P. H. (2010) *Redes sociais como novo marco interpretativo das mobilizações coletivas contemporâneas*, Cad. CRH, v.23, n.59, p. 401-418.

Monteiro, A. A. (2008) Redes Sociais: será que também posso participar? In: A. A. Monteiro & F. B. Ribeiro (Org.). *Redes Sociais: experiências, políticas e perspectivas*. Ribeirão: Húmus, pp. 81-96.

Mozzicafreddo, J. (2002) A responsabilidade e a cidadania na Administração Pública. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.40, p. 9-22.

Musso, P. (2004) A filosofia da rede. In: A. PARENTE (Org.). *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina. pp.17-38.

Portugal. (1997) *Resolução do Conselho de Ministros nº 197*, pp. 6253 – 6255.

Portugal. (2014) *A Rede Social*. Lisboa: Instituto de Segurança Social.

Portugal, S.(2007) *Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica*. Oficina do CES nº 271.

Ribeiro, F. B & Baptista, A. (2008) Entre o entusiasmo dos técnicos e o cepticismo dos parceiros: o processo de avaliação de uma rede social em contexto de conflito político. In: A. A. Monteiro & F. B. Ribeiro (org.). *Redes Sociais: experiências, políticas e perspectivas*. Ribeirão: Húmus. pp. 69-80.

Scherer, I. W.(1999) Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec.

Viana, N. (2003) *Estado, Democracia e Cidadania: A dinâmica da política institucional no Capitalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé..

Agradecemos o apoio financeiro outorgado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP (Processo 2016/02582-5).

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E FUNÇÃO MATERNA: Relato de Experiência

Child Sexual Violence and the Maternal Function: An Experience Report

Andressa Bruceze Martins⁴²
Rosangela Kátia Sanches Mazzorana Ribeiro⁴³

RESUMO: A violência sexual contra crianças consiste em qualquer ato ou manipulação realizados por um agressor que esteja em estágio psicossexual mais adiantado que a criança. O presente trabalho refere-se ao relato de experiência de uma acadêmica no Estágio Supervisionado Específico II (ESE II) do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), realizado em Programa de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual (PAVVS) no Hospital Universitário “Júlio Muller” (HUJM) e referente ao atendimento psicológico de uma criança de 11 anos, sexo feminino. A abordagem psicanalítica foi utilizada como referencial teórico. O caso a ser apresentado trata-se da vivência de uma criança que sofreu violência sexual incestuosa e evidencia o comprometimento na relação da criança com sua figura materna, pois a mãe não acreditou no relato da filha. Portanto, considera-se a importância de uma dinâmica familiar saudável, que é salutar para o acolhimento de uma criança vítima desse abuso.

PALAVRAS-CHAVE: Psicanálise; Abuso Sexual na Infância; Conflito Psicológico.

ABSTRACT: Sexual violence against children consists of any act or manipulation performed by an aggressor who is in a psychosexual stage more advanced than the child. The present work refers to the experience report of an academic in the Specific Supervised Internship II (ESE II) of the Psychology Course at the Federal University of Mato Grosso (UFMT), carried out in a Program for Assistance to Victims of Sexual Violence (PAVVS) at the Júlio Muller University Hospital (HUJM), referring to the psychological care of an 11-year-old female child. The psychoanalytic approach was used as the theoretical framework. The case presented in this work describes the experience of a child who suffered incestuous sexual violence and shows the impairment in the child's relationship with her maternal figure, since the mother did not believe the daughter's report. Therefore, the importance of a healthy family dynamic is highlighted, as it is essential for welcoming a child who is a victim of such abuse.

KEYWORDS: Psychoanalysis; Child Sexual Abuse; Psychological Conflict.

INTRODUÇÃO

A Violência Sexual (VS) contra criança apresenta múltiplas definições discutidas teoricamente. O Ministério da Saúde (2002, p. 14) denota que VS consiste em qualquer ato ou manipulação realizado por um agressor que esteja em estágio psicossexual mais adiantado que a

⁴² Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) | <https://orcid.org/0000-0001-9270-0458>

⁴³ Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) | <https://orcid.org/0000-0003-4072-1091>

criança ou adolescente, como atos de voyeurismo, exibicionismo, exploração sexual, pornografia até contatos com ou sem penetração.

Sanderson (2005) descreve o abuso com contato físico como aquele que utiliza linguagem sexual não apropriada à criança, além de fotografias com propósito pornográfico, exibicionismo, voyeurismo e o uso de crianças na criação ou na exibição de imagens e filmes pornográficos. Além de comportamento sexual manifesto na frente da criança. O abuso que envolve contato físico inclui beijos inapropriados, carícias nos seios ou genitais, masturbação, sexo oral e penetração com os dedos ou pênis.

Conforme Pfeiffer e Salvagni (2005), as palavras Abuso Sexual (AS) e Violência Sexual (VS) podem ser utilizadas como sinônimos, uma vez que é uma situação que ocorre com uma criança ou adolescente, em que é utilizado para satisfazer sexualmente um adulto ou até mesmo um adolescente que seja mais velho, que pode ser alguém que seja responsável por ela ou que tenha ligação familiar, algum tipo de relacionamento ou desconhecido da vítima. Sendo assim, as autoras deste trabalho optaram por utilizar a denominação Abuso Sexual (AS) no presente texto.

Com base nisso, o presente trabalho ocupou-se da articulação entre saberes e fazeres no contexto de acompanhamento psicológico, no contexto clínico, de uma criança vítima de violência sexual, atendida em programa de referência estadual no atendimento dessas pessoas, desenvolvido no Estágio Supervisionado Específico do 10º semestre do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso. Este relato de experiência tem por objetivo a discussão da violência sexual incestuosa praticada por padrasto contra uma criança e a relação dessa criança com a figura materna.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao se tratar da constituição de sujeito na abordagem psicanalítica, é necessário apresentar a questão fundamental que rodeia a psicanálise: a sexualidade infantil. Rezende (2008) ressalta, a partir das contribuições de Freud, que a sexualidade não surge apenas na fase da adolescência, enquanto umas profícias dessa fase ou da vida adulta, mas sim está presente desde a tenra idade, que se inicia na relação mãe-bebê. Assim, a criança possui uma sexualidade ativa, que decorre das pulsões e da estimulação das zonas corporais.

Para tanto, há duas questões fundamentais apresentadas no desenvolvimento da sexualidade infantil. De acordo com Faiman (2004), os pais são de suma importância no desenvolvimento da criança, pois são protagonistas naturais das primeiras fantasias que representam o complexo de Édipo. Desse modo, Freud (1905/2006) relata que a menina, ao se deparar com a diferença anatômica, se dá conta de que não possui um pênis e que sua mãe também não possui, por isso se volta para o pai com o intuito de obter o pênis que a mãe lhe negou, e consequentemente esse desejo é substituído pela vontade de ter um filho do pai. Ao deparar-se com um pai que lhe nega esse desejo, o complexo de Édipo na menina vai sendo progressivamente abandonado. No processo de castração, a menina comece um movimento de certa depreciação na mãe, por tê-la feito menina. Freud (1905/2006) refere que as meninas, ao compararem seu órgão genital com o de crianças do sexo oposto, se sentem injustiçadas. Pois, uma criança (menina) não entende a falta do pênis como sendo de caráter sexual, e sim que teve um órgão igualmente grande e o perdeu por castração.

Nasio (2017) coloca o complexo de castração como uma etapa na evolução da sexualidade infantil, mas que esta não se reduz a um momento cronológico, pelo contrário, é renovada ao longo de toda a existência. No complexo de castração, a menina se volta para a figura materna com desenvolvimento de uma certa depreciação, quando se descobre castrada. Aborda ainda que

a castração possui um papel fundamental no desenvolvimento sexual e tem a função de evidenciar que a relação incestuosa do complexo de Édipo não é possível. Considera-se o principal acontecimento da castração feminina uma segunda separação da mãe, que lhe remete a uma repetição de uma separação anterior, a do seio materno.

Rotili (2012, p. 19) relata que essa fase será retomada ao iniciar a adolescência. Continuando com o desenvolvimento da sexualidade, a criança entrará no período de latência no momento em que surgir a vergonha e as exigências dos ideais estéticos e morais. No entanto, as monções sexuais infantis não cessam no período de latência, mas neste período suas energias são sublimadas e destinadas para outros fins, como para a aprendizagem escolar. Em seguida, com a entrada na adolescência, haverá a retomada do investimento narcísico. A autora aborda que na adolescência ocorre um luto decorrente da perda do corpo infantil, sendo esse luto um trabalho tanto de relativização das imagens infantis como aceitação de suas dúvidas, falta e solidão. Ocorre um investimento das lembranças ligadas ao objeto perdido, pois, durante a infância, os pais são representados como figuras ideais e necessárias. A figura dos pais ideais é reeditada na adolescência, com a visão dos pais reais.

Assim, Soifer (1992) destaca que o período dos 8 aos 12 anos, considerado como pré-puberdade, é demarcado por algumas especificidades, como a reativação dos conflitos edípicos, intensificação da angústia de castração, sentimento de culpa ou vergonha. De acordo com Torres (2014), é a partir dos dispositivos identificatórios introjetados que o adolescente percebe que pode se distanciar do objeto, tomando para si, por meio da introjeção, características desse objeto, com uma nova forma de relacionar-se com a alteridade.

Em contrapartida, Rouyer (1997) aponta que o abuso sexual incestuoso pode causar consequências mais traumáticas por conta das figuras parentais que deveriam ser protetoras, mas falharam nesse processo, gerando uma confusão na criança em relação a essas imagens. Ferenczi (2006) aborda a dificuldade de predizer quais seriam os sentimentos de uma criança após uma sedução incestuosa, que a priori poderia se pensar em recusa, ódio ou resistência. No entanto, a autoridade que o adulto exerce sobre ela é esmagadora, em que a criança que sofre abuso pode tornar-se mecanicamente obediente ou teimosa, mesmo não se dando conta das razões de suas atitudes. Geralmente busca a mãe como pessoa de confiança.

Santos (2012) descreve ser muito frequente a cegueira materna frente ao abuso sexual intrafamiliar. Mesmo após a revelação, muitas mães se mostram impedidas de acreditar no fato e assim destituem a fala da criança, colocando-a como responsável por ter ocorrido o abuso.

De maneira geral, a autora discute que não se trata da mãe não querer proteger seu/sua filho/a, mas o fato de colocá-la em contato com a relação com sua própria mãe, e conforme esta relação com a figura materna tenha sido gratificante ou não, poderá trazer repercussões nesse modo de aceitação ou negação do abuso vivenciado pela filha. Fuks (2006), citado em Huh e Cavalini (2011, p. 12), relata que as investigações clínicas têm mostrado que a mãe tende a “recusar” o abuso da filha como forma de negar para si mesma que falhou em sua proteção.

Jonzon e Linblad (2004) apontam que, quando ocorre a revelação do abuso, as reações maternas podem ser positivas, negativas ou neutras. A reação positiva se relaciona ao fato da figura materna ficar com raiva do agressor e da situação ocorrida. Nesse caso, são recorrentes os sentimentos de revolta contra o abusador e sensibilidade em relação à criança, com a aceitação, apoio e credibilidade para com a fala e sofrimento do/a filho/a. As reações negativas acontecem quando a mãe não consegue assumir uma postura protetora em relação à criança, pois não lhe comprehende e não lhe dá o apoio necessário.

Por vezes, pode ocorrer o abandono ou evitação de contato com a vítima. Há situações de mães punirem a/o filha/o perante a situação do abuso e buscar mecanismos para que não ocorra

um desmanche da estrutura familiar ou da relação conjugal existente, reforçando assim sentimentos ambivalentes em relação à criança. Dessa forma, é possível ainda destacar que existem fatores que podem propiciar essa posição de negação ou de cumplicidade da figura materna. Já as reações neutras se caracterizam por indiferença frente à situação do abuso, ou mesmo oscilação entre reações positivas e negativas (Santos & Dell'Aglio, 2009).

Corroborando ainda, Sufredini, Moré e Krenkel (2016) colocam que a criança pode manifestar sentimento de não ter tido o suporte da mãe, quando a mesma minimiza a violência ocorrida ou se nega a acreditar na sua palavra. Contudo, muitas vezes essas mães que não oferecem o apoio necessário para seus filhos também não tiveram uma figura materna presente na sua infância, se tornando posteriormente dependentes emocionalmente dos seus cônjuges.

No caso a ser apresentado, Jéssica (nome fictício) se encontrava em um momento de ressignificação das figuras parentais, após ter sido vítima de abuso sexual e se “sentir abandonada” pela figura materna. Portanto, este relato de experiência referenciará as condições idiosincráticas da singularidade da vivência do seu abuso, por meio do estudo de caso clínico de uma menina de 11 anos, vítima de abuso sexual, praticado pelo padrasto.

METODOLOGIA

O presente relato de experiência foi desenvolvido no Estágio Específico do nono e 10º semestres do Curso de Psicologia, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). O estágio aconteceu no Programa de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual (PAVVS), do Hospital Universitário Júlio Muller (HUJM), em Cuiabá, estado de Mato Grosso. O acompanhamento psicológico foi realizado por estagiária (primeira autora desse trabalho), devidamente supervisionada por professora do Curso de Psicologia da UFMT (coautora).

Vale ressaltar que o HUJM é referência no atendimento à vítima de violência sexual desde 2001. Visa oferecer assistência global à vítima de violência, considerando o foco tanto na atenção quanto na prevenção e assistência às demandas. Oferece apoio referente à saúde, proteção social e jurídica, com a realização do acompanhamento médico, anticoncepção de emergência e profilaxia antirretroviral, bem como a realização do aborto legal e os demais encaminhamentos e procedimentos necessários, constituindo assim uma abordagem interdisciplinar, com médicos, enfermeiros, assistentes sociais e psicólogos.

Em relação ao acompanhamento psicológico da criança Jéssica, foram realizadas sessões individuais, com periodicidade semanal, com duração aproximada de 50 minutos cada sessão, e ocorreram em sala disponibilizada no referido hospital. Neste estágio foram realizadas 14 sessões, sendo 11 sessões com a criança e três sessões com o genitor, para levantamento da anamnese (história de vida da criança) e acompanhamento da evolução. O acompanhamento foi interrompido pelo genitor da criança, que, por motivos laborais, não pôde mais levar a filha ao acompanhamento psicológico.

COMPREENSÃO PSICODINÂMICA DO CASO

Quando Jéssica iniciou o acompanhamento psicológico, estava com 11 anos. Nos relatos perante o abuso, relatou que seu padrasto começou a abusar dela assim que fez 10 anos, dizendo que ele tocava suas partes íntimas, não informando quantas vezes este fato ocorreu. Ao procurar a mãe, a mesma acusou a filha de mentirosa, desse modo, Jéssica contou o que ocorreu para a professora de sua escola e a mesma notificou o Conselho Tutelar. Jéssica foi acolhida institucionalmente e ficou na Casa Lar até seu pai conseguir a guarda provisória. Nas sessões de

psicoterapia, fez relatos sobre sua vivência com figuras parentais, principalmente em relação à sua mãe, pois sentia saudades de estar com ela. Os pais eram separados desde quando a filha tinha 3 anos de idade. Para Jéssica, esse processo de relação entre o eu e o outro, aqui representados pela relação mãe e filha, estava sendo revivido no momento presente, do acompanhamento psicológico, por consequência do abandono materno, decorrente do abuso cometido pelo padrasto e a não credibilidade à fala da filha. Sua mãe destituiu sua fala e continuou vivendo com o seu padrasto, com comportamento punitivo em relação à filha. A mãe rompeu o contato com a filha e dificultava o contato dela com os irmãos. Desse modo, Jéssica, a princípio, foi acolhida institucionalmente em uma Casa Lar, por um período de três meses, antes de seu pai biológico conseguir a guarda provisória.

Borges (2009) cita que, quando nasce uma criança, nascem também os pais, que precisam conhecer esse novo ser e encontrar-se com ele, porque o bebê sonhado não é exatamente o mesmo que nasceu. O casal deve adotá-lo emocionalmente. Dessa maneira, Jéssica, pelo que foi possível observar durante as sessões, não foi um bebê esperado e adotado emocionalmente pelos pais. Esse movimento de adoção emocional parece ter ocorrido somente no momento em que ela foi morar com o pai e a madrasta, após ter sofrido o abuso sexual. Tal condição foi percebida na fala do pai, quando disse “está sendo muito difícil lidar com a Jéssica, ela só faz o que ela quer fazer, é muito grudenta”. Jéssica reviveu o abandono primário da separação da mãe e falava da mãe com rancor, referindo-se à mãe como “chata” e “preguiçosa”. Também relatou sobre a vontade de esganar a mãe, pois ela havia abandonado-a e escolhido ficar com o padrasto e não atendia suas ligações telefônicas.

Para conseguir lidar com essa percepção da relação mãe-filha, ela parece ter projetado no padrasto (que cometeu o AS), a raiva sentida pelo abandono da mãe, justificando que a mãe não fazia contato com ela pois “é aquele homem que não deixa ela falar comigo”. De acordo com Albornoz (2001), a vivência abusiva é decorrente de uma falha na função materna, que não protege a criança daquilo que é excessivo. Aulagnier (1977) e Mannoni (1985) citam que a falta de desejo materno torna a realidade da criança frustrante.

Em algumas sessões, Jéssica se queixou de que “não podia ser quem ela era” na casa do pai, pois gostava de usar shorts curto e de passar maquiagem, como a mãe fazia, mas seu pai e madrasta implicavam com o comprimento dos seus shorts e com a sua maquiagem. Para Jéssica, a maquiagem tinha uma representação simbólica de “manter sua mãe por perto”, relatado por ela com choro.

Na relação transferencial, pôde-se observar que, quando ela jogava e estava perdendo, disse que tinha vontade de esganar (estagiária), xingava “merda”, você vai ver”, “vontade de te esganar”, como representativa da mãe naquele momento. Visto que também dizia sobre a vontade de esganar a mãe.

Na relação transferencial, foi observado que em alguns momentos a estagiária ocupava o lugar materno na relação, fato que ficou evidente em sua última sessão, em que chamou a estagiária/psicoterapeuta de “mãe”. Observou-se também que a relação com a madrasta possibilitou uma reorganização da função materna, enquanto uma figura de cuidado, quando relata que saía com sua “mãe dois” para comer lanches, e que elas brincavam juntas “a gente se junta para fazer brincadeiras contra meu pai”. A partir disso, também afirmava que sua “mãe dois” queria ficar controlando a roupa que ela ia para a escola “ah tia, minha mãe dois quer ficar me controlando, quer que eu use shorts comprido e eu não gosto dessas coisas, shorts abaixo do joelho e às vezes implica com a maquiagem que eu passo, eu não posso deixar de ser quem eu sou por causa deles, eu não gosto de shorts abaixo do joelho.”

Blinder, Knobel e Siquier (2011) relatam que na transferência, no atendimento de crianças,

há algo do momento atual que a criança está vivenciando. E que para Jessica seria uma ressignificação do lugar materno em sua vida. Na última sessão, Jéssica verbalizou que se sentiu abandonada pela mãe e que sentia raiva por sua mãe aparentar não se importar com ela. Disse ainda que sentia saudade das brincadeiras que tinha com ela e com os irmãos. Relatou que amava sua mãe, que não conseguia odiá-la e que, se a visse, diria o quanto a amava. A relação mãe-filha, de amor e ódio, é aqui representada por essa fala da sua relação com a figura materna.

Ferenczi (2006) aponta que a criança que sofreu um abuso sexual pode, pela pressão de uma urgência traumática, desenvolver as emoções de um adulto já maduro, havendo, portanto, uma maturidade precoce. Aponta para o quão a linguagem do adulto e da criança se diferem, pois as crianças possuem fantasmas lúdicos, como forma de manter um papel maternal em relação ao adulto. Este jogo pode vir a tomar uma forma erótica, mas sempre ao nível de ternura pela criança. No entanto, é dito que para os adultos que possuem predisposições psicopatológicas, a brincadeira de sedução da criança se confunde com a de uma pessoa que já atingiu um nível de maturidade sexual.

Santos e Dell'Aglio (2009) abordam o fato de algumas mães punirem suas filhas perante a situação do abuso, como uma forma de buscar mecanismos para não haver um desmanche familiar ou do seu relacionamento conjugal. Percebido por ela como uma forma de punição por ter denunciado o padrasto. Neste caso, a criança não possuía mais contato com a mãe e irmãos, ao menos até o momento em que foi suspenso o acompanhamento psicológico.

Ao longo do acompanhamento psicológico, ficou evidente esse processo de entrada na adolescência e os conflitos em relação às imagens parentais. Parece que havia uma busca pela boa mãe. Jéssica fez uma substituição do “lugar materno”, em razão de sentir-se abandonada pela mãe, pois quando foi morar com seu pai, ele estava casado e a madrasta lhe conferiu o lugar da mãe, quanto aos cuidados maternos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acompanhamento psicológico possibilitou visualizar as dimensões de um tratamento analítico com crianças. Nas sessões foram trabalhados conteúdos relacionados não somente ao abuso sexual sofrido, mas também ao relacionamento com o seu pai e sua mãe. O abandono da figura materna lhe causava mais sofrimento do que o abuso sexual. Nas últimas sessões, observou-se na relação transferencial o lugar que era ocupada pela estagiária, enquanto função materna, verbalizado nos jogos lúdicos, em muitos momentos como “*eu vou acabar com você*” e frases como “*eu vou te esganar*”. Dessa maneira, na posição de psicoterapeuta, era evidente a relação transferencial estabelecida, com a expressão de raiva da figura materna. Por meio da transferência, foi possível expressar que se sentia abandonada pela mãe e demonstrava frustração pela mãe ter continuado com seu padrasto.

A relação primária com a figura materna é primordial para a constituição psíquica do filho/filha. Intervir precocemente nesta relação é importante para que, de modo prognóstico, haja recursos internos para que os filhos/filhas possam lidar com as questões e problemáticas que a vida irá lhes apresentar. O contexto do estágio apresentava como questão principal o atendimento de crianças que passaram por violência sexual, no entanto, quando a criança chegava ao consultório para atendimento psicológico, havia inúmeros outros fatores (dinâmica familiar, abandono) que a colocavam em uma situação de vulnerabilidade e sofrimento psíquico. Portanto, é essencial no trabalho clínico com crianças vítimas de violência sexual, o olhar para além do contexto da violência sofrida, ou melhor, uma escuta idiossincrática.

REFERÊNCIAS

- Albornoz, A. C. (2001). A infância roubada—enfocando vivências de abuso. *Revista da Saúde*, 2, 38–45.
- Aulagnier, P. (1977). *La violencia de la interpretación: del pictograma al enunciado*. Buenos Aires: Editorial Amorrortu.
- Blinder, C., Knobel, J., & Siquier. (2014) *Clínica psicanalítica com crianças*. São Paulo: Editora Ideias & Letras.
- Borges, T. P. (2009). Função materna, educação e ato educativo. *Revista Inter Ação*, 34(2), p. 453-464.
- Brasil (2002). Ministério da Saúde. *Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Faiman, C. J. S. (2004). *Abuso sexual em família: a violência do incesto à luz da psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ferenczi, S. (2006). Confusão de línguas entre os adultos e a criança. A linguagem da ternura e da paixão. *Revista de Psicanálise da SPPA*, 13(3), 13-24.
- Freud, S. (2006). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: J. Strachey (Ed. & Trans.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (vol. VII) Trabalho originalmente publicado em 1905.
- Huh, D. M. J., & Cavalini, S. F. S. (2011). Consequências do abuso sexual infantil no processo de desenvolvimento da criança: contribuições da teoria psicanalítica. *VII Jornada de Iniciação Científica*.
- Jonzon, E., & Lindblad, F. (2004). Disclosure, reactions, and social support: Findings from a sample of adult victims of child sexual abuse. *Child maltreatment*, 9(2), 190-200.
- Mannoni, M. (1985). *A relação fantasmática do filho com sua mãe*. São Paulo: Martins Fontes.
- Nasio, J. D. (2017). *Lições sobre os 7 conceitos cruciais da psicanálise*. Editora Schwarcz -Companhia das Letras.
- Pfeiffer, L., & Salvagni, E. P. (2005). Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. *Jornal de pediatria. Rio de Janeiro*, 81(5), s197-s204.
- Rezende, J. B. D. (2008). *A posição subjetiva da criança no abuso sexual*. (Dissertação de Mestrado Profissional). Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro.

Rotili, A. L. D. (2012). *O adolescente e os vínculos familiares*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Graduação em Psicologia, Ijuí.

Rouyer, M. (1997). As crianças vítimas, consequências a curto e médio prazo. In: M. Gabel, (Org.) *Crianças vítimas de abuso sexual* (pp. 62-71). São Paulo: Summus.

Sanderson, C. (2005). *Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais*. M. Books do Brasil.

Santos, S. G. (2012). O que se passa no interior das famílias em que ocorre a violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes? *Associação Psicanalítica de Curitiba em Revista*, (24), 61-77.

Santos, S. S., & Dell'aglio, D. D. (2008). Compreendendo as mães de crianças vítimas de abuso sexual: ciclos de violência. *Estudos de Psicologia*, 25(4), 595-606.

Soifer R. (1992). *Psicologia da Gravidez, Parto e Puerpério*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Sufredini, F., Moré, C. L. O. O., & Krenkel, S. (2016). Abuso sexual infanto-juvenil na perspectiva das mães: uma revisão sistemática. *Contextos Clínicos*, 9(2), 265-278.

Torres, R. (2014). O Campo Lacaniano e o desejo. *Stylus (Rio de Janeiro)*, (28), 25-31.

Zimerman, D. E. (2009). *Fundamentos Psicanalíticos: Teoria, Técnica, Clínica – Uma Abordagem Didática*. Porto Alegre: Artmed Editora.

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NOS CENTROS JUDICIÁRIOS DE CONCILIAÇÃO: Relato de Experiência

The Psychologist performance in Judicial Centers of Conciliation: An Experience Report

Stevam Lopes Alves Afonso⁴⁴

Wânia Cristina de Souza⁴⁵

RESUMO: O presente estudo objetiva apresentar um relato de experiência de voluntariado em um Centro Judiciário de Conciliação (CEJUSC) na Seção Judiciária do Distrito Federal, onde ainda não existem espaços de atuação profissional para outras competências além do direito. Primeiramente, descrevemos os procedimentos referentes à inscrição e participação do curso de formação de conciliadores e, posteriormente, relatamos as experiências adquiridas ao longo de um ano. Assim, são feitas sugestões para que o trabalho desenvolvido pelos centros de conciliação possa se tornar mais eficaz e, como consequência, beneficiar os cidadãos que buscam este serviço. Com a experiência adquirida, concluímos que é necessária a inserção de psicólogos tanto na formação de novos conciliadores quanto para o atendimento à população e para o auxílio dos servidores no órgão.

PALAVRAS-CHAVE: conciliação; psicologia; emoções; resolução de conflitos.

ABSTRACT: The present study aims to present a volunteer experience in a Judicial Reconciliation Center (CEJUSC) in the Judicial Section of the Federal District, where there isn't an acting professional space for other competences besides law. Firstly, we describe the procedures for enrollment and participation in the conciliators training course and later report on the experiences gained over a year, so suggestions are made so that the work carried out by the conciliation centers can be made more effectively and consequently benefit the citizens who seek this service. With the experience gained, we conclude that the insertion of psychologists is necessary in the formation of new conciliators as well as in the service to the population and the help of the servants in the organ.

KEYWORDS: conciliation; psychology; emotions; conflict resolution.

O atual modelo do sistema de resolução de conflitos brasileiro teve seu início com a instalação do sistema de mediação no País através da resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O principal objetivo desta resolução é o incentivo à cultura de paz no País, por meio da solução célere de novos conflitos, de maneira autocompositiva, beneficiando o cidadão em suas questões judiciais e, em contrapartida, reduzindo o número de processos em tramitação, com base no Art. 334 da [Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015](#) (Código de Processo Civil, 2016), onde os conflitos de interesse passam a ser

⁴⁴ Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal (UDF) | <https://orcid.org/0000-0001-8155-220X>

⁴⁵ Universidade de Brasília (UnB) | <https://orcid.org/0000-0002-6994-1752>

prioritariamente solucionados via conciliação e mediação.

Inicialmente, o modelo mais utilizado para a resolução de disputas era o modelo heterocompositivo, onde as partes eram ouvidas por um terceiro que tomava a decisão por elas com base nos fatos declarados ao longo da audiência. Atualmente, a justiça trabalha com a autocomposição, onde as partes possuem autonomia para decidirem se querem ou não aceitar os termos de um possível acordo discutido em audiência. O modelo autocompositivo tem se mostrado mais eficaz pelo fato de as partes sentirem que têm o poder de decisão sobre o seu processo, evitando constrangimentos, e a possibilidade do uso interminável de recursos, além de contribuir para a celeridade da justiça. Para garantir que o cidadão brasileiro tenha acesso a um sistema de resolução de conflitos funcional e capaz de assegurar que os envolvidos em disputas legais sejam atendidos por profissionais devidamente capacitados, com isso em mente, o CNJ desenvolveu diretrizes (Manual de mediação judicial, Conselho Nacional de Justiça, 2016) para a instrução e capacitação de novos mediadores e conciliadores.

O presente artigo busca descrever um relato de experiência a fim de ilustrar o processo de ingresso nos Centros Judiciários de Conciliação (CEJUSC) e o seu funcionamento, descrevendo os procedimentos desde a inscrição até o módulo prático do curso de formação de conciliadores. Este artigo tem como objetivo apresentar todas as etapas necessárias para se tornar um conciliador e apresentar sugestões pontuais com base nas teorias da Psicologia para a melhoria dos serviços prestados pelos CEJUSC. Buscamos, por meio deste relato, contribuir para a inserção de psicólogos não apenas dentro das práticas de resolução de conflitos, mas também para a possibilidade de maior inserção dos profissionais da Psicologia dentro da justiça brasileira, visando melhorar a saúde mental tanto dos cidadãos quanto dos servidores.

Neste artigo, utilizaremos a definição de conciliação apresentada pelo CNJ (Manual de mediação judicial, Conselho Nacional de Justiça, 2016):

A conciliação é um processo autocompositivo breve no qual as partes ou os interessados são auxiliados por um terceiro, neutro ao conflito, ou por um painel de pessoas sem interesse na causa, para assisti-las, por meio de técnicas adequadas, a chegar a uma solução ou a um acordo (p. 21).

Esta definição expõe a importância que os envolvidos na disputa têm, pois, após a resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010, as partes passam a ser as responsáveis pela resolução do conflito, enquanto o conciliador é responsável por coordenar a audiência e garantir que todas as partes tenham o direito a expor suas opiniões livremente.

EXPERIÊNCIA NO CEJUSC

Para se tornar um conciliador na Seção Judiciária do Distrito Federal, é necessário possuir nível superior, não necessariamente em direito, apresentar o currículo no CEJUSC conforme os editais de seleção publicados e, uma vez aprovados, os interessados deverão passar por um curso de formação de conciliadores proposto pelo CNJ, onde os participantes terão aulas teóricas e práticas supervisionadas. O curso possui um módulo teórico-prático de 40 horas que aborda temas relevantes para os processos de negociação previstos no Manual de Mediação Judicial (Conselho Nacional de Justiça, 2016). No módulo teórico, são apresentados temas como o modelo ganha-ganha, teoria dos jogos que se baseia em modelos matemáticos que descrevem as relações entre duas partes que buscam encontrar uma solução para uma disputa, e técnicas como a aquisição do *rapport*, onde o conciliador deve auxiliar as partes a se sentirem acolhidas e que possuem a total liberdade para se expressarem da maneira como se sentirem mais confortáveis.

A parte teórica do curso, como se configura hoje, é capaz de prover uma base para os novos conciliadores lidarem com as questões procedimentais de maneira eficaz. Porém, o módulo teórico e prático não contempla questões emocionais com a devida atenção que o tema merece, levando os conciliadores em treinamento a demonstrarem muita dificuldade em lidar com situações emocionalmente instáveis, que ocorrem com frequência em processos previdenciários e de recuperação de crédito, havendo a necessidade de inclusão no curso de formação de uma carga horária específica para a abordagem do estudo das emoções.

A importância deste tema se dá pela maneira que as emoções se manifestam, que podem ser através de estímulos internos (pensamentos) e/ou através de estímulos externos (a presença da outra parte que pode ter lhe causado algum desconforto ou até dano). Ekman (2008) afirma que a avaliação que fazemos de determinado evento age como gatilho para nossas emoções e não o evento em si. O conhecimento de como e quando um estado emocional se manifesta é imprescindível no âmbito da conciliação, pois se o conciliador for detentor deste conhecimento, ele poderá criar estratégias para auxiliar as partes envolvidas a resolverem o conflito de uma forma pacífica, amenizando situações emocionalmente instáveis, como a raiva, por exemplo. Ekman (2008) acrescenta que uma das características mais controversas das emoções é que a nossa consciência não age quando estamos tomados por um estado emocional forte. Assim como o domínio deste conhecimento, os conciliadores poderão auxiliar as pessoas envolvidas nestas disputas legais a terem consciência de que seu estado emocional pode alterar sua capacidade de julgamento, prejudicando consequentemente a possibilidade de um acordo mutuamente benéfico.

Após a realização das aulas teóricas, os participantes passam por um estágio supervisionado de 60 a 100 horas, onde inicialmente observarão o funcionamento de algumas audiências e, conforme decisão do conciliador instrutor, inicia-se a prática supervisionada. Ao longo das práticas supervisionadas, os conciliadores em formação devem realizar relatórios periódicos descrevendo suas experiências nas audiências e citando quais ferramentas ensinadas no módulo teórico foram utilizadas. Os relatórios são avaliados em sessões com instrutores capacitados pelo CNJ, desse modo, os novos conciliadores recebem feedback constante de acordo com as experiências relatadas por eles.

Após o estágio na prática supervisionada, nota-se que os novos conciliadores ainda encontram dificuldade em lidar com situações emocionais, reforçando a necessidade de um treinamento específico com o foco no estudo das emoções.

A inclusão de um módulo com base nas teorias da psicologia pode prover as ferramentas necessárias para os conciliadores agirem de maneira mais eficaz em situações emocionalmente delicadas, evitando constrangimentos para as partes envolvidas no processo judicial. Sugere-se o estudo das teorias das emoções e das expressões faciais de emoção, como tema principal do módulo, pois a leitura das expressões faciais auxilia na identificação de informações relevantes sobre possíveis estados emocionais e dar pistas sobre como os indivíduos à nossa volta estão reagindo aos eventos ambientais (Santana, de Souza e Feitosa, 2014).

A teoria das emoções básicas proposta por Darwin (1872/2003) e depois aprimorada por Ekman e Friesen (1971) pode ser utilizada como o conteúdo base para um módulo específico sobre emoções no curso de formação de novos conciliadores. Ao ensinar aos participantes como identificar emoções apresentadas pelas partes durante as audiências e lhes fornecer técnicas e ferramentas para lidarem com as emoções emergentes, os conciliadores terão mais segurança ao conduzirem as audiências e as partes se sentirão acolhidas de maneira eficaz. Um dos pontos observados ao longo dessa experiência como conciliador foi exatamente a falta de preparo dos conciliadores recém-formados em lidar com emoções emergentes durante uma audiência, uma

vez que o treinamento recebido no curso de formação se mostrou insuficiente para dar o suporte necessário que o conciliador necessita quando uma das partes se altera emocionalmente.

Com a inclusão de uma abordagem psicológica com base no reconhecimento de estados emocionais no curso, espera-se que, ao iniciarem o período das práticas supervisionadas, os novos conciliadores possuam mais segurança e sejam capazes de agir de maneira eficaz quando ocorrer um cenário em que uma ou mais pessoas percam o controle sobre seu estado emocional durante as audiências. Episódios em que ocorrem descontroles emocionais em audiências são bastante comuns. A emoção raiva, por exemplo, se manifesta com muita frequência em audiências de danos morais, em que uma pessoa que se sentiu prejudicada por uma instituição exige uma compensação pelo seu dano. Nestas audiências de danos morais, é comum as partes apresentarem comportamentos agressivos, pois relatam que se sentem negligenciadas pela instituição que lhes prestava algum tipo de serviço. Com base nestes exemplos, reiteramos a importância da interdisciplinaridade na construção e organização do curso de formação de conciliadores, pois a inclusão de técnicas e ferramentas adequadas para conseguirem lidar com as situações descritas e com este conhecimento propor soluções mais eficientes para acalmar as pessoas que porventura apresentarem alterações em seu estado emocional.

Outra questão que pode ser explorada no curso de formação é a utilização das técnicas da abordagem clínica cognitivo-comportamental, onde os pacientes são treinados a questionar pensamentos intrusivos que não são adaptativos, solucionar problemas de maneira racional e desenvolverem estratégias adaptativas para combaterem pensamentos e/ou comportamentos disfuncionais (Beck, 2013). Utilizando este conhecimento, os conciliadores podem ser capacitados a identificar e questionar crenças cognitivas e padrões comportamentais disfuncionais, que são apresentados pelas partes em audiência. Com o domínio de técnicas como a flecha descendente (Beck, 2013), os conciliadores podem auxiliar as partes a compreender melhor seus sentimentos, evitando que pensamentos equivocados influenciem negativamente a construção de um acordo favorável. Com essa proposta em mente, Aquilar e Galluccio (2010) propuseram um curso onde negociadores aprendem ferramentas da abordagem cognitiva-comportamental para entenderem melhor suas crenças e comportamentos disfuncionais (como, por exemplo, a parte ou seu advogado acreditar que um acordo bem-feito é apenas aquele em que se consegue sair em vantagem em relação à outra parte e, por causa desta crença, adota uma postura de negociação mais agressiva).

A identificação e o questionamento de pensamentos automáticos disfuncionais e a utilização de técnicas como a flecha descendente (Beck, 2013) poderão auxiliar os conciliadores a entender suas crenças e, consequentemente, irão adquirir uma maior facilidade para analisar as demandas verbalizadas pelas partes, entendendo suas linhas de raciocínio e, por consequência, propondo alternativas mais eficazes e imparciais para a solução do conflito. Com a introdução desta temática no curso, os conciliadores serão habilitados a lidar com situações conflitivas, não apenas nas audiências, mas em contextos profissionais e pessoais, reduzindo assim riscos de desenvolverem alguma psicopatologia devido à ausência de habilidades de enfrentamento a conciliações emocionalmente mais desgastantes.

Após a conclusão das práticas supervisionadas, o conciliador deve prestar serviço voluntário no CEJUSC pelo período de um ano, onde deve realizar um mínimo de 16 horas mensais em audiências. Durante esta fase, o conciliador preside inúmeras audiências e entra em contato com diferentes tipos de pessoas e, muitas vezes, alguns indivíduos apresentam comportamentos e/ou até sintomas patológicos. Por exemplo: houve uma situação em que um conciliador realizou uma audiência previdenciária e uma mulher começou a chorar e gritar inconsolavelmente. Mesmo após o fim da audiência, ela não conseguiu se recompor. Após a

audiência, o advogado desta senhora revelou que ela possuía diagnóstico de esquizofrenia. A mulher não recebeu nenhuma espécie de preparo ou tratamento adequado devido à sua condição. Ainda que o conciliador presidindo a audiência fosse alguém capacitado a lidar com a situação, ele não poderia ir além de suas competências de conciliador.

Ao desempenhar a função de conciliador, os profissionais devem renunciar a qualquer protocolo específico da sua formação. Portanto, os profissionais da psicologia podem ser melhor utilizados como parte da equipe de um CEJUSC ao invés de apenas atuarem como conciliadores. Pois o psicólogo possui o domínio de técnicas que lhe permitem lidar com questões emocionais emergentes e até prestar apoio às equipes nos centros, pois são servidores que lidam com o conflito no seu dia a dia e, por isso, um trabalho preventivo pode ser realizado para evitar doenças adquiridas através do estresse.

Muitas pessoas chegam emocionalmente fragilizadas à audiência de conciliação por conta de toda sua trajetória desde o início do processo até o agendamento da sua audiência. É comum em algumas audiências, como as do INSS, em que a parte autora demonstra dificuldade em se expressar adequadamente, sem deixar aflorar as emoções relacionadas ao seu processo, e em muitos casos com um quadro claro de sintomas depressivos, tudo isso devido principalmente à morosidade no andamento dos processos judiciais e à sua despersonalização, pois a pessoa fragilizada se torna apenas autora de um processo com um número x.

A justiça exerce sua função como organizadora e solucionadora de processos com excelência, mas no que tange às competências interpessoais e emocionais dos envolvidos, é necessária a delegação desta competência para as áreas de conhecimento com o foco no ser humano e não apenas no processo. Entretanto, até o presente momento, não existe previsão para implementação de profissionais capacitados para trabalhar com as questões emocionais na Seção Judiciária do Distrito Federal.

Por se tratar de um processo jurídico, estas pessoas não possuem um momento próprio onde possam externalizar suas opiniões, sentimentos e possíveis angústias sobre o ocorrido, pois não existe um espaço para este tipo de acolhimento. Tal espaço para a atuação do psicólogo já se encontra previsto nas orientações do Conselho Nacional de Justiça (Guia de Conciliação e Mediação Judicial: orientação para instalação de CEJUSC, 2015):

O CEJUSC, obrigatoriamente, deverá funcionar com o setor pré-processual, processual e de cidadania. O setor pré-processual deverá, obrigatoriamente, receber causas cíveis e de família. No setor de cidadania poderão ser disponibilizados serviços de orientação e encaminhamento ao cidadão, para que este obtenha documentos (identidade, carteira de trabalho, título de eleitor etc.), de psicologia e assistência social e de esclarecimentos de dúvidas (p. 23).

Como descrito nas orientações do CNJ, está prevista a utilização de serviços de psicologia para o cidadão, mas estes serviços ainda se encontram indisponíveis, portanto, cidadãos que necessitam de atendimento psicológico estão sem a assistência necessária. No manual de mediação judicial (Conselho Nacional de Justiça, 2016), são apresentados os principais objetivos da conciliação, dentre eles vale a pena ressaltar o objetivo número ix: “utilizar-se de técnicas multidisciplinares para permitir que se encontrem soluções satisfatórias no menor prazo possível” (p. 22).

As bases desenvolvidas para conciliação preveem a utilização de outras áreas de conhecimento para auxiliar na construção de um modelo eficiente capaz de suprir todas as demandas dos cidadãos, porém ainda não há uma implantação de profissionais capacitados para tais demandas. Demandas de competência da Psicologia aparecem constantemente no dia a dia

dos CEJUSC, mas por enquanto não há previsão de abertura para um espaço de atuação. Em diversas ocasiões, foi observado que aqueles que buscam a conciliação apresentam demandas que necessitam de atenção psicológica, como por exemplo, a maneira como essas pessoas reagem emocionalmente antes, durante e após as audiências é muitas vezes negativa, pois estes indivíduos se encontram fragilizados.

O modo como avaliamos situações que consideramos relevantes pode influenciar nossas reações emocionais e controlar nosso comportamento (Ellsworth & Scherer, 2003). Portanto, quando analisamos as audiências de conciliação e percebemos que os medos e as necessidades dos envolvidos são um fator chave para a construção de acordo benéfico para ambas as partes (Langholtz, H. J., & Stout, 2004), é necessário um profissional capaz de auxiliar as partes a lidarem com essas emoções. Caso uma parte se encontre em um estado de vulnerabilidade emocional, sua capacidade de tomar decisões pode estar prejudicada por causa da avaliação que ela está fazendo da situação que está vivenciando (Agrawal, Han, & Duhachek, 2013). Portanto, este momento de fragilidade influencia a tomada de decisão das partes, pois podem decidir aceitar ou rejeitar um acordo baseando-se apenas em seu estado emocional naquele momento e não conseguem avaliar com clareza os fatos que compõem a proposta do acordo.

Observamos em muitas audiências que, durante a fala das partes, elas expressam em seu discurso sentimentos ainda latentes que necessitam ser trabalhados, pois, mesmo que sua situação litigiosa seja resolvida, os sentimentos gerados ao longo do processo podem originar outros tipos de conflitos, tanto internos quanto externos. Há casos em que é nítido o dano psicológico à parte autora, por exemplo: em um processo de danos morais, onde o autor requereu apenas um pedido de desculpas oficial da instituição que supostamente lhe causou algum transtorno, não exigindo nenhuma quantia financeira como resarcimento.

Ao longo desta experiência presidindo audiências de conciliação, foi possível verificar que grande parte dos demandantes ainda não está preparada para lidar com o cenário de negociação com uma entidade ou pessoa que possa ter lhe causado algum tipo de transtorno. Houve audiências em que não houve a possibilidade de acordo, pois a parte autora demonstrou uma alteração emocional forte ao relatar o fato ocorrido e, com base no seu estado emocional daquele momento, decidiu negar a oferta de acordo proposta pela outra parte. Em outra audiência, um indivíduo relatou sua experiência em uma agência bancária e, durante sua fala, se descontrolou, demonstrando um alto nível de raiva por causa da sua lembrança do atendimento recebido na agência bancária em questão, assim tornando qualquer tentativa para acalmá-lo ineficaz e consequentemente impedindo a realização de acordo.

DISCUSSÃO

Com base nas situações descritas, foi possível exemplificar a necessidade de atuação de um psicólogo, onde este profissional possa auxiliar os servidores dos CEJUSC em demandas emocionais trazidas pelas partes. Com isso em mente, sugerimos que este profissional possa: planejar encontros onde os cidadãos que forem comparecer em audiências possam realizar pelo menos uma sessão terapêutica para auxiliá-los a resolver este conflito não apenas na esfera judicial, mas provendo suporte para a resolução do conflito interno, contribuindo assim para a redução das chances de um conflito posterior, e caso necessário, encaminhar este cidadão para um profissional adequado às suas necessidades.

Considerando todas as questões apresentadas, sugere-se um espaço específico para a atuação do psicólogo, onde o mesmo fará uma reunião preparatória com as partes envolvidas nas audiências, preparando-as para o momento da audiência específica e ficando à disposição para

orientações posteriores àqueles que se sintam fragilizados após o acordo, podendo inclusive orientar as partes sobre a necessidade ou não de um acompanhamento psicológico posterior.

A presença de um psicólogo nos CEJUSC também permitirá o acompanhamento constante dos servidores que têm o conflito como principal objeto de trabalho. Desta forma, o estresse pode se tornar uma ameaça à integridade mental e emocional deles. O psicólogo agirá de forma preventiva quanto à resolução das questões internas, tanto institucionais quanto pessoais dos servidores, com o objetivo de evitar que transtornos psicológicos provenientes de altos níveis de estresse, como a síndrome de *burnout* e a depressão, possam vir a incapacitá-los de forma temporária ou permanente na execução de suas atividades.

O novo modelo de conciliação ainda está sendo adequado nos CEJUSC pelo país e, com isso, abre-se a possibilidade para explorar outras áreas do conhecimento que possam contribuir para uma justiça mais célere, e a psicologia possui o conhecimento necessário para tornar cada vez mais humano os procedimentos adotados pela justiça. O psicólogo terá um papel fundamental como agente orientador das partes e dos servidores, proporcionando de forma preventiva condições adequadas para que os relacionamentos pessoais e interpessoais ocorram da maneira mais saudável possível, assim proporcionando um aumento na efetivação dos acordos entre as partes, bem como uma melhor qualidade de vida aos servidores. Tais ações ainda contribuirão para a redução de custos processuais e de absenteísmo no trabalho, atendendo aos objetivos propostos pelo CNJ.

É sabido que a integração de profissionais de áreas de conhecimento distintas torna a formação de conciliadores muito rica e eficiente, não é sensato pensar que todos devem possuir o conhecimento proposto neste relato, porém, a criação de um cargo específico para o psicólogo atuar junto à instituição for criada, estes profissionais serão capazes de auxiliar tanto a formação de novos conciliadores, ensinando e compartilhando conhecimentos e técnicas que facilitarão a interação humana nas audiências, quanto contribuirão para a criação e manutenção de um ambiente de trabalho saudável para os servidores dos CEJUSC. Com isso, incentivamos não apenas a inserção de mais psicólogos no curso de conciliadores, mas também mais profissionais atuantes dentro da justiça brasileira, atuando como profissionais responsáveis pela saúde dos servidores e da população e não apenas um servidor com graduação em Psicologia que não possui oportunidade de utilizar toda sua gama de conhecimentos da maneira adequada, pois a função de psicólogo da instituição ainda se encontra inexistente.

CONCLUSÃO

O objetivo deste relato foi apresentar à comunidade acadêmica a realidade do Centro Judiciário de Conciliação da Seção Judiciária do Distrito Federal, mostrando como profissionais da psicologia podem se inserir neste meio. Apresentamos alguns exemplos vivenciados para auxiliar no entendimento da importância da inserção de profissionais da psicologia dentro dos CEJUSC.

Neste artigo, nos limitamos a citar apenas algumas técnicas e teorias que podem ser utilizadas para auxiliar o trabalho dos conciliadores e servidores, porém ressaltamos que, como a conciliação ainda não foi extensivamente explorada, outras técnicas e abordagens podem ser exploradas a fim de agregar mais possibilidades de aprimorar o atual modelo empregado.

Esperamos que as sugestões apresentadas sejam utilizadas para auxiliar o início de novas pesquisas e trabalhos dentro da área da conciliação, pois, como foi ilustrado neste relato, ainda existem muitas oportunidades de aproveitamento desta modalidade de negociação na justiça,

onde a psicologia pode atuar mais ativamente e, como consequência, contribuir para a construção e manutenção de uma cultura de paz no país.

REFERÊNCIAS

Agrawal, N., Han, D., & Duhachek, A. (2013). Emotional agency appraisals influence responses to preference inconsistent information. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 120(1), 87-97. <https://doi.org/10.1016/j.obhdp.2012.10.001>

Aquilar, F., & Galluccio, M. (2010). Psychological processes in international negotiations: theoretical and practical perspectives. Springer Science & Business Media.

Azevedo, A. G., Conselho Nacional de Justiça. (Org.). (2016) Manual de Mediação Judicial, 6^a edição. ISBN 978-85-7804-053-6.

Beck, J. S. Terapia cognitivo-comportamental, teoria e prática (2013), 2^a edição. Porto Alegre: Artmed. ISBN: 978-85-8271-008-1.

Conselho Nacional de Justiça. Guia de conciliação e mediação (2015). Orientações para implantação de CEJUSC. Recuperado de: www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2015/06/1818cc2847ca50273fd110eafdb8ed05.pdf

Darwin, C. (2013) A expressão das emoções no homem e nos animais. Editora Schwarcz S.A, São Paulo (Texto original publicado em 1872).

Ekman, P., & Friesen, W. V. (1971). Constants across cultures in the face and emotion. *Journal of Personality and Social Psychology*, 17(2) 124-129. <https://doi.org/10.1037/h0030377>

Ellsworth, P. C., & Scherer, K. R. (2003). Appraisal processes in emotion. *Handbook of affective sciences*, 572, V595.

Langholtz, H. J., & Stout, C. E. (Eds.). (2004). The psychology of diplomacy. Greenwood Publishing Group.

Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Estabelece as normas fundamentais do processo civil. Seção V, art. 165. Recuperado de: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htmResolução nº125 (2010, 29 de novembro) institui a instalação de um sistema de mediação no país que tem como principal objetivo auxiliar os jurisdicionados na resolução de conflitos e com a finalidade de evitar a abertura de novos processos judiciais. Conselho Nacional de Justiça. Recuperado de http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs/cnj/resolucao/arquivo_integral_republicacao_resolucao_n_125.pdf.

Santana, C. C. V. P., de Souza, W. C., & Feitosa, M. A. G. (2014) Recognition of facial emotional expressions and its correlation with cognitive abilities in children with Down syndrome. *Psychology & Neuroscience*, 7(2), 73–81. <https://doi.org/10.3922/j.psns.2014.017>

Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas. Código de processo civil e normas correlatas (2016) 9^a edição. ISBN: 978-85-7018-710-9.